

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 474, DE 2018

(Do Poder Executivo)

MSC 792/2018

AV 712/2018

PLS 190/1989

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.265, de 31 de outubro de 2018, que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara, Estado do Ceará.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Mensagem nº 792

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 5.265, de 31 de outubro de 2018 – Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, no município de Acopiara – CE; e

2 - Portaria nº 5.379, de 17 de outubro de 2018 – Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, no município de Mombaça – CE.

Brasília, 27 de dezembro de 2018.



EM nº 00535/2018 MCTIC



Brasília, 27 de Novembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.044168/2012-35, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, por intermédio do Despacho de Homologação nº 418, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



PORTARIA Nº 5265/2018/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044168/2012-35, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 31/10/2018, às 21:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3441413** e o código CRC **4888CF9B**.

PRIMEIRA SECRETARIA
RECEBIDO Nesta Secretaria
Em 28/12/18 às 16:55 horas
Nome legível: [assinatura] Ponto: 4.766

Aviso nº 712 - C. Civil.

Em 27 de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado GIACOBBO
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

MSC 792/2018

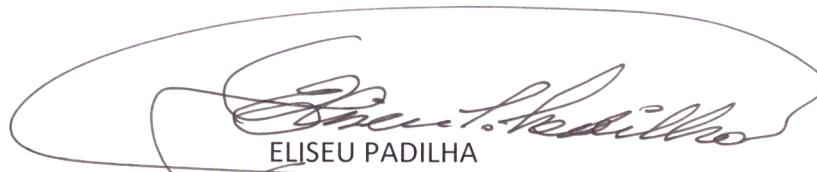
VLR 494 e 495/2018

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que outorgam permissões para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, constantes das Portarias nºs 5.265 e 5.379, de 2018.

Atenciosamente,


ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Secretaria-Geral da Mesa SF-NO 28/Dez/2018 17:40
Ponto: 548 Ass.: [assinatura]

PRIMEIRA-SECRETARIA
Em 28/12/2018
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
[assinatura]
Sandra Costa
Chefe de Gabinete

Anexo: 01 CD.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53000.044168/2012-35
Interessado:	FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
CNPJ:	11.753.160/0001-28
Serviço:	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME
FISTEL:	50415267374
UF:	Ceará
Localidade:	Acopiara
Sector:	COLEC_OUT
Tipo:	424 - Permissão Frequência Modulada Educativa
Documentos restritos:	-

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa

425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Bônia Oliveira Mota, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituta**, em 04/10/2018, às 17:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 05/10/2018, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3422349** e o código CRC **AF7B7FDC**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.044168/2012-35**

Interessado: **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**

Assunto: **OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 109 (CENTO E NOVE) folhas, contanto com o presente Termo de Abertura.

Em 21/09/2012



JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Chefe de Serviço
SDPUB/GTDI/SCE-MC

101 FME
206

Ao Senhor Secretário de Serviços de Comunicação
Eletrônica do Ministério das Comunicações.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 044168/2012-35

SEAP/ASCE

17/08/2012-07:55

ASSUNTO: Proposta para a obtenção de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão educativa em observância a Portaria nº 355, de 12 de Julho de 2.012, publicada no Diário Oficial da União de 13/07/2012, que estabelece regras e critérios para os processos seletivos relativos ao referido serviço em:

- (X) Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.
- () Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos

1994
A **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Tauá, Estado do Ceará na Rua Coronel Lourenço Feitosa nº 231 - Bairro Centro CEP: 63.660-000, por seu representante legal, assinado, vem apresentar a essa Secretaria a proposta de obtenção de outorga para a execução do serviço de radiodifusão, acima descrito, juntando, em anexo, a documentação necessária para a instrução do processo.

10072006
reprodução a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi enviado. Por isso.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ
AUTENTICAÇÃO
30
11.11.12
Kecife

Localidade: **ACOPIARA - CEARÁ**
Canal: **286** - Frequência: **105.1 MHz**
Aviso de Habilitação: nº **04/2012**

Quantitativo de alunos matriculados na instituição de ensino à qual a fundação de direito privado é vinculada:
400 alunos.

Tempo proposto para funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço: 24 (VINTE E QUATRO) HORAS

Sede ou filial na localidade de execução da outorga:
(X) Sim () Não.

Nestes Termos
Esperamos Deferimento.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2.012

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente

REGISTRADO
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO - TAUA - CE

CE M. das Com
OU
TAUA

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE, SEDE E DURAÇÃO:

Art. 1 - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico e cultural, que terá duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Tauá, Estado do Ceará, à Rua Coronel Lourenço Feitosa N.º - bairro Centro - Tauá - Ce e atuação em todo o território nacional.

Art. 2 - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS é regida por este Estatuto e pelas normas legais que lhes forem aplicáveis, particularmente aquelas constantes dos artigos 62 a 69 do novo Código Civil Brasileiro e artigos 1199 a 1204 do Código de Processo Civil e Legislação Complementar.

Art. 3 - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS tem por objetivo geral o patrocínio, o apoio e o incentivo a programas e projetos que visem desenvolver junto à comunidade, o desenvolvimento das pessoas através de informações sobre todas as áreas do conhecimento humano, bem como propiciar o conhecimento teórico e prático da importância da tecnologia da informação nas Escolas Públicas dos municípios da região dos Inhamuns, podendo ser estendido aos demais municípios cearenses.

Art. 4 - Constituem objetivos específicos prioritários:
a .Desenvolver programas de educação com a sociedade em geral, visando despertar a consciência dos poderes públicos, das entidades civis e da população em geral para a importância da

Escritório
ESCRITÓRIO AU
14 DEZ. 2009
DA VERDADE

[Handwritten signature]

Sete de
Autenticação
ESTADO DO CEARÁ
RUGG 03
AUTENTICAÇÃO
Nº FB 659.841

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombaca - CE

Francisco Alves Veras Titular
José Van Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras Substituto

LIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

defesa da preservação do patrimônio natural, cultural e de memória;

b. Realizar atividades que visem educar a população, especialmente aquela menos privilegiada e mais carente em todos os sentidos, a aprender como aprender, principalmente no que respeita aos desafios de de um mundo novo onde o conhecimento e uso da tecnologia da informação são de uma importância para o desenvolvimento pessoal e profissional do ser humano;

c. Intermediar a doação de equipamentos de informática e afins advindos de pessoas físicas e jurídicas para as escolas da rede pública dos municípios da região dos Inhamuns e demais municípios cearenses;

d. Prestar assessoria técnica econômica, jurídica, educacional e política à associações comunitárias, sindicatos, cooperativas, órgãos governamentais e outras entidades, visando a melhoria da qualidade de suas ações no campo da defesa da vida;

e. Realizar convênios com governos e entidades nacionais ou internacionais afins, objetivando implantar programas, projetos e planos que busquem desenvolver formas de expressão, modos de criar, fazer processos de preservação e proteção do patrimônio natural e cultural, inclusive histórico, arquitetônico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;

f. Apoiar, patrocinar e promover as atividades esportivas ou de diversão, ligadas ao interesse comunitário e a divulgação dos valores regionais;

g. Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombaca - CE

Francisco Alves Veras - Titular
José Iran Alves Veras - Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Rome André Batista Veras - Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE



05
M. das Comunicações

SECRETARIA
M. das Comunicações



AUTENTICO PARA OS DEVIDOS EFETOS A PRES. DE COPIA
REPRODUÇÃO DO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO
EM CARTÓRIO PELA PARTE INTERESSADA
Dou fé:
11 DEZ. 2009
Tatiana
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
11 DEZ. 2009

permanente, das famílias carentes, especialmente em questões fundamentais, como: saúde, educação, aperfeiçoamento profissional, serviços emergenciais, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.

h. Habilitar-se para receber subvenções e verbas de entidades oficiais e particulares, nacionais e estrangeiras, visando atender os objetivos propostos bem como, de acordo com a Lei N.º 9.790/99;

i. Executar serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa e cultural, com seus programas estabelecidos pelo seu Conselho de Programação, tendo como escopo promover o desenvolvimento cultural e técnico-científico, abrangendo todos os níveis de ensino e sob responsabilidade da Diretoria Executiva que, no sentido aqui formalmente definido, explorará todas as modalidades de radiodifusão sonora de sons e imagens que lhe forem outorgadas pelo Ministério das Comunicações.

j. Estabelecer contratos com emissoras de Rádio e Televisão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos;

l. Executar serviços especiais de retransmissão ou distribuição de sinais de rádio e / ou televisão em regime simultâneo ou misto, atendendo aos objetivos de serviços comunitários informativos e de programas de interesse da comunidade.

5. A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS implantará, progressivamente, os objetivos estabelecidos neste artigo, de acordo com os recursos disponíveis, observando-se as formas

REPROGRAFIA DO ORIGINAL
EM CARTÃO PLÁSTICO E INTERFOLHA
11.01.2009
DA VOTACÃO
11.01.2009
EM TESTEMUNHO
Assessoria Jurídica, Thelma
Prata, Secretária
ELENOR DE ARAÚJO
SECRETARIA AUTORIZADA

Selo de Autenticação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO CEARÁ
030H 03
AUTENTICAÇÃO
Nº FB 659.848

Francisco Alves Veras - Titular
José Ivan Alves Veras - Substituto
Leônirino Rappinê Batista - Substituto
George Andre Batista Veras - Substituto

viáveis de sua exeqüibilidade, cabendo ao Conselho Superior a definição de suas prioridades.

Parágrafo Único - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS poderá manter serviços subsidiários de natureza educativa em caráter comunitário, desde que esteja habilitada financeiramente e sem prejuízo das suas atividades e finalidades principais.

Art. 6 - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados, em consonância com seus objetivos.

Art. 7 - Nas atividades de radiodifusão educativa, comunitária, devidamente autorizadas, a FACOSEDI se compromete a: Reservar 20% (vinte por cento) do tempo total de sua programação para a veiculação de programas produzidos, fornecidos ou orientados pelo órgão competente do Governo Federal, responsável pela coordenação a nível nacional, da área de tecnologia educacional; b) Manter disposição do Ministério da Educação programação produzida, para fins de veiculação em emissoras educativas de outros Municípios, Estado da União; c) Permitirá, a qualquer tempo, que estabelecimentos de ensino superior do Município e Municípios limitados pelo alcance da emissora, possam participar da programação, mediante convênio e/ou acordo a serem firmados entre as partes; d) Participar do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa - SINRED, ou de outros meios que vier a substituí-lo com as mesmas condições.

Parágrafo Único - Sem quaisquer fins lucrativos, a FUNDAÇÃO aplicará todos os recursos que obtiver com o desenvolvimento de suas atividades na

CEM - Comunicação



EM TEXTEIRO UNICO DA VERDADE
14 DEZ. 2009
Tadeo



Apresente fotocópia conferida com o original que não pode ser substituído por cópia.
06 SET 2012
Francisco Alves Veras Titular
Francisco Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge Andre Batista Veras Substituto
VALIDO QUANTO A SEU FIM DE AUTENTICIDADE

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

Art. 8 - A organização administrativa da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, é constituída dos seguintes órgãos: I - ASSEMBLÉIA GERAL, órgão deliberativo; II - DIRETORIA, órgão executivo; III - CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO, órgão supervisor de programas culturais e IV - CONSELHO FISCAL, órgão de controle interno.

Art. 9 - A Assembleia Geral, órgão soberano da vontade social, será constituída pelos fundadores; considerados como tais os que assinaram a escritura de constituição da FUNDAÇÃO.

Art. 10 - A Assembleia Geral elegerá o Presidente, a quem é conferida a incumbência de convocar e presidir as reuniões, cabendo-lhe, além do voto de integrante da Diretoria, o voto de desempate.

Art. 11 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre (em janeiro, abril, julho e outubro) e extraordinariamente por convocação do Presidente ou dos Instituidores em número de 07 (sete)

As reuniões da Assembléia Geral serão realizadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por notificação pessoal escrita, indicando as matérias a serem discutidas e votadas, sendo esta notificação impossível, serão convocadas por meio de edital publicado em órgão da imprensa local, em cujo texto constará a ordem do dia.

Parágrafo Único – As Assembleias instalar-se-ão, em primeira convocação, com maioria de seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número.



Art. 13 - São atribuições da Assembleia Geral: a) eleger o Presidente e os integrantes da Diretoria da Fundação; b) apreciar os relatórios e contas da Diretoria, os balanços gerais patrimoniais, demonstrativos operacionais das aplicações de recursos, examinando os livros contábeis e papéis de escrituração da Fundação e dos serviços, estabelecimentos e entidades por ela mantidos, requisitando as informações que julgar necessárias, depois do parecer do Conselho Fiscal; c) promover a fiel observância deste Estatuto, podendo alterá-lo, em conjunto com a Diretoria, somente mediante prévia anuência do Ministério Público, do Ministério das Comunicações e do órgão coordenador da área de tecnologia educacional; d) aprovar o orçamento da Fundação proposto pela Diretoria, bem como o Regimento Interno; e) autorizar proposta da Diretoria para aquisição ou alienação de bens da Fundação ou constituição de ônus sobre os mesmos; f) conferir título de benemérito da Fundação a pessoas físicas ou jurídicas que, a critério da Diretoria, sejam consideradas deles merecedoras; g) dar orientação geral no sentido de serem observadas as finalidades da Fundação e orientar a Diretoria em tudo que lhe for solicitado; h) exercer quaisquer outras atribuições decorrentes de Lei, deste Estatuto, bem como do Regimento Interno da Fundação, em matérias de sua competência; i) nomear os integrantes do Conselho de Programação, dentre pessoas de reconhecida idoneidade e capacidade cultural, residente no País; j) deliberar sobre casos omissos; l) aprovar, por proposta da Diretoria, a extinção da Fundação e a destinação de seu patrimônio, na forma do artigo 31.

SECRETARIA
09

Marcelo Sallares
ESCRITÓRIO



PROGRAFICA DO ORIGINAL
CARTÓRIO DA PARTES INTERESSADAS
02 DE DEZ 2008
DA VERDADE
TESTEMUNHO
Agilto Ferreira Nogueira - Tabelião
Escrivão de 1ª Classe - Inscrição nº 1447/1987

[Handwritten signature]



06 SET. 2012

Mombaca - CE

Fernando Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
João Paulo Raphael Batista Veras Substituto
Rafael André Batista Veras Substituto
ENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

[Handwritten signature]

AUTENTICO PARA OS DEVELOS EFETOS A PRESENTE COM A
 REPRODUCAO DO ORIGINAL QUE DE FOI APRESENTANDO
 DOU 79.
 Tendo-se
 EM TESTEMUNHO
 DA VERDADE
 11 DEZ 79
 Falei: (80) 243.758
 Gillo Pereira Coutinho Libellati
 Juiz a Silva (Juiz de Direito)

06 SEP 2014

VALIDE SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Geral; d) autorizar a contratação de serviços de pessoas físicas ou jurídicas do interesse da Fundação; e) autorizar a contratação de empréstimos e outras operações financeiras em que a Fundação tenha interesse; f) propor à Assembleia Geral a extinção da Fundação e a destinação de seu patrimônio.

Art. 21 – Compete ao Presidente: a) cumprir e fazer cumprir as normas da Fundação; b) representar a Fundação em juízo ou fora dele; c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; d) administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da Fundação e, em nome dela, praticar quaisquer atos por mais especiais que sejam, respeitando a competência da Assembleia Geral; e) assinar contratos, ajustes, convênios ou acordos do interesse da Fundação, em conjunto com o Diretor Administrativo; f) movimentar contas bancárias em conjunto com o Diretor Financeiro, ou na sua ausência juntamente com o Diretor Administrativo; g) propor à Assembleia geral a outorga de título de Benemérito a pessoas físicas ou jurídicas dele merecedoras por serviços relevantes prestados à Fundação.

Art. 22 – Compete ao Diretor Administrativo: a) assinar, mediante autorização da Assembleia Geral, os contratos, ajustes, convênios ou acordos de interesse da Fundação, em conjunto com o Presidente, além de outros encargos de sua competência exclusiva; b) dirigir atos necessários à administração da Fundação, organizar seus serviços e admitir ou demitir funcionários; c) atender as solicitações e determinações dos órgãos públicos e setores ligados às atividades da Fundação; d) substituir o Diretor Financeiro em seus ausências; e) elaborar os regimentos internos e de

LA-CE
VALUADO
COMENTE
CM TESTEMUNHO
14 DEZ 2009
DA VERBADE



serviços da Fundação; f) secretariar as reuniões da Assembleia Geral, lavrando as respectivas atas, revestindo-as das formalidades legais e respondendo ainda pelo seu arquivamento.

Art. 23 – Compete ao Diretor Financeiro: a) dirigir e supervisionar o serviço de Tesouraria; b) organizar e manter a escrituração do movimento econômico e financeiro da Fundação; c) elaborar minuta do projeto de orçamento anual para apreciação da Diretoria antes de sua remessa à Assembleia Geral; d) movimentar as contas bancárias em conjunto com o Presidente; e) apresentar anualmente à Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal, as demonstrações financeiras, o relatório de atividades, o balanço fiscal e o balanço patrimonial da Fundação; f) ter sob sua guarda os livros e documentos relativos à tesouraria; g) controlar e supervisionar a aquisição de materiais de qualquer natureza; h) zelar pelo patrimônio da Fundação.

Art. 24 – O Conselho Fiscal será composto de 02 (dois) membros eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

Art. 25 – Compete ao Conselho Fiscal: a) examinar os livros de escrituração da entidade; b) examinar o balanço apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando sobre o mesmo; c) apreciar balanços e demonstrações que acompanham o relatório anual da entidade; d) opinar sobre aquisição e alienação de bens e constituição de ônus sobre os mesmos.

Parágrafo Único – O Conselho reunir-se-á ordinariamente cada ano e até o último dia útil de Julho.

Art. 26 – As atividades dos Diretores e Conselheiros serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o



13

14 DEZ. 2009

[illegible]

SEI 53000.044168/2012-35 / pg. 15

19
FREITAS DE LACERDA ;R\$ 3.000,00 (três mil reais) por MARIA CÉLIA SOARES MOTA DIAS ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por ARI REIS LOIOLA ; b) pelos bens ou direitos adquiridos ou concedidos à entidade por qualquer forma legalmente admitida; c) pelas doações, auxílios, benefícios, legados e subvenções que venham a ser feitos ou concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado; d) rendas e juros resultantes de operações bancárias.

§ 1º - A FUNDAÇÃO não distribuirá seus resultados econômicos e financeiros, devendo incorporá-los ao patrimônio ou criar reservas especiais com a finalidade de atender a seus objetivos.

§ 2º - A FUNDAÇÃO tem autonomia patrimonial, administrativa e financeira, inclusive frente a seus instituidores, podendo receber doações com ou sem encargos, de pessoas físicas ou jurídicas, firmar contratos, convênios ou acordos com a finalidade de atender a seus objetivos.

CAPÍTULO IV – DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 30 – O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 31 – Até o dia 30 de novembro de cada ano, o Presidente apresentará à Assembleia Geral a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas, separadamente, as receitas e as despesas de capital e operação.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 – Os integrantes da Fundação não respondem pessoalmente pelas obrigações assumidas pela

Art. 33 – Os integrantes dos órgãos da Fundação são pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que, com dolo ou culpa, causem danos à instituição, bem como, nas mesmas condições, a terceiros.



Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedado aos integrantes dos órgãos da Fundação conceder aval ou fianças em nome da instituição.

Art.34 – Os estatutos da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, poderão ser alterados, sendo indispensável o pronunciamento do quorum especial de 2/3 dos membros da Assembleia Geral, para deliberação de modificação dos Estatutos, conforme artigo 67, inciso I do Código Civil.

§ 1º - As alterações dos estatutos, dependerão de prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações e do Ministério da Educação e só terão validade uma vez aprovados pelos representantes do Ministério Público competente e devidamente registrados no cartório de registro público.

§ 2º - As alterações dos estatutos e do regimento, não poderão, em hipótese alguma, contrariar os objetivos da Fundação.

§ 3.º - De acordo com o que dispõe o artigo 68 do Código Civil, quando a alteração dos Estatutos da Fundação não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

Art. 35 – Ocorrendo dissolução da Fundação, os bens que integram seu acervo patrimonial passarão a Irmandade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza Endereço: Rua Barão do Rio Branco nº 20; Centro; Fortaleza; CEP 60025-062 Telefone/Fax: (85) 231.9465 Fax: 231.9465 E-mail : stamis@insoft.softex.br pelos seus associados e assembleia geral instituída, entre



RECEBIMOS EM CARTÓRIO PELA PARTE INTERESSADA
Do(a) Sr(a) **Aurélius Pereira Nobre**
Tua-CE
14 DEZ. 2009
DA VERDADE



06 SET 2012

outros, para esse objetivo, constando em Ata a decisão em apreço.

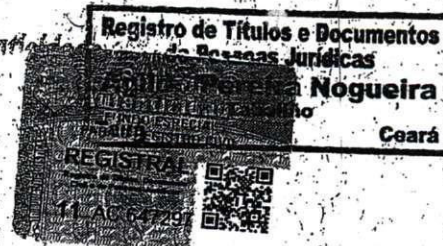
Art. 36 – Em casos omissos, a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, reger-se-á pelas normas de direito privado relativos às Fundações e por normas complementares que venham a ser baixadas por seu Presidente, na esfera de sua competência”.

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Registrado no livro competente no nº 04-5
Fls. 178/185 Sob N° de ordem 063
Tantá 09 de dezembro de 2009

Agildo Pereira Nogueira
Oficial

Válido somente com o selo de autenticidade



CARTÓRIO VERAS
R. ANTONIO EVANGE
Centro -
CE

<input type="checkbox"/>	Francisco Alves Veras	Titular
<input type="checkbox"/>	José Iran Alves Veras	Substituto
<input type="checkbox"/>	Geconino Raphael Batista Veras	Substituto
<input type="checkbox"/>	Jorge André Batista Veras	Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO
ALEXANDRINO
NOGUEIRA



ENTICO PARA OS DEVIDOS EFETOS A PRESENTE CÓPIA
ROGRÁFICA DO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO
CARTÓRIO PELA PARTE INTERESSADA.
14 DEZ. 2009
DA VERDADE
Agildo Pereira Nogueira - Tábelião
Bruna e Silva Nogueira - Substituto
Fones (88) 3437.1987

Selo de Autenticidade
A presente cópia confere com o original que me foi apresentado (ou fei)
Nº FB 869.759
06 SET. 2012
Mombaca - CE

onbaca a FIRMA por AUTENTICIDADE
SEMELHANTE
Costa de Anjo
09 DEZ. 2009
ou fei.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
BEL AGILDO NOGUEIRA TABELIÃO
BRUNA E SILVA NOGUEIRA - SUBSTITUTA

Marta Edlene Gomes Pereira
ESCREVENTE AUTORIZADA

CARTÓRIO
ALEXANDRINO

2º OFÍCIO - TAUÁ-CE

CNPJ/MF/Nº 05.458.392/0001-91

Bel. Agildo Pereira N. Guerra - Tabelião

Tel. 082-3437-1587

E-mail: cartorioalexandrino@uol.com.br

Cópia conferida com o original apresentado Dou fe.



A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fe

06 SET 2012

Mombaca - CE



TITULAÇÃO DE FUNDAÇÃO

SAIBAM quantos virem esta escritura, que aos 09 (nove) dias do mês de dezembro de dois mil e seis (2.009), nesta cidade e Comarca de Tauá, Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, neste Cartório, situado à Rua Dondom Feitosa, 177, centro, nesta cidade de Tauá, Estado do Ceará, compareceram partes entre si previamente acordadas, a saber: de um lado, como Outorgantes Instituidores, **MARLOS COSTA DE ANDRADE**, brasileiro, solteiro, estudante, titular da cédula de identidade RG. Nº 99010421849 - SSP-CE, inscrito no CPF/MF sob Nº 655.648.983-20, residente e domiciliado na Av. Santos Dumont, 3060, sala 414, Aldeota, na cidade de Fortaleza-CE; **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, brasileira, casada, advogada, titular da cédula de identidade RG. Nº 812902-84 SSP-CE, inscrita no CPF/MF sob Nº 318.076.313-20, residente e domiciliada à Av. Cel. Lourenço Feitosa, 84, Centro, nesta cidade de Tauá-CE; **MARIA CÉLIA SOARES MOTA DIAS**, brasileira, casada, servidora pública, titular da cédula de identidade RG. Nº 717.929 SSP-CE, inscrita no CPF/MF sob Nº 093.472.083-53, residente e domiciliada à Av. Cel. Vicente Alexandrino de Sousa, 58, Tauazinho, nesta cidade de Tauá-CE; **DOMINGAS FREITAS DE LACERDA**, brasileira, casada, servidora pública, titular da cédula de identidade RG. Nº 2001010445942 SSP-CE, inscrita no CPF/MF sob Nº 154.488.943-72, residente e domiciliada na rua Tentena Tito Barros, 341, Quadra 14, Bloco 05, Apto. 203, Cajazeiras, na cidade de Fortaleza-CE; **RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO**, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG/N.º 90002268669 SSP-CE, inscrito no CPF-MF/N.º 302.897.933-00, residente e domiciliado na Av. Cel. Vicente Alexandrino de Sousa, Tauazinho, nesta cidade de Tauá-CE; **LEODENES ALVES FERREIRA**, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG/N.º 95019000789 SSP-CE, inscrito no CPF/MF sob N.º 614.800.883-15, residente e domiciliado na rua Joaquim Alfredo, n.º 341, Mancel Sático, na cidade de Fortaleza-CE; **ARI REIS LOIOLA**, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG/N.º 194409-81 SSP-CE, inscrito no CPF/MF sob n.º 285.383.903-68, residente e domiciliado na rua Professora Costa Mendes, 873, Damas, na cidade de Fortaleza-CE; meus conhecidos, do que dou fé. E, por eles, me foi dito que, de acordo com o que lhes permitem os arts. 62 e seguintes do Código Civil(2002), resolvem criar uma fundação, para o que estabelecem: 1º- sendo maiores e capazes, resolveram de livre e espontânea vontade criar a **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS** para o que cada um dos instituidores doa a importância de R\$3.000,00 (três mil reais), totalizando o valor de R\$-21.000,00 (vinte e um mil reais) que constituirá o patrimônio da Fundação, a qual terá destinação conforme consta nos Arts. 3º e 4º de seus Estatutos; 2º. Que, para a manutenção da Fundação criada serão aplicados recursos providos da renda e outros que venham a ser legalmente obtidos na forma dos estatutos; 3º. Os próprios outorgantes instituidores, promoverão, na forma da lei e dos estatutos, a aplicação do patrimônio doado, na forma do Estatuto que já foi submetido e aprovado pela autoridade competente e promoverá seu registro no Cartório competente de modo a que a fundação criada esteja em funcionamento dentro do prazo de 60 (sessenta) dias. Apresentaram-me os seguintes documentos os quais ficam arquivados neste Cartório. 1º- **ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS** 2º - **CERTIDÕES**

das Com
18
SEC

NEGATIVAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS EM NOME DE TODOS OS
INSTITUIDORES; 3º - CERTIDÕES NEGATIVAS DE PROTESTO DE TODOS OS
INSTITUIDORES; 4º - ATA DA FUNDAÇÃO; 5º - PARECER TÉCNICO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DE TAUA-CE (FAVORÁVEL). Declararam finalmente os CUTORGANTES
INSTITUIDORES que a Fundação ora constituída será regida pelos estatutos que,
concomitantemente com esta, está sendo REGISTRADO já que já aprovado pela autoridade
competente, e pelas pessoas acima nomeadas, qualificadas e, adiante assinadas. Assim o
disseram e me pediram que lavrasse nestas notas esta escritura, as, lidas sendo lida em voz
alta e achada conforme, aceitaram e assinam. Dou fé. Eu, Bel. Agildo
Pereira Nogueira, 2º Tabelião, a fiz digitar, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas.
aa) DOADORES/INSTITUIDORES: MARLOS COSTA DE ANDRADE;
MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES; GELIA SOARES MOTA DIAS
DOMINGAS FREITAS DE LACERDA; RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO;
LEODENES ALVES FERREIRA; ARI REIS LOIOLA. O referido é verdade. Dou fé. Esta
conforme. Traslada na mesma data. Subscrito

EM TESTEMUNHO DA VERDADE



Agildo Pereira Nogueira
TABELIÃO



AUTENTICACAO
A presente fotocópia confere com o
original que me foi apresentado. Dou fé.
Mombaca - CE



AUTENTICACAO
A presente fotocópia confere com o
original que me foi apresentado. Dou fé.

Mombaca - CE

06 SET. 2012

CARTÓRIO DE
R. ANTONIO MARQUES, 300
CENTRO, MOMBACA - CE
06.010-000
Nº FB 0669-766
VALIDO SOMENTE COM SELCO DE AUTENTICACAO



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
2ª * PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TAUÁ

Ref.: PEDIDO DE REGISTRO DE FUNDAÇÃO
Entidade: FUNDAÇÃO TERRA DOS INHAMUNS
Interessado: MARLOS COSTA DE ANDRADE

AUTENTICAÇÃO

Apresenta fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

Mombaça - CE

PARECER

06 SET. 2012

☐ Francisco Alves Veras Titular
☐ José Iran Alves Veras Substituto
☐ Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
☐ Jorge André Batista Veras Substituto

VALIDO SOMENTE PARA O MUNICÍPIO DE TAUÁ

Excogita-se de pedido de registro de fundação apresentado pelo Sr. Marlos Costa de Andrade, com vistas a obter aprovação de estatuto, o qual estabelece a instituição da Fundação Cultural Terra Dos Inhamuns, com sede à Rua Cel. Lourenço Feitosa, Nº 231, Bairro Centro, CEP 63.660-000, nesta cidade de Tauá.

Referida fundação, segundo consta no requerimento formulado, fora criada com objetivo geral o patrocínio, o apoio e o incentivo a programas e projetos que visem desenvolver junto à comunidade, o desenvolvimento das pessoas através de informações sobre todas as áreas do conhecimento humano, bem como propiciar o conhecimento teórico e prático da importância da tecnologia da informação nas Escolas Públicas dos municípios da região dos Inhamuns, podendo ser estendido aos demais municípios Cearenses.

Relatam, outrossim, que com a constituição da ente fundacional ser-lhe-á transferida dotação livre e inicial dos seus instituidores no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) sendo R\$ 3.000,00 (três mil reais) por Marlos Costa de Andrade; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por Raimundo Walney de Alencar Castro; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por Maria Regina Marcelino Gonçalves; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por Leodenes Alves Ferreira; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por Domingas Freitas de Lacerda; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por Maria Célia Soares Mota; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por Ari Reis Loliola.

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TAUÁ
CARTÓRIO DA PARTE INTERESSADA
09 DEZ 2009
DA VERDADE
TESTEMUNHO
Agildo Pereira Aguiar - Tabelião
Bruno Silva Aguiar - Substituto
Fone: (84) 3437.1587



AUTENTICAÇÃO

Apresenta fotocópia confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

Mombaça - Ce

19 SET. 2011

☐ FRANCISCO ALVES VERAS - TITULAR
☐ JOSÉ IRAN ALVES VERAS - SUBSTITUTO
☐ GERÔNIMO RAFAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
☐ JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO

Maria Edilene Gomes Pereira



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
2.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TAUÁ

A fiscalização será exercida em âmbito interno pelo Conselho Fiscal, cuja constituição e competência são estatuídas nos arts. 24 e 25 do ato sob análise, e em âmbito externo pelo Ministério Público.

Analizando com a detença necessária todo o texto que compõe o Estatuto, dessume-se inarredavelmente sua perfeita adequação às regras pertinentes à matéria, haja vista que foram observadas as bases da fundação e os bens, ainda que módicos, são suficientes ao fim a que ela se destina (art. 1200 do Código de Processo Civil). Seja demonstrado, pois:

I) Indica-se no bojo do Estatuto a sede da Instituição, qual seja: Rua Coronel Lourenço Feitosa, Nº 231, Centro, CEP 63.660-000, Tauá-CE;

II) Respeita-se fielmente a forma solene de instituição, eis que o art. 46 do novel Código Civil assevera que o Estatuto apenas entrará em vigor na data de seu registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas;

III) A dotação realizada pelos instituidores da fundação alberga bens livres;

IV) Ainda que módicos os valores inicialmente dados, não há de negar que os bens destinados ao atendimento dos alunos da Fundação são suficientes;

V) As finalidades a que se propõe a Fundação Terra dos Inhamus, previstas no art. 3.º, são por demais salutarres, dado que estimulam o desenvolvimento cultural e educacional da população de Tauá, engrandecendo sobremaneira a vida em comunidade;

VI) O objeto é lícito e possível;

VII) O ato praticado pelos instituidores da Fundação multicitada reveste-se de pleno caráter de liberalidade;

VIII) A presente fundação almeja fins lucrativos.



06 SET 2012
 Mombaca - CE
 Francisco Alves Veras - Titular
 José Maria de Almeida - Substituto
 Gerônimo Raphael Batista Veras - Substituto
 Jorge André Batista Veras - Substituto
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Maria Edlene Gomes Pereira
 ESCREVENTE AUTORIZADA



19 DEZ 2011
 Mombaca - CE
 FRANCISCO ALVES VERAS - Titular
 JOSE MARIA DE ALMEIDA - Substituto
 GERONIMO RAFAEL BATISTA VERAS - Substituto
 JORGE ANDRE BATISTA VERAS - Substituto
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



SECEM das Comunicações
21

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
2.ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TAUÁ

Em assim sendo, não há outra ilação além de considerar sobejamente demonstrada a deferência praticada pelos instituidores da Fundação Cultural Terra dos Inhamuns a todos os regramentos legais disciplinadores da questão, razão pela qual o Estatuto em exame é de todo perfeito.

Por outro lado, imperioso registrar que a atividade exercida pelo Ministério Público na função de fiscalizador das fundações não se encerra nesse momento, sendo ainda obrigatória sua intervenção como amuente na escritura de instituição da fundação e em todas as escrituras em que houver interesse da fundação, imprescindível sua autorização para o registro ou averbação de qualquer título, documento ou papel em que houver interesse do ente fundacional, assim como em todas as questões que respeitem à atividade exercida pela fundação e sua constituição.

Em razão do exposto, nos moldes em que determina a legislação pátria, aprova o Ministério Público o estatuto *sub cogitationis*.

Intime-se ao(s) interessado(s) conferindo ao(s) mesmo(s) a requêrda cópia do presente parecer para os fins devidos.

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

Mombaca - CE

Tauá - CE, 08 de dezembro de 2009.

☒ Francisco Alves Veras - Titular
☒ José Irian Alves Veras - Substituto
☒ Gerônimo Raphael Batista Veras - Substituto
☒ Jorge André Batista Veras - Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

NEEMIAS DE OLIVEIRA SILVA
Promotor de Justiça



IDENTICO PARA OS DEVIDOS EFEITOS - PRESENTE COPIA
FOTOCÓPIA DO ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO
EM CARTÓRIO PELA PARTE INTERESSADA.
03-DO-CE
TESTEMUNHO
09 DEZ. 2009
Agilene Pereira Aguiar - Titular
Bruna e Silva Aguiar - Substitua
FONE: (88) 3437.1587

Maria Edilene Gomes Pereira
ESCREVENTE AUTORIZADA



SECEM - MOMBACA - CEARÁ
03-DO-CE
TESTEMUNHO
19 DEZ. 2011
FRANCISCO ALVES VERAS - Titular
JOSÉ IRIAN ALVES VERAS - SUBSTITUTO
GERÔNIMO RAFAEL BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
JORGE ANDRÉ BATISTA VERAS - SUBSTITUTO
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

AVERBADO

Ata da Assembléia Geral da Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

CEM das Com
22
seções

Aos 10(dez) dias do mês de março do ano de 2009(dois mil e nove) às 18:00 (dezoito) horas, na cidade de Tauá, Estado do Ceará, à Rua Coronel Lourenço Feitosa 231 – bairro Centro – Tauá – Ce , sob a Presidência do Senhor Marlos Costa de Andrade , os instituidores da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, todos adiante nomeados e qualificados, com a finalidade de deliberar a respeito dos atos preliminares constitutivos da referida Fundação. Convidou a mim Maria Regina Marcelino Gonçalves , para secretariar os trabalhos . Aberto os trabalhos, a Presidente declarou que: a) Sendo do conhecimento de todos os presentes, esta Assembléia Geral objetiva tratar da Constituição de uma Fundação que terá entre os seus objetivos, a execução dos serviços de Radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidade exclusivamente educativa e cultural, em canal devidamente inscrito no Plano Básico de Distribuição de Canais em Frequência Modulada (PBFM / Educativo). b) Apresentar e discutir o projeto do Estatuto que regerá a Fundação, com o fim de aprová-lo; c) eleger os membros componentes de sua administração, bem como autoriza-lo a praticar todos os atos necessários definitiva da Fundação. Em seguida, o Presidente determinou que fosse feita a leitura do projeto do Estatuto, pelo Secretário, cujo teor é o seguinte: “- **ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE, SEDE E DURAÇÃO:

Art. 1º - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS , é uma entidade civil de direito privado , sem fins lucrativos e de caráter filantrópico e cultural , que terá duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Tauá, Estado do Ceará , à Rua Coronel Lourenço Feitosa N.º 231- bairro Centro – Tauá - Ce e atuação em todo o território nacional.

Art. 2.º - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS é regida por este Estatuto e pelas normas legais que lhes forem aplicáveis, particularmente aquelas constantes



Mombaca - Ce

Alcides M. de Aguiar
Advogado OAB/Ce: 10.045

ALDO C. VALENTE CO. 1 SELO DE AUTENTICIDADE

dos artigos 62 a 69 do novo Código Civil Brasileiro e artigos 1199 a 1204 do Código de Processo Civil e Legislação Complementar.

Art. 3º - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, tem por objetivo geral o patrocínio, o apoio e o incentivo a programas e projetos que visem desenvolver junto à comunidade, o desenvolvimento das pessoas através de informações sobre todas as áreas do conhecimento humano, bem como propiciar o conhecimento teórico e prático da importância da tecnologia da informação nas Escolas Públicas dos municípios da região dos Inhamuns, podendo ser estendido aos demais municípios cearenses.

Art. 4.º - Constituem objetivos específicos prioritários:

a .Desenvolver programas de educação com a sociedade em geral, visando despertar a consciência dos poderes públicos, das entidades civis e da população em geral para a importância da defesa da preservação do patrimônio natural, cultural e de memória;

b .Realizar atividades que visem educar a população, especialmente aquela menos privilegiada e mais carente em todos os sentidos, a aprender como aprender, principalmente no que respeita aos desafios de de um mundo novo onde o conhecimento e uso da tecnologia da informação são de uma importância para o desenvolvimento pessoal e profissional do ser humano;

c . Intermediar a doação de equipamentos de informática e afins advindos de pessoas físicas e jurídicas para as escolas da rede pública dos municípios da região dos Inhamuns e demais municípios cearenses;



06 SET. 2012
FÓRUM VERAS 2º OFÍCIO
FÓRUM VERAS 2º OFÍCIO
CENTRO - Mombaça - CE
(85) 3383.726

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado em 16/09/12

Mombaça - CE

Francisco Alvaro Veras Titular
José Iran Alvos Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras Substituto

1:10 César M. de Aguiar
Advogado OAB/CE: 10.045

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

d . Prestar assessoria técnica econômica , jurídica educacional e política à associações comunitárias , sindicatos , cooperativas , órgãos governamentais e outras entidades , visando a melhoria da qualidade de suas ações no campo da defesa da vida;

e . Realizar convênios com governos e entidades nacionais ou internacionais afins, objetivando implantar programas , projetos e planos que busquem desenvolver formas de expressão, modos de criar e fazer processos de preservação e proteção do patrimônio natural e cultural , inclusive histórico,arquitetônico , bibliotecas, museus , arquivos e demais acervos;

f . Apoiar , patrocinar e promover as atividades esportivas ou de diversão , ligadas ao interesse comunitário e a divulgação dos valores regionais;

g . Identificar , discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil , concreta e prática , em caráter transitório ou permanente , das famílias carentes , especialmente em questões fundamentais, como : saúde , educação , aperfeiçoamento profissional, serviços emergenciais, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias , campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade.

h . Habilitar-se para receber subvenções e verbas de entidades oficiais e particulares , nacionais e estrangeiras , visando atender os objetivos propostos bem como, de acordo com a Lei N.º 9.790/99;

i .Executar serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa e cultural, com seus





AUTENTICAÇÃO
O presente documento confere com o original que me foi apresentado Dou fe
MOMBAÇA - RJ
12/06/2012
SEI 53000.044168/2012-35
MOMBAÇA - RJ
12/06/2012
SEI 53000.044168/2012-35

Titular
Substituto
Substituto
Substituto

César M. de Aguiar
Advogado OAB/Ce: 10.065



programas estabelecidos pelo seu Conselho de Programação, tendo como escopo promover o desenvolvimento cultural e técnico-científico, abrangendo todos os níveis de ensino e sob responsabilidade da Diretoria Executiva que, no sentido aqui formalmente definido, explorará todas as modalidades de radiodifusão sonora de sons e imagens que lhe forem outorgadas pelo Ministério das Comunicações.

j. Estabelecer contratos com emissoras de Rádio e Televisão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos;

l. Executar serviços especiais de retransmissão ou distribuição de sinais de rádio e / ou televisão em regime simultâneo ou misto, atendendo aos objetivos de serviços comunitários informativos e de programas de interesse da comunidade.

Art. 4º - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS implantará , progressivamente , os objetivos estabelecidos neste artigo , de acordo com os recursos disponíveis , observando-se as formas viáveis de sua exeqüibilidade , cabendo ao Conselho Superior a definição de suas prioridades.

Art. 5.º - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS poderá manter serviços subsidiários de natureza educativa em caráter comunitário, desde que esteja habilitada financeiramente e sem prejuízo das suas atividades e finalidades principais.

Art. 6.º - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados em consonância com seus objetivos.






AUTENTICAÇÃO
 A presente cópia confere com o original que me foi apresentado.
 06 SET 2012
 Mombaca - CE
 Francisco Alves Veras, Titular
 José Ilian Alves Veras, Substituto
 Gerônimo Raphael Balista Veras, Substituto
 Jorge Andre Batista Veras, Substituto
 Selo de Autenticação
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
 L951 03
 AUTENTICAÇÃO
 Nº FB 659.780
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Min. das Comunicações
26
se

Artigo 7.º - Nas atividades de radiodifusão educativa comunitária, devidamente autorizadas, a FACOSED se compromete a: Reservar 20% (vinte por cento) do tempo total de sua programação para a veiculação de programas produzidos, fornecidos ou orientados pelo órgão competente do Governo Federal, responsável pela coordenação a nível nacional, da área de tecnologia educacional; b) Manter a disposição do Ministério da Educação a programação produzida, para fins de veiculação em emissoras educativas de outros Municípios, Estados e da União; c) Permitirá, a qualquer tempo, que estabelecimentos de ensino superior do Município e Municípios limitados pelo alcance da emissora, possam participar da programação, mediante convênio e/ou acordo a serem firmados entre as partes; d) Participar do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa - SINRED, ou de outros sistemas que vier a substituí-lo com as mesmas finalidades;

Parágrafo Único - Sem quaisquer fins lucrativos, a FUNDAÇÃO aplicará todos os recursos que obtiver com o desenvolvimento de suas atividades na realização de seus objetivos altruísticos - educacionais e culturais.

CAPÍTULO II

- ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO.

Art. 8º - A organização administrativa da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, é constituída dos seguintes órgãos: I - ASSEMBLÉIA GERAL, órgão deliberativo; II - DIRETORIA, órgão executivo; III - CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO, órgão supervisor de programas culturais e IV - CONSELHO FISCAL, órgão de controle interno.

ÓRGÃO DELIBERATIVO



08 SET. 2012

Mombaca - C.

André Alves Veras Titular
José Irail Alves Veras Substituto
Arquimiro Ruyrath Batista Veras Substituto
José André Batista Veras Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Dr. César M. de Aguiar
Advogado OAB/Ce 10005

Art. 9º - A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, será constituída pelos fundadores, considerados como tais os que assinaram a escritura de constituição da FUNDAÇÃO.

Art. 10.º - A Assembléia Geral elegerá o Presidente, a quem é conferida a incumbência de convocar e presidir as reuniões, cabendo-lhe, além do voto de integrante da Diretoria, o voto de desempate.

Art. 11º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre (em janeiro, abril, julho e outubro) e extraordinariamente por convocação do Presidente ou dos Instituidores em número de 07 (sete) .

Art. 12º - As reuniões da Assembléia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por notificação pessoal escrita, indicando as matérias a serem discutidas e votadas, sendo esta notificação impossível, serão convocadas por meio de edital publicado em órgão da imprensa local, em cujo texto constará a ordem do dia.

Parágrafo Único - As Assembléias instalar-se-ão, em primeira convocação, com maioria de seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número.

Art. 13º - São atribuições da Assembléia Geral: a) eleger o Presidente e os integrantes da Diretoria da Fundação; b) apreciar os relatórios e contas da Diretoria, os balanços gerais patrimoniais, demonstrativos operacionais das aplicações de recursos, examinando os livros contábeis e papéis de escrituração da Fundação e dos serviços, estabelecimentos e entidades por ela mantidos, requisitando as informações que julgar necessárias, depois do parecer do Conselho Fiscal; c) promover a fiel observância deste Estatuto, podendo

em conjunto com a Diretoria, somente



06 SET. 2012

Mombaca - CE

Francisco Alves Veras, 2ª Vice-Presidente
José Iran Alves Veras, Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras, Substituto
George André Batista Veras, Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

At. César M. de Aguiar
Presidente OAB, CE, 2012-5

mediante prévia anuência do Ministério Público, do Ministério das Comunicações e do órgão coordenador da área de tecnologia educacional; d) aprovar o orçamento da Fundação proposto pela Diretoria, bem como o Regimento Interno; e) autorizar proposta da Diretoria para aquisição ou alienação de bens da Fundação, ou constituição de ônus sobre os mesmos; f) conferir título de benemérito da Fundação a pessoas físicas ou jurídicas que, a critério da Diretoria, sejam consideradas deles merecedoras; g) dar orientação geral no sentido de serem observadas as finalidades da Fundação e orientar a Diretoria em tudo que lhe for solicitado; h) exercer quaisquer outras atribuições decorrentes de Lei, deste Estatuto, bem como do Regimento Interno da Fundação, em matérias de sua competência; i) nomear os integrantes do Conselho de Programação, dentre pessoas de reconhecida idoneidade e capacidade cultural, residente no País; j) deliberar sobre casos omissos; l) aprovar, por proposta da Diretoria, a extinção da Fundação e a destinação de seu patrimônio, na forma do artigo 31. **DO ÓRGÃO**

EXECUTIVO

Art. 14 - A Diretoria terá mandato de 05 (cinco) anos com reeleição permitidas e será o órgão executivo da Fundação, sendo constituída de um PRESIDENTE, um DIRETOR ADMINISTRATIVO e de um DIRETOR FINANCEIRO.

Art. 15 - O cargo de Presidente é privativo dos Instituidores e como os demais Diretores serão eleitos pela Assembléia Geral.

Art. 16 - Os membros da Diretoria deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e as investiduras no cargo somente poderão ocorrer



A presente fotocópia conferida com o original que me foi apresentado Dou-lhe.

06 SET. 2012

Francisco Alves Veras - Titular
José Iran Alves Veras - Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge Andre Batista Veras - Substituto

ALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

1º-alo César M. de Aguiar
Advogado OAB (Cz) 21555

depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

Art. 17 – Os membros da Diretoria não poderão estar no exercício de mandatos eletivos que lhes assegurem imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão ou assessoramento na administração pública, dos quais decorra foro especial.

Art. 18 – Os membros da Diretoria não poderão participar da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, em excesso aos limites fixados pela legislação pertinente.

Art. 19 – A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Presidente e suas deliberações serão tomadas por maioria de seus integrantes.

Art. 20 – Compete à Diretoria: a) elaborar o orçamento anual da Fundação e encaminhá-lo a Assembléia Geral para aprovação; b) alienar ou constituir ônus sobre os bens da Fundação, mediante autorização da Assembléia Geral, ouvido o Ministério Público; c) decidir sobre a aquisição de bens móveis, de direitos e de imóveis, necessários a realização dos fins da Fundação, mediante autorização da Assembléia Geral; d) autorizar a contratação de serviços de pessoas físicas ou jurídicas do interesse da Fundação; e) autorizar a contratação de empréstimos e outras operações financeiras em que a Fundação tenha interesse; f) propor à Assembléia Geral a extinção da Fundação e a destinação de seu patrimônio.

Art. 21 – Compete ao Presidente: a) cumprir e fazer cumprir as normas da Fundação; b) representar a Fundação em juízo ou fora dele; c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; d) administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da Fundação e, em nome



A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado. Ou fe

06 SET. 2012

Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras Substituto

VALI O SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

César M. de Aguiar
Advogado OAB/Ce 106.5

30
C. E. das Comunicações

dela, praticar quaisquer atos por mais especiais que sejam, respeitando a competência da Assembléia Geral; e) assinar contratos, ajustes, convênios ou acordos do interesse da Fundação, em conjunto com o Diretor Administrativo; f) movimentar contas bancárias em conjunto com o Diretor Financeiro, ou na sua ausência juntamente com o Diretor Administrativo; g) propor à Assembléia geral a outorga de título de Benemérito a pessoas físicas ou jurídicas dele merecedoras por serviços relevantes prestados à Fundação.

Art. 22 - Compete ao Diretor Administrativo: a) assinar, mediante autorização da Assembléia Geral, os contratos, ajustes, convênios ou acordos de interesse da Fundação, em conjunto com o Presidente, além de outros encargos de sua competência exclusiva; b) dirigir atos necessários à administração da Fundação, organizar seus serviços e admitir ou demitir funcionários; c) atender as solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da Fundação; d) substituir o Diretor Financeiro em seus impedimentos; e) elaborar os regimentos internos e de serviços da Fundação; f) secretariar as reuniões da Assembléia Geral, lavrando as respectivas atas, revestindo-as das formalidades legais e respondendo ainda pelo seu arquivamento.

Art. 23 - Compete ao Diretor Financeiro: a) dirigir e supervisionar o serviço de Tesouraria; b) organizar e manter a escrituração do movimento econômico e financeiro da Fundação; c) elaborar minuta do projeto de orçamento anual para apreciação da Diretoria antes de sua remessa à Assembléia Geral; d) movimentar as contas bancárias em conjunto com o



Atalo César M. de Aguiar
Advogado OAB, CE 10.005

Presidente; e) apresentar anualmente à Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal, as demonstrações financeiras, o relatório de atividades, o balanço fiscal e o balanço patrimonial da Fundação; f) ter sob sua guarda os livros e documentos relativos à tesouraria; g) controlar e supervisionar a aquisição de materiais de qualquer natureza; h) zelar pelo patrimônio da Fundação.

Art. 24 - O Conselho Fiscal será composto de 02 (dois) membros eleitos pela Assembleia Geral .

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

Art. 25 - Compete ao Conselho Fiscal: a) examinar os livros de escrituração da entidade; b) examinar o balancete apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito; c) apreciar balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria; d) opinar sobre aquisição e alienação de bens ou constituição de ônus sobre os mesmos.

Parágrafo Único - O Conselho reunir-se-á ordinariamente cada ano e até o último dia útil de Julho.

Art. 26 - As atividades dos Diretores e Conselheiros serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer bonificação ou vantagem.

CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO.

Art. 27 - O CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO será composto de 02 (dois) membros efetivos residente no País, de reconhecida capacidade cultural, com mandato de 05 (cinco) anos, nomeados pela Assembleia Ge



CE M. das Comendado
32

Art. 29 – O patrimônio da Fundação, é constituído: a) pela dotação livre e inicial dos seus instituidores no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) sendo R\$ 3.000,00(três mil reais) por MARLOS COSTA DE ANDRADE ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por MARIA REGINA MARCELINO ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por LEODENES ALVES FERREIRA ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por DOMINGAS FREITAS DE LACERDA ;R\$ 3.000,00 (três mil reais) por MARIA CÉLIA SOARES MOTA DIAS ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por ARI REIS LOIOLA ; b) pelos bens ou direitos adquiridos ou concedidos à entidade por qualquer forma legalmente admitida; c) pelas doações, auxílios, benefícios, legados e subvenções que venham a ser feitos ou concedidos por pessoas físicas ou

11

jurídicas, de direito público ou privado; d) rendas e juros resultantes de operações bancárias.

§ 1º - A FUNDAÇÃO não distribuirá seus resultados econômicos e financeiros, podendo incorporá-los ao patrimônio ou criar reservas especiais com a finalidade de atender a seus objetivos.

§ 2º - A FUNDAÇÃO tem autonomia patrimonial, administrativa e financeira, inclusive frente a seus instituidores, podendo receber doações com ou sem encargos, de pessoas físicas ou jurídicas, firmar contratos, convênios ou acordos com a finalidade de atender a seus objetivos.

CAPÍTULO IV - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 30 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 31 - Até o dia 30 de novembro de cada ano, o Presidente apresentará à Assembleia Geral a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas, separadamente, as receitas e as despesas de capital e operação.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - Os integrantes da Fundação não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Fundação.

Art. 33 - Os integrantes dos órgãos da Fundação são pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que, com dolo ou culpa, causem danos à instituição, bem como, nas mesmas condições, a terceiros. **PARÁGRAFO ÚNICO** - É vedado aos integrantes dos órgãos da Fundação conceder aval ou fianças em nome da instituição.

Art. 34 - Os estatutos da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, poderão ser alterados, sendo

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado. Dou fé

06 SET. 2012

Mombaca - CE

Seal of the Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Seal of the Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

Seal of the Advogado OAB, Ceará

Francisco Alves Veras Titular

Josefian Alves Veras Substituto

Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto

Jorge Andre Batista Veras Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

indispensável o pronunciamento da maioria dos membros da Assembléia Geral.

§ 1º - As alterações dos estatutos, dependerão de prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações e do Ministério da Educação e só terão validade uma vez aprovados pelos representantes do Ministério Público competente e devidamente registrados no cartório de registro público.

§ 2º - As alterações dos estatutos e do regimento, não poderão, em hipótese alguma, contrariar os objetivos da Fundação.

Art. 35 - Ocorrendo dissolução da Fundação, os bens que integram seu acervo patrimonial passarão a pertencer a instituições ou pessoas físicas designadas pelos seus associados em assembléia geral instituída, entre outros, para esse objetivo, constando em Ata a decisão em apreço.

Art. 36 - Em casos omissos A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, reger-se-á pelas normas de direito privado relativos às Fundações e por normas complementares que venham a ser baixadas por seu Presidente, na esfera de sua competência. Finda a leitura o Presidente pôs em discussão o projeto do Estatuto e, como ninguém se manifestou a respeito, foi o mesmo submetido à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida procedeu-se a eleição dos membros dos órgãos da administração da Fundação, conforme o Estatuto, apurando-se o seguinte resultado: Foi eleito por aclamação, Presidente da Assembléia Geral, bem como, Presidente da Diretoria Executiva, o Sr. MARLOS COSTA DE ANDRADE, brasileiro, CPF N.º 655.648.983-20, RG N.º 990.104.218-49 SSP-CE, residente e domiciliado na Rua J. da Penha 631



Ata César M. de Aguiar
Advogado OAB/CE nº 10.655

35
SE
das Com
Ncações
- 3507

Apto. 1301 – bairro centro - Fortaleza - CE ; **Diretora Administrativa MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, brasileira, CPF N.º 318.076.313-20 , RG n.º 812.902-84 – SSP-CE , residente e domiciliado à Avenida Coronel Lourenço Feitosa 84 – bairro centro, – Tauá - Ce ; **Diretor Financeiro RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO**, brasileiro, CPF N.º 302.897.933-00 , RG N.º 302.897.933-00 – SSP-Ce, residente e domiciliado na Avenida Padre Antônio Tomaz 2.400 APTO. 101 – bairro Aldeota - Fortaleza - Ce; Conselho Fiscal : LEODENES ALVES FERREIRA, brasileiro, CPF N.º 614.800.883 - 15 , RG N.º 950.190.007 - 89 – SSP-Ce, residente e domiciliado na Rua Joaquim Alfredo 341 – bairro Mondubin - Fortaleza - Ce ; DOMINGAS FREITAS DE LACERDA , brasileira, CPF N.º 154.488.943-72 , RG N.º 2001010445942 -SSP-Ce, residente e domiciliada à Rua Tenente Tito Barros 341 – Bloco 5- Apto. N.º 203 – Quadra 14 – Residencial Green Park – bairro Cajazeiras -Ce ; Conselho de Programação: MARIA CÉLIA SOARES MOTA DIAS , brasileira , CPF N.º 093.472.083 - 53, RG N.º 717929 - SSP-CE , residente à Avenida Coronel Alexandrino de Sousa n.º 58 - bairro Tauazinho – Tauá-Ce ; ARI REIS LOIOLA, brasileiro, CPF N.º 828.538.390 - 68, RG N.º 19440981 - SSP-CE, residente à Rua Professor Costa Mendes 873 – bairro Damas – Tauá-Ce; todos já qualificados no preâmbulo desta. Após a apuração, a Presidente da Assembléia Geral de constituição da Fundação assumiu o exercício de suas funções, empossando de imediato os demais membros da Administração. Em seguida a Presidente da Assembléia Geral, informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida para esta Assembléia, esclarecendo que aprovada a respectiva ata pelos presentes, a cópia autêntica deverá ser



A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado. Dou fe
AUTENTICAÇÃO
Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

SET. 2012

SECEM das Comunicações 36

encaminhada ao Ministério Público, para aprovação, na forma dos Artigos 1.200 do C. P. C. (Código de Processo Civil), combinados como Artigo 27 do C.C. (Código Civil), devendo ainda, ser lavrado a escritura pública de constituição, como está previsto no Artigo 24 do Código Civil, publicado o estatuto no Diário Oficial do Estado e finalmente, processada a inscrição da Fundação no registro civil de pessoas jurídicas, de acordo com o artigo 18 do Código Civil e artigos 114,120 e 121 da Lei número 6.015/73. Prosseguindo o Presidente facultou a palavra aos presentes, os quais não quiseram fazer uso, determinou a suspensão pelo tempo necessário a lavratura desta ata que em seguida foi aprovada e assinada por todos os presentes.

CARTÓRIO
ALEXANDRINO
NOGUEIRA

MARLOS COSTA DE ANDRADE

MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES

RAIMUNDO WAYNEY DE ALENCAR CASTRO

LEODENES ALVES FERREIRA

DOMINGAS FREITAS DE LACERDA

MARIA CÉLIA SOARES MOTA DI

ARI REIS LOIOLA



REPORTE A FIRMA POR SEMELHANÇA de MARLOS COSTA DE ANDRADE em 16 DEZ. 2008. TAUA-CE EM TESTEMUNHO DA VERDADE BEL AGILDO P. NOGUEIRA TABELAO BRUNA E SILVA NOGUEIRA - SUBSTITUA

Escrevente Autorizada

AUTENTICACAO

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fe

08 SET. 2012

Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas

Agil

Taua

CERTIDAO DE AVERBAÇÃO

TIPO que averba a margem do registro sob AV 02, Fls 278/285 do REGISTRO CIVIL DE SOAS JURIDICAS, a presente Ata. O referido

Taua-CE 14 de dezembro de 2009

AGILDO PEREIRA NOGUEIRA - OFICIAL

Escrevente Autorizada

15



REPORTE A FIRMA POR SEMELHANÇA de MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES em 16 DEZ. 2008. TAUA-CE EM TESTEMUNHO DA VERDADE BEL AGILDO P. NOGUEIRA TABELAO BRUNA E SILVA NOGUEIRA - SUBSTITUA

Escrevente Autorizada

OFÍCIO NOTARIAL
REGISTRAR
TUA-CE

AVERBADO

37
37
37

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

Aos 02(dois) dias do mês de outubro do ano de 2009(dois mil e nove) às 18:00 (dezoito) horas, na cidade de Tauá, Estado do Ceará, à Rua Coronel Lourenço Feitosa 231 – bairro Centro – Tauá – Ce , sob a Presidência do Senhor Marlos Costa de Andrade , reuniram-se os membros da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, todos adiante nomeados , com a finalidade de alterar os Estatutos da referida Fundação. Convidou a mim Maria Regina Marcelino Gonçalves , para secretariar os trabalhos . Aberto os trabalhos, a Presidente declarou que: a) Sendo do conhecimento de todos os presentes, esta Assembléia Geral objetiva tratar da alteração dos Estatutos tendo em vista que após ter sido encaminhado ao Ministério Público para apreciação , através da 2.ª Promotoria de Justiça de Tauá, foi solicitada alteração dos artigos 29 , 34 e 35 , bem como inserção do que ora dispõe o artigo 68 da CC no tocante a minoria vencida. Em seguida, o Presidente determinou que fosse feita a leitura das alterações ao Estatuto, pela Secretária, conforme a seguir: **"- Alterações ao Estatuto da**

Fundação Cultural Terra dos Inhamuns - ALTERADO:

Art. 29 - § 1º - A FUNDAÇÃO não distribuirá seus resultados econômicos e financeiros, devendo incorporá-los ao patrimônio ou criar reservas especiais com a finalidade de atender a seus objetivos. **Art.34 –**

Os estatutos da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, poderão ser alterados, sendo indispensável o pronunciamento do quorm especial de 2/3 dos membros da Assembléia Geral, para deliberação. **Art. 67** - A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado e assinado. **Código Civil, Mombaca - CE**



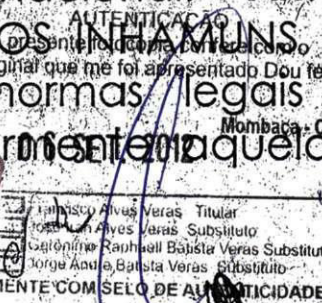
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado e assinado.
Código Civil, Mombaca - CE
06-SET-2012

Francisco Alves Veras - Tabelião
José Ivan Alves Veras - Substituto
José Ivan Alves Veras - Substituto
José Ivan Alves Veras - Substituto
José Ivan Alves Veras - Substituto

Art. 35 – Ocorrendo dissolução da Fundação, os bens que integram seu acervo patrimonial passarão à Irmandade Beneficiária da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza Endereço: Rua Barão do Rio Branco nº 20; Centro; Fortaleza; CEP 60025-062 Telefone/Fax: (85) 231.9465 Fax. 231.9465 E-mail : stamis@insoft.softex.br designada pelos seus associados em assembléia geral instituída, entre outros, para esse objetivo, constando em Ata a decisão em apreço. **INSERIDO: Art.34 - § 3.º** - De acordo com o que dispõe o artigo 68 do Código Civil, quando a alteração dos Estatutos da Fundação não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias. Após a leitura da inserção e das alterações no Estatuto da Fundação, o Presidente submeteu à aprovação sendo aprovado por unanimidade dos presentes. O Presidente solicitou a transcrição do Estatuto com as alterações aprovadas que passou a ter o seguinte teor: “-

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS - CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO,

FINALIDADE, SEDE E DURAÇÃO: Art. 1 - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico e cultural, que terá duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Tauá, Estado do Ceará, à Rua Coronel Lourenço Feitosa N.º - bairro Centro - Tauá - Ce e atuação em todo o território nacional. **Art. 2** - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, é regida por este Estatuto e pelas normas legais que lhes forem aplicáveis e por aquelas constantes dos



29

artigos 62 a 69 do novo Código Civil Brasileiro e artigos 1199 a 1204 do Código de Processo Civil e Legislação Complementar.

Art. 3 - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, tem por objetivo geral o patrocínio, o apoio e o incentivo a programas e projetos que visem desenvolver junto à comunidade, o desenvolvimento das pessoas através de informações sobre todas as áreas do conhecimento humano, bem como propiciar o conhecimento teórico e prático da importância da tecnologia da informação nas Escolas Públicas dos municípios da região dos Inhamuns, podendo ser estendido aos demais municípios cearenses.

Art. 4 - Constituem objetivos específicos prioritários: **a** .Desenvolver programas de educação com a sociedade em geral, visando despertar a consciência dos poderes públicos, das entidades civis e da população em geral para a importância da defesa da preservação do patrimônio natural, cultural e de memória; **b**. Realizar atividades que visem educar a população, especialmente aquela menos privilegiada e mais carente, em todos os sentidos, a aprender como aprender, principalmente no que respeita aos desafios de de um mundo novo onde o conhecimento e uso da tecnologia da informação são de uma importância para o desenvolvimento pessoal e profissional do ser humano; **c** . Intermediar a doação de equipamentos de informática e afins advindos de pessoas físicas e jurídicas para as escolas da rede pública dos municípios da região dos Inhamuns e demais municípios cearenses; **d** . Prestar assessoria técnica econômica, jurídica, educacional e política à associações comunitárias, sindicatos, cooperativas, órgãos governamentais e outras entidades, visando a melhoria da qualidade de suas



AUTENTICACÃO
original que me foi apresentado Dou fé
Mombaca - CE
Francisca Alves Veras - Titular
José Iran Alves Veras - Substituto
Geronimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras - Substituto
FUNDANDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

ações no campo da defesa da vida; e . Realizar convênios com governos e entidades nacionais ou internacionais afins, objetivando implantar programas , projetos e planos que busquem desenvolver formas de expressão, modos de criar e fazer processos de preservação e proteção do patrimônio natural e cultural , inclusive histórico,arquitetônico , bibliotecas, museus , arquivos e demais acervos; f . Apoiar, patrocinar e promover as atividades esportivas ou de diversão, ligadas ao interesse comunitário e a divulgação dos valores regionais; g. Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias carentes, especialmente em questões fundamentais, como: saúde , educação , aperfeiçoamento profissional, serviços emergenciais, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias , campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade. h. Habilitar-se para receber subvenções e verbas de entidades oficiais e particulares , nacionais e estrangeiras , visando atender os objetivos propostos bem como, de acordo com a Lei N.º 9.790/99; i .Executar serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa e cultural, com seus programas estabelecidos pelo seu Conselho de Programação, tendo como escopo promover o desenvolvimento cultural e técnico-científico, abrangendo todos os níveis de ensino e sob responsabilidade da Diretoria Executiva que, no sentido aqui formalmente definido, explorará todas as modalidades de radiodifusão sonora de sons e imagens que lhe forem outorgadas pelo Ministério das Comunicações. j . Estabelecer



Autenticado em 03/11/2023
original que me foi apresentado Dou fe
Mombaca - CE
16/11/2023
Francisco Alves Veras - Titular
José Ivan Alves Veras - Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras - Substituto
Jorge André Balbino Veras - Substituto
VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

contratos com emissoras de Rádio e Televisão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos; I. Executar serviços especiais de retransmissão ou distribuição de sinais de rádio e / ou televisão em regime simultâneo ou misto, atendendo aos objetivos de serviços comunitários informativos e de programas de interesse da comunidade. **Art. 5** - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS implantará, progressivamente, os objetivos estabelecidos neste artigo, de acordo com os recursos disponíveis, observando-se as formas viáveis de sua exeqüibilidade, cabendo ao Conselho Superior a definição de suas prioridades. **Parágrafo Único** - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS poderá manter serviços subsidiários de natureza educativa em caráter comunitário, desde que esteja habilitada financeiramente e sem prejuízo das suas atividades e finalidades principais. **Art. 6** - A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados, em consonância com seus objetivos. **Art. 7** - Nas atividades de radiodifusão educativa, comunitária, devidamente autorizadas, a FACOSEDI se compromete a: Reservar 20% (vinte por cento) do tempo total de sua programação para a veiculação de programas produzidos, fornecidos ou orientados pelo órgão competente do Governo Federal, responsável pela coordenação a nível nacional, da área de tecnologia educacional; b) Manter a disposição do Ministério da Educação a programação produzida, para fins de veiculação em emissoras educativas de outros Municípios, Estados e da União; c) Permitir, a qualquer tempo, que estabeleça de ensino superior do Município e dos Municípios, pelo alcance da emissora,



AUTENTICAÇÃO
A presente cópia contém o conteúdo original que me foi apresentado. Doufe.
06 SET. 2012
Mombaca - CE
Francisco Alves Vitor, Titular
José Luciano de Sales, Substituto
Guilherme Raphael Batista Vitor, Substituto

possam participar da programação, mediante convênio, e/ou acordo a serem firmados entre as partes; d) Participar do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED, ou de outros sistemas que vier a substituí-lo com as mesmas finalidades;

Parágrafo Único – Sem quaisquer fins lucrativos, a FUNDAÇÃO aplicará todos os recursos que obtiver com o desenvolvimento de suas atividades na realização de seus objetivos altruísticos – educacionais e culturais.

CAPÍTULO II- – ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO.

Art. 8 - A organização administrativa da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, é constituída dos seguintes órgãos: I – ASSEMBLÉIA GERAL, órgão deliberativo; II – DIRETORIA, órgão executivo; III – CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO, órgão supervisor de programas culturais e IV – CONSELHO FISCAL, órgão de controle interno.

- DO ÓRGÃO DELIBERATIVO - Art. 9 - A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, será constituída pelos fundadores, considerados como tais os que assinaram a escritura de constituição da FUNDAÇÃO.

Art. 10 - A Assembléia Geral elegerá o Presidente, a quem é conferida a incumbência de convocar e presidir as reuniões, cabendo-lhe, além do voto de integrante da Diretoria, o voto de desempate.

Art. 11 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada trimestre (em janeiro, abril, julho e outubro) e extraordinariamente por convocação do Presidente ou dos Instituidores em número de 07 (sete) .

Art. 12 - As reuniões da Assembléia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, por notificação pessoal escrita, indicando as matérias a serem discutidas e votadas, sendo esta notificação impossível, ser-
se-
de edital p

AUTENTICAÇÃO
original que me foi apresentado por

Mombaca - CE

1725 03
AUTENTICAÇÃO
Nº FB 659.779

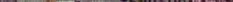
VALIDO
QUENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

nas Comarca
43

cujos textos constará a ordem do dia. **Parágrafo Único** - As Assembleias instalar-se-ão, em primeira convocação, com maioria de seus membros, e, em segunda convocação, com qualquer número. **Art. 13** - São atribuições da Assembleia Geral: a) eleger o Presidente e os integrantes da Diretoria da Fundação; b) apreciar os relatórios e contas da Diretoria, os balanços gerais patrimoniais, demonstrativos operacionais das aplicações de recursos, examinando os livros contábeis e papéis de escrituração da Fundação e dos serviços, estabelecimentos e entidades por ela mantidos, requisitando as informações que julgar necessárias, depois do parecer do Conselho Fiscal; c) promover a fiel observância deste Estatuto, podendo alterá-lo, em conjunto com a Diretoria, somente mediante prévia anuência do Ministério Público, do Ministério das Comunicações e do órgão coordenador da área de tecnologia educacional; d) aprovar o orçamento da Fundação proposto pela Diretoria, bem como o Regimento Interno; e) autorizar proposta da Diretoria para aquisição ou alienação de bens da Fundação, ou constituição de ônus sobre os mesmos; f) conferir título de benemérito da Fundação a pessoas físicas ou jurídicas que, a critério da Diretoria, sejam consideradas deles merecedoras; g) dar orientação geral no sentido de serem observadas as finalidades da Fundação e orientar a Diretoria em tudo que lhe for solicitado; h) exercer quaisquer outras atribuições decorrentes de Lei, deste Estatuto, bem como do Regimento Interno da Fundação, em matérias de sua competência; i) nomear os integrantes do Conselho de Programação dentre pessoas de reconhecida idoneidade e capacidade cultural, residente no País; j) deliberar sobre os casos omissos. l) aprovar, por



445 COMING
24/4

serviços de  serviços ou juízos do interesse da



de
je a

revestir

bonitando

ainda pelo seu arquivamento. **Art. 23** – Compete ao Diretor Financeiro: a) dirigir e supervisionar o serviço de Tesouraria; b) organizar e manter a escrituração do movimento econômico e financeiro da Fundação; c) elaborar minuta do projeto de orçamento anual para apreciação da Diretoria antes de sua remessa à Assembleia Geral; d) movimentar as contas bancárias em conjunto com o Presidente; e) apresentar anualmente à Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal, as demonstrações financeiras, o relatório de atividades, o balanço fiscal e o balanço patrimonial da Fundação; f) ter sob sua guarda os livros e documentos relativos à tesouraria; g) controlar e supervisionar a aquisição de materiais de qualquer natureza; h) zelar pelo patrimônio da Fundação. **Art.**

24 – O Conselho Fiscal será composto de 02 (dois) membros eleitos pela Assembleia Geral . **§ 1º** - O

mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria. **Art. 25** – Compete ao Conselho

Fiscal: a) examinar os livros de escrituração da entidade; b) examinar o balancete apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito; c) apreciar balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria; d) opinar sobre aquisição e alienação de bens ou constituição de ônus sobre os mesmos. **Parágrafo Único** – O Conselho reunir-se-á ordinariamente cada ano e até o último dia útil de Julho. **Art. 26** – As atividades dos Diretores e

Conselheiros serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer bonificação ou vantagem. **CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO. Art. 27** – O

CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO será composto de 02 (dois) membros efetivos residente no País, de reconhecida capacidade cultural, com mandato de 01 (um) ano, nomeados pela Assembleia Geral.



Parágrafo único – Toda a programação estabelecida pelo Conselho de Programação obedecerá as normas, leis e regulamentos atinentes à matéria.

Art. 28 – Compete ao Conselho de Programação: a) estabelecer as diretrizes gerais da programação veiculada por suas emissoras, obedecendo a legislação específica; b) elaborar a programação; c) analisar e aprovar a programação e outros centros de produção, para eventual veiculação em suas emissoras; d) produzir material impresso para utilização em conjunto com programas educativo – culturais de rádio e/ou televisão; e) promover a divulgação de trabalhos relacionados com ensino, pesquisa e serviços à comunidade, pelas formas mais adequadas; f) colaborar com planos dos Governos Municipal, Estadual e Federal, visando o desenvolvimento educacional e tecnológico da nação.

CAPÍTULO III – DO PATRIMÔNIO. Art. 29 – O patrimônio da Fundação, é constituído: a) pela dotação livre e inicial dos seus instituidores no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) sendo R\$ 3.000,00(três mil reais) por MARLOS COSTA DE ANDRADE ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por LEODENES ALVES FERREIRA ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por DOMINGAS FREITAS DE LACERDA ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por MARIA CÉLIA SOARES MOTA DIAS ; R\$ 3.000,00 (três mil reais) por ARI REIS LOIOLA ; b) pelos bens ou direitos adquiridos ou concedidos à entidade por qualquer forma legalmente admitida; c) pelas doações, auxílios, benefícios, legados e subvenções que venham ou concedidos por pessoas físicas ou jurídicas ou jurídicamente constituídas; d) rendas e



03/09/2013

VALIDO QUANTO COM SELO DE AUTENTICIDADE

juros resultantes de operações bancárias. § 1º - A FUNDAÇÃO não distribuirá seus resultados econômicos e financeiros, devendo incorporá-los ao patrimônio ou criar reservas especiais com a finalidade de atender a seus objetivos. § 2º - A FUNDAÇÃO tem autonomia patrimonial, administrativa e financeira, inclusive frente a seus instituidores, podendo receber doações com ou sem encargos, de pessoas físicas ou jurídicas, firmar contratos, convênios ou acordos com a finalidade de atender a seus objetivos. **CAPÍTULO IV – DO EXERCÍCIO FINANCEIRO** - **Art. 30** - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil. **Art. 31** - Até o dia 30 de novembro de cada ano, o Presidente apresentará à Assembléia Geral a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas, separadamente, as receitas e as despesas de capital e operação. **CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 32 - Os integrantes da Fundação não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela Fundação. **Art. 33** - Os integrantes dos órgãos da Fundação são pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que, com dolo ou culpa, causem danos à instituição, bem como, nas mesmas condições, a terceiros. **PARÁGRAFO ÚNICO** - É vedado aos integrantes dos órgãos da Fundação conceder aval ou fianças em nome da instituição. **Art. 34** - Os estatutos da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, poderão ser alterados, sendo indispensável o pronunciamento do quórum especial de 2/3 dos membros da Assembléia Geral, para deliberação de modificação dos Estatutos, conforme artigo 67, inciso I do Código Civil. § 1º - As alterações dos estatutos dependerão de prévia autorização do órgão competente do Ministério das Comunicações e

06 SET 2017
A presente fotocópia confere com o original que está arquivado no DDT
Mombasa-CE
Francisco Alves Viana, Titular
José Iliar Alves Viana, Substituto
Gervânio Raimundo Batista Viana, Substituto
Jorge Antônio Batista Viana, Substituto
Frente com selo de autenticidade



do Ministério da Educação e só terão validade uma vez aprovados pelos representantes do Ministério Público competente e devidamente registrados no cartório de registro público. **§ 2º** - As alterações dos estatutos e do regimento, não poderão, em hipótese alguma, contrariar os objetivos da Fundação. **§ 3.º** - De acordo com o que dispõe o artigo 68 do Código Civil, quando a alteração dos Estatutos da Fundação não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias. **Art. 35** - Ocorrendo dissolução da Fundação, os bens que integram seu acervo patrimonial passarão a Irmandade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza Endereço: Rua Barão do Rio Branco nº 20; Centro; Fortaleza; CEP 60025-062 Telefone/Fax: (85) 231.9465 Fax. 231.9465 E-mail : stamis@insoft.softex.br designada pelos seus associados em assembleia geral instituída, entre outros, para esse objetivo, constando em Ata a decisão em apreço. **Art. 36** - Em casos omissos, a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, reger-se-á pelas normas de direito privado relativos às Fundações e por normas complementares que venham a ser baixadas por seu Presidente, na esfera de sua competência". Em seguida a Presidente da Assembleia Geral Extraordinária, informou que estava esgotada a ordem do dia estabelecida para esta Assembleia, esclarecendo que aprovada a respectiva ata pelos presentes, sua cópia autêntica deverá ser encaminhada ao Ministério Público, para aprovação na forma dos Artigos 1.200 do C. P. C. (Código de Processo Civil), combinados como Artigo 27 do Código de Processo Civil, devendo ainda, ser



A presente fotocópia confere com o original existente no Juízo do Juízo do

06 SET 2012

Francisco Alves Veras - Titular
José Francisco Veras - Substituto
Guilherme Raphael Batista Veras - Substituto
Antônio André Batista Veras - Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

lavrado a escritura pública de constituição, como está previsto no Artigo 24 do Código Civil, e finalmente, processada a inscrição da Fundação no Registro Civil de pessoas jurídicas, de acordo com o artigo 18 do Código Civil e artigos 114, 120 e 121 da Lei número 6.015/73. Prosseguindo o Presidente facultou a palavra aos presentes, os quais não quiseram fazer uso, determinou a suspensão pelo tempo necessário a lavratura desta ata que em seguida foi aprovada e assinada por todos os presentes.

CARTÓRIO
ALEXANDRINO
NOGUEIRA

RTY
ANU...
EIRA

MARLOS DOSTA DE ANDRADE

MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES

RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO

LEODENES ALVES FERREIRA

DOMINGAS FREITAS DE LACERDA

MARIA CÉLIA SOARES MOTA DIAS

ARI REIS LOIOLA

Minelina F. Costa
Advogada
OAB-CE 8484

CERTIDÃO DE AVERBAÇÃO

CERTIFICO que averbei à margem do registro Nº 063 sob AV. 01 Fls. 278/285 do livro 195 do REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, a presente escritura é verdadeira Dou fe.

Tauá-CE 09 de Dezembro de 2009

AGILDO PEREIRA

Agildo Pere
Taub



SELO DE AUTENTICIDADE FUNDOS ESPECIAIS PARA O REGISTRO CIVIL RECONHECIMENTO DE FIRMA 02 AU 720948	RECONHEÇA A FIRMA POR AUTENTICIDADE: <input type="checkbox"/> SEMELHANÇA <input checked="" type="checkbox"/> <u>assinatura</u>
	VALIDO SOMENTE EM TESTEMUNHO DA VERDADE BEL AGILDO NOGUEIRA TABELIAO BRUNA E SILVA NOGUEIRA - SUBSTITUTA

SELO DE AUTENTICIDADE FUNDOS ESPECIAIS PARA O REGISTRO CIVIL RECONHECIMENTO DE FIRMA 02 AU 720949	RECONHEÇA A FIRMA POR AUTENTICIDADE: <input type="checkbox"/> SEMELHANÇA <input checked="" type="checkbox"/> <u>assinatura</u>
	VALIDO SOMENTE EM TESTEMUNHO DA VERDADE BEL AGILDO NOGUEIRA TABELIAO BRUNA E SILVA NOGUEIRA - SUBSTITUTA

SELO DE AUTENTICIDADE FUNDOS ESPECIAIS PARA O REGISTRO CIVIL RECONHECIMENTO DE FIRMA 02 AU 720949	RECONHEÇA A FIRMA POR AUTENTICIDADE: <input type="checkbox"/> SEMELHANÇA <input checked="" type="checkbox"/> <u>assinatura</u>
	VALIDO SOMENTE EM TESTEMUNHO DA VERDADE BEL AGILDO NOGUEIRA TABELIAO BRUNA E SILVA NOGUEIRA - SUBSTITUTA

51
Seção de Comunicação Social

AVERBADO

2º OFÍCIO NOTARIAL E REGISTRAL
Taubaté - CE

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

Aos 08(oito) dias do mês de novembro do ano de 2011(dois mil e onze) às 18:00 (dezoito) horas, na cidade de Tauá, Estado do Ceará, à Rua Coronel Laurence Feitosa 231 – bairro Centro – Tauá – Ce , sob a Presidência do Senhor Marlos Costa de Andrade , reuniram-se os membros da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, todos adiante nomeados , com a finalidade de tratar de assuntos pertinentes à administração da Fundação, face ao pedido de renúncia de dois diretores, para que possa eleger os novos diretores, além de sugerir a implantação de Filiais da Fundação nos municípios de Juazeiro do Norte – Ce e Quixeramobim – Ce. Convidou a mim Maria Regina Marcelino Gonçalves, para secretariar os trabalhos. Aberto os trabalhos, a Presidente declarou que: a) Estava apresentando dois nomes para a Inclusão de novos associados à Fundação, ou seja, a Filiação de: Ítalo César Moreira de Aguiar, RG n.º OAB – CE 10.065 , CPF n.º 261.062.213 – 91 , residente à Rua Barão de Aracati 2715 Apto. 1201 – Joaquim Távora – Fortaleza - Ce ; Cássio Felipe Goes Pacheco, RG n.º 98010213852 – SSP – Ce , CPF n.º 865540423 – 34 , residente à Rua Pereira de Miranda 955 , Apto. 102 – Papicu – Fortaleza - Ce . b) Sendo do conhecimento de todos os presentes, esta Assembleia Geral objetiva tratar do Pedido de Renúncia de 02 (dois) Diretores que não estão conseguindo conciliar as atividades da Fundação com as suas demais atividades profissionais ,sendo eles, Raimundo Walney de Alencar Castro e Maria Célia Soares Mota Dias, portanto a necessidade de elegermos dois associados como membros da Diretoria nos cargos vagos. c) Decidir sobre a implantação de Filiais da Fundação nos municípios de Juazeiro do Norte – Ce e

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado.

06 SET. 2012



Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Geronimo Raphael Batista Veras Substituto
Dorge André Batista Veras Substituto
SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Quixeramobim - Ce. Sendo em Juazeiro do Norte
Ce : Avenida Prefeito Carlos Cruz 1311 - Salesiano -
Cep 63180 - 000 Juazeiro do Norte - Ce e em
Quixeramobim : Rua Monteiro Filho n.º 10 - Centro -
63.800- 000 - Quixeramobim - Ce Em seguida, o
Presidente solicitou que os presentes se manifestassem
sobre os assuntos supramencionados, bem como,
indicou o nome do SR. **ITALO MOREIRA DE AGUIAR**
para **Diretor Financeiro** e o nome do Sr. **CÁSSIO FELIPE**
GOES PACHECO para Membro do Conselho de
Programação, tendo a unanimidade de aprovação
dos associados.

Prosseguindo o Presidente facultou a palavra aos
presentes, os quais agradeceram o trabalho
executado pelos companheiros que entregaram os
seus cargos, desejaram aos novos associados e eleitos
membros da Diretoria da Fundação êxito nas novas
funções. O Presidente deu posse aos novos Diretores e
determinou a suspensão pelo tempo necessário a
lavratura desta ata que em seguida foi aprovada e
assinada por todos os presentes.

Marios Costa de Andrade
MARIOS COSTA DE ANDRADE - PRESIDENTE

Maria Regina Marcelino Gonçalves
MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES - DIRETORA ADMINISTRATIVA

Italo Cesar Moreira de Aguiar
ITALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR - DIRETOR FINANCEIRO

Leodenes Alves Ferreira
LEODENES ALVES FERREIRA - MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Domingas Freitas de Lacerda
DOMINGAS FREITAS DE LACERDA - MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Ari Reis Loiola
ARI REIS LOIOLA - MEMBRO DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO

Cássio Felipe Goes Pacheco
CÁSSIO FELIPE GOES PACHECO - MEMBRO DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO

Raimundo Walney de Alencar Castro
RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO

Maria Célia Soares Mota Dias
MARIA CÉLIA SOARES MOTA DIAS



CERTIDÃO DE AVERBAÇÃO

Certifico para os devidos fins que a presente ata encontra-se averbada no livro A-5, fls.278/285, AV 003, sob n.º de ordem 063, em 16 de Novembro de 2011, no cartório do 2.º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta comarca, estando devidamente averbada sob os ditames da Lei n.º 6.015 de 1973 e, conseqüentemente, por suas posteriores atualizações.

Tauá-CE, 16 de Novembro de 2011.

Agildo Pereira Nogueira
TITULAR DO RCPJ

Terezinha e S. Nogueira
ESCREVENTE AUTORIZADA

A presente cópia conferida com o original que me foi apresentada.

06.11.2012

Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Valido somente com selo de autenticidade

Selo 11/N.º AD 766.835

REGISTRO:

Emolumentos R\$— 28,44

Fermoju R\$— 1,79

Ferc R\$— 3,08

Total R\$— 33,31

PERNOTAÇÃO:

Emolumentos R\$— 26,84

Fermoju R\$— 2,39

Total R\$— 29,23

OFÍCIO DE NOTARIADO
CARTÓRIO ALEXANDRINO NOGUEIRA



Reconheço a FIRMA de ☐ AUTENTICIDADE

☒ SEMELHANÇA de *Agildo Pereira Nogueira*

em *16 de Novembro de 2011*

em *Tauá-CE*

em *16 NOV 2011*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

em *DA VERDADE*

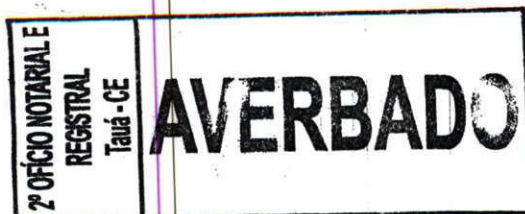
em *DA VERDADE*

DIGITADA POR:

Larissa Tayna Carvalho Benevides

(ESCREVENTE AUTORIZADA)

Tauá-CE, 16 de Novembro de 2011.



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

Aos 3 (Três) dias do mês de Setembro de 2012 (Dois Mil e Doze), às 18:00 (Dezoito) horas, no Município de Tauá, Estado do Ceará, na Rua Coronel Lourenço Feitosa nº 231 – Bairro Centro, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os membros da Assembléia Geral desta FUNDAÇÃO (Artigo 9º do Estatuto Social), convocada pelo Diretor - Presidente, conforme previsão insculpida no Estatuto Social e por meio de notificação pessoal (Artigos 10 e 12). O Presidente desta Assembléia, **SR. MARLOS COSTA DE ANDRADE**, convidou a mim, **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, para secretariar os trabalhos, com a finalidade única de deliberar sobre abertura de filiais. O Presidente lembrou aos presentes que esta Fundação irá participar do procedimento administrativo seletivo, Aviso de Habilitação nº 04/2012, originário do Ministério das Comunicações, que tem como objeto a outorga de permissão, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada (F.M.), fins exclusivamente educativo, nos Municípios de Acopiara, Mombaça e Caucaia, todos no Estado do Ceará. Para que esta Fundação possa participar do processo seletivo, faz-se mister abrir filiais nos Município acima, conforme determinação insita na Portaria Ministerial nº 355, de 12 de Julho de 2.012. O **SR. ITALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR**, lembrou, que existe previsão estatutária para abertura de filiais, e apresentou, para apreciação dos membros presentes desta Assembléia, os locais sugeridos para abertura das filiais

ACOPIARA – CEARÁ

**Avenida Pedro Alves nº 410 – Centro
CEP: 63.560-000**

MOMBAÇA – CEARÁ

**Travessa Doutor Ariosvaldo Costa nº 188 – Centro
CEP: 63.610-000**

CAUCAIA – CEARÁ

Rua Santo Expedito nº 252 – Jardim Icarai



O Presidente submeteu a votação dos membros desta assembléia, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente agradeceu a presença de todos e lembrou que a presente ata deverá ser registrada no Cartório competente, bem como ser providenciado a documentação hábil, visando a abertura das filiais perante a Secretaria da Receita Federal. Em seguida o Presidente informou que estava esgotada a ordem o dia estabelecida e encerrou a reunião. E, sem mais para o momento, eu, **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, lavrei a presentes ata, que vai assinada por todos os membros presentes nesta Assembléia.

MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor-Presidente

MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES
Diretora – Administrativa

ITALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR
Diretor – Financeiro

LEODENE ALVES FERREIRA
Conselho Fiscal

~~Dra. Rosa F. Rojas~~
~~OABCE 2379~~

Tauá

Cartório 2º ofício



CERTIDÃO DE AVERBAÇÃO

Mombaca - CE

06 SET. 2012

Certifico para os devidos fins que a presente ata encontra-se averbada no livro A-5, fls. 278/285, AV- 004, sob n.º de ordem 063, em 05 de Setembro de 2012, no cartório do 2.º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta comarca, estando devidamente averbada sob os ditames da Lei n.º 6.015 de 1973 e, conseqüentemente, por suas posteriores atualizações.

Tauá-CE, 05 de Setembro de 2012.

Larissa Tayná Carvalho Benevides
Larissa Tayná Carvalho Benevides
Escrivente do RCPJ

da F. M. por	AUTENTICIDADE
LLT. M. A. de	
05 SET	
EMUNHO	DA VERDADE
JANE KEITYLA DE OLIVEIRA SOUZA - TABELIA	
MARIA AYRMAR DE OLIVEIRA - SUBSTITUTA	
LY TORQUATO OLIVEIRA - ESCRIVENTE	
LISSA TAYNA CARVALHO BENEVIDES - ESCRIVENTE	

Larissa Tayná Carvalho Benevides
ESCRIVENTE AUTORIZADA

da F. M. por	AUTENTICIDADE
LLT. M. A. de	
05 SET	
EMUNHO	DA VERDADE
JANE KEITYLA DE OLIVEIRA SOUZA - TABELIA	
MARIA AYRMAR DE OLIVEIRA - SUBSTITUTA	
LY TORQUATO OLIVEIRA - ESCRIVENTE	
LISSA TAYNA CARVALHO BENEVIDES - ESCRIVENTE	

Larissa Tayná Carvalho Benevides
ESCRIVENTE AUTORIZADA

Selo 11/ REGISTRO
Emolumentos R\$ 30,02
Ferrojo R\$ 1,89
Ferc R\$ 3,25
Total: R\$ 35,16

PRENOTAÇÃO
Emolumentos R\$ 28,33
Ferrojo R\$ 2,52
Ferc R\$ 0,00
Total: R\$ 30,85


Expedido	
Em:	
Seio	



DECLARAÇÃO

Declaro para devidos fins, que no Centro de Educação Ciência e Tecnologia dos Inhamuns-CECITEC tem atualmente 400 alunos Matriculados no referido centro.

Tauá - CE 05 de setembro de 2012


Prof. Dr. Antonio Charles Silvério
Diretor do CECITEC



DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Tauá, Estado do Ceará, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), com fins exclusivamente educativo, na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA**, caso venha a ser contemplada com a outorga, que a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação a ser veiculado pela emissora, serão privativas de Brasileiros Natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, conforme disposto no Artigo 222, § 2º da Constituição Federal.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2.012

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS


MARLOS COSTA DE ANDADRE
Diretor - Presidente

DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Tauá, Estado do Ceará, e filial na cidade de **Acopiara (CE)**, na Avenida Pedro Alves nº 410 – Centro, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), com fins exclusivamente educativo, na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA**, caso venha a ser contemplada com a outorga, que a produção e a programação da emissora atenderão os princípios ínsitos no Artigo 221 da Constituição Federal:

I – preferências as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção da cultural nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais definidos pela legislação aplicável ao serviço;

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2.012

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente

DECLARAÇÃO

À FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, inscrita no CNPJ/Ministério da Fazenda sob o nº 11.753.160\0001-28, por seus dirigentes, infra assinados, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, publicado no Diário Oficial da União, edição de 13\07\2012, originário do Ministério das Comunicações, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), com finalidade exclusivamente educativa, na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA**, junto ao Ministério das Comunicações, que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de Abril de 1.999, bem como as exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2.012.

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente


MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES
Diretora-Administrativa


ITALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR
Diretor-Financeiro



DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA** que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na cidade de **ACOPIARA**, Estado do **CEARÁ**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2.012

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente

DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Tauá, Estado do Ceará, com filial na cidade de **Acopiara (CE)**, na Avenida Pedro Alves nº 410 - Centro, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequencia Modulada (F.M.), com fins exclusivamente educativo, na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA**, que esta Fundação detêm os recursos financeiros necessários para a consecução do empreendimento.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2.012

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
CNPJ/MF: 11.753.160/000-23



BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.12.2.011

<u>ATIVO</u>	21.000,00
CIRCULANTE	
Disponível	21.000,00
Caixa Geral	21.000,00
Bancos c/movimento	-
Aplicação de Liquidez Imediata	-
Estoque	-
Realizável a curto prazo	-
Duplicatas a receber	-
Depósitos Judiciais – CONFINS/PIS	-
Valores a receber	-
Adiantamentos diversos	-
PERMANENTE	
Imobilizado	-
Veículos	-
Maquinas e equipamentos industriais	-
Móveis e Utensílios	-
Equipamentos de processamento de dados	-
Edificações e instalações industriais	-
<u>PASSIVO</u>	21.000,00
CIRCULANTE	
Obrigações sociais	-
Obrigações tributárias	-
Outras obrigações – ISS	-
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	-
PATRIMÔNIO LIQUIDO	21.000,00
Capital Social	21.000,00
Capital subscrito	21.000,00
(-) Capital a Integralizar	-
(-) Capital a Restituir	-

Tauá (CE), 31 de Dezembro de 2.011


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente


JOSÉ LOPES DE MESQUITA
Contador - CRC/CE 007643/0-7
CPF 121.250.833-53

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
CNPJ\MF: 11.753.160\0001-23



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2011.**

SEM MOVIMENTO

Marlos Costa de Andrade
MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente

José Lopes de Mesquita
JOSE LOPES DE MESQUITA
Contador - CRC/CE 007643/0-7
CPF 121.250.833-53

GRADE DE PROGRAMAÇÃO

SEGUNDA À SEXTA

HORÁRIO	PROGRAMA/TÍTULO	CONTEÚDO
05:30 ÀS 07:30	CAFÉ MUSICAL	MUSICAL, COM ENFOQUE NO RESGATE DOS VALORES AUTÊNTICOS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA, COM PREVALÊNCIA DE CANÇÕES SUAVES, COM VÁRIOS GÊNEROS E ESTILOS
07:30 ÀS 08:00	REPÓRTER MATUTINO	NOTICIOSO, COM REPORTAGENS E NOTÍCIAS DO MUNICÍPIO, ESTADO, PAÍS E MUNDO.
08:00 ÀS 11:00	PARADÃO SERTANEJO – 1ª EDIÇÃO	MUSICAL, FORRO, SERTANEJO UNIVERSITÁRIO, COM PARTICIPAÇÃO DOS OUVINTES
11:00 ÀS 12:00	NOTÍCIAS ESPORTIVAS	ESPORTIVO. PRINCIPAIS INFORMAÇÕES DO ESPORTE LOCAL, REGIONAL, NACIONAL E MUNDIAL.
12:00 ÀS 13:00	RELAX MUSICAL	MUSICAL. MÚSICA INSTRUMENTAL, NACIONAL E INTERNACIONAL. COMO: HERMETO PASCOAL, PICK FLOYD.
13:00 ÀS 16:00	PARADÃO SERTANEJO – 2ª EDIÇÃO	MUSICAL, FORRO, SERTANEJO UNIVERSITÁRIO, COM PARTICIPAÇÃO DOS OUVINTES
16:00 ÀS 18:00	ENCONTRO CULTURAL	CULTURAL. O OUVINTE DESCOBRIRÁ UM POUCO MAIS SOBRE A MÚSICA FOLCLÓRICA DE VÁRIOS LUGARES DO PAÍS.
18:00 ÀS 18:10	MOMENTO DE ORAÇÃO	RELIGIOSO.
18:10 ÀS 19:00	DEBATE VESPERTINO	INFORMATIVO. PROGRAMA COM ENTREVISTAS. ENFOQUE PARA A ÁREA DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, LAZER, CULTURA, POLÍTICA E NOTÍCIA DA REGIÃO.
19:00 ÀS 20:00	A VOZ DO BRASIL	INFORMATIVO, PRODUZIDO PELA RADIOBRÁS
20:00 ÀS 23:00	UNIVERSO LITERÁRIO	CULTURA. HISTÓRICO DA LITERATURA BRASILEIRA, ESCOLAS LITERÁRIAS, LITERATURA DE CORDEL. POESIA, PROSA, ROMANCE, TENDO COMO PÚBLICO ALVO, OS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

		DO MUNICÍPIO.
23:00 ÀS 00:00	CHORA BRASIL	PROGRAMA MUSICAL COM O QUE HÁ DE MELHOR DO CHORINHO.
00:00 ÀS 05:30	MADRUGADA MUSICAL	MÚSICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, COM PREVALENCIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA (MPB).
	FM REPÓRTER	PROGRAMA JORNALISTICO COM SEIS EDIÇÕES DIÁRIAS, COM DURAÇÃO MÉDIA DE QUATRO MINUTOS. PRIORIDADE PARA AS NOTÍCIAS LOCAL, ESTADUAL E NACIONAL. 09:00; 10:00; 13:00; 14:00; 16:00 E 17:00 HS.

GRADE DE PROGRAMAÇÃO

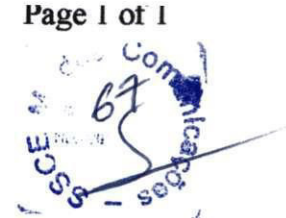
SÁBADO

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
05:30 ÀS 08:00	CAFÉ MUSICAL	MUSICAL, COM ENFOQUE NO RESGATE DOS VALORES AUTÊNTICOS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA, COM PREVALÊNCIA DE CANÇÕES SUAVES, COM VARIADOS GÊNEROS E ESTILOS
08:00 ÀS 09:00	A VOZ DO CAMPO	REPENTISTAS, CORDELISTAS, EMBOLADORES. INFORMAÇÕES DIVERSAS DIRIGIDAS AO HOMEM DO CAMPO, RELATIVAS A PECUÁRIA, AGRICULTURA, AGRONEGÓCIO. VALOR DE NEGOCIAÇÃO DA SAFRA NO MERCADO.
09:00 ÀS 14:00	SABADO MUSICAL	MUSICAL. DIVERSOS. COM PARTICIPAÇÃO DOS OUVINTES PELO TELEFONE E INTERNET.
14:00 ÀS 15:00	EMOÇÕES COM ROBERTO CARLOS	MUSICAL. MÚSICAS NA VOZ DO REI ROBERTO CARLOS. INCLUSIVE COM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS E DISCOGRÁFICAS.
15:00 ÀS 18:00	AS MELHORES DA SEMANA	AS MÚSICAS MAIS SOLICITADAS DURANTE A SEMANA, DENTRO DO PROGRAMA PARADÃO SERTANEJO.
18:00 ÀS 19:00	MOMENTO ESPIRITA	LEVAR OS ENSINAMENTOS DE JESUS ATRAVÉS DA DOCTRINA ESPIRITA. COM CO-PRODUÇÃO DA FEDERAÇÃO ESPIRITA DO CEARÁ.
19:00 ÀS 23:00	SHOW DA NOITE	MUSICAL. MÚSICAS VARIADAS, COM PARTICIPAÇÃO DO OUVINTE PELO TELEFONE E INTERNET.
23:00 ÀS 00:00	MADRUGADA MUSICAL	MÚSICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, COM PREVALÊNCIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA (MPB).
	FM REPÓRTER	PROGRAMA JORNALÍSTICO COM CINCO EDIÇÕES DIÁRIAS, COM DURAÇÃO MÉDIA DE QUATRO MINUTOS. PRIORIDADE PARA AS NOTÍCIAS LOCAL, ESTADUAL E NACIONAL. 09:00; 14:00; 18:00; 20:00 E 21:00 HS.

GRADE DE PROGRAMAÇÃO

DOMINGO

HORÁRIO	PROGRAMA	CONTEÚDO
05:30 ÀS 08:00	CAFÉ MUSICAL	MUSICAL, COM ENFOQUE NO RESGATE DOS VALORES AUTÊNTICOS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA, COM PREVALÊNCIA DE CANÇÕES SUAVES, COM VARIADOS GÊNEROS E ESTILOS
08:00 ÀS 09:30	MISSA DOMINICAL	RELIGIOSO. MISSA CELEBRADA PELA IGREJA CATÓLICA LOCAL. INFORMAÇÕES DIVERSAS PARA OS FIEIS.
09:30 ÀS 13:00	DOMINGO MUSICAL	MUSICAL. DIVERSOS. COM PARTICIPAÇÃO DOS OUVINTES
13:00 ÀS 15:00	FLASH BACK	MUSICAL VARIADO FLASH BACK INTERNACIONAL
15:00 ÀS 18:00	FUTEBOL AO VIVO	INFORMAÇÕES DA JORNADA ESPORTIVA DO DIA LOCAL, REGIONAL E NACIONAL. TRANSMISSÃO DOS CAMPEONATOS AMADORES DO MUNICÍPIO E/OU EM CADEIA PARA TRANSMISSÃO DE UM CLÁSSICO DO FUTEBOL REGIONAL OU NACIONAL.
18:00 ÀS 20:00	PALAVRA DO SENHOR	PROGRAMAÇÃO EVANGÉLICA. PASTORES E LÍDERES RELIGIOSOS
20:00 ÀS 22:00	CLÁSSICOS ERUDITOS	MUSICAL. PROGRAMA DE MÚSICAS CLÁSSICAS, COM ENFOQUE PARA OS GRANDES MESTRES DA MÚSICA ERUDITA, INCLUSIVE COM INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS E DISCOGRAFIA.
22:00 ÀS 23:00	DOMINGO NOTÍCIAS	NOTICIOSO. RESENHA COM OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DA SEMANA
23:00 ÀS 05:30	MADRUGADA MUSICAL	MÚSICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, COM PREVALÊNCIA DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA (MPB).
	FM REPÓRTER	PROGRAMA JORNALÍSTICO COM CINCO EDIÇÕES DIÁRIAS, COM DURAÇÃO MÉDIA DE QUATRO MINUTOS. PRIORIDADE PARA AS NOTÍCIAS LOCAL, ESTADUAL E NACIONAL. 09:30; 14:00; 18:00; 20:00 E 21:00 HS.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.753.160/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/12/2009
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 60.22-5-01 - Programadoras 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 69.11-7-01 - Serviços advocatícios 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R CORONEL LOURENCO FEITOSA	NÚMERO 231	COMPLEMENTO	
CEP 63.660-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TAUA	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/12/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **08/09/2012** às **23:18:34** (data e hora de Brasília).[Voltar](#)

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 08/09/2012



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000202012-05022160

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

CNPJ: 11.753.160/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 09/09/2012.

Válida até 08/03/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção:qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11753160/0001-28
Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
Endereço: RUA CORONEL LOURENÇO FEITOSA 231 / CENTRO / TAUA / CE / 63660-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/09/2012 a 03/10/2012

Certificação Número: 2012090409554768807604

Informação obtida em 09/09/2012, às 20:41:04.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 11.753.160/0001-28
Certidão nº: 7863701/2012
Expedição: 09/09/2012, às 20:51:48
Validade: 07/03/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.753.160/0001-28**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201223411235

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE	
Inscrição Estadual:	*****
CNPJ / CPF:	11.753.160/0001-28
RAZÃO SOCIAL:	*****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 09/09/12 ÀS 20:30:13
VÁLIDA ATÉ 08/11/2012

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ
Diretor de Departamento de Arrecadação Tributária

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND
Nº 0000000606

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Nome		Inscrição	
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS		20950	
Endereço		Numero	Complemento
RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA		231	
Bairro ou Distrito	CEP	Município	
CENTRO	63660000	TAUA	
Documento	Natureza jurídica	No. Requerimento	
C.N.P.J.: 11.753.160/0001-28	Pessoa Juridica	0000001177/2012	

CERTIFICAÇÃO

Ressalvado do direito da Fazenda Pública Municipal apurar e inscrever as dívidas que venha a ser apuradas.

Certifico, na forma da Lei, que mandando rever os registros da Dívida Ativa do Município, não verificou-se a existência de débitos inscritos em nome do contribuinte acima identificado. E para constar, determinei que fosse extraída esta CERTIDÃO NEGATIVA, que vai assinada por mim.

TAUÁ-CE, 04 DE SETEMBRO DE 2012

MARIA LUCIA S. VALE PEREIRA
DIRETORA DO DEPARTAMENTO
Maria Lúcia S. V. Pereira
Sec. Adj. Gestão e Finanças

Emitido por
LUCIA

Em
04/09/2012

A partir do terminal
27.19.198.6

VALIDADE

Valida por 060 dias contados da data de emissão



A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombaca - CE

Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge Andre Batista Veras Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

das Comunicações
73

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombaca - CE

Selo de Autenticidade
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
KAP8
AUTENTICAÇÃO
Nº FB 659.702

Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Marcos Costa de Andrade

CARTÓRIO BOTELHO
5º OFÍCIO - REGISTRO CIVIL
Av.: Des. Moreira, 1000
2106
CLARICE HELENA BOTELHO COSTA SILVA - Ciciata Titular
LIMA FERREIRA DA SILVA - Escrevente Autorizada
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombaca - CE

Selo de Autenticidade
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
F513 03
AUTENTICAÇÃO
Nº FB 659.701

Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

REGISTRO GERAL
99010421E49 - 25V - 5/8/2005
NOME: MARCOS COSTA DE ANDRADE
FILIAÇÃO: MARCOS ANTONIO SOUZA DE ANDRADE E LILLIAN COSTA DE ANDRADE
NATURALIDADE: IMPERATRIZ-MA
DATA DE NASCIMENTO: 24/2/1984
DOS ORIGENS: CERT NASE - 5005 E A 07 F
90 IMPERATRIZ-MA
CPF:
FORTALEZA-CE

CARTÓRIO BOTELHO
5º OFÍCIO - REGISTRO CIVIL
Av.: Des. Moreira, 1000
2106
CLARICE HELENA BOTELHO COSTA SILVA - Ciciata Titular
LIMA FERREIRA DA SILVA - Escrevente Autorizada
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Número de autenticação: Nº 201200469569

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

**CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE
CONTRA**

**MARLOS COSTA DE ANDRADE
CPF: 655.648.983-20**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfcs.gov.br> no prazo de 90 (noventa) dias.
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 09/09/2012 23:30:52

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS SERVIÇOS JUDICIAIS**

Certidão Nº.527029

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao **polo passivo dos processos em trâmite**, verificou **NADA CONSTAR**, nos últimos **DEZ** anos, em nome de, **MARLOS COSTA DE ANDRADE**, inscrito(a) no CPF sob nº **655.648.983-20**, no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL (inclusive Auditoria Militar)**.

CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é válida por **30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria nº 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento de Serviços Judiciais e com Selo de Autenticidade**.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 4 de setembro de 2012

Michelle J. J.
CHEFE DO SETOR



Pesquisa: R.MORAES.

**NÃO VÁLIDA PARA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL**



AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombaça - CE

☐ Francisco Alves Veras Titular
☐ José Iran Alves Veras Substituto
☐ Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
☐ Jorge Andre Batista Veras Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE FORTALEZA

AV. SANTOS DUMONT, 2677 FORTALEZA -CE - FONE: 3462-6400 - FAX: 3264-3738

CARLOS ROBERTO TEIXEIRA GUIMARÃES

/ PETROUVE PEREIRA GUIMARÃES

TABELIÃO

SUBSTITUTO

CERTIDÃO NEGATIVA

O Bel. Carlos Roberto Teixeira Guimarães, 1o. Tabelião desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a seu cargo, deles verificou NÃO CONSTAR nos últimos cinco anos, NENHUM título de crédito ou documento de dívida protestado de responsabilidade direta ou regressiva de:

MARLOS COSTA DE ANDRADE

CPF 655.648.983-20

O certificado é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 06 de Setembro de 2012

Em testemunho da verdade.

[Handwritten signature]

OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
Lidiana Maria Rodrigues da Sousa
CTPS 003530 - Escrivão



Emolumentos:	R\$ 8,80
Fermento:	R\$ 2,52
FERC:	R\$ 4,68
Total:	R\$ 16,00

Busca dada por

(*) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS, E COM O FILIGRANA DO CARTÓRIO EM CIMA DA ASSINATURA DO OFICIAL.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ



CARTÓRIO MARTINS
2º OFÍCIO

BEL. CLÁUDIO MARTINS
NOTÁRIO

BEL. CLÁUDIO MARTINS NETO
SUBSTITUTO

CERTIDÃO NEGATIVA

O bacharel CLAUDIO MARTINS, Oficial de Registro de PROTESTO DE TÍTULOS nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, na forma da lei etc.

Certifica, a requerimento de parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório nos últimos 5 anos até a presente data os livros de Registro de Protesto verificou NÃO CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo.

MARLOS COSTA DE ANDRADE*****

CPF: 655.648.983-20

Emolumentos R\$	8,80
FERMOJU R\$	2,52
FERC R\$	4,68
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	16,00

Valida somente com selo de autenticidade.

como responsável(is) direto(s) ou regressivo(s) O
referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 05 de Setembro de 2012

Eu  Escrevente autorizado a conferir,
subscrovo e assino.

PATRICIA LOPES MATIAS DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada

Conferente 
PATRICIA LOPES MATIAS DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada



AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o
original que me foi apresentado Dou fé

Mombaça - CE



06 SET. 2012

Francisco Alves Velas Titular
José Iran Alves Velas Substituto
Gerônimo Raphael Batista Velas Substituto
George Andre Batista Velas Substituto

Rua Engº Antônio Ferreira Antero, 470 - Água Fria - CEP: 60834-230 - Fortaleza - Ceará
Pabx: (85) 3273.5566 - Fax: (85) 3273.3322

04206

PAG: 01/20

CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE FORTALEZA

ESTADO DO CEARÁ

BUSCA DADA POR

5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Tabelião - Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE

Tabelião - Substituto Bel. PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE

ESCREVENTES AUTORIZADOS

ITALO VILAR DE ALENCAR ARARIPE

MARIA DO SOCORRO BESSA MAIA

ALDA ACELIA BESSA MAIA

MARCIA GONÇALVES DE LIMA

SANDRA MARIA O. MARTINS DE SÁ

MARY SOUSA PONTES

Rua Major Facundo, 673 / 679 - Fone: (85) 3231.9974 - Fax: (85) 3252.4816 - Fortaleza - CE

CERTIDÃO

O Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Tabelião de Protesto de Tributos e outros documentos de dividas, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei, CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo em meu poder de Cartório nos últimos CINCO anos até a presente dada os livros de Registros de Protesto, verificou NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CIC abaixo.

MARLOS COSTA DE ANDRADE - 555.648.983-20

NAO FOI ENCONTRADO NENHUM TITULO PROTESTADO

O REFERIDO E VERDADE. DOU FE. FORTALEZA, 06 de Setembro de 2012

EM TESTEMUNHO Sandra Maria Oliveira Martins de Sá DA VERDADE.

CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE
Sandra Maria Oliveira Martins de Sá
Escrivente Autorizada



EMOLUMENTOS 8,80
TABELIÃO 2,52
FIRMADO 0,00
A.M. 4,68
FISC. 16,00
TOTAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

TABELIONATO JOÃO MACHADO
7º OFÍCIO

RUA FLORIANO PEIXOTO, 818 - CEP : 60025130
FONES: 3201-1100, 3201-1104; FAX: 3201-1143, 3201-1115

Bel.: CICERO MOZART MACHADO
Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO
Tabeliã Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Títulos desta Capital, na forma de lei, etc...

CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartório a seu cargo até a presente data os livros de protesto verificou que:

INEXISTE no período de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo:

NOME : MARLOS COSTA DE ANDRADE
ENDEREÇO : NESTA CAPITAL
FORTALEZA CE
CNPJ/CPF : 65564898320

COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.



Fortaleza, 07 de Setembro de 2012

O Oficial de Protesto

"qualquer rasura nesta certidão sem que seja ressalvada antes da assinatura é considerada como indício de adulteração".





ESTADO DO CEARÁ
NOTÁRIOS PÚBLICOS
Bel. ANTONIO CLÁUDIO MOTA DE AGUIAR - Bel. LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO
Tabelião Substituto

AGUIAR
8º Tabelionato



CERTIDÃO NEGATIVA

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou NADA CONSTAR nos últimos 5 anos, contra o(a) requerente abaixo, inexistindo qualquer título de crédito ou documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

MARLOS COSTA DE ANDRADE*****

CPF: 655.648.983-20

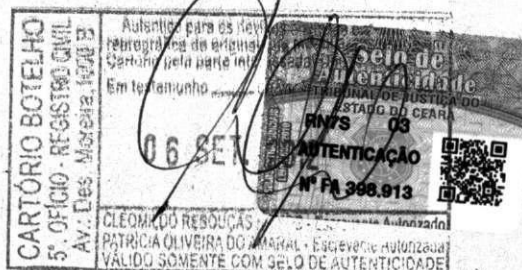
Emolumentos R\$	8,80
FERMOJU R\$	2,52
FERC R\$	4,68
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	16,00

Valida somente com selo de autenticidade.

O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza, 05 de Setembro de 2012

Cintia Pinheiro Mendonça
Escrivente Autorizada

Busca dada por



(Valida somente com rasuras/emendas e com chancela em relevo sobre a assinatura do oficial)

CEM das Comarcas
81
2012



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE TAUÁ
SETOR DE DISTRIBUIÇÃO**

CERTIDÃO

CERTIFICO, em virtude da faculdade que me confere e a requerimento verbal da parte interessada, que efetuando buscas no SPROC (Sistema Processual) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, verifiquei **A INEXISTÊNCIA**, nesta Comarca, **de qualquer procedimento cível e/ou criminal** contra **MARLOS COSTA DE ANDRADE**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 99010421849, SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 655.648.983-20, residente na Av. Santos Dumont, 3060, sala 414, bairro Aldeota, Fortaleza/CE.

Nada mais quanto ao pedido feito.
O referido é verdade e dou fé.
Certidão válida por 30 (trinta) dias.
Tauá-Ceará, 05 de setembro de 2012.

Antonio Moreira de Sousa Filho
Distribuidor Judicial



AUTENTICAÇÃO
de fotocópia conferi com o original e não foi apresentado Dou fé
06 SET. 2012
Mombaça - CE

VÁLIDA SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



VALEDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

1º Ofício de Notas, Protestos e Registros Públicos
Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos
Rua 7 de Setembro, 87. Fone/Fax (88) 3437.1431
CEP 63.660-000. TAUÁ - CE



CERTIDÃO NEGATIVA

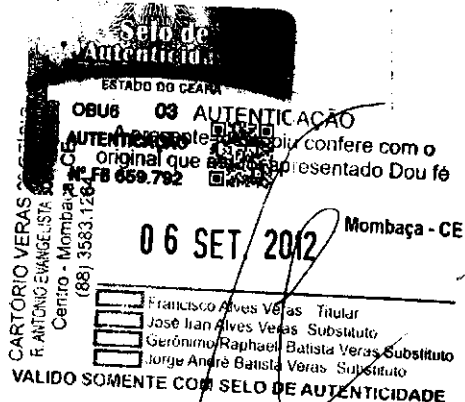
CERTIFICO, inexistir nesta Serventia, no período dos últimos cinco (05) anos, protestos de títulos ou documentos de dívidas de responsabilidade de **MARLOS COSTA DE ANDRADE**, titular de cédula de identidade 99010421849/SSP/CE e do CPF 655.648.983-20, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Fortaleza/CE (Av. Santos Dumont, nº 3060, sala 414, Bairro Aldeota).

O referido é verdade. Dou fé.
Tauá/CE., 05 de setembro de 2012.


LUIZA DIVINA Fernandes de Noronha
Escrevente Compromissada



EMOLUMENTOS R\$ 8,80 - FERMOJU R\$ 2,52 - FERC R\$ 4,68
Válida somente com o selo de autenticidade
Buscas:- Divina / Digitado:- Monyque





Tauá
Cartório 2º ofício

CARTÓRIO TAUÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO.

Rua Dondon Feitosa, 177, Centro, Tauá, Ceará.

FONE: (88) 3437-3633

CNPJ/MF: 05.468.392/0001-31

Jane Rayla de Oliveira Souza - Oficiala

Maria Aguiar de Oliveira - Substituta

CERTIDÃO

CERTIFICO, e dou fé, a requerimento verbal da parte interessada, como me faculta a lei, que procedendo buscas nos livros, arquivos e demais papéis a meu cargo, verifiquei **não existir** protesto de letras, notas promissórias, cheques, letras de câmbio, duplicatas, contra a pessoa de **MARLOS COSTA DE ANDRADE**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG/Nº99010421849 SSP-CE, inscrito no CPF/Nº 655.648.983-20, residente à Av. Santos Dumont, 3060, sala 414, bairro, Aldeota, Fortaleza-Ceará, no período dos últimos (5) anos, do que para constar, forneço-lhes a presente certidão. O referido é verdade. Dou fé. Larissa Tayná Carvalho Benevides, escrevente do protesto de Letras que a fiz. Subscribo e assino em público e raso do que faço uso.

Tauá-CE 05 de setembro de 2012.

Larissa Tayná Carvalho Benevides

Escrevente Autorizada

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

6 SET. 2012

Mombaça - CE



VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

PROTESTOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PROV. 06/97	
EMOLUMENTOS	8,80
FERMOJU	2,52
SELO	4,68
TOTAL	16,00
SELO 04/N.º	AF:645.713
VÁLIDO SOMENTE C/ SELO DE AUTENTICIDADE	

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, Diretora - Administrativa da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequencia Modulada (F.M.), na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA** que:

a) Não participa do quadro societário e diretivo de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na Cidade de **ACOPIARA**, Estado do **CEARÁ**, nem de outras empresas de radiodifusão, em Municípios diversos, em excesso aos limites fixados no Artigo 12 do Decreto - Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2012.


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **MARLOS COSTA DE ANDRADE**Inscrição: **062347160701**

Zona: 19

Seção: 183

Município: 15679 - TAUÁ

UF: CE

Data de Nascimento: 24/02/1984

Domiciliado desde: 19/09/2007

Filiação: LILIAN COSTA DE ANDRADE

MARCOS ANTONIO SOUZA DE ANDRADE

Certidão emitida às 20:31 de 09/09/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: www.tse.jus.br, por meio do código

+S8C.YIFQ.XHFV.QK/M


DECLARAÇÃO



O abaixo assinado, Diretora - Administrativa da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA** que:

a) Não está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2012.


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente

Selo de Autenticidade
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

D48C 03

AUTENTICAÇÃO

Nº FB 058-700

original de que foi

COM SELLO DE AUTENTICIDADE

OS DEVIDOS EFEITOS À PRESENTE CÓPIA O ORIGINAL QUE FOI APRESENTADO À PARTE INTERESSADA.

05 SET. 2012

DA VERDADE

05 SET. 2012

RECEBI

VALIDO SOBRETE COM SELO DE IDENTIFICACAO

SEM

Selva

DEVIDOS EFEITOS À PRESENTE CÓPIA

06 SET 2012

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

61KQ 63

AUTENTICAÇÃO

Nº FB 689.207

Original que conferir com o original apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombaça - CE

CARTÓRIO VERBAIS
R. ANTONIO EVANGELISTA
Centro - Mombaça
(88) 3583-3333

Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Berônimo Raphael Batista Veras Substituto
Dorge Andre Batista Veras Substituto

VÁLIDO SOMENTE COM

COM SELLO DE AUTENTICIDADE
Jane Keltyla
Mônica Moraes

Larissa Tayna Carvalho Benevides

CREVENTE AUTORIZADA



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO****Número de autenticação: Nº 201200469567****AÇÕES E EXECUÇÕES****Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal**

**CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE
CONTRA**

**MARIA REGINA MARCEINO GONÇALVES
CPF: 318.076.313-20**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfcesp.br> no prazo de 90 (noventa) dias.
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 09/09/2012 23:28:05

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.

CEM das Comunicações
89
F. 10000
S. 10000
S. 10000



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE TAUÁ
SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO, em virtude da faculdade que me confere e a requerimento verbal da parte interessada, que efetuando buscas no SPROC (Sistema Processual) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, verifiquei **A INEXISTÊNCIA**, nesta Comarca, **de qualquer procedimento cível e/ou criminal** contra **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade nº 812902-84, SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 318.076.313-20, residente na Av. Cel. Lourenço Feitosa, 84, Centro, Tauá-Ceará.

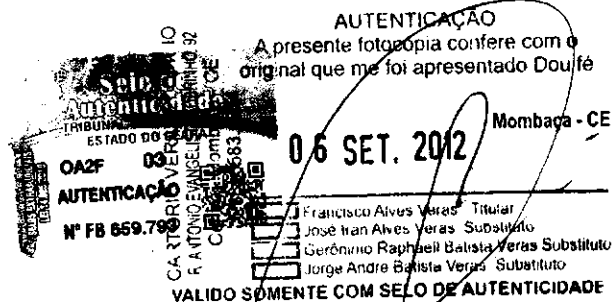
Nada mais quanto ao pedido feito.

O referido é verdade e dou fé.

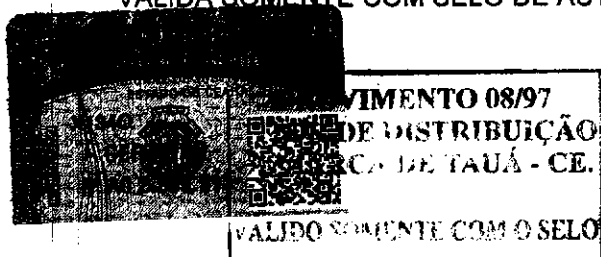
Certidão válida por 30 (trinta) dias.

Tauá-Ceará, 05 de setembro de 2012.

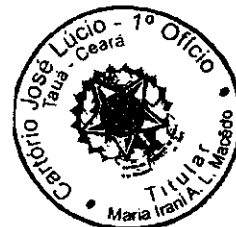
Antonio Moreira de Sousa Filho
Distribuidor Judicial



VÁLIDA SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



1º Ofício de Notas, Protestos e Registros Públicos
Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos
Rua 7 de Setembro, 87. Fone/Fax (88) 3437.1431
CEP 63.660-000. TAUÁ - CE

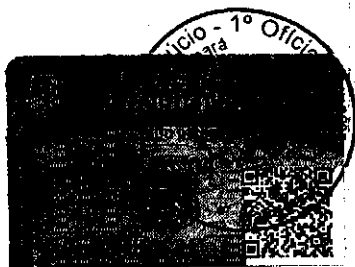


CERTIDÃO NEGATIVA

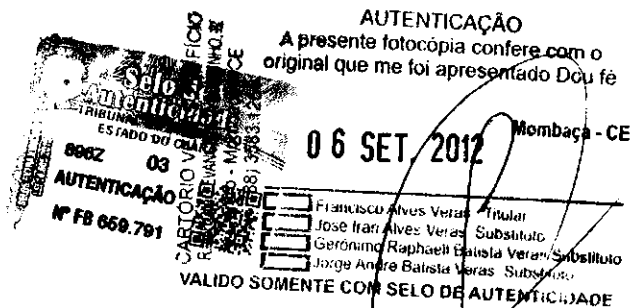
CERTIFICO, inexistir nesta Serventia, no período dos últimos cinco (05) anos, protestos de títulos ou documentos de dívidas de responsabilidade de **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, titular de cédula de identidade 812902-84/SSP/CE e do CPF 318.076.313-20, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada nesta cidade (Rua Cel. Lourenço Feitosa, nº 84, Centro).

O referido é verdade. Dou fé.
Tauá/CE., 05 de setembro de 2012.


LUIZA DIVINA Fernandes de Noronha
Escrevente Compromissada



EMOLUMENTOS R\$ 8,80 - FERMOJU R\$ 2,52 - FERC R\$ 4,68
Válida somente com o selo de autenticidade
Buscas:- Divina / digitado:- Monyque





Tauá
Cartório 2º ofício

CARTÓRIO TAUÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO.

Rua Dondon Feitosa, 177, Centro, Tauá, Ceará.

FONE: (88) 3437-1587

CNPJ/MF: 05.468.392/0001-31

Jana Kátia de Oliveira Souza - Oficiala

Maria Teynara de Oliveira - Substituta

CERTIDÃO

CERTIFICO, e dou fé, a requerimento verbal da parte interessada, como me faculta a lei, que procedendo buscas nos livros, arquivos e demais papéis a meu cargo, verifiquei **não existir** protesto de letras, notas promissórias, cheques, letras de câmbio, duplicatas, contra a pessoa de **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG/Nº 812902-84 SSP-CE inscrita no CPF/N.º 318.076.313-20, residente à Av. Cel. Lourenço Feitosa, nº 84, bairro Centro, Tauá-CE, no período dos últimos (5) anos, do que para constar, forneço-lhes a presente certidão. O referido é verdade. Dou fé. Larissa Tayná Carvalho Benevides, escrevente do protesto de Letras que a fiz. Subscribo e assino em público e raso do que faço uso.

Tauá-CE 05 de setembro de 2012.


Larissa Tayná Carvalho Benevides
Escrevente Autorizada

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

Mombaça - CE

06 SET. 2012



☐ Francisco Alves Veras - Titular
☐ José Iran Alves Veras - Substituto
☐ Gerônimo Raphael Batista Veras - Substituto
☐ Jorge André Batista Veras - Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PROV. 08/97	
EMOLUMENTOS	8,80
FERMOJU	2,52
SELO	4,68
TOTAL	16,00
SELO 04/N.º	AF:845.711

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, Diretora - Administrativa da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequencia Modulada (F.M.), na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA** que:

a) Não participa do quadro societário e diretivo de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na Cidade de **ACOPIARA**, Estado do **CEARÁ**, nem de outras empresas de radiodifusão, em Municípios diversos, em excesso aos limites fixados no Artigo 12 do Decreto - Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2012.


MARIA REGINA MARCELINOS GNÇALVES
Diretora - Administrativa



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARIA REGINA MARCELINO GONCALVES**

Inscrição: **007602610787**

Zona: 19

Seção: 58

Município: 15679 - TAUÁ

UF: CE

Data de Nascimento: 12/02/1968

Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: FRANCISCA BATISTA GONCALVES

FRANCISCO GONCALVES MARIANO

Certidão emitida às 09:33 de 04/09/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **ZTLR.FZ88.DPX2.CDØQ**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, Diretora - Administrativa da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequencia Modulada (F.M.), na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA** que:

a) Não está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2012.


MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES
Diretora - Administrativa

95
SECEM das Comunicações

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 10 da Lei nº 8.906/94)

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 04246214

Adm. M. Silva

04246214

100555

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO CEARÁ

IDENTIDADE DE ADVOGADO

Nome: FÁBIO CESAR MOREIRA DE ASSUNÇÃO

Matrícula: 100555

Endereço: DOMINGOS GOMES DE ASSUNÇÃO, RUA MONICA MOREIRA DE ASSUNÇÃO, 100555, JARDIM DO SOL, FORTALEZA - CE

CPF: 000.000.000-00

RG: 000.000.000-00

DTA: 00/00/00

DTA: 00/00/00

DTA: 00/00/00

Selo de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

AUTENTICAÇÃO

03

Nº FB 659.710

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
R. ANTONIO EVANGELISTA SOBRINHO, 92
Centro - Mombaca - CE
(88) 3583.1264

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombaca - CE

- ☒ Francisco Alves Veras Titular
 - ☒ José Iran Alves Veras Substituto
 - ☒ Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
 - ☒ Jorge André Batista Veras Substituto
- VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Selo de Autenticidade

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

AUTENTICAÇÃO

4000 03

Nº FB 659.710

A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombaca - CE

- ☒ Francisco Alves Veras Titular
- ☒ José Iran Alves Veras Substituto
- ☒ Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
- ☒ Jorge André Batista Veras Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Número de autenticação: Nº 201200469571

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

**CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE
CONTRA**

**ITALO CESAR MOREIRA AGUIAR
CPF: 261.062.213-91**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Observações:

- 1 - **Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais**, havendo sido expedida através da Internet, de acordo com a Portaria nº 276, de 31 de março de 2006, da Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Ceará;
- 2 - O nome e CPF constantes nesta Certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário;
- 3 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.jfces.jus.br/certidao-on-line/verificacao.asp> no prazo de 90 (noventa) dias.
- 4 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente.

Fortaleza, 09/09/2012 23:34:15

Justiça Federal no Ceará:

Fortaleza-CE: - Praça Murilo Borges, s/n, Centro. CEP: 60035-210. Fone: (85)3521-2743.

Limoeiro do Norte-CE: - Rua Serafim Chaves, 525, Centro. CEP: 62930-000. Fone: (88)3423-3463/3521/3563/3440.

Juazeiro do Norte-CE: - Rua Arnóbio Bacelar Caneca, 860, Lagoa Seca. CEP: 63040-270. Fone: (88)3571-1385/2473/2874/2754.

Sobral-CE: - Avenida Dr. Guarany, 104, Derby Clube. CEP: 62040-730. Fone: (88)3611-4333/5144/4623/3275.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS SERVIÇOS JUDICIAIS**

Certidão Nº.527030

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao **polo passivo dos processos em trâmite**, verificou **NADA CONSTAR**, nos últimos **DEZ** anos, em nome de, **ITALO CESAR MOREIRA DE AGUIAR**, inscrito(a) no CPF sob nº **061.062.231-91**, no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL (inclusive Auditoria Militar)**.

CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é **válida por 30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria nº 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Diretor(a) do Departamento de Serviços Judiciais e com Selo de Autenticidade.**

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 4 de setembro de 2012

Michelle J. ...
CHEFE DO SE...



Pesquisá: **R.MORAES.**

**NÃO VÁLIDA PARA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL**





CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS DE FORTALEZA
AV. SANTOS DUMONT, 2677 FORTALEZA -CE - FONE: 3462-6400 - FAX: 3264-3738
CARLOS ROBERTO TEIXEIRA GUIMARÃES / PETROUVE PEREIRA GUIMARÃES
TABELIÃO SUBSTITUTO

CERTIDÃO NEGATIVA

O Bel. Carlos Roberto Teixeira Guimarães, 1º. Tabelião desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada que, revendo os livros de registro de protesto de títulos, a seu cargo, deles verificou NÃO CONSTAR nos últimos cinco anos, NENHUM título de crédito ou documento de dívida protestado de responsabilidade direta ou regressiva de: .

ITALO CESAR MOREIRA AGUIAR

CPF 261.062.213-91

O certificado é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 06 de Setembro de 2012

Em testemunho

da verdade

[Handwritten signature]



Emolumentos:	R\$ 8,80
Fermoju:	R\$ 2,52
FERC:	R\$ 4,68
Total:	R\$ 16,00

Busca dada por

(*) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

OBS.: ESTA CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS, E COM O FILIGRANA DO CARTÓRIO EM CIMA DA ASSINATURA DO OFICIAL.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ



CARTÓRIO MARTINS

2º OFÍCIO

BEL. CLÁUDIO MARTINS

NOTÁRIO

BEL. CLÁUDIO MARTINS NETO

SUBSTITUTO

CERTIDÃO NEGATIVA

O bacharel CLAUDIO MARTINS, Oficial de Registro de PROTESTO DE TÍTULOS nesta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, na forma da lei etc.

Certifica, a requerimento de parte interessada, que revendo em seu poder e Cartório nos últimos 5 anos até a presente data os livros de Registro de Protesto verificou **NÃO CONSTAR** contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo.

ITALO CESAR MOREIRA AGUIAR*****

CPF: 261.062.213-91

Emolumentos R\$	8,80
FERMOJU R\$	2,52
FERC R\$	4,68
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	16,00

Valida somente com selo de autenticidade.

como responsável(is) direto(s) ou regressivo(s) O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza, 05 de Setembro de 2012

Eu _____ Escrevente autorizado a conferir,
subscribo e assino.



PATRICIA LOPES MATIAS DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada

Conferente

PATRICIA LOPES MATIAS DE OLIVEIRA
Escrevente Autorizada



AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

06 SET. 2012

Mombuca - CE

☐ Francisco Alves Veras - Titular
☐ José Ivan Alves Veras - Substituto
☐ Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
☐ Jorge Andre Batista Veras - Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE FORTALEZA

ESTADO DO CEARÁ

BUSCA DADA POR

PAG: 01781

04205

5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Tabelião - Bel. SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE

Tabelião - Substituto Bel. PÉRICLES VILAR DE ALENCAR ARARIPE

ESCREVENTES AUTORIZADOS

HAJO VILAR DE ALENCAR ARARIPE

MARIA DO SOCORRO BESSA MAIA

ALDA ACÉLIA BESSA MAIA

MARCIA GONÇALVES DE LIMA

SANDRA MARIA O. MARTINS DE SÁ

MARY SOUSA PONTES

Rua Major Facundo, 673 / 679 - Fone: (85) 3231.9974 - Fax: (85) 3252.4816 - Fortaleza - CE

CERTIDÃO

O Bacharel SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE, Tabelião de Protesto de Tributos e outros documentos de dívidas, nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, na forma da lei, CERTIFICA, a requerimento da parte interessada, que revendo em meu poder de Cartório nos últimos CINCO anos até a presente dada os livros de Registros de Protesto, verificou NADA CONSTAR contra o nome inscrito no CNPJ/CIC abaixo.

ITALO CESAR MOREIRA AGUIAR - 261.062.213-91

NAO FOI ENCONTRADO NENHUM TITULO PROTESTADO

O REFERIDO E VERDADE. DOU FE. FORTALEZA, 06 de Setembro de 2012

EM TESTEMUNHO Sandra Maria Oliveira DA VERDADE.

CARTÓRIO OSSIAN ARARIPE
Sandra Maria Oliveira - Esc. Autorizada
Escritura Autorizada



EMOLUMENTOS: 8,80
FERMOJ: 2,52
ACM: 0,00
FERC: 4,68
TOTAL: 16,00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ

TABELIONATO JOÃO MACHADO

7º OFÍCIO

RUA FLORIANO PEIXOTO, 813 - CEP : 60025130
FONES: 3201-1100, 3201-1104; FAX: 3201-1113, 3201-1115

Bel.: CICERO MOZART MACHADO

Titular

Bela.: MARIA SALMA ONOFRE MACHADO

Tabeliã Substituta

O Bacharel CICERO MOZART MACHADO, Oficial de Protesto de Títulos desta Capital, na forma de lei, etc...

CERTIFICA a requerimento de parte interessada, que revendo no Cartório a seu cargo até a presente data os livros de protesto verificou que:

INEXISTE no período de 05 (cinco) anos a esta data contra o nome inscrito no CNPJ/CPF abaixo:

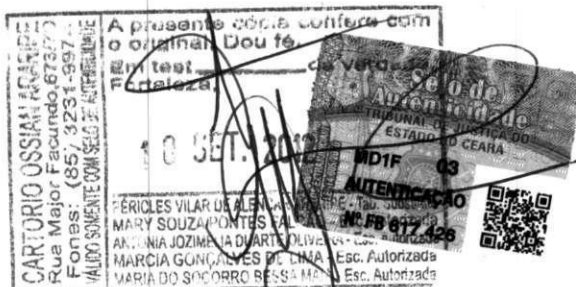
NOME : ITALO CESAR MOREIRA AGUIAR
ENDEREÇO : NESTA CAPITAL
FORTALEZA CE
CNPJ/CPF : 26106221391

COMO RESPONSÁVEL DIRETO OU REGRESSIVO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

Fortaleza, 07 de Setembro de 2012

O Oficial de Protesto

"qualquer rasura nesta certidão sem que seja tessada antes da assinatura é considerada como indício de adulteração".





ESTADO DO CEARÁ
NOTÁRIOS PÚBLICOS
Bel. ANTONIO CLAUDIO MOTA DE AGUIAR - Bel. LUIZ CARLOS AGUIAR FILHO
Tabelião Substituto

AGUIAR
8º Tabelião



CERTIDÃO NEGATIVA

O OITAVO TABELIÃO DE NOTAS E DO PROTESTO DE TÍTULOS desta cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, abaixo assinado, por nomeação legal, etc.

Certifica, a requerimento verbal da parte interessada e em virtude da faculdade que lhe é conferida em lei, que dando busca nos livros próprios deste tabelionato, deles verificou NADA CONSTAR nos últimos 5 anos, contra o(a) requerente abaixo, inexistindo qualquer título de crédito ou documento de dívida protestado de sua responsabilidade direta ou regressiva.

ITALO CESAR MOREIRA AGUIAR*****

CPF: 261.062.213-91

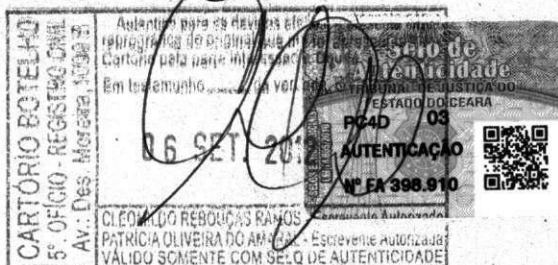
Emolumentos R\$	8,80
FERMOJU R\$	2,52
FERC R\$	4,68
ACM R\$	0,00
TOTAL R\$	16,00

Valida somente com selo de autenticidade.

O referido é verdade. Dou fé.
Fortaleza, 05 de Setembro de 2012

Cintia Pinheiro Mendonça
Escritora Autorizada

Busca dada por



(Válida somente sem rasuras/emendas e com chancela em relevo sobre a assinatura do oficial)

8º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
Av. Desembargador Moreira, 1.000A - Aldeota
Fortaleza - Ceará - CEP 60170-001
55 85 3466-7777
tabeliao@cartorioaguiar.com.br
www.cartorioaguiar.com.br

Escritura
Procuração
Reconhecimento de firma
Autenticação
Ata Notarial
Testamento
Protesto





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE TAUÁ
SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO, em virtude da faculdade que me confere e a requerimento verbal da parte interessada, que efetuando buscas no SPROC (Sistema Processual) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, verifiquei **A INEXISTÊNCIA**, nesta Comarca, **de qualquer procedimento cível e/ou criminal** contra **ÍTALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 261.062.213-91, residente na rua Barão de Aracati, 2715, aptº. 1201, bairro Joaquim Távora, Fortaleza/CE.

Nada mais quanto ao pedido feito.

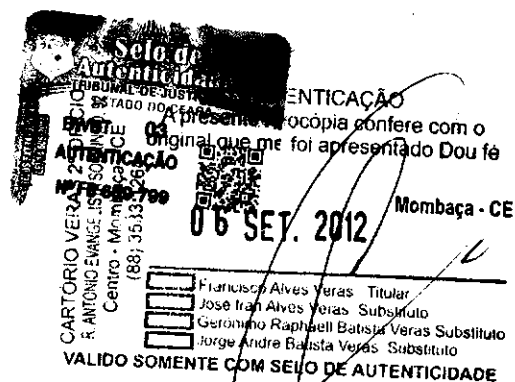
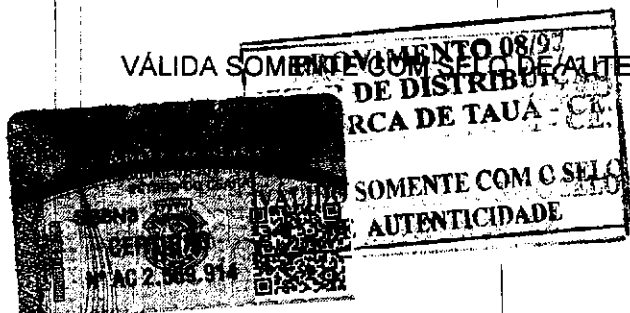
O referido é verdade e dou fé.

Certidão válida por 30 (trinta) dias.

Tauá-Ceará, 05 de setembro de 2012.

Antonio Moreira de Sousa Filho
Distribuidor Judicial

VÁLIDA SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
DE DISTRIBUIÇÃO
COMARCA DE TAUÁ - CE.



M. das Comunicações
104
Rubrica

1º Ofício de Notas, Protestos e Registros Públicos
Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos
Rua 7 de Setembro, 87. Fone/Fax (88) 3437.1431
CEP 63.660-000. TAUÁ - CE



CERTIDÃO NEGATIVA

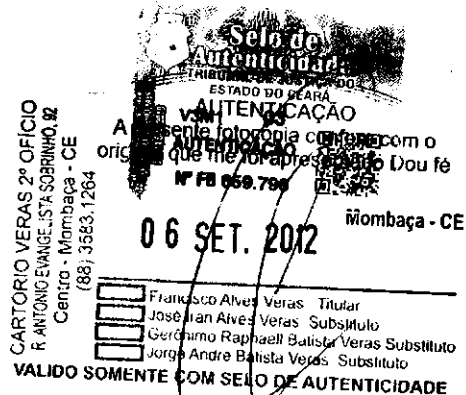
CERTIFICO, inexistir nesta Serventia, no período dos últimos cinco (05) anos, protestos de títulos ou documentos de dívidas de responsabilidade de **ITÁLO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR**, advogado inscrito na OAB/CE 10.065 e do CPF 261.062.213-91, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Fortaleza/CE (Rua Barão de Aracati, 2715, apto. 1201, Bairro Joaquim Távora).

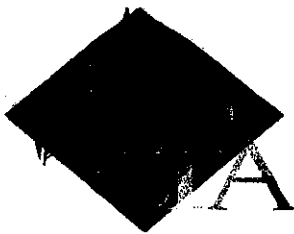
O referido é verdade. Dou fé.
Tauá/CE., 05 de setembro de 2012.


LUIZA DIVINA Fernandes de Noronha
Escrevente Compromissada



EMOLUMENTOS R\$ 8,80 - FERMOJU R\$ 2,52 - FERC R\$ 4,68
Válida somente com o selo de autenticidade
Buscas:- Divina / Digitado:- Monyque





Tauá
Cartório 2º ofício

CARTÓRIO TAUÁ

REGISTRO DE IMÓVEIS, REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO.

Rua Dondon Feitosa, 177, Centro, Tauá, Ceará.

FONE: (88) 3437-1587

CNPJ/MF: 05.468.392/0001-31

João Rêgo do Oliveira (João) - Oficial

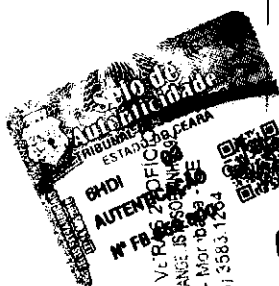
Marta Aguiar do Oliveira - Substituta

CERTIDÃO

CERTIFICO, e dou fé, a requerimento verbal da parte interessada, como me faculta a lei, que procedendo buscas nos livros, arquivos e demais papéis a meu cargo, verifiquei **não existir** protesto de letras, notas promissórias, cheques, letras de câmbio, duplicatas, contra a pessoa de **ITALO CESAR MOREIRA DE AGUIAR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/Ce. Nº10.065, inscrito no CPF/N.º 261.062.213-91, residente à rua Barão de Aracati 2715, Apto. 1201, bairro Joaquim Távora, Fortaleza-Ceará, no período dos últimos (5) anos, do que para constar, forneço-lhes a presente certidão. O referido é verdade. Dou fé. Larissa Tayná Carvalho Benevides, escrevente do protesto de Letras que a fiz. Subscribo e assino em público e raso do que faço uso.

Tauá-CE 05 de setembro de 2012.


Larissa Tayná Carvalho Benevides
Escrevente Autorizada



AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé
Mombaça - CE
06 SET. 2012

☐ Francisco Alves Veras Titular
☐ José Ivan Alves Veras Substituto
☐ Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
☐ Jorge André Batista Veras Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PROV. 06/97	
EMOLUMENTOS	8,80
FERMOJU	2,52
SELO	4,68
TOTAL	16,00
SELO 04/N.º	AF:645.712

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, Diretora - Administrativa da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA** que:

a) Não participa do quadro societário e diretivo de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na Cidade de **ACOPIARA**, Estado do **CEARÁ**, nem de outras empresas de radiodifusão, em Municípios diversos, em excesso aos limites fixados no Artigo 12 do Decreto - Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967.

Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2012.


ITALO CÉSAR MOREIRA AGUIAR
Diretor - Financeiro



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **ITALO CESAR MOREIRA DE AGUIAR**
Inscrição: **030700460795** Zona: 19 Seção: 43
Município: 15679 - TAUÁ UF: CE
Data de Nascimento: 13/04/1969 Domiciliado desde: 13/09/1988
Filiação: MONICA MOREIRA DE AGUIAR
DOMINGOS GOMES DE AGUIAR

Certidão emitida às 09:35 de 04/09/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da in ocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **2PMT.JBZW.VBET.6ØNE**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

DECLARAÇÃO



O abaixo assinado, Diretora - Administrativa da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA** que:

a) Não está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

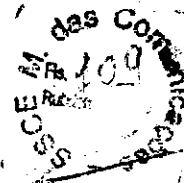
Acopiara (CE), 06 de Setembro de 2012.


ITALO CÉSAR MOREIRA AGUIAR
Diretor - Financeiro



REMETENTE:

**FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
RUA GONÇALVES LEDO Nº 172 -- ALTOS -- PRAIA DE IRACEMA
FORTALEZA -- CE
CEP: 60.110-220**



**ILMO. SR.
GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
SECRETARIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO "R" - EDIFÍCIO ANEXO - ALA OESTE
BRASÍLIA - DF
CEP : 70.044-900**

Aviso de Habilitação nº 04/2012



**CORREIOS SI145181376BR - Histórico do Objeto**

O horário não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do **SEDEX 10** e do **SEDEX Hoje**, em que ele representa o horário real da entrega.

Data	Local	Situação
11/09/2012 18:09	CEE BRASILIA NORTE - BRASILIA/DF	Postado
11/09/2012 12:55	CEE BRASILIA NORTE - BRASILIA/DF	Em trânsito para CEE BRASILIA NORTE - BRASILIA/DF
11/09/2012 08:44	CTE BRASILIA - BRASILIA/DF	Encaminhado
	Em trânsito para CEE BRASILIA NORTE - BRASILIA/DF	
10/09/2012 18:09	CTCE FORTALEZA - FORTALEZA/CE	Encaminhado
	Em trânsito para CTE BRASILIA - BRASILIA/DF	
10/09/2012 16:16	AC ALDEOTA - FORTALEZA/CE	Encaminhado
	Em trânsito para CTCE FORTALEZA - FORTALEZA/CE	
10/09/2012 15:21	AC ALDEOTA - FORTALEZA/CE	Postado
10/09/2012 15:21	AC ALDEOTA - FORTALEZA/CE	Postado



Conta SEDEX - saiba como contratar o SEDEX para sua empresa.

Endereçador - conheça o software gratuito dos Correios para geração de etiquetas.

[Nova Consulta](#)

[Imprimir](#)

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos**Menu Principal** ▼**SRD » » Consultas » » Geral** | menu ajuda

Tela Inicial



Resultado da Consulta

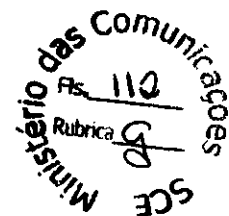
Consulta Geral

Crerios da Pesquisa

CNPJ: 11753160000128

Resultado

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!



Nota Técnica nº 1996/2013/GTPU/DEOC/SCE - MC

Assunto: **Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012, apenso ao Processo nº 53000.046334/2012.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata os autos de proposta relativa à outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, conforme segue:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº:		04/2012	Data de publicação:		13/07/2012	
Interessado:		Fundação Cultural Terra dos Inhamuns				
Município/UF:		Acopiara/CE	Serviço:		FME	Canal: 286E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas:					13/09/2012	
Data de protocolo/postagem desta proposta:					10/09/2012	
Requerimento tempestivo?					<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares-GTPU, a proposta constante do processo em referência, ofertada por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à conferência e análise da documentação apresentada, em consonância com o disposto no artigo 8º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente.

3. Procedida à análise da habilitação da proponente, verificou-se que:

Lista de documentos necessários à instrução processual _ Fundações de Direito Privado	FLS.	OK	OBS
---	------	----	-----

DA ENTIDADE INTERESSADA

1.	Estatuto social e suas alterações aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", nos quais se constate que foi instituída há mais de um ano, contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação;	04/18, 22/36	OK	
2.	Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;	22/54	OK	
3.	Instrumento jurídico firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	—	Ñ	

cas/GTPU/DEOC/SCE-MC

4.	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);	67	OK	
5.	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da entidade, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;	72	OK	
6.	Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da entidade proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;	71, 72	N	
7.	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);	68, 69	OK	
8.	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;	70	OK	
9.	Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;	61	OK	
10.	Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga.	63/66	OK	

DOS DIRIGENTES

11.	Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos;	73, 87, 95	OK	
12.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	74, 75, 81, 88, 89, 96, 97, 103	OK	
13.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	74, 75, 81, 88, 89, 96, 97, 103	OK	
14.	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	76/80, 82/83, 90/91, 98/102, 104/105	OK	
15.	Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;	84, 92, 106	OK	
16.	Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;	85, 93, 107	OK	
17.	Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	86, 94, 108	OK	

PROPONENTE EXECUTANTE DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

1.	Representante Legal aprovado por este MC, constante do SIACCO/ANATEL (imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	111	OK	
2.	Regularidade quanto ao Fistel (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida via SIGEC/ANATEL, com base no CNPJ da entidade), imprimir espelho correspondente e juntar aos autos.	111	OK	

3.	Limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 (Pesquisa Geral SRD/ANATEL, com base no CNPJ da entidade, imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	111	OK	<div data-bbox="1312 69 1539 286" data-label="Text"> Ministério das Comunicações SCE Fls. 113 Rubrica 9 </div>
----	---	-----	----	---

4. Concluída a análise dos autos, verificou-se que, apesar de tempestiva, a instrução da proposta está incorreta, quanto ao(s) seguinte(s) item(ns):

- Não foi apresentado instrumento jurídico firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior;
- Não houve a apresentação de prova de regularidade para com a Fazenda Federal.

CONCLUSÃO

5. Dessa forma, opinamos:

- pela possibilidade de complementação da proposta, caso não haja proponente habilitada no correspondente processo de seleção, nos termos do art. 8º, § 4º, da Portaria MC nº 355/2012;
- havendo proponente habilitada no correspondente processo de seleção, seja a presente proposta inabilitada;
- pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao processo de seleção pública correspondente.

À consideração superior. S



CYNTHIA ARAÚJO SILVA
Conferente de Documentos

Brasília, 30 de agosto de 2013.


VERÔNICA JESUS LEITE
Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares.

Brasília, 30 de agosto de 2013.



ANA PATRÍCIA S. A. CAMPOS

Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

Eletrônica.

De acordo. À consideração da Diretora de Outorga de Serviços de Comunicação

Brasília, 5 de setembro de 2013.


EDUARDO DUARTE FARIA
Coordenador

De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 17 de setembro de 2013.


PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Diretora





Nota Técnica nº 1990/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Processo de seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.046334/2012 e apensos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada com fins exclusivamente educativos, de acordo com o estabelecido pela Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente, de acordo com os dados a seguir descritos:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº: 04/2012		Data de publicação: 13/07/2012	
Município/UF: Acopiara - CE		Serviço: FME	Canal: 286E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas:			13/09/2012

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares - GTPU, o processo em referência, acompanhado de 7 (sete) processos a ele apensados, relativos às propostas apresentadas apenas por pessoas jurídicas de direito privado interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão.

3. Concluída a análise das propostas supracitadas, conforme demonstram as correspondentes Notas Técnicas de fls. , constatou-se que nenhuma das participantes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas, considerando-se que:

- A Fundação Educativa e Cultural de Radiodifusão Radialista Martin Lutero, possui natureza jurídica de Associação Privada, pessoa jurídica não relacionada no artigo 2º, da supracitada Portaria nº 355, o que impede a participação da interessada no processo de seleção em questão.

4. Assim, deverá ser oportunizado às demais proponentes, com propostas incompletas, o prazo improrrogável de trinta dias, para a apresentação dos documentos relacionados no quadro abaixo, tendo por base o disposto na Portaria nº 355/2012, com vistas à correta e completa instrução do feito.

PROponente	PROCESSO	TIPO	DOCUMENTOS
Fundação Educativa e Cultural Nossa Senhora Sant'ana	53000.043720/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 13, 14 – NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II, ITEM: 10 – APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Educativa de Radiodifusão José Alencar de Macedo	53000.044184/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 07, 13, 14, 16, 18 – NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II, ITENS: 12, 14 APRESENTAÇÃO IRREGULAR Pendência Fistel.

cas/GTPU/DEOC/SCE-MC

Fundação Educativa Amélia Oliveira	53000.043989/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 04, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 – NÃO APRESENTADOS; *ANEXO II, ITENS: 02, 10, 12, 13, 14, 15, 17 – APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	53000.043985/2012	II	*ANEXO II, ITEM: 02, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18- APRESENTAÇÃO IRREGULAR..
Fundação para Assistência Social e Desenvolvimento de Acopiara	53000.043075/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 07, 12, 13, 14 – NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II, ITENS: 02, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 – APRESENTAÇÃO IRREGULAR. Pendência Fistel.
Fundação Cultural Terra dos Inhamuns.	53000.044168/2012	II	*ANEXO II, ITENS 05, 11 – NÃO APRESENTADOS.


I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.


*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

CONCLUSÃO


4. Dessa forma, opinamos pela publicação de Edital, conforme minuta anexa, para permitir às proponentes, cujas propostas foram apresentadas tempestivamente, a apresentação dos documentos complementares, nos termos da presente Nota Técnica, em um prazo improrrogável de trinta dias contado a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

À consideração superior.


CYNTHIA ARAÚJO SILVA
Conferente de Documentos

Brasília, 30 de agosto de 2013.

WERONICA JESUS LEITE
Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares.


ANA PATRÍCIA S. A. CAMPOS
Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

De acordo. À consideração da Diretora de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de setembro de 2013.


EDUARDO DUARTE FARIA
Coordenador

Substituta.

De acordo. À apreciação da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica-


Brasília, 17 de setembro de 2013.


PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Diretora



De acordo. Proceda-se conforme o proposto.

Brasília, 17 de setembro de 2013.


PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Secretária-Substituta



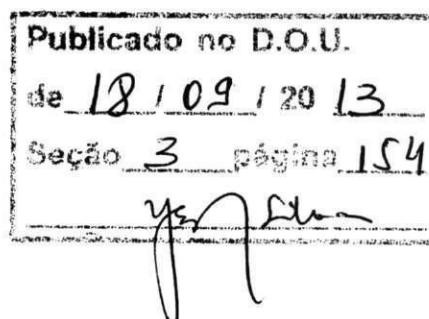
EDITAL Nº 95, DE 17 DE Setembro DE 2013.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046334/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara/CE, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.


PATRÍCIA BRITO DE AVILA



ANEXO

Município de Acopiara/CE			
PROponente	Processo	Tipo	Documentos
Fundação Educativa e Cultural Nossa Senhora Sant'ana	53000.043720/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 13, 14 – NÃO APRESENTADOS; *ANEXO II, ITEM: 10 – APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Educativa de Radiodifusão José Alencar de Macedo	53000.044184/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 07, 13, 14, 16, 18 – NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II, ITENS: 12, 14 APRESENTAÇÃO IRREGULAR Pendência Fistel.
Fundação Educativa Amélia Oliveira	53000.043989/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 04, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 – NÃO APRESENTADOS; *ANEXO II, ITENS: 02, 10, 12, 13, 14, 15, 17 – APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	53000.043985/2012	II	*ANEXO II, ITEM: 02, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18- APRESENTAÇÃO IRREGULAR..
Fundação para Assistência Social e Desenvolvimento de Acopiara	53000.043075/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 07, 12, 13, 14 – NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II, ITENS: 02, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 – APRESENTAÇÃO IRREGULAR. Pendência Fistel.
Fundação Cultural Terra dos Inhamuns.	53000.044168/2012	II	*ANEXO II, ITENS 05, 11 – NÃO APRESENTADOS.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.

*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000157 - GERAD/DR/SPM

Objeto prestação de serviço de elaboração de Laudos de Avaliação Técnica de Imóveis de acordo com a norma ABNT NBR: 14653 e norma para Avaliação de Imóveis Urbanos do IBAPE/SP - Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, conforme Descrição Técnica e demais condições do edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 499047). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 02/10/2013. Abertura das Propostas: 03/10/2013 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09:30min do dia 03/10/2013 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto", mencionar PGE 13000157.

RAQUEL KOKA DE SOUZA
Procedia

DIRETORIA REGIONAL EM SERGIPE

EDITAL Nº 1.179/2013
CONVOCAÇÃO

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - por intermédio da Diretoria Regional de Sergipe, com referência ao edital de abertura nº 11/2011, publicado no Diário Oficial da União do dia 23/03/2011, torna pública a convocação para assinatura de contrato individual de trabalho dos candidatos abaixo listados. Os editais de resultado dos candidatos aprovados/homologados nºs 173/2011 e 378/2013 foram publicados no Diário Oficial da União dos dias 28/09/2011 e 03/05/2013, respectivamente.

Local: Rua Laranjeiras, 229, Bairro Centro, Aracaju/SE
Horário: 8:00 (horário local)
Data: 20/09/2013
Localidade Base: Aracaju/SE
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro
Nome; Inscrição; Classificação.
Marcelo Matias dos Santos; 11425617; 00112.
Joffre Vinicius Santana Barros; 110002294; 00113.
Angelo Emanuel Freitas Lima; 10270250; 00114.
Rafael Batista Aquino; 10255148; 00116.
Localidade Base: Estância/SE
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro
Nome; Inscrição; Classificação.
Thiago Santos Bezerra; 10603747; 00016.
Localidade Base: Itabaiana/SE
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro
Nome; Inscrição; Classificação.
Ana Jacenia dos Santos Silva; 10850829; 00015.
Localidade Base: Lagarto/SE
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro
Nome; Inscrição; Classificação.
Amonat Natanael de Jesus Miranda; 10309321; 00016.
Silvanda Vieira dos Santos; 11093624; 00017.
Localidade Base: Neópolis/SE
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro
Nome; Inscrição; Classificação.
Jilfan Pereira Matias; 11327909; 00001.
Localidade Base: Nossa Senhora da Glória/SE
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro
Nome; Inscrição; Classificação.
Elismar de Andrade; 11264312; 00018.
Flávio Júnior Andrade; 10526962; 00020.
Localidade Base: Propriá/SE

Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro
Nome; Inscrição; Classificação.
Anderson Feitosa Moraes Campos; 10286348; 00002.

JOSÉ COSTA DE OLIVEIRA
Gerente de Recursos Humanos

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 6/2013

OBJETO: Processo de habilitação e seleção de Associações e Cooperativas de catadores de materiais para reciclagem apta à destinação periódica dos resíduos recicláveis descartados nas unidades da Diretoria Regional de Sergipe. A reunião acontecerá no dia 03/10/2013, às 9h, no auditório Zóximo Lima, à Rua Laranjeiras, 229, 2º andar, Aracaju, Sergipe. Retirada do edital no endereço eletrônico www.correios.com.br ou na Assessoria de Planejamento e Qualidade, no endereço acima mencionado.

OSVALDO DE SOUSA VENTURA
Chefe da Seção de Planejamento e Avaliação da Gestão

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 13000009/2013

Objeto Reforma predial com ampliação do CDD Norte e Arquivo de ECT/DR/SE. Empresas classificadas em 1º lugar Laurindo Serviços e Construções Ltda, valor R\$ 147.242,34, declarada vencedora. 2º lugar a empresa Construat Empreendimento e Construções Ltda, valor 149.923,31.

ROBERTO ALENCAR DO NASCIMENTO
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAL Nº 95, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046334/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara/CE, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada em 13 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

PROponente	PROCESSO	Município de Acopiara/CE	DOCUMENTOS
Fundação Educacional e Cultural Nossa Senhora Santana	53000.043720/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 13, 14 - NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II, ITEM: 10 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Educacional de Radiodifusão José Alencar de Macedo	53000.044184/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 07, 13, 14, 16, 18 - NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II, ITENS: 12, 14 APRESENTAÇÃO IRREGULAR. Pendência Fiscal.
Fundação Educacional Amélia Oliveira	53000.043989/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 04, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II, ITENS: 02, 10, 12, 13, 14, 15, 17 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	53000.043985/2012	II	*ANEXO II, ITEM: 02, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação para Assistência Social e Desenvolvimento de Acopiara	53000.043075/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 07, 12, 13, 14 - NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II, ITENS: 02, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR. Pendência Fiscal.
Fundação Cultural Terra dos Inhamuns	53000.044168/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 05, 11 - NÃO APRESENTADOS.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 4/2013- TB

Processo nº. 129/2013- TB
Data de Assinatura: 13/09/2013
Contratada: SETEH ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 26.742.502/0001-81
Vigência: 13.09.2013 a 12.09.2014
Objeto: Serviços de extensão de redes elétricas em baixa, média e alta tensão, e por meio de GMG, a serem utilizadas na RNT, incluindo execução, garantia e assistência técnica, cuja implantação ocorrerá em diversos estados do País: Grupo 1 (DF, GO, MS e TO)
Valor total da Ata: R\$ 8.641.630,00 (oito milhões, seiscentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta reais)
Fundamentação Legal: Lei nº 8666/1993, Lei nº 10520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6204/2007, Decreto nº 5450/2005, Decreto nº 7892/2013, Artigos 1º e 4º do Decreto nº 7175/2010, Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 e Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 19/2013.
Signatários: p/ Telebras: Caio Cezar Bonilha Rodrigues (presidente) e Paulo Eduardo Henriques Kapp (diretor técnico-operacional), p/ contratada: Petrólio Augusto (diretor).

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 5/2013- TB

Processo nº. 129/2013- TB
Data de Assinatura: 13/09/2013
Contratada: SETEH ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 26.742.502/0001-81
Vigência: 13.09.2013 a 12.09.2014
Objeto: Serviços de extensão de redes elétricas em baixa, média e alta tensão, e por meio de GMG, a serem utilizadas na RNT, incluindo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032013091800154

execução, garantia e assistência técnica, cuja implantação ocorrerá em diversos estados do País: Grupo 2 (MA, PA, AM, RR, AP e PI)
Valor total da Ata: R\$ 10.399.210,20 (dez milhões, trezentos e noventa e nove mil, duzentos e dez reais e vinte centavos)
Fundamentação Legal: Lei nº 8666/1993, Lei nº 10520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 6204/2007, Decreto nº 5450/2005, Decreto nº 7892/2013, Artigos 1º e 4º do Decreto nº 7175/2010, Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 e Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 19/2013.
Signatários: p/ Telebras: Caio Cezar Bonilha Rodrigues (presidente) e Paulo Eduardo Henriques Kapp (diretor técnico-operacional), p/ contratada: Petrólio Augusto (diretor).

CNPJ Nº 00.336.701/0001-04
NIRE: 5330000223/1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 17,
DE 17 DE SETEMBRO DE 2013
IIª CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO
CONCURSO PÚBLICO

A Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS convoca os candidatos aprovados no Concurso Público, com localidade de vaga em BRASÍLIA/DF, abaixo relacionados, a comparecerem na Gerência de Gestão de Pessoas, no prazo de 10(dez) dias corridos a contar da data da publicação deste, no seguinte endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 09, Bloco B, salas 301 a 305, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B, Brasília/DF, CEP: 70308-200, para apresentação da documentação. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência automática.

CARGO - INSCRIÇÃO - CANDIDATO - CLASSIFICAÇÃO:

Cargo 1: Especialista em Gestão de Telecomunicações - Ocupação: Advogado, 10017259, Gabriel Netto Bianchi, 7 / 10014148, Isabela Aquino Schneider, 8 / 10011683, Camila Rocha e Benevides, 9;
Cargo 12: Especialista em Gestão de Telecomunicações - Ocupação: Engenheiro de Telecomunicações, 10001226, Diogo Sanders Starling Chaves, 44 / 10017359, Mirele de Almeida Mencari, 45.

No site da Telebras www.telebras.com.br, consta a relação dos documentos a serem apresentados no ato do comparecimento à empresa.

MÁRCIO ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Interno

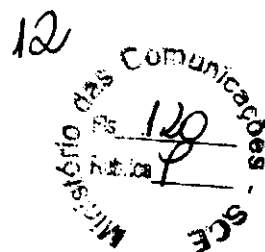
AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 28/2013

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 282/2013. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de espaços físicos para eventos de capacitação, situada no Plano Piloto (Asa Sul ou Asa Norte), Brasília -DF, climatizados e equipados, incluindo todo mobiliário, material multimídia e de apoio necessários, para o período de 01 a 25 de outubro de 2013, de acordo com as especificações e condições constantes do Edital e seus anexos.

KARINA MACEDO MARRA
Gerente de Compras e Contratos

(SIDE - 17/09/2013) 925150-26000-2012NE000009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



OFÍCIO N° 10/2013

Tauá (CE), 24 de Setembro de 2013.

Ilmo. Sra.

PATRÍCIA BRITO DE ÀVILA

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 056947/2013-64

SEPRODIALOG/COLOG/CGRL/SPO

27/09/2013-14:58 - JDDUB

Ref.: a) Edital n° 95, de 17/09/2013;

b) Processo n° 53000.044168/2012

Senhora Secretária,

Em atenção ao edital acima referenciado, publicado no Diário Oficial da União, edição de 18/09/2013, Seção 3, página 154, onde concede um prazo de 30 (trinta) dias para os participantes do Aviso de Habilitação n° 04 de 12 de julho de 2012, originário desse Ministério, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), no Município de Acopiara, Estado do Ceará, caráter exclusivamente educativo, apresentem a documentação elencada, com o escopo de suprirem as incorreções aduzidas, segue acostado os documentos abaixo, conforme o Anexo II da Portaria Ministerial n° 355, de 12/07/2012 :

1) ITEM 05:

1.1 - Instrumento jurídico (Termo de Cooperação Técnica n° 14/2013), firmado com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, datado de 18/07/2013, tendo como signatários a Excelentíssima Senhora informando o quantitativo de alunos do ensino médio, devidamente matriculados nas escolas dos Municípios de Secretaria de Educação do Estado e o Presidente da Diretoria Executiva desta Fundação;

1.2 - Anexo Acopiara, Caucaia e Mombaça.

2.) ITEM 11:

- 2.1 - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;
- 2.2 - Certidão negativa conjunta de Tributos Federais;
- 2.3 - Certidão negativa de débitos Relativos às Contribuições
- 2.4 Certificado de regularidade do FGTS - CRF;
- 2.5 - Certidão negativa de Tributos Estadual;
- 2.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 2.7 - Certidão Negativa de Débitos (CND), emitido pela Prefeitura

Previdenciárias e às de Terceiros;

Municipal de Tauá-CE.

Marlos Costa de Andrade
MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Educação

TERMO DE COOP. TÉCNICA Nº 14/2013
PROCESSO Nº 13535928-7



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E A
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS,
PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARA.**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, sediada na Av. General Afonso Albuquerque, S/N, Cambéba, Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, neste ato representada pela Exma. Sra. Secretária de Educação, MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO, brasileira, casada, portadora do RG nº 1244632- SSP/CE e do CPF nº 208.730.773 - 34, e a A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS, entidade de direito privado sem fins lucrativos, sediada na RUA CORONEL LOURENÇO FEITOSA, no Município de Tauá/Ce, inscrita no CNPJ sob nº 11.753.160/0001 - 28, neste ato representada pelo seu Presidente, MARLOS COSTA DE ANDRADE, brasileiro, residente e domiciliado no município de Fortaleza, portador do RG nº 99010421849 SSP - CE, e do CPF nº 655.648.983 - 20, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com fundamentos na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICADA

O presente Termo rege-se-á pelas disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666/93, alterada em parte pela Lei Federal nº 8.863/94, na Constituição Federal e no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto disponibilizar espaço na programação nos veículos de radiodifusão da fundação cultural terra dos inhamuns, no serviço em frequência modular (FM), precisamente às Escolas Estaduais do Ensino Médio no município de Acopiara, Caucaia e Mombaça, de forma gratuita e voluntária, com vistas a proporcionar aos alunos informações e produtos de conteúdo educativo, cultural, técnico e científico.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

II - Compete à SEDUC:

- a) Divulgar junto às Escolas Estaduais do Ensino Médio no município de Acopiara, Caucaia e Mombaça a cooperação técnica com a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS, para que os alunos se integrem ao conteúdo da emissora;



A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado. Dou fé

24 SET. 2013

Mombaça - CE

Francisco Alves Veras Titul.
José Raul Alves Veras Substituto
Gergônio Ramonelli Balista Veras Substituto
Dorje André Balista Veras Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Educação



TERMO DE COOP. TÉCNICA Nº 14/2013
PROCESSO Nº 13535928-7

- b) Elaborar uma grade de programação para ser vinculada à emissora de radiofusão sonora em frequência modulada.

III – Compete à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS:

- a) Planejar e elaborar as ações pertinentes a execução e divulgação da cooperação técnica;
b) Colaborar com a elaboração da grade de programação sempre que solicitado;
c) Disponibilizar gratuitamente espaço na programação para a veiculação de programas que buscam exteriorizar o pensamento dos jovens com o objetivo de transformar a realidade social contemporânea.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS

O presente **TERMO** não envolve a transferência de recursos entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

O presente **TERMO** vigorará por 360 (trezentos e sessenta) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado através de Termo Aditivo a ser realizado entre os Partícipes.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

Cada partícipe será responsável pelos atos e fatos praticados pelos funcionários ou prepostos que houver indicado para a realização do presente instrumento, não se responsabilizando os demais por prejuízos ou indenizações de qualquer natureza, seja cível, trabalhista, previdenciária ou securitária, resultantes destas indicações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado, por escrito, observando aviso prévio de 60 (sessenta) dias, e rescindido de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente; por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexequível.

Parágrafo Único: Ocorrendo denúncia de qualquer das partes, serão acertadas as providências constantes dos projetos e atividades concluídas, e aquelas em andamento serão avaliadas objetivando determinar a validade de suas conclusões.

CLÁUSULA OITAVA : DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da execução deste Termo de Cooperação Técnica, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA NONA : DA PUBLICAÇÃO

A SEDUC providenciará a publicação deste Termo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Ceará, no dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, não excedendo o prazo de 10 (dez) dias. A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado, Dou fé

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FOLIO



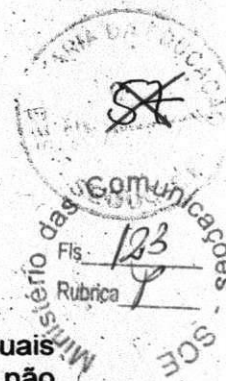
24 SET. 2013
Mombaça - CE
Francisco Alves Veras Titula
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Romão Batista Veras Substituto
Jorge Andre Batista Veras Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Educação

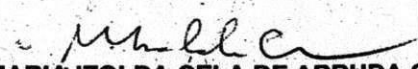
TERMO DE COOP. TÉCNICA Nº 14/2013
PROCESSO Nº 13535928-7



Os Partícipes elegem o Foro da Comarca da Capital do Ceará para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução deste Termo de Cooperação Técnica, caso não sejam solucionadas na forma estabelecida na Cláusula Nona deste Instrumento.

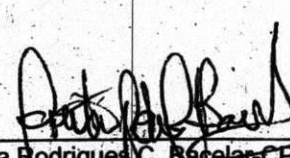
E, assim, por estarem justos e acordados, os partícipes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Fortaleza, 18 de JUNHO de 2013.

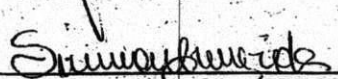

MARIA IZOLDA CÊLA DE ARRUDA COELHO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO


MARLOS COSTA DE ANDRADE
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS

TESTEMUNHAS: 1.


Cristina Rodrigues C. Barcelar - CPF 46823832304

2.


Simone Almeida da Silva - CPF 23483466304



REDE	MUNICÍPIO	INEP	ESCOLA	QTD Alunos
1	CAUCAIA	23462345	ALICE MOREIRA DE OLIVEIRA EEM	610
1	CAUCAIA	23062126	BRANCA CARNEIRO DE MENDONÇA EEM	1721
1	CAUCAIA	23190337	DOM ALOISIO LORSCHIEDER EEFM	638
1	CAUCAIA	23062312	EDSON CORREA EEFM	1252
1	CAUCAIA	23062347	ELIEZER DE FREITAS GUIMARÃES EEFM	803
1	CAUCAIA	23244755	ESCOLA INDIGENA ANAMA TAPEBA	196
1	CAUCAIA	23564067	ESCOLA INDIGENA DA PONTE	109
1	CAUCAIA	23283610	ESCOLA INDIGENA DIREITO DE APRENDER DO POVO ANACÉ	238
1	CAUCAIA	23215674	ESCOLA INDIGENA ÍNDIOS TAPEBAS	218
1	CAUCAIA	23462353	ESCOLA INDIGENA MARCELINO ALVES DE MATOS	124
1	CAUCAIA	23062770	ESCOLA INDIGENA NARCÍSIO FERREIRA MATOS	81
1	CAUCAIA	23241462	ESCOLA INDIGENA TAPEBA AMÉLIA DOMINGOS	84
1	CAUCAIA	23235411	ESCOLA INDIGENA TAPEBA CAPOEIRA	135
1	CAUCAIA	23241454	ESCOLA INDIGENA TAPEBA CAPUAN	56
1	CAUCAIA	23215682	ESCOLA INDIGENA TAPEBA DO TRILHO	232
1	CAUCAIA	23263555	ESCOLA INDIGENA VILA DOS CACOS	28
1	CAUCAIA	23180226	FRANCISCA ESTRELA TORQUATO FIRMEZA CAIC	1033
1	CAUCAIA	23062703	JOSÉ ALEXANDRE EEM	1035
1	CAUCAIA	23062720	JOSÉ MARIA PONTES DA ROCHA, EEFM	919
1	CAUCAIA	23236353	LICEU DE CAUCAIA	1376
1	CAUCAIA	23062738	PRESIDENTE JOSÉ SARNEY EEFM	1231
1	CAUCAIA	23235675	PROF. ANTONIO VALMIR DA SILVA, EEEP	515
1	CAUCAIA	23063041	PROFESSORA MARLY FERREIRA MARTINS, EEEP	360
1	CAUCAIA	23063505	ROMEU DE CASTRO MENEZES, EEM	847
1	CAUCAIA	23063076	ROTARY CLUB SÃO MIGUEL EEFM	509
1	CAUCAIA	23063599	VICENTE ARRUDA EEFM	714
14	MOMBACA	23116951	PROFº PEDRO JAIME EEFM	683
14	MOMBACA	23115807	ANANIAS DO AMARAL VIEIRA EEFM	776
14	MOMBACA	23116960	PROFESSOR PLÁCIDO ADERALDO CASTELO EEEP	317
16	ACOIPIARA	23111291	ALFREDO NUNES DE MELO, EEEP	353
16	ACOIPIARA	23265400	DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO LICEU DE ACOIPIARA	1536
16	ACOIPIARA	23462361	FRANCISCO ASSIS VIEIRA, EEM	292



AUTENTICAÇÃO
 A presente cópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé
 24 SET. 2013 Mombaca - CE
 FRANCISCO ALVES VIEIRA Titular
 José Iran Alves Vieira Substituto
 Genivaldo Pimenta Batista Veras Substituto
 Jorge André Batista Veras Substituto
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.753.160/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/12/2009
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 60.22-5-01 - Programadoras 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 69.11-7-01 - Serviços advocatícios 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDAÇÃO PRIVADA			
LOGRADOURO R CORONEL LOURENCO FEITOSA		NÚMERO 231	COMPLEMENTO
CEP 63.660-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TAUA	UF CE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/12/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 23/09/2013 às 10:07:49 (data e hora de Brasília).

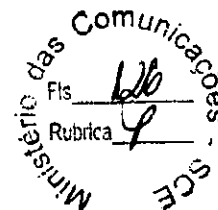
Página: 1/1

Voltar

© Copyright Receita Federal do Brasil - 23/09/2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
CNPJ: 11.753.160/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 17:19:11 do dia 25/07/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/01/2014.

Código de controle da certidão: **55C2.82C9.70F2.C814**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES
PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000302013-05022160

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

CNPJ: 11.753.160/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço < <http://www.receita.fazenda.gov.br> >.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 05/06/2013.

Válida até 02/12/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11753160/0001-28

Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

Endereço: RUA CORONEL LOURENÇO FEITOSA 231 / CENTRO / TAUA /
CE / 63660-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/09/2013 a 13/10/2013

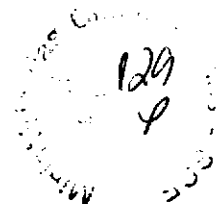
Certificação Número: 2013091421092252133118

Informação obtida em 23/09/2013, às 10:08:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201305094349

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE	
Inscrição Estadual:	*****
CNPJ / CPF:	11.753.160/0001-28
RAZÃO SOCIAL:	*****

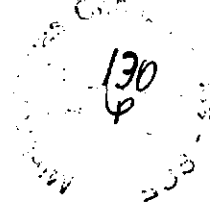
Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 23/09/13 ÀS 10:12:15
VÁLIDA ATÉ 22/11/2013

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.753.160/0001-28

Certidão nº: 36149675/2013

Expedição: 23/09/2013, às 10:12:54

Validade: 21/03/2014 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.753.160/0001-28, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

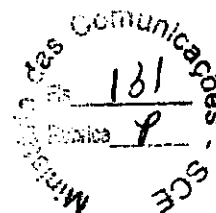
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ
Diretor de Departamento de Arrecadação Tributaria
CERTIDÃO NEGATIVA



Nº 0000000656

INSCRIÇÃO	Razão Social	
00004505809	FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS	
Cuja atividade é	Localizado	Bairro
OUTROS	RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 231	CENTRO

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Nome

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

Endereço

RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 231

CENTRO TAUÁ CEP: 63660000

No. Requerimento

Documento

C.N.P.J.: 11.753.160/0001-28

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

Código

20950

CERTIDÃO

Ressalvado do direito da Fazenda Pública Municipal apurar e inscrever as dívidas que venha a ser apuradas.

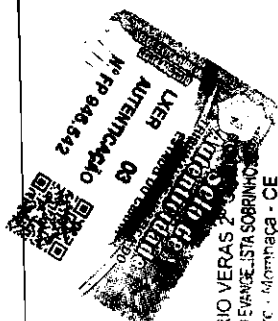
Certifico, na forma da Lei, que mandando rever os registros da Dívida Ativa do Município, não verificou-se a existência de débitos inscritos em nome do contribuinte acima identificado. E para constar, determinei que fosse extraída esta CERTIDÃO NEGATIVA, que vai assinada por mim.

TAUÁ-CE, 23 DE SETEMBRO DE 2013

[Assinatura]
Paula Lúcia Farias
Dir. Dep. de Gestão Tributária

VALIDADE Válida por 060 dias contados da data de emissão

COD. VALIDAÇÃO 0000000656

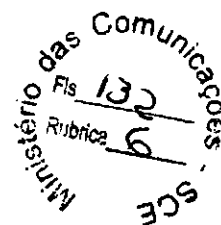


AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

24 SET. 2013

Morinhaça - CE

☐ Francisco Alves Veras - Titular
☐ José Francisco Veras - Substituto
☐ Gerônimo Raimundo Batista Veras Substituto
☐ Jorge André Batista Veras - Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



Nota Técnica nº 215 /2013/GTED/DEAA/SCE - MC

Assunto: **Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012, apenso ao Processo nº 53000.046334/2012.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata os autos de proposta relativa a outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, conforme segue:

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº: 95/2013		Data de publicação:	18/09/2013
Interessado:	Fundação Cultural Terra dos Inhamuns		
Município:	Acopiara-CE	Serviço:	FME
		Canal:	286E
Data de vencimento do prazo para a complementação:	postagem ou protocolo do documento de		18/10/2013
Data de postagem desta proposta:			27/09/2013
Requerimento tempestivo?			<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, a proposta constante do processo em referência, ofertada por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à conferência e análise da documentação apresentada, em consonância com o disposto na Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente.

3. Após realização da análise da documentação apresentada pela entidade verificou-se a incorreta instrução da sua proposta, conforme Nota Técnica nº 1996/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC (fls. 112/113), razão pela qual foi concedido por meio do Edital nº 95 - publicado em 18/09/2013 (fls.117/119), com prazo improrrogável de 30 dias da data de publicação do edital para entrega da documentação, conforme art. 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

4. Em atendimento ao Edital, a concorrente encaminhou a documentação complementar (fls. 120/131), protocolada sob nº 53000.056947/2013, postada em 27/09/2013, conforme protocolo de fl. 120 dos autos. Assim, visando o prosseguimento do feito, procedeu-se a análise da documentação, conforme abaixo se verifica:

Lista de documentos necessários para habilitação de fundações de direito privado a que se refere o inciso III do art. 44 da Lei nº 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata, em original ou cópia autenticada	FLS.	OK	OBS

DA ENTIDADE INTERESSADA

1.	Estatuto social e suas alterações aprovados pelo Ministério Público e	04/18,	OK	-
----	---	--------	----	---

	devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", nos quais se constate que foi instituída há mais de um ano, contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação.	22/36		
2.	Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas. Composição Diretiva: Marlos Costa de Andrade – Representante Legal Maria Regina Marcelino Gonçalves – Diretora Administrativa Ítalo César Moreira de Aguiar – Diretor Financeiro	22/54	OK	
3.	Instrumento jurídico firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação.	121/123	IRREGULAR	Convênio firmado com Estado do Ceará
4.	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).	67	OK	
5.	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da entidade, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.	72	OK	
6.	Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da entidade proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.	126, 129, 131	OK	
7.	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).	68/69	OK	
8.	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.	70	OK	
9.	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.	61/62	OK	
10.	Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga.	63/66	OK	
11.	Declaração do número de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação	124	IRREGULAR	

DOS DIRIGENTES

1.	Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos.	73, 87, 95	OK	
2.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.	74, 75, 81, 88, 89, 96, 97, 103	OK	
3.	Certidões dos Cartórios Distribuidores, de âmbito estadual e federal, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.	74, 75, 81, 88, 89, 96, 97, 103	OK	
4.	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.	76/80, 82/83, 90/91, 98/102, 104/105	OK	

5.	Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67.	84, 92, 106	OK	133 Rubrica 6
6.	Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais.	85, 93, 107	OK	-
7.	Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	86, 94, 108	OK	-

DE PROPONENTE EXECUTANTE DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

1.	Representante Legal aprovado por este MC, constante do SIACCO/ANATEL (imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	111	OK	-
2.	Regularidade quanto ao Fistel (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida via SIGEC/ANATEL, com base no CNPJ da entidade), imprimir espelho correspondente e juntar aos autos.	111	OK	-
3.	Limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 (Pesquisa Geral SRD/ANATEL, com base no CNPJ da entidade, imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	111	OK	-

5. Desse modo verificamos que a proponente deixou de apresentar corretamente os seguintes documentos:

Quanto à entidade:

- O instrumento jurídico deve ser firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço. Assim, não se admite convênio com o Estado do Ceará;
- A declaração do número de alunos matriculados tornou-se irregular, tendo em vista que o convênio firmado pela Proponente não atende as exigências legais.

6. Destaca-se que em vista dos documentos encaminhados não terem sido apresentados corretamente nem de forma completa, a entidade deverá ser inabilitada, conforme dispõe o artigo 5º, da Portaria nº 355/2012.

CONCLUSÃO


7. Dessa forma, opinamos:

- pela inabilitação e consequente indeferimento da proposta em apreço;
- pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado final obtido no processo de seleção em questão;
- pela comunicação do resultado ora obtido à interessada, em conformidade com o disposto nos artigos 9º e 10, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

À consideração superior.

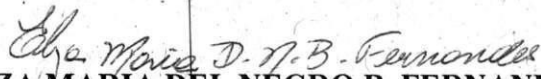
Brasília, 6 de dezembro de 2013.


CELRO ROBERTO F. RODRIGUS
Técnico de Nível Superior


VILMA DE F. ALVARENGA FANIS
Analista – Chefe de Divisão

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 9 de dezembro de 2013.


ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES
Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - Substituta
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.

De acordo. Proceda-se conforme proposto.


Brasília, 9 de dezembro de 2013.

OCTAVIO PENNAPIERANTI
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

Nota Técnica nº 508 /2013/ GTED/DEAA/SCE - MC

Assunto: **Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.046334/2012 e apensos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, de acordo com o estabelecido pela Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente, de acordo com os dados a seguir descritos:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº:	04/2012	Data de publicação:	13/07/2012
EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº: 95/2013		Data de publicação:	18/09/2013
Município: Acopiara-CE		Serviço: FME	Canal: 286E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo do documento de complementação:			18/10/2013

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, o processo em referência, acompanhado de 7 (sete) processos apensados, relativos às propostas apresentadas, objetivando a outorga em questão, para conferência e verificação quanto ao resultado das análises das respectivas propostas.

3. Concluída a análise inicial das propostas supracitadas, constatou-se que nenhuma das participantes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas, sendo oportunizada a complementação da documentação às concorrentes, por meio do Edital de nº 95, publicado em 18/09/2013, com prazo improrrogável de 30 dias da data de publicação do edital para entrega da documentação, conforme art. 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

4. Esgotado o referido prazo, 2 (duas) entidades encaminharam documentos para complementação tempestivamente, quais sejam: Fundação para Assistência Social e Desenvolvimento de Acopiara e a Fundação Cultural Terra dos Inhamuns. Ressalte-se que as seguintes entidades não encaminharam a documentação solicitada: Fundação Educativa e Cultural Nossa Senhora Sant'ana, Fundação Educativa de Radiodifusão José Alencar de Macedo, Fundação Educativa Amélia Oliveira, Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino, Fundação Educativa e Cultural de Radiodifusão Radialista Martin Lutero. As propostas foram reanalisadas de acordo com as Notas Técnicas de fls. dos autos, cujo resultado

assim se apresenta:

CRFR/GTED/DEAA/SCE-MC

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Brasília, 9 de dezembro de 2013.

Elza Maria D. N. B. Fernandes
ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES

Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - Substituta
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de
outubro de 2013.

De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 9 de dezembro de 2013.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no
Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Proceda-se conforme proposto.

Brasília, 20 de dezembro de 2013.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



EDITAL Nº 114, DE 19 DE dezembro DE 2013.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046334/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Acopiara, estado do Ceará, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Publicado no DOU	
Em	30 / 12 / 2013
Página	252 Seção 03
Nome Legível	

Wallace Amorim

Mat. SIAPE 0778674

Coordenador do Subgrupo de Trabalho de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações de União, substituto - SDEU

SDEU/GTDI/SCE-MC
Ministério das Comunicações

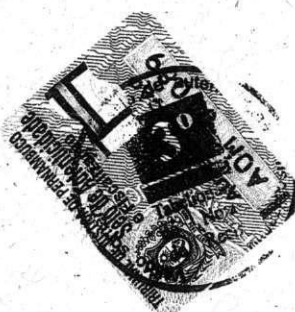
ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	RESULTADO
Fundação Educativa e Cultural Nossa Senhora Sant'ana	II	53000.043720/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Educativa de Radiodifusão José Alencar de Macedo	II	53000.044184/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Educativa Amélia Oliveira	II	53000.043989/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	II	53000.043985/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação para Assistência Social e desenvolvimento de Acopiara	II	53000.043075/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Cultural Terra dos Inhamuns	II	53000.044168/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Educativa e Cultural de Radiodifusão Radialista Martin Lutero	II	53000.041810/2012	Inabilitada	Indeferida

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 28/10/2004
SOB Nº: 20043551572
Protocolo: 04/355157-2
Empresa: 26 2 0037197 7
DIFUSORAS DE PERNAMBUCO LTDA

ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
SECRETARIO-GERAL



03 NOV 2004

Imprimir Recibo	Página Principal
-----------------	------------------

Presidência da República
Imprensa Nacional

**Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento**



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 27/12/2013 12:03:32
Origem: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Operador: MARCELA CAMARA RORIZ
Ofício: 2817270
Data prevista de publicação: 30/12/2013
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 3
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
6608232	EDITAL_N.114_ACOPIARA_CE.rtf	2e9adacd7e9164dc 412e1228a1776b12	16,00	
Total da matéria			16,00	R\$ 485,92
TOTAL DO OFICIO			16,00	R\$ 485,92



Nome; Inscrição; Classificação
Fernando Cesar Melchiori Simon; 11270422; 00008
Localidade Base: Taubaté/SP
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Atendente Comer-

Nome; Inscrição; Classificação
Cibeli Soares; 11568049; 00054
Localidade Base: Taubaté/SP
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Atendente Comer-

Nome; Inscrição; Classificação
Renan Meirelles Coelho; 10914457; 00012
Localidade Base: Votuporanga/SP
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Atendente Comer-

Nome; Inscrição; Classificação
Regiane Piacente Alves; 10770371; 00029
Local: Praça Dom Pedro II, 4-55 - Portaria B, Centro, Bau-

Horário: 08:30 (horário local)
Data: 07/01/2014
Localidade Base: Itapetininga/SP
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro

Nome; Inscrição; Classificação
Mussoline Marcondes da Silva Junior; 11014610; 00045
Localidade Base: Jales/SP
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro

Nome; Inscrição; Classificação
Wagner dos Santos Usso; 10642101; 00031
Alexandre Antonio dos Santos; 11302028; 00032
Localidade Base: Ourinhos/SP
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro

Nome; Inscrição; Classificação
Robson Fernandes Brito; 11080855; 00077
Localidade Base: Pirassununga/SP
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro

Nome; Inscrição; Classificação
Vanderly Martins de Sousa; 10925339; 00038
Localidade Base: Tupã/SP
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro

Nome; Inscrição; Classificação
Marcos Bernardes dos Santos; 10169682; 00057
Claudio Eufrosio de Oliveira; 11003559; 00058
Diego Wesley de Souza; 10793967; 00060

JOSEPH DE FARO VALENÇA
Diretor Regional

EDITAL Nº 1502/2013

Aviso de Convocação

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - por intermédio da Diretoria Regional São Paulo Interior, com referência ao edital de abertura nº. 11/2011, publicado no Diário Oficial da União do dia 23/03/2011, torna pública a convocação para assinatura de contrato individual de trabalho do candidato abaixo listado. O edital de resultado do candidato aprovado/homologado nº. 34/2011 foi publicado no Diário Oficial da União do dia 29/07/2011. A contratação se dará por decisão judicial referente ao processo 0008432-12.2011.403.6108.

Local: Praça Dom Pedro II, 4-55 - Portaria B, Centro, Bau-

Horário: 08:30 (horário local)
Data: 06/01/2014
Localidade Base: Bonitacu/SP
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Atendente Comer-

Nome; Inscrição; Classificação
Carlos Alberto Pinheiro; 10021058; 00016

JOSEPH DE FARO VALENÇA
Diretor Regional

AVISO DE ADIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13000016/2013

Objeto: Prestação de serviços de manutenção, com substituição de peças originais e genuínas e lubrificantes, em motocicletas da marca Yamaha, modelo XTZ 125 Cargo, pertencentes à frota da ECT, localizados na cidade de Presidente Prudente e Região, conforme edital. A abertura da licitação designada para o dia 20/01/2014 às 13:00 horas, foi adiada para o dia 21/01/2014 às 13:00 horas.

EDISON ARCAS JUNIOR
Pregoeiro

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000132/2013

Objeto: Prestação de serviços de manutenção, com substituição de peças originais e genuínas e lubrificantes em veículos da marca MERCEDES BENZ, modelo SPRINTER, motorização diesel OM611LA - 129CV, pertencentes à frota da ECT, localizados na cidade de São José dos Campos e Região/SP, conforme Edital. Licitação homologada. O objeto foi adjudicado à empresa: Speedcar Centro Automotivo Ltda. - ME, no valor global de R\$ 80.944,00.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032013123000173

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000175/2013

Objeto: Prestação de serviços de manutenções programadas por alteração de layout ou corretivas, por demanda, com aplicação de peças, partes e componentes, em equipamentos dos sistemas de CFTV, instalados em unidades da ECT/DR/SP, região de Ribeirão Preto/SP, conforme Edital. Licitação homologada. O objeto foi adjudicado à empresa: Netvision Tecnologia e Sistemas de Segurança Ltda. - EPP, no valor global de R\$ 656.500,00.

JOSÉ APARECIDO LOPES DOS SANTOS
Pregoeiro

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000163/2013 - DR/SP

Objeto: Prestação de serviços eventuais de transportes de cargas postais por veículos utilitários, com condutor, pelo Sistema "Poll" - Regiões de Bauru, Araçatuba e Presidente Prudente, conforme Edital. Motivo da revogação: lote fracionado.

CAMILA CRISTINA BATISTA PAIVA
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

LEILÃO Nº 2/2013

Objeto: Alienação por venda, através de Leilão pelo maior lance ou oferta, de motocicletas, veículos e bens móveis e inservíveis, conforme discriminados no edital e seus anexos, no estado de conservação em que se encontram. SESSÃO PÚBLICA: dias 22/01/2014, às 10:00 horas e 23/01/2014, às 10:00 horas, na Rodovia Anhanguera, km 316,5 (pista lateral), Ribeirão Preto/SP. RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.correios.com.br, campo "Licitações", Tel.: (14) 4009 3660 ou (14) 4009 3558; e-mail: licitacao-spi@correios.com.br, de 2ª a 6ª feira, de 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

LUIZ ANTÔNIO SANCHES
Presidente da CPL

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO
METROPOLITANA

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000237 - GERAD/DR/SPM

Objeto: prestação de serviços de operação e monitoramento dos sistemas de Circuito Fechado de TV - CFTV, instalados nas unidades da ECT/DR/SPM, conforme Descrição Técnica e demais condições do edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 516605). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 13/01/2014. Abertura das Propostas: 14/01/2014 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 14/01/2014 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 13000237.

REGINALDO DOS SANTOS SOUZA
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000242 - GERAD/DR/SPM

Objeto prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfeção de instalações prediais em Unidade da ECT/DR/SPM, com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios, e

máquinas e equipamentos, compatíveis com o quantitativo de empregados e específicos para as características da área física do imóvel do COMPLEXO LOGÍSTICO CAJAMAR/DR/SPM, com o total de 73.217,40 m² de área interna e 44.076,35 m² de área externa, conforme Descrição Técnica e demais condições do edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.comprasnet.gov.br>. O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 13/01/2014. Abertura das Propostas: 14/01/2014 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30 min do dia 14/01/2014 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto", mencionar PGE 13000242.

CLEITON MOREIRA DA SILVA
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000216 - GERAD/DR/SPM

Objeto: aquisição de Braço de Ativação Completo para as Máquinas de Triagem de Encomendas e Malotes, conforme Especificação Técnica/Descrição Técnica e demais condições do edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 509653). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 13/01/2014. Abertura das Propostas: 14/01/2014 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 14/01/2014 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 13000216.

EDNA DE OLIVEIRA GUIMARÃES
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000227 - GERAD/DR/SPM

Objeto: aquisição de escadas plataforma móvel, conforme Descrição Técnica e demais condições do edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 514101). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 14/01/2014. Abertura das Propostas: 15/01/2014 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 15/01/2014 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 13000227.

DANIELE MACEDO PIRES DA SILVA
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13000220 - GERAD/DR/SPM

Objeto: aquisição de capa plástica para cartão novo malote e envelopes plásticos co-extrudados, conforme edital e seus anexos. Download do edital no site <http://www.licitacoes-e.com.br> (ID desta licitação 521900). O acolhimento das propostas no referido site dar-se-á a partir das 10h00min do dia 14/01/2014. Abertura das Propostas: 15/01/2014 às 08h30min. Início da Disputa de Lances às 09h30min do dia 15/01/2014 (horário de Brasília). Solicitações de esclarecimento acerca do edital deverão ser enviadas ao endereço eletrônico geradpregao@correios.com.br. No campo "assunto" mencionar PGE 13000220.

THIAYSE CARVALHO SILVA DE SANTANA
Pregoeiro

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

EDITAL Nº 114, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046334/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Acopiara, estado do Ceará, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	RESULTADO
Fundação Educativa e Cultural Nossa Senhora Santana	II	53000.043720/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Educativa de Radiodifusão José Alencar de Macedo	II	53000.044184/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Educativa Amélia Oliveira	II	53000.043989/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino	II	53000.043985/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação para Assistência Social e desenvolvimento de Acopiara	II	53000.043075/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Cultural Terra dos Inhamuns	II	53000.044168/2012	Inabilitada	Indeferida
Fundação Educativa e Cultural de Radiodifusão Radialista Martin Lutero	II	53000.041810/2012	Inabilitada	Indeferida

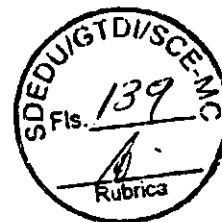
Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ACOPIARA - CE



26

OFÍCIO N° 02/014

Tauá (CE), 13 de Janeiro de 2014.

Ilmo. Sra.

PATRÍCIA BRITO DE ÀVILASecretario(a) de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações
Brasília – DFMINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 002173/2014-32

SEAPA/SCE

16/01/2014-09:41

W. SDEU

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref.: a) Edital nº 114, de 19/12/2013;

b) Processo nº 53000.044168/2012/Anexo ao Processo nº 53000.046334/2012

c) Aviso de Habilitação nº 04 de 12 de julho de 2012.

SDEU

Senhora Secretaria,

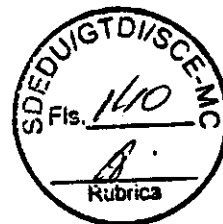
Em atenção ao edital acima referenciado, publicado no Diário Oficial da União, edição de 30/12/2013, Seção 3, página 133, onde concede um prazo de 30 (trinta) dias para os participantes do Aviso de Habilitação nº 04 de 12 de julho de 2012, originário desse Ministério, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), no Município de Acopiara, Estado do Ceará, caráter exclusivamente educativo, a **FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS**, vem perante este Ministério apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA SUA INABILITAÇÃO**, no exercício do amplo e irrestrito direito de defesa constitucionalmente, nos autos do processo em epígrafe, pelas razões a seguir colacionadas:

DA INABILITAÇÃO

O Grupo de Trabalho de radiodifusão Educativa e Consignação – GTED, ATRAVÉS DA Nota Técnica 215/2013/GTED/DEAA/SCE-MC, após a análise da nossa proposta constante do processo em referência, se manifestou pela Inabilitação da proposta pelos motivos abaixo relacionados:

Rua Cel. Lourenço Feitosa, 231 – Centro – Tauá, Ce – CEP: 63.660-000 – CNPJ Nº:
11.753.160/0001-28

1



1.a) O instrumento jurídico deve ser firmado com **instituição de ensino médio ou educativo superior, ou com o Município** em que será prestado o serviço. Assim, não se admite convênio com o estado do Ceará;

1.b) A declaração do número de alunos matriculados tornou-se irregular, tendo em vista que o convênio firmado pela Proponente não atende as exigências legais.

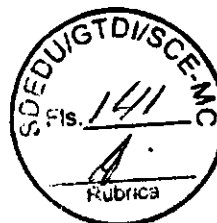
O Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, que estabelece as regras norteadoras para a apresentação das propostas não proíbe a formulação do convênio com o estado, conforme transcrição abaixo:

4) O Instrumento Jurídico que comprove a vinculação da fundação de direito privado com **instituição de ensino médio ou de educação superior ou com o Município** onde será executado o serviço objeto da outorga, visando o **fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação;**

5) Declaração, firmada pelo representante legal da **instituição de ensino médio ou de educação superior** com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação, informando o seu número de alunos matriculados.

A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, apresentou o Termo de Cooperação com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará, que tem subordinada as Escolas **ALFREDO NUNES DE MELO, EEP (35 ALUNOS), DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO LICEU DE ACOPIARA (153 ALUNOS) E FRANCISCO ASSIS VIEIRAS, EEM (29 ALUNOS), TODAS NO MUNICÍPIO DE ACOPIARA,** portanto, cumprindo rigorosamente o estabelecido no edital.

Acreditamos que o grupo de trabalho não observou que existem no Município de Acopiara as referidas Escolas Estaduais que são vinculadas a Secretaria de Educação, ate porque, seria um absurdo que a Fundação atenderia o edital se formulasse um termo de parceria assinada pelo Diretor de uma delas, mais, quando



assinadas pela **SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ** a qual as Escolas são vinculadas e os diretores estão submetidos à subordinação da mesma, não atenda a esta exigência.

Lembramos que o objetivo almejado pela exigência editalícia é o **fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação**, para a programação da futura radio, e este objetivo está contemplado pelo termo de parceria assinado com o Estado do Ceará, conforme demonstra a transcrição das cláusulas a baixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O Presente Termo de Cooperação tem por objetivo disponibilizar espaço na programação nos veículos de radiodifusão cultural terra dos Inhamuns, no serviço em frequência modular (FM), precisamente às Escolas Estaduais de Ensino Médio no Município de Acopiara, Caucaia e Mombaça, de forma gratuita e voluntária, com vistas a proporcionar aos alunos informações e produtos de conteúdo educativo, cultural, técnico e científico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES

II- COMPETE À SEDUC:

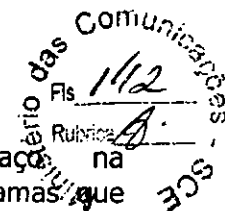
a) Divulgar junto às Escolas estaduais do ensino Médio no Município de Acopiara, Caucaia e Mombaça a cooperação técnica com a FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS para que os alunos se integrem ao conteúdo da emissora;

b) Elaborar uma grade de programação para ser vinculada à emissora em frequência modulada.

III _ Compete à FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS

a) Planejar e elabora as ações pertinentes a execução sempre que solicitado;

b) Colaborar com a elaboração de grade de programação sempre que solicitado;



c) Disponibilizar gratuitamente espaço na programação para a veiculação de programas que buscam exteriorizar o pensamento dos jovens com o objetivo de transformação a realidade social contemporânea.

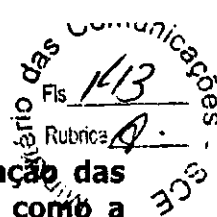
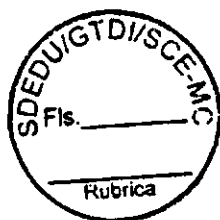
Educação conforme decreto nº 27 **DECRETO Nº 27.757**, de 04 de abril de 2005, transcrito abaixo:

DECRETO Nº 27.757, de 04 de abril de 2005.
DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SEDOC), REMOÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR PARA A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 12.613, de 7 de agosto de 1996, que redenomina a Secretaria da Educação Básica (Seduc), bem como o disposto na Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003, que dispõe sobre o novo modelo de gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da Administração Estadual e promove a extinção e criação de Cargos de Direção e Assessoramento Superior; CONSIDERANDO o Decreto nº 27.025, de 29 de abril de 2003, que dispõe sobre a competência, estrutura organizacional e denominação dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior da Secretaria da Educação Básica (Seduc); CONSIDERANDO a necessidade de adaptar a estrutura organizacional da Secretaria da Educação Básica (Seduc) ao novo modelo de gestão, visando aprimorar a máquina administrativa tornando-a mais ágil e compatível com as expectativas e interesses da coletividade; CONSIDERANDO, finalmente, que se impõe o esforço contínuo de adequação de modelos estruturais às políticas e estratégias de ação governamental; DECRETA:

Art. 1º Este Decreto disciplina a competência, a estrutura organizacional e a distribuição dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior da Secretaria da Educação Básica (Seduc).

Art. 2º A Secretaria da Educação Básica (Seduc) tem por finalidade definir diretrizes e prioridades educacionais e coordenar o sistema de educação básica, em nível estadual, garantindo a oferta de um ensino de boa



qualidade e assegurando a concretização das políticas educacionais adotadas, bem como a manutenção e o funcionamento dos Estabelecimentos Oficiais de Ensino Público do Estado, competindo-lhe:

I - definir Políticas e Diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação especial, a educação escolar indígena e a educação de jovens e adultos;

II - estabelecer mecanismos que avaliem e garantam a qualidade do ensino público e privado;

III - coordenar a implantação da política educacional;

IV - prover o acompanhamento das ações educacionais em execução na rede estadual;

V - definir parâmetros curriculares, realizando a avaliação, pesquisas e inovações educacionais, garantindo a organização e o funcionamento da escola estadual;

VI - desenvolver recursos humanos para cooperar técnica e financeiramente com os municípios, com vistas à municipalização do ensino;

VII - manter as escolas públicas estaduais, garantindo-lhes recursos necessários ao seu funcionamento regular e o atendimento com programas suplementares aos alunos do ensino fundamental;

VIII - apoiar a implantação de ações colegiadas nas escolas públicas e a democratização da gestão educacional;

IX - definir, produzir, executar e avaliar programas de educação à distância;

X - utilizar tecnologias adequadas à educação;

XI - integrar ações de caráter educacional na área do ensino básico que possam ser viabilizadas em conjunto com outras instâncias governamentais;

XII - exercer outras atribuições correlatas nos termos do Regulamento.

Informamos ainda, que nos autos do processo consta o convênio com a Universidade Estadual do Ceará – UECE, instituição de ensino superior.

Pelo exposto, podemos concluir que a decisão de inabilitar esta Fundação não atende ao Interesse público, bem como, não encontra guarita nos Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e vai de encontro ao Princípio da Vinculação ao Instrumento do edital que deve ser observado pelos concorrentes e julgadores.



DO DIREITO

A Constituição Federal no seu art 37, inciso XXI, estabelece as regras a serem seguidas pela administração Pública , conforme transcrito abaixo:

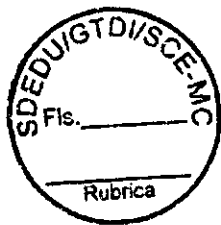
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento);

Vejamos o entendimento do Supremo Tribunal Federal extraído dos comentários ao art 37, inciso XXI;

"A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n. 8.666/93), sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto." (RMS 24.555-AgR, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 21-2-06, DJ de 31-3-06)

Relativo à Legislação Infraconstitucional podemos citar o art. 2º da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e O estatuto das licitações públicas transcritos abaixo:



Art. 2º A Administração Pública obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - ...

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada à renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada à promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV -

V -;

VI - adequação entre meios e fins, vedada à imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

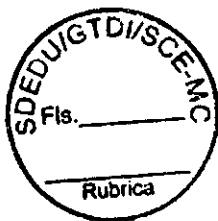
IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim



público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.



O art. 2º, parágrafo único, da Lei 9.784/1999, estabelece que nos processos administrativos devem ser observados, entre outros, os critérios da "adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público" (VI) e da "interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação" (XIII). Nesse contexto, com a interpretação então conferida, o administrador, a pretexto de cumprir a lei, terminou por violá-la, pois, com o ato praticado, desconsiderou a adequação entre meios e fins, impôs restrição em medida superior àquela estritamente necessária ao atendimento do interesse e, além disso, deixou de interpretar a lei da maneira que garantisse mais efetivamente o atendimento do fim público a que se dirige.

O Estatuto de Licitações e Contratos Públicos

estabelece no art. 44 combinado com o art. 45, que no julgamento das propostas a Comissão de Licitação levará em consideração os critérios objetivos definidos no convite e em conformidade com os tipos de licitação, senão vejamos:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão **levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite**, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

A referida lei estabelece que o objetivo da licitação é a escolha da melhor proposta, conforme o disposto no art. 3º, in verbis:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e **a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

A FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS, juntou a documentação exigida pelo Aviso de habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, portanto, demonstrou a capacidade técnica de realizar o objeto do Edital (outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), no Município de Acopiara), e por isso, não poderia ser Inabilitada.



Podemos concluir que a **INABILITAÇÃO DA NOSSA FUNDAÇÃO** é uma afronta a um direito líquido, certo e exigível, previsto no Aviso de Habilitação nº 04 de 12 de julho de 2012, originário desse Ministério, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), no Município de Acopiara.

DO PEDIDO

1. Seja reconsiderada a decisão que Inabilitou a FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS, tornando a mesma Habilitada para a fase seguinte do processo.


MARLOS COSTA DE ANDRADE

Diretor – Presidente



DECRETO Nº 27.757 , de 04 de abril de 2005.

DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SEDUC), REMOÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR PARA A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 12.613, de 7 de agosto de 1996, que redenomina a Secretaria da Educação Básica (Seduc), bem como o disposto na Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003, que dispõe sobre o novo modelo de gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da Administração Estadual e promove a extinção e criação de Cargos de Direção e Assessoramento Superior; CONSIDERANDO o Decreto nº 27.025, de 29 de abril de 2003, que dispõe sobre a competência, estrutura organizacional e denominação dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior da Secretaria da Educação Básica (Seduc); CONSIDERANDO a necessidade de adaptar a estrutura organizacional da Secretaria da Educação Básica (Seduc) ao novo modelo de gestão, visando aprimorar a máquina administrativa tornando-a mais ágil e compatível com as expectativas e interesses da coletividade; CONSIDERANDO, finalmente, que se impõe o esforço contínuo de adequação de modelos estruturais às políticas e estratégias de ação governamental; DECRETA:

Art. 1º Este Decreto disciplina a competência, a estrutura organizacional e a distribuição dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior da Secretaria da Educação Básica (Seduc).

Art. 2º A Secretaria da Educação Básica (Seduc) tem por finalidade definir diretrizes e prioridades educacionais e coordenar o sistema de educação básica, em nível estadual, garantindo a oferta de um ensino de boa qualidade e assegurando a concretização das políticas educacionais adotadas, bem como a manutenção e o funcionamento dos Estabelecimentos Oficiais de Ensino Público do Estado, competindo-lhe:

- I - definir Políticas e Diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação especial, a educação escolar indígena e a educação de jovens e adultos;
- II - estabelecer mecanismos que avaliem e garantam a qualidade do ensino público e privado;
- III - coordenar a implantação da política educacional;
- IV - prover o acompanhamento das ações educacionais em execução na rede estadual;
- V - definir parâmetros curriculares, realizando a avaliação, pesquisas e inovações educacionais, garantindo a organização e o funcionamento da escola estadual;
- VI - desenvolver recursos humanos para cooperar técnica e financeiramente com os municípios, com vistas à municipalização do ensino;
- VII - manter as escolas públicas estaduais, garantindo-lhes recursos necessários ao seu funcionamento regular e o atendimento com programas suplementares aos alunos do ensino fundamental;
- VIII - apoiar a implantação de ações colegiadas nas escolas públicas e a democratização da gestão educacional;
- IX - definir, produzir, executar e avaliar programas de educação à distância;
- X - utilizar tecnologias adequadas à educação;
- XI - integrar ações de caráter educacional na área do ensino básico que possam ser viabilizadas em conjunto com outras instâncias governamentais;
- XII - exercer outras atribuições correlatas nos termos do Regulamento.

Parágrafo único. Obedecida a legislação própria e os parâmetros estabelecidos neste Decreto, as competências das unidades orgânicas integrantes da estrutura organizacional da Secretaria da Educação Básica (Seduc) serão fixadas em Regulamento, a ser aprovado por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º A estrutura organizacional básica e setorial da Secretaria da Educação Básica (Seduc) é a seguinte:

I – DIREÇÃO SUPERIOR

- Secretário da Educação Básica

II – GERÊNCIA SUPERIOR

- Secretário Adjunto da Educação Básica

III – ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

1. Secretaria Executiva
2. Assessoria Jurídica
3. Assessoria de Mobilização e Comunicação
4. Assessoria de Acompanhamento Interno
5. Ouvidoria

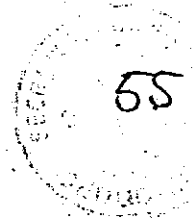




**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Educação

**TERMO DE COOP. TÉCNICA Nº 14/2013
PROCESSO Nº 13535928-7**



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E A
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS,
PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARA.**

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, sediada na Av. General Afonso Albuquerque, S/N, Cambéba, Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.514/0001-25, neste ato representada pela Exma. Sra. Secretária de Educação, **MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 1244632- SSP/CE e do CPF nº 208.730.773 - 34, e a **A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS**, entidade de direito privado sem fins lucrativos, sediada na RUA CORONEL LOURENÇO FEITOSA, no Município de Tauá/Ce, inscrita no CNPJ sob nº 11.753.160/0001 - 28, neste ato representada pelo seu Presidente, **MARLOS COSTA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado no município de Fortaleza, portador do RG nº 99010421849 SSP - CE, e do CPF nº 655.648.983 - 20, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com fundamentos na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICADA

O presente Termo reger-se-á pelas disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666/93, alterada em parte pela Lei Federal nº 8.863/94, na Constituição Federal e no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto disponibilizar espaço na programação nos veículos de radiodifusão da fundação cultural terra dos inhamuns, no serviço em frequência modular (FM), precisamente às Escolas Estaduais do Ensino Médio no município de Acopiara, Caucaia e Mombaça, de forma gratuita e voluntária, com vistas a proporcionar aos alunos informações e produtos de conteúdo educativo, cultural, técnico e científico.

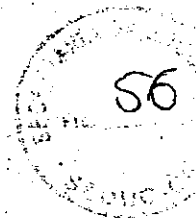
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES

II – Compete à SEDUC:

- a) Divulgar junto às Escolas Estaduais do Ensino Médio no município de Acopiara, Caucaia e Mombaça a cooperação técnica com a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS para que os alunos se integrem ao conteúdo da emissora;



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação



TERMO DE COOP. TÉCNICA Nº 14/2013
PROCESSO Nº 13535928-7

- b) Elaborar uma grade de programação para ser vinculada à emissora de radiofusão sonora em frequência modulada.

III – Compete à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS:

- a) Planejar e elaborar as ações pertinentes a execução e divulgação da cooperação técnica;
b) Colaborar com a elaboração da grade de programação sempre que solicitado;
c) Disponibilizar gratuitamente espaço na programação para a veiculação de programas que buscam exteriorizar o pensamento dos jovens com o objetivo de transformar a realidade social contemporânea.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS

O presente **TERMO** não envolve a transferência de recursos entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

O presente **TERMO** vigorará por 360 (trezentos e sessenta) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado através de Termo Aditivo a ser realizado entre os Partícipes.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

Cada partícipe será responsável pelos atos e fatos praticados pelos funcionários ou prepostos que houver indicado para a realização do presente instrumento, não se responsabilizando os demais por prejuízos ou indenizações de qualquer natureza, seja cível, trabalhista, previdenciária ou securitária, resultantes destas indicações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado, por escrito, observando aviso prévio de 60 (sessenta) dias, e rescindido de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente; por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

Parágrafo Único: Ocorrendo denúncia de qualquer das partes, serão acertadas as providências constantes dos projetos e atividades concluídas, e aquelas em andamento serão avaliadas objetivando determinar a validade de suas conclusões.

CLÁUSULA OITAVA : DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da execução deste Termo de Cooperação Técnica, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

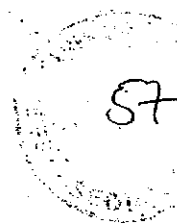
CLÁUSULA NONA : DA PUBLICAÇÃO

A SEDUC providenciará a publicação deste Termo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Ceará, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, não excedendo o prazo de 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação



TERMO DE COOP. TÉCNICA Nº 14/2013
PROCESSO Nº 13535928-7

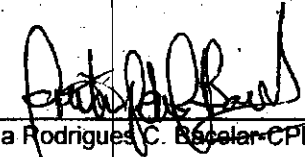
Os Partícipes elegem o Foro da Comarca da Capital do Ceará para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução deste Termo de Cooperação Técnica, caso não sejam solucionadas na forma estabelecida na Cláusula Nona deste Instrumento.

E, assim, por estarem justos e acordados, os partícipes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Fortaleza, 18 de ~~junho~~ de 2013.

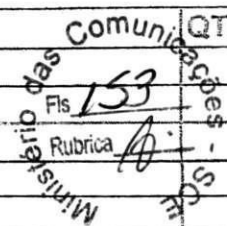

MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO


MARLOS COSTA DE ANDRADE
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS

TESTEMUNHAS: 1. 
Cristina Rodrigues C. Bocalan - CPF 46823832304

2. 
Simone Almeida da Silva - CPF 23483466304

DE	MUNICÍPIO	INEP	ESCOLA	QTD Alunos
1	CAUCAIA	23462345	ALICE MOREIRA DE OLIVEIRA EEM	610
1	CAUCAIA	23062126	BRANCA CARNEIRO DE MENDONÇA EEM	1721
1	CAUCAIA	23190337	DOM ALOISIO LORSCHIEDER EEFM	638
1	CAUCAIA	23062312	EDSON CORREA EEFM	1252
1	CAUCAIA	23062347	ELIEZER DE FREITAS GUIMARÃES EEFM	803
1	CAUCAIA	23244755	ESCOLA INDÍGENA ANAMA TAPEBA	196
1	CAUCAIA	23564067	ESCOLA INDÍGENA DA PONTE	109
1	CAUCAIA	23283610	ESCOLA INDÍGENA DIREITO DE APRENDER DO POVO ANACÉ	238
1	CAUCAIA	23215674	ESCOLA INDÍGENA ÍNDIOS TAPEBAS	218
1	CAUCAIA	23462353	ESCOLA INDÍGENA MARCELINO ALVES DE MATOS	124
1	CAUCAIA	23062770	ESCOLA INDÍGENA NARCÍSIO FERREIRA MATOS	81
1	CAUCAIA	23241462	ESCOLA INDÍGENA TAPEBA AMÉLIA DOMINGOS	84
1	CAUCAIA	23235411	ESCOLA INDÍGENA TAPEBA CAPOEIRA	135
1	CAUCAIA	23241454	ESCOLA INDÍGENA TAPEBA CAPUAN	56
1	CAUCAIA	23215682	ESCOLA INDÍGENA TAPEBA DO TRILHO	232
1	CAUCAIA	23263555	ESCOLA INDÍGENA VILA DOS CACOS	28
1	CAUCAIA	23180226	FRANCISCA ESTRELA TORQUATO FIRMEZA CAIC	1033
1	CAUCAIA	23062703	JOSÉ ALEXANDRE EEM	1035
1	CAUCAIA	23062720	JOSÉ MARIA PONTES DA ROCHA, EEFM	919
1	CAUCAIA	23236353	LICEU DE CAUCAIA	1376
1	CAUCAIA	23062738	PRESIDENTE JOSÉ SARNEY EEFM	1231
1	CAUCAIA	23235675	PROF. ANTONIO VALMIR DA SILVA, EEEP	515
1	CAUCAIA	23063041	PROFESSORA MARLY FERREIRA MARTINS, EEEP	360
1	CAUCAIA	23063505	ROMEU DE CASTRO MENEZES, EEM	847
1	CAUCAIA	23063076	ROTARY CLUB SÃO MIGUEL EEFM	508
1	CAUCAIA	23063599	VICENTE ARRUDA EEFM	714
14	MOMBACA	23116951	PROFº PEDRO JAIME EEFM	688
14	MOMBACA	23115807	ANANIAS DO AMARAL VIEIRA EEFM	771
14	MOMBACA	23116960	PROFESSOR PLÁCIDO ADERALDO CASTELO EEEP	311
16	ACOPIARA	23111291	ALFREDO NUNES DE MELO, EEEP	35
16	ACOPIARA	23265400	DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO LICEU DE ACOPIARA	153
16	ACOPIARA	23462361	FRANCISCO ASSIS VIEIRA, EEM	29





TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ E A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS DA CIDADE DE TAUÁ - CEARÁ . VISANDO A COLABORAÇÃO NO CAMPO COMUM DE SUAS ATIVIDADES PARA A DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES E PRODUTOS DE CONTEUDOS EDUCATIVO, CULTURAL, TÉCNICO E CIENTÍFICO.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE , instituição de **ENSINO SUPERIOR** , constituída na forma do inciso IV do artigo 8.º do Decreto n.º 2.306 de 19.08.1997 , com sede na cidade de Fortaleza , Estado do Ceará , Av. Paranjana, 1700 - Campus do Itaperi -Bairro Serrinha , doravante denominada **UNIVERSIDADE** , e a **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS** , com sede na cidade de Tauá, Estado do Ceará , doravante denominada **FUNDAÇÃO** , resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO EDUCATIVA, CULTURAL ,TÉCNICA E CIENTÍFICA** , nos termos dos artigos 24 , Inciso VIII c/c o art. 116 , da Lei Federal N.º 8.666/94 e demais dispositivos legais aplicáveis ,mediante as condições estabelecidas nas Cláusulas seguintes :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONVÊNIO a cooperação técnica para a produção , co - produção , cessão , permuta de produtos culturais, educativos, jornalísticos e de outros conteúdos de interesse público, principalmente em formato de radiodifusão em FM mediante as cláusulas e condições que se seguem :

Parágrafo 1.º - Os produtos a que se referem este convênio , tratam-se de um apoio educativo e cultural da UNIVERSIDADE à FUNDAÇÃO , na formação da grade de programação da emissora de radiodifusão sonora em frequência modulada , com fins exclusivamente educativos , na cidade de Tauá - Ce, que atenderá com absoluto e irrestrito respeito aos objetivos e compromissos sociais das partes , incentivando o desenvolvimento social, fundado em princípios de cooperativismo e gestão compartilhada, onde a FUNDAÇÃO encontra na UNIVERSIDADE , principalmente a partir deste convênio , sua principal aliada no estreitamento das relações com a comunidade na qual está inserida.



Parágrafo 2.º - A efetiva concretização deste Convênio, no campo da radiodifusão, ocorrerá a partir da outorga e liberação da licença de funcionamento pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá um prazo de 120 (cento e vinte) meses , contado a partir da data de sua assinatura ,podendo ser prorrogado por igual período , a juízo das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Este Convênio não submete as partes conveniadas a qualquer obrigação orçamentária ou financeira para a execução do objeto pactuado.

Parágrafo Único - Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DO APOIO E PATROCÍNIO

As partes conveniadas, mediante concordância, poderão utilizar-se do apoio ou patrocínio de terceiros para a realização da produção ou co-produção dos produtos objeto do presente convênio, que será consignado em instrumento específico entre as partes, observada a legislação competente.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONTROLE

A administração e o controle do presente Convênio caberá às partes pactuadas , os quais ficam incumbidos de dar cumprimento aos termos conveniados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E RESCISÕES

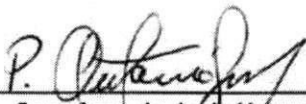
O Contrato ora pactuado poderá ser modificado por acordo mútuo das partes , a qualquer tempo, e rescindido de forma unilateral, por notificação extrajudicial, com o mínimo de 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

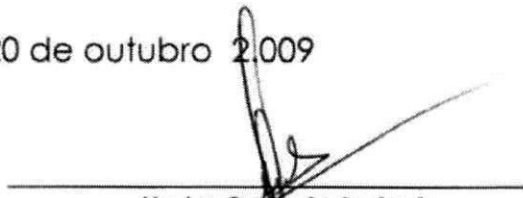
Os casos omissos deste Convênio serão mediados pelas partes e formalizados em Termos Aditivos.

Assim, justos e convenientes, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para os fins de direito.

FORTALEZA - CE, 20 de outubro 2009



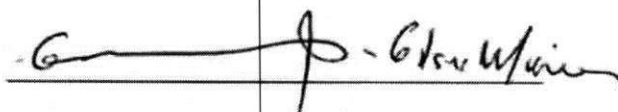
Francisco de Assis Moura Araripe
REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE

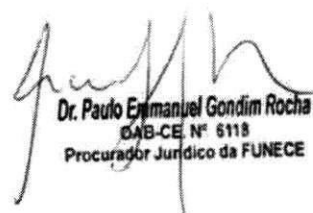


Marlos Costa de Andrade
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL
TERRA DOS INHAMUNS

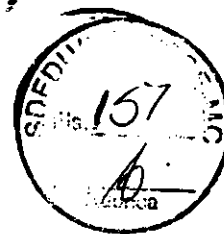
Testemunhas :

1. 

2. 



Dr. Paulo Emmanuel Gondim Rocha
OAB-CE Nº 6118
Procurador Jurídico da FUNECE



2ª via

OFÍCIO N º 02/014

Tauá (CE), 13 de Janeiro de 2014.

Ilmo. Sra.

PATRÍCIA BRITO DE ÀVILA

Secretario(a) de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Brasília – DF

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref.: a) Edital nº 114, de 19\12\2013;

b) Processo nº 53000.044168\2012/Anexo ao Processo nº 53000.046334\2012

c) Aviso de Habilitação nº 04 de 12 de julho de 2012.

Senhora Secretaria,

Em atenção ao edital acima referenciado, publicado no Diário Oficial da União, edição de 30/12/2013, Seção 3, página 133, onde concede um prazo de 30 (trinta) dias para os participantes do Aviso de Habilitação nº 04 de 12 de julho de 2012, originário desse Ministério, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), no Município de Acopiara, Estado do Ceará, caráter exclusivamente educativo, a **FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS**, vem perante este Ministério apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA SUA INABILITAÇÃO**, no exercício do amplo e irrestrito direito de defesa constitucionalmente, nos autos do processo em epígrafe, pelas razões a seguir colacionadas:

DA INABILITAÇÃO

O Grupo de Trabalho de radiodifusão Educativa e Consignação – GTED, ATRAVÉS DA Nota Técnica 215/2013/GTED/DEAA/SCE-MC, após a análise da nossa proposta constante do processo em referência, se manifestou pela Inabilitação da proposta pelos motivos abaixo relacionados:

Rua Cel. Lourenço Feitosa, 231 – Centro - Tauá. Ce – CEP: 63.660-000 – CNPJ Nº:
11.753.160/0001-28

1



1.a) O instrumento jurídico deve ser firmado com **instituição de ensino médio ou educativo superior, ou com o Município** em que será prestado o serviço. Assim, não se admite convênio com o estado do Ceará;

1.b) A declaração do número de alunos matriculados tornou-se irregular, tendo em vista que o convênio firmado pela Proponente não atende as exigências legais.

O Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, que estabelece as regras norteadoras para a apresentação das propostas não proíbe a formulação do convênio com o estado, conforme transcrição abaixo:

4) O Instrumento Jurídico que comprove a vinculação da fundação de direito privado com **instituição de ensino médio ou de educação superior ou com o Município** onde será executado o serviço objeto da outorga, visando o **fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação;**

5) Declaração, firmada pelo representante legal da **instituição de ensino médio ou de educação superior** com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação, informando o seu número de alunos matriculados.

A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, apresentou o Termo de Cooperação com a Secretaria da Educação do Estado do Ceará, que tem subordinada as Escolas **ALFREDO NUNES DE MELO, EEP (35 ALUNOS), DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO LICEU DE ACOPIARA (153 ALUNOS) E FRANCISCO ASSIS VIEIRAS, EEM (29 ALUNOS), TODAS NO MUNICÍPIO DE ACOPIARA,** portanto, cumprindo rigorosamente o estabelecido no edital.

Acreditamos que o grupo de trabalho não observou que existem no Município de Acopiara as referidas Escolas Estaduais que são vinculadas a Secretaria de Educação, ate porque, seria um absurdo que a Fundação atenderia o edital se formulasse um termo de parceria assinada pelo Diretor de uma delas, mais, quando



assinadas pela **SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ** a qual as Escolas são vinculadas e os diretores estão submetidos à subordinação da mesma, não atenda a esta exigência.

Lembramos que o objetivo almejado pela exigência editalícia é o **fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação**, para a programação da futura radio, e este objetivo está contemplado pelo termo de parceria assinado com o Estado do Ceará, conforme demonstra a transcrição das cláusulas a baixo:

CLAÚSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O Presente Termo de Cooperação tem por objetivo disponibilizar espaço na programação nos veículos de radiodifusão cultural terra dos Inhamuns, no serviço em frequência modular (FM), precisamente às Escolas Estaduais de Ensino Médio no Município de Acopiara, Caucaia e Mombaça, de forma gratuita e voluntária, com vistas a proporcionar aos alunos informações e produtos de conteúdo educativo, cultural, técnico e científico.

CLAÚSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES

II- COMPETE À SEDUC:

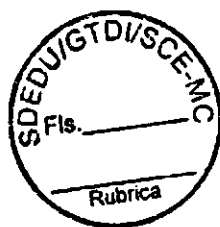
a) Divulgar junto às Escolas estaduais do ensino Médio no Município de Acopiara, Caucaia e Mombaça a cooperação técnica com a FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS para que os alunos se integrem ao conteúdo da emissora;

b) Elaborar uma grade de programação para ser vinculada à emissora em frequência modulada.

III _ Compete à FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS

a) Planejar e elabora as ações pertinentes a execução sempre que solicitado;

b) Colaborar com a elaboração de grade de programação sempre que solicitado;



Educação conforme decreto nº 27

DECRETO Nº 27.757, de 04 de abril de 2005, transcrito abaixo:

c) Disponibilizar gratuitamente espaço para programação para a veiculação de programas, que buscam exteriorizar o pensamento dos jovens com o objetivo de transformação a realidade social contemporânea.

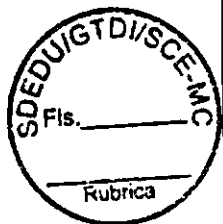
DECRETO Nº 27.757, de 04 de abril de 2005.

DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SEDUC), REMOÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR PARA A SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SEAD) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e VI, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO o que dispõe a Lei nº 12.613, de 7 de agosto de 1996, que redenomina a Secretaria da Educação Básica (Seduc), bem como o disposto na Lei nº 13.297, de 7 de março de 2003, que dispõe sobre o novo modelo de gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da Administração Estadual e promove a extinção e criação de Cargos de Direção e Assessoramento Superior; CONSIDERANDO o Decreto nº 27.025, de 29 de abril de 2003, que dispõe sobre a competência, estrutura organizacional e denominação dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior da Secretaria da Educação Básica (Seduc); CONSIDERANDO a necessidade de adaptar a estrutura organizacional da Secretaria da Educação Básica (Seduc) ao novo modelo de gestão, visando aprimorar a máquina administrativa tornando-a mais ágil e compatível com as expectativas e interesses da coletividade; CONSIDERANDO, finalmente, que se impõe o esforço contínuo de adequação de modelos estruturais às políticas e estratégias de ação governamental; DECRETA:

Art. 1º Este Decreto disciplina a competência, a estrutura organizacional e a distribuição dos Cargos de Direção e Assessoramento Superior da Secretaria da Educação Básica (Seduc).

Art. 2º A Secretaria da Educação Básica (Seduc) tem por finalidade definir diretrizes e prioridades educacionais e coordenar o sistema de educação básica, em nível estadual, garantindo a oferta de um ensino de boa



qualidade e assegurando a concretização das políticas educacionais adotadas, bem como a manutenção e o funcionamento dos Estabelecimentos Oficiais de Ensino Público do Estado, competindo-lhe:

- I - definir Políticas e Diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação especial, a educação escolar indígena e a educação de jovens e adultos;
- II - estabelecer mecanismos que avaliem e garantam a qualidade do ensino público e privado;
- III - coordenar a implantação da política educacional;
- IV - prover o acompanhamento das ações educacionais em execução na rede estadual;
- V - definir parâmetros curriculares, realizando a avaliação, pesquisas e inovações educacionais, garantindo a organização e o funcionamento da escola estadual;
- VI - desenvolver recursos humanos para cooperar técnica e financeiramente com os municípios, com vistas à municipalização do ensino;
- VII - manter as escolas públicas estaduais, garantindo-lhes recursos necessários ao seu funcionamento regular e o atendimento com programas suplementares aos alunos do ensino fundamental;
- VIII - apoiar a implantação de ações colegiadas nas escolas públicas e a democratização da gestão educacional;
- IX - definir, produzir, executar e avaliar programas de educação à distância;
- X - utilizar tecnologias adequadas à educação;
- XI - integrar ações de caráter educacional na área do ensino básico que possam ser viabilizadas em conjunto com outras instâncias governamentais;
- XII - exercer outras atribuições correlatas nos termos do Regulamento.

Informamos ainda, que nos autos do processo consta o convênio com a Universidade Estadual do Ceará – UECE, instituição de ensino superior.

Pelo exposto, podemos concluir que a decisão de inabilitar esta Fundação não atende ao Interesse público, bem como, não encontra guarida nos Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e vai de encontro ao Princípio da Vinculação ao Instrumento do edital que deve ser observado pelos concorrentes e julgadores.



DO DIREITO

A Constituição Federal no seu art 37, inciso XXI, estabelece as regras a serem seguidas pela administração Pública , conforme transcrito abaixo:

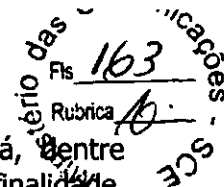
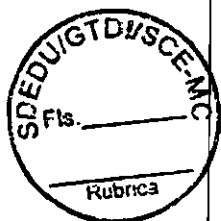
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento);

Vejamos o entendimento do Supremo Tribunal Federal extraído dos comentários ao art 37, inciso XXI;

"A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n. 8.666/93), sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto." (RMS 24.555-AgR, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 21-2-06, DJ de 31-3-06)

Relativo à Legislação Infraconstitucional podemos citar o art. 2º da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999 que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e O estatuto das licitações públicas transcritos abaixo:



Art. 2º A Administração Pública obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - ...

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada à renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada à promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV -

V -;

VI - adequação entre meios e fins, vedada à imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

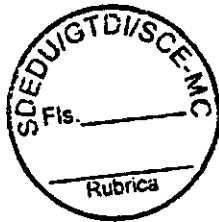
IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim



público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Ministério das
Fis. 164
Rubrica
SCE

O art. 2º, parágrafo único, da Lei 9.784/1999, estabelece que nos processos administrativos devem ser observados, entre outros, os critérios da "adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público" (VI) e da "interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação" (XIII). Nesse contexto, com a interpretação então conferida, o administrador, a pretexto de cumprir a lei, terminou por violá-la, pois, com o ato praticado, desconsiderou a adequação entre meios e fins, impôs restrição em medida superior àquela estritamente necessária ao atendimento do interesse e, além disso, deixou de interpretar a lei da maneira que garantisse mais efetivamente o atendimento do fim público a que se dirige.

O Estatuto de Licitações e Contratos Públicos

estabelece no art. 44 combinado com o art. 45, que no julgamento das propostas a Comissão de Licitação levará em consideração os critérios objetivos definidos no convite e em conformidade com os tipos de licitação, senão vejamos:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão **levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite**, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

A referida lei estabelece que o objetivo da licitação é a escolha da melhor proposta, conforme o disposto no art. 3º, in verbis:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e **a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

A FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS, juntou a documentação exigida pelo Aviso de habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, portanto, demonstrou a capacidade técnica de realizar o objeto do Edital (outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), no Município de Acopiara), e por isso, não poderia ser Inabilitada.



Podemos concluir que a **INABILITAÇÃO DA NOSSA FUNDAÇÃO** é uma afronta a um direito líquido, certo e exigível, previsto no Aviso de Habilitação nº 04 de 12 de julho de 2012, originário desse Ministério, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), no Município de Acopiara.

DO PEDIDO

1. Seja reconsiderada a decisão que Inabilitou a FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS, tornando a mesma Habilitada para a fase seguinte do processo.

Marlos Costa de Andrade
MARLOS COSTA DE ANDRADE

Diretor – Presidente

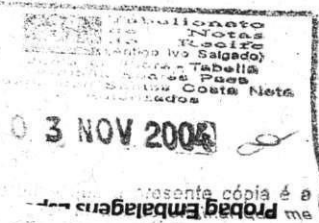


UNIAO COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CNPJ 06.358.211/0001-90
REGISTRO EM 13/05/2004
SOB Nº 20040635821
Empresa: 20020037197
DIFUSORAS DE PERNAMBUCO LTDA
SERGIO PINHO ALVES
SECRETARIO-GERAL



MANDOU, CHEGOU.

SA 86874544 6 BR



DESTINATÁRIO		REMETENTE	
Patricia Brito de Avelar		Fundação Cultural Tereza dos Indomados	
ENDEREÇO		ENDEREÇO	
Rua da Liberdade, 100 - Bloco 1		Av. Santos Dumont, 3060 - Sala 415	
Cidade		Cidade	
UF		UF	
CEP		CEP	
70004-900		70004-900	
FONE		FONE	
FONE		FONE	
USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS		TENTATIVAS DE ENTREGA	
<input type="checkbox"/> Mudosa <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado <input type="checkbox"/> Outros (especificar)		1ª: __/__/__ às __h 2ª: __/__/__ às __h 3ª: __/__/__ às __h	
CARIMBO		CARIMBO	

10 mm



Nota Técnica nº 449/2014/GTED/DEAA/SCE-MC

Assunto: Processo de seleção. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara, estado do Ceará, canal 286E.

Referência: Processo nº 53000.046334/2012 e apensos.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012 e o Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012.

ANÁLISE

2. Conforme o Edital nº 114, publicado em 30 de dezembro de 2013, foram comunicados os resultados das análises de complementação instrutória às proponentes, concedendo-lhes o devido prazo recursal (fls. 51/68). Esses processos, por constarem do Aviso nº 4/2012, foram analisados conforme as exigências da Portaria nº 355/2012, inclusive no que concerne à possibilidade de complementação instrutória, entendimento corroborado pelo Parecer nº 1372/2013/CONJUR/CGU/AGU, de 6 de novembro de 2013.

3. Esgotado referido prazo, vieram os presentes autos à análise desse Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, tendo sido constatada a apresentação de recursos. Foram analisados (ou não conhecidos) os respectivos pedidos de reconsideração, de acordo com as Notas Técnicas de fls. 69 à 72, dos autos, cujos resultados assim se apresentam:

- FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA - (Proc. nº 53000.043075/2012 – fl. 283 é a última até a presente data) – Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS – (Proc. nº 53000.044168/2012 – fl. 166 é a última até a presente data) – Não conhecido o pedido de reconsideração apresentado;

4. Não apresentaram pedidos de reconsideração contra as decisões de indeferimento relativas às propostas apresentadas, após a devida comunicação às interessadas, mantendo-se, portanto, desconsideradas as proponentes:

- FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA - (Proc. nº 53000.043720/2012 – fl. 86 é a última até a presente data)
- FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RÁDIO-DIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO - (Proc. nº 53000.044184/2012 – fl. 99 é a última até a presente data)

- FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMÉLIA OLIVEIRA - (Proc. n° 53000.043989/2012 – fl. 72 é a última até a presente data)
- FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO - (Proc. n° 53000.043985/2012 – fl. 127 é a última até a presente data)
- FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO RADIALISTA MARTIN LUTERO - (Proc. n° 53000.041810/2012 – fl. 367 é a última até a presente data)

5. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA	II	53000.043720/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO	II	53000.044184/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMÉLIA OLIVEIRA	II	53000.043989/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.043985/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA	II	53000.043075/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS	II	53000.044168/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO RADIALISTA MARTIN LUTERO	II	53000.041810/2012	INABILITADA	INDEFERIDA

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

6. Dessa forma, ante a inexistência de participante habilitada, resta frustrado o presente processo de seleção.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, opinamos seja declarada a inexistência de vencedor no presente processo de seleção, homologando-se este procedimento.


8. Para tanto, devem ser remetidos os correspondentes processos à Consultoria Jurídica, a fim de que se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal: do procedimento de seleção em questão; do processo relativo à correspondente proposta; e da minuta do Despacho de homologação, elaborada com vistas à celeridade processual.

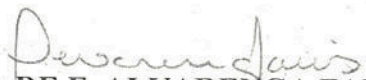
9. Após, sejam os autos devolvidos a esta Secretaria, com vistas à adoção das providências consecutórias.



À consideração superior.

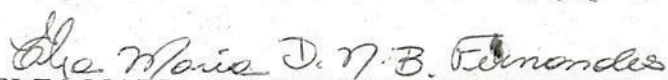
Brasília, 23 de abril de 2014.


KELEN AZEVEDO CORNÉLIO
Analista Responsável


VILMA DE F. ALVARENGA FANIS
Analista – Chefe de Divisão


De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

Brasília, 28 de abril de 2014.


ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES
Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 001, de 23 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 29 de outubro de 2013.


De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 29 de abril de 2014.


ALMIR COUTINHO POLLIG
Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 29 de abril de 2014.


OCTAVIO PENNA PIERANTI
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica.

Brasília, 29 de abril de 2014.


PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Nota Técnica nº 451/2014/GTED/DEAA/SCE-MC

Processo nº 53000.044168/2012 apenso ao Processo nº 53000.046334/2012

Interessado: **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**

Assunto: **Pedido de Reconsideração.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os referidos autos de proposta julgada inabilitada, relativa à outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, por meio do Canal 286E, no município de Acopiara, estado do Ceará, objeto do Processo de Seleção constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no DOU em 13 de julho de 2012.

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, recurso apresentado pela Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, pessoa jurídica de direito privado, em face da decisão que indeferiu o prosseguimento do presente feito, motivada pela inabilitação, e consequente indeferimento da proposta, objeto dos presentes autos.

3. A decisão de indeferimento em questão, conforme consta da Nota Técnica de Complementação nº 215/2013/GTED/DEAA/SCE-MC (fls. 132/133), baseou-se na apresentação tempestiva, porém incorreta, da documentação necessária à habilitação da correspondente proposta, pertinente ao Processo de Seleção em referência, verificando-se o seguinte, após o prazo do Edital nº 95, publicado em 18 de setembro de 2013:

Quanto à entidade:

- O instrumento jurídico deve ser firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço. Assim, não se admite convênio com o Estado do Ceará;
- A declaração do número de alunos matriculados tornou-se irregular, tendo em vista que o convênio firmado pela Proponente não atende as exigências legais.

4. A notificação sobre o resultado da análise de sua proposta se deu por meio do Edital nº 114, publicado em 30 de dezembro de 2013, tendo, então, o interessado, interposto tempestivamente o pedido ora em análise, objetivando a reconsideração da decisão proferida, conforme documento protocolado neste Ministério em 16 de janeiro de 2014, sob nº 53000.002173/2014 (fls. 139/166).

5. Tendo em vista a tempestividade do pedido de reconsideração em apreço, procedeu-se à análise das razões e documentos pertinentes, os quais não se mostram passíveis de acatamento para afastar as irregularidades anteriormente verificadas, não tendo a interessada demonstrado o atendimento às solicitações dispostas na Portaria e no Aviso, ensejando o indeferimento do seu pedido, senão vejamos:

- ❖ A recorrente em seu pleito declara que apresentou termo de cooperação com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, que tem subordinada as escolas Alfredo Nunes de Melo, EPP (35 alunos), Deputado Francisco Alves Sobrinho Liceu de Acopiara (153 alunos) e Francisco de Assis Vieiras, EEM (29 alunos), todas no município de Acopiara. Alega ainda que seria um absurdo firmar termo de parceria com os diretores de cada uma dessas escolas, e que não se observou que as referidas escolas estaduais são vinculadas à secretaria de educação. Ressalta ainda que a finalidade da norma foi atendida, pois consta do termo de parceria firmado o fornecimento de suporte pedagógico, bem como, que há também nos autos convênio com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), instituição de ensino superior.

Compulsando os autos, no que tange ao convênio firmado com a Universidade Estadual do Ceará, deve-se esclarecer que o instrumento jurídico não foi juntado oportunamente aos autos, somente vindo a ser colacionado por ocasião deste recurso, e em cópia não autenticada; sendo assim, não será analisado. Cumpre esclarecer à interessada que o presente procedimento de seleção apesar de permitir a complementação instrutória das propostas, somente o faz em fase específica, e estes são critérios dos quais não se pode olvidar. Ressalta-se que prazo para a apresentação dos documentos de complementação, conforme estabelecido no Aviso, já se encerrou, e, sendo assim, autorizando novo envio de documentos, ferê-se a isonomia com as entidades que apresentaram corretamente os documentos dentro do prazo.

No tocante ao convênio firmado com o Governo do Estado do Ceará, verifica-se que a norma é taxativa quando dispõe que este pode ser firmado apenas com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o **município** em que será prestado o serviço. Entende-se que a intenção da entidade ao firmar convênio com o Estado se pautou no preceito de que “quem pode o mais, pode o menos”, mas resta a dúvida se tal hierarquia – o Estado abarca o Município – é válida de fato para o caso.

Entende-se, pelas razões expostas pelo não acatamento dos argumentos elencados neste tocante, sendo, entretanto, necessária a manifestação da Consultoria Jurídica neste intento certificando sua validade jurídica.

CONCLUSÃO

6. Ante o exposto, considerando-se que não foram trazidos argumentos suficientes para modificar a decisão administrativa outrora tomada, opinamos pela:

- a) não reconsideração da decisão, mantendo-se o indeferimento, e
- b) remessa dos autos à Consultoria Jurídica, com vistas à manifestação sobre o assunto em apreço, em grau de recurso, tendo por base as razões acima expendidas, a fim de subsidiar a correspondente decisão do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, conforme prevê o artigo 10, § 2º, da Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

À consideração superior.

Brasília, 23 de abril de 2014.


KELEN AZEVEDO CORNELIO
Analista Responsável


VILMA DE F. ALVARENGA FANIS
Analista – Chefe de Divisão



De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

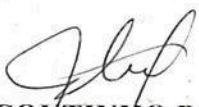
Brasília, 28 de abril de 2014.


ELZA MARIA DEL NEGRO B. FERNANDES

Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 001, de 23 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 29 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração do Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Brasília, 28 de abril de 2014.


ALMIR COUTINHO POLLIG

Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Conforme Portaria nº 977, de 11 de outubro de 2013, publicada no Boletim de Serviço de 11 de outubro de 2013.

De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 29 de abril de 2014.


OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Mantenho a decisão de indeferimento outrora proferida.
Encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica.

Brasília, 29 de abril de 2014.


PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

MINUTA



DESPACHO DO MINISTRO

Em de de 2014.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº / / / CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046334/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e declarar a inexistência de vencedor no procedimento, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA	II	53000.043720/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RÁDIO-DIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO	II	53000.044184/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMÉLIA OLIVEIRA	II	53000.043989/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.043985/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA	II	53000.043075/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS	II	53000.044168/2012	INABILITADA	INDEFERIDA
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RÁDIO-DIFUSÃO RADIALISTA MARTIN LUTERO	II	53000.041810/2012	INABILITADA	INDEFERIDA

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.



MINUTA

Em **DESPACHO**
de de 2014.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº ____/2014/____/____/____/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.044168/2012, de sorte a negar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

PAULO BERNARDO SILVA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviço de Comunicação Eletrônica.

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União.

Subgrupo de Trabalho de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SDEDU

Protocolo nº: 53000.044168/2012-35

**TERMO DE CADASTRO DE
INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 01 de julho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Camara Roriz, Técnico de Nível Superior**, em 01/07/2014, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0030097** e o código CRC **E3B7A91D**.

CHECKLIST

Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº 53000.044168/2012-35

Interessado: Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

Localidade: Acopiara/CE

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Tecnologia Digital? () Sim (x) Não

Canal: 286E

Aviso de Habilitação nº: 04/2012

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 13/07/2012

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 13/09/2012

Data do protocolo desta proposta: 10/09/2012

Requerimento tempestivo? (x) Sim () Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DE FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO E INSTITUIÇÃO DE ENSINO INSTITUÍDA E MANTIDA PELA INICIATIVA PRIVADA	OBSERVAÇÕES
QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA	
a) Requerimento de encaminhamento da proposta, assinado pelo representante legal;	Ok Págs. 02-03
b) Estatuto Social e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos finalidades educacionais ou educativas, a serem executados sem fins lucrativos;	Ok Págs. 04-18/ 22-36
c) Comprovante de que a entidade foi instituída há mais de um ano, contado da data da publicação do aviso de habilitação, na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado;	Ok Pág. 17 09/12/2009
d) Comprovante de que o estatuto social e suas alterações foram aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A, na hipótese de a interessada ser fundação direito privado;	Ok Págs. 19-21
e) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;	Ok Págs. 34-36
f) Instrumento jurídico que comprove a vinculação com instituição de ensino médio ou de educação superior ou com o município/estado onde será executado o serviço objeto da outorga, visando o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação, no caso de da fundação de direito privado;	Não encaminhou.
g) Declaração, firmada pelo representante legal da instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação, informando o seu número de alunos matriculados, quando for o caso;	Não encaminhou
h) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, comprometendo-se a obedecer	

ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999;	Ok Págs. 56-58
i) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;	Ok Pág. 59
j) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento;	Ok Págs. 60
k) Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;	Ok Págs. 67
l) Prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;	Ok Págs. 68
m) Prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade;	Ok Págs. 71/ 72
n) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;	Ok Pág. 69
o) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios);	Ok Pág. 61-62
p) Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga;	Ok Págs. 63-66 24 Horas
q) Se executante de Serviço de Radiodifusão, está regular junto ao FISTEL?	Ok Pág. 111
QUANTO AOS DIRIGENTES	
a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos;	Ok Págs. 73/ 87/ 95
b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Ok Págs. 74-75/ 81 e 88-89/ 96-97/ 103
c) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Ok Págs. 74-75/ 81 e 88-89/ 96-97/ 103
d) Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco	Ok

anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Págs. 76-80/ 82-83/ 90-91/ 98-102
e) Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;	Ok Págs. 84/ 92/ 106
f) Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;	Ok Págs. 85/ 93/ 107
g) Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	Ok Págs. 86/ 94/ 108



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Técnico de Nível Superior**, em 04/12/2014, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Analista - Chefe de Divisão**, em 04/12/2014, às 15:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 05/12/2014, às 11:16, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1213921



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0090313** e o código CRC **D2B8676D**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 7869/2014/SEI-MC

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012-35 apenso/relacionado ao Processo nº 53000.046334/2012-38**

Assunto: **Análise Inicial de proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta com Possibilidade de Complementação.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os referidos autos de análise inicial de proposta apresentada pelo FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, por meio do canal 286 E, na localidade de Acopiara/CE, objeto do Processo de Seleção constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 13 subsequente, que determina o prazo para a postagem ou protocolo das propostas, cuja data de vencimento se deu em 13/09/2012.

ANÁLISE

2. A entidade encaminhou sua proposta tempestivamente. Visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, pessoa jurídica de direito privado, em consonância com o disposto no artigo 8º da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 subsequente, conforme Checklist em anexo.

3. Concluída a análise, verificou-se que a proposta não atende às exigências estabelecidas no Aviso, tendo em vista que:

Quanto à Entidade:

- Não foi apresentado instrumento jurídico que comprove a vinculação da Fundação com instituição de ensino médio ou superior ou com o município/estado onde será executado o serviço objeto da outorga;
- A declaração do número de alunos devidamente matriculados tornou-se irregular pela não apresentação do Instrumento Jurídico;
- Não foi apresentada prova de regularidade para com a Fazenda federal.
- Certidões de objeto e pé de dirigentes que eventualmente apresentem certidões positivas dos cartórios distribuidores, de âmbito federal e estadual, relativas aos feitos cíveis em geral e criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

4. Diante do exposto, conforme apresentado no item 3 desta Nota Técnica, opinamos:
- a. pela possibilidade de complementação da proposta, por não haver proponente habilitada no correspondente processo de seleção, nos termos do art. 8º, § 4º, da Portaria MC nº 355/2012; e
 - b. pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao processo de seleção pública correspondente.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Técnico de Nível Superior**, em 04/12/2014, às 14:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Analista - Chefe de Divisão**, em 04/12/2014, às 15:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 05/12/2014, às 11:16, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1213921



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0092304** e o código CRC **B8354221**.



EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 29/2014: Objeto: DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MAO-DE-OBRA TEMPORÁRIA COM JORNADA DE TRABALHO DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS DIURNAS. Objeto do Termo Aditivo 1- Revisar os preços do Contrato nº 29/2014 - EXTRALIMP em face do aumento do valor transporte no município de Macaé no dia 1º de Março; 2- O valor global anual estimado da presente contratação é de R\$ 218.479,31 (duzentos e dezoito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e um centavos). Contratada: 05.84.565/0001-20 - EXTRALIMP TERCEIRIZAÇÃO DE MAO DE OBRA LIDA. Data de Assinatura: 16/12/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2014

Objeto: Pregão Eletrônico nº. 025/2014 - Aviso de Licitação referente ao PGE 025/2014, que visa à prestação de serviço contínuo sem cessão de mão de obra para telefonia fixa comutada (STC) para todas as unidades da ECT/DR/AL, conforme Especificação Técnica/Descrição Técnica e demais condições do edital e seus anexos. Recebimento das propostas: no endereço <http://www.correios.com.br>, até às 09:00 horas, do dia 07/01/2015. Abertura das propostas: em 07/01/2015, às 09:00 horas. Início da disputa de preços: às 13:00 horas, do dia 07/01/2015. Obtenção do edital: no endereço eletrônico acima. Informações: pelo tel/fax: (0xx82) 3216-1946/194 e nos seguintes horários: 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.
e-mail: 230592-0

SORAYA MARIA PACÍFICO DE OLIVEIRA
Pregoeira

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA

EDITAL Nº 22/2014/SEI-MC

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 352, de 12 de julho de 2012, bem como o que consta do Processo nº 53000.046334/2012-38, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de ACOPIARA/CE, referente ao Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o Edital nº 90, de 1º de setembro de 2013, publicado em 18 de setembro de 2013 e o Edital nº 114, de 19 de dezembro de 2013, publicado em 30 de dezembro de 2013, bem como anular todos os procedimentos anteriores ao PARECER Nº 824/2014/SJL/SSRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 16 de julho de 2014.

Art. 2º Conceder a participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação, a este Ministério, dos documentos complementares necessários ao saneamento das pendências apresentadas no Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado; e

Art. 3º Informar a participantes que somente após decisão final do processo seletivo, será concedida a oportunidade para eventual interposição de um único recurso administrativo.

PATRICIA BRITO DE AVILA

ANEXO

LOCALIDADE DE ACOPIARA/CE
Proponente: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RADIOUIUSÃO RADIALISIA MAKIIN LUIERO

(Processo: 53000.041810/2012-24 - TIPO: II)

DOCUMENTOS:

Quanto à Entidade:

-Estatuto social devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A" - Falta documento que comprove a aprovação do Ministério Público;

-Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas - Ato registrado no Livro "B" do Registro de Títulos e Documentos;

-Não apresentou declaração firmada pelo representante legal da instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantinha vinculação, informando o seu número de alunos matriculados;

-Apresentou declaração incompleta da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade compromete-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como as exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 631, de 15 de abril de 1999;

-Não apresentou declaração dos dirigentes de que não participam da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço na localidade, nem de outras entidades em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;

-Não apresentou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ - Observação quanto à descrição da Natureza Jurídica da Fundação que esta como "Associação Privada".

Quanto aos Dirigentes:

-Não apresentou declaração dos dirigentes de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;

-Não apresentou declaração dos dirigentes de que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

-Certidões de objeto e pé de dirigentes que eventualmente apresentem certidões positivas dos cartórios distribuidores, de âmbito federal e estadual, relativas aos fatos cíveis em geral e criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exercam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

Proponente: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA

(Processo: 53000.043720/2012-78 - TIPO: II)

DOCUMENTOS:

Quanto à Entidade:

-O Estatuto apresentado não possui a comprovação do registro no Livro "A" do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

-A declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como as exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 631, de 15 de abril de 1999, não se encontra em nome da entidade, mas de sua representante legal.

Quanto aos Dirigentes:

-Não foram apresentadas as Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos fatos cíveis e criminais, no âmbito da Justiça Federal.

-Certidões de objeto e pé de dirigentes que eventualmente apresentem certidões positivas dos cartórios distribuidores, de âmbito federal e estadual, relativas aos fatos cíveis em geral e criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exercam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

Proponente: FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIOUIUSÃO JOSE ALENCAR DE MACEDO

(Processo: 53000.044184/2012-28 - TIPO: II)

DOCUMENTOS:

Quanto à Entidade:

-Consta débito junto ao FISTEL para o CNPJ da entidade.

Quanto aos Dirigentes:

-Não foram apresentadas as Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos fatos cíveis e criminais, no âmbito da Justiça Federal.

-Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67, apresentada em nome da Fundação e os demais diretores não apresentaram.

-Não apresentada declaração dos dirigentes de que não estão no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

-Certidões de objeto e pé de dirigentes que eventualmente apresentem certidões positivas dos cartórios distribuidores, de âmbito federal e estadual, relativas aos fatos cíveis em geral e criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exercam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

Proponente: FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMELIA OLIVEIRA

(Processo: 53000.043989/2012-34 - TIPO: II)

DOCUMENTOS:

Quanto à Entidade:

-O Estatuto apresentado não possui a comprovação do registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A" - Registrado no Livro "B" do Registro de Títulos e Documentos e o Documento do Ministério Público somente opina favoravelmente pelo registro da Fundação;

-Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas: os cargos diferem dos elencados no art. 1º do Estatuto Social;

-O documento "declaração de apoio", apresentado como instrumento jurídico firmado com instituição de ensino, não se presta aos fins pretendidos, pois não atende à exigência contida no Aviso de Habilitação;

-Não apresentou declaração firmada pelo representante legal da instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantinha vinculação, informando o seu número de alunos matriculados, quando for o caso;

-Apresentou declaração incompleta da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade compromete-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como as exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 631, de 15 de abril de 1999;

-Não apresentou a prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

-Não apresentou balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social;

-Não apresentou grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga.

Quanto aos Dirigentes:

-Não apresentou prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado dos dirigentes, somente da Diretora Presidente;

-Não apresentou certidões dos Cartórios Distribuidores relativos aos fatos cíveis e criminais dos dirigentes, somente da Diretora Presidente;

-Não apresentou Certidões dos Cartórios de Protestos e Títulos dos dirigentes, somente da Diretora Presidente;

-Não apresentou declaração dos dirigentes de que não participam da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço na localidade, nem de outras entidades em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67, somente da Diretora Presidente;

-Não apresentou prova de quitação com as obrigações eleitorais dos dirigentes, somente da Diretora Presidente;

-Não apresentou declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial, somente da Diretora Presidente;

-OBS: Em havendo alteração da ata, apresentar toda a documentação relativa aos dirigentes.

-Certidões de objeto e pé de dirigentes que eventualmente apresentem certidões positivas dos cartórios distribuidores, de âmbito federal e estadual, relativas aos fatos cíveis em geral e criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exercam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

Proponente: FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO

(Processo: 53000.043985/2012-76 - TIPO: II)

DOCUMENTOS:

Quanto à Entidade:

-Não foi apresentado o Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, nem os esclarecimentos referentes a divergência entre o Estatuto e a Ata de eleição (sem registro que consta dos autos), pois consta dela a Presidência/Diretoria com 4 (quatro) membros (Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro) e a Ata de Eleição dos dirigentes com apenas 3 (três) membros eleitos (Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro). Se novos dirigentes foram eleitos, deverão constar também da complementação os mesmos documentos exigidos dos demais dirigentes.

Quanto aos Dirigentes:

-Toda a documentação relativa aos dirigentes foi considerada irregular devido a divergência entre Ata de Eleição e Estatuto Social;

-Certidões de objeto e pé de dirigentes que eventualmente apresentem certidões positivas dos cartórios distribuidores, de âmbito federal e estadual, relativas aos fatos cíveis em geral e criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exercam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

Proponente: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNUS

(Processo: 53000.044168/2012-35 - TIPO: II)

DOCUMENTOS:

Quanto à Entidade:

-Não foi apresentado instrumento jurídico que comprove a vinculação da Fundação com instituição de ensino médio ou superior ou com o município/estado onde será executado o serviço objeto da outorga;

-A declaração do número de alunos devidamente matriculados tornou-se irregular pela não apresentação do Instrumento Jurídico;

-Não foi apresentada prova de regularidade para com a Fazenda federal.

-Certidões de objeto e pé de dirigentes que eventualmente apresentem certidões positivas dos cartórios distribuidores, de âmbito federal e estadual, relativas aos fatos cíveis em geral e criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exercam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas.

Proponente: FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA

(Processo: 53000.043075/2012-93 - TIPO: II)

DOCUMENTOS:

Quanto à Entidade:

-Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas: os cargos eleitos diferem elencados no Estatuto Social;

-O instrumento jurídico que comprove a vinculação com a instituição de ensino médio ou de educação superior ou com o município/estado onde será executado o serviço objeto da outorga não apresenta a finalidade de fornecimento de suporte pedagógico;

-A declaração do número de alunos devidamente matriculados tornou-se irregular pela não consideração do Instrumento Jurídico;

-Consta débito junto ao FISTEL para o CNPJ da entidade.

Quanto aos Dirigentes:

-Cópia do documento apresentado pelo Presidente (CNH) não comprova a condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos;

-Não apresentou Certidões dos Cartórios Distribuidores relativos aos fatos cíveis e criminais dos dirigentes;

-Não apresentou Certidões dos Cartórios de Protestos e Títulos dos dirigentes;

-Não apresentou declaração dos dirigentes de que não participam da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço na localidade, nem de outras entidades em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;



-Não apresentou prova de quitação com as obrigações extrajudiciais dos dirigentes;

-Não apresentou declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

-Certidões de objeto e de dirigentes que eventualmente apresentem certidões positivas dos cartórios distribuidores, de âmbito federal e estadual, relativas aos fatos civis em geral e criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerceram ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;

-Em havendo alteração da ata, apresentar toda a documentação relativa aos dirigentes.

Legenda: I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A - TELEBRAS
CNPJ Nº 00.336.701/0001-04
NIRE: 5330000223/1

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº. 95/2014
Data de Assinatura: 19/12/2014

Contratada: SYSTEM IT SOLUTIONS LTDA - CNPJ: 05.104.191/0001-21
Vigência: 19.12.2014 a 18.12.2015

Objeto: Fornecimento e instalação de Switches (Core e Topo de rack) para atendimento das necessidades da TELEBRAS contemplando todos os materiais necessários para a instalação, incluindo serviços de instalação e configuração, garantia de 36 (trinta e seis) meses e assistência técnica por período mínimo de 12 (doze) meses renováveis de acordo com as especificações constantes do Edital e termo de referência e seus anexos A e B.

Valor total do contrato: R\$ 2.009.999,92 (Dois milhões, nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).
Fundamentação Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.450, de 31 de maio de 2005, Decreto nº 7.114/2010, Instrução Normativa MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela Instrução Normativa 06, de 23 de dezembro de 2013, Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, aplicando-se no que couber as disposições contidas no Decreto nº 3.355, de 8 de agosto de 2000, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Signatários: p/ Telebras: Paulo Eduardo Henriques Kapp (Presidente Substituto) e Márcio Antonio Rodrigues dos Santos (Diretor administrativo-financeiro - Interno), p/ contratada: Patrícia Magalhães Gomes Pessoa (Gerente Administrativo)

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES INSTITUTO RIO BRANCO

EXTRATO DE CONTRATO

No. Processo: 09016.000052/2014-11. Contratante: INSTITUTO RIO BRANCO. CNPJ 00.394.536/0014-53. Contratada: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS. CNPJ 18.284.40/0001-53. Objeto: Contrato de prestação de serviços técnicos especializados para organização e realização de processo seletivo para o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco - Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, de 2014. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93. Vigência: 19/12/2014 a 19/06/2016. Data da assinatura: 19/12/2014.

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2014

Nº Processo: 09102.001354/2014.11. Objeto: O presente termo de dispensa de licitação tem por objeto a contratação da prestação do serviço de ensino do idioma alemão pela Fundação Universidade de Brasília, instituição federal de ensino superior, pessoa jurídica com fins educacionais, fundação pública criada pela Lei nº 3.998, de 13 de dezembro de 1961, instituída pelo Decreto nº 500, de 13 de janeiro de 1962, instituição de inquestionável reputação ético-profissional sem fins lucrativos, com base na Lei nº 8666/93, artigo 24, inciso XIII. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93. Justificativa: Instituição brasileira incumbida da pesquisa e do ensino, de inquestionável reputação ético-profissional. Declaração de Dispensa em 18/12/2014. GRAZIELA RODRIGUES CASELLI, Chefe, substituta, da Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento. Ratificação em 18/12/2014. ROBERTO ABDALLÁ, Diretor do Departamento do Serviço Exterior. Contratada: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA. Valor R\$ 135.136,00.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0003201412230010/

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 320004

Número do Contrato: 26/2014. Nº Processo: 48000000564201482. PREGÃO SISPP Nº 13/2014. Contratante: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - CNPJ Contratado: 04/68/020001/0. Contratado: ENGEMIL - ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INST. Objeto: Acréscimo de diversos serviços constantes do Contrato nº 26/2014-MME, correspondente a 48,39/15% do valor inicialmente contratado, prorrogar o prazo de execução dos serviços e da vigência do Contrato. Fundamento Legal: Artigo 63, inciso I alínea "b", §1º e artigo 57, §1º inciso IV da Lei nº 8.666/93. Vigência: 19/12/2014 a 03/04/2015. Valor Total: R\$98.166,24. Fonte: 100000000 - 2014NE800430. Data de Assinatura: 19/12/2014.

(SICON - 22/12/2014) 320004-00001-2014NE800603

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 320004

Número do Contrato: 35/2013. Nº Processo: 48000000480201368. PREGÃO SISPP Nº 23/2013. Contratante: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - CNPJ Contratado: 02/41/02000401. Contratado: AMERICAN POWER CONVERSION BRASIL - LTDA. Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 35/2013-MME, ficando resguardado o direito ao reajuste do preço, na forma estabelecida no Art. 5º, §1º da Lei 10.192/2001. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes. Vigência: 04/12/2014 a 04/12/2015. Valor Total: R\$240.900,00. Fonte: 134032183 - 2014NE800345. Data de Assinatura: 04/12/2014.

(SICON - 22/12/2014) 320004-00001-2014NE800603

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2014 - UASG 320004

Número do Contrato: 42/2013. Nº Processo: 480000002055201314. PREGÃO SRP Nº 38/2013. Contratante: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - CNPJ Contratado: 03620200000135. Contratado: PRO-SYSTEMS INFORMATICA LTDA - Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 42/2013-MME. Fundamento Legal: Inciso IV do art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 19/12/2014 a 19/12/2015. Valor Total: R\$42.804,99. Fonte: 134032183 - 2014NE800787. Data de Assinatura: 19/12/2014.

(SICON - 22/12/2014) 320004-00001-2014NE800603

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 47/2014

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por intermédio da pregoeira, torna público que, após a avaliação das propostas de preços e da documentação de habilitação apresentadas na licitação em referência, cujo objeto e o Registro de Preços para material elétrico, que foram vencedores: a empresa JOSE ESPEDITO CAVALCANTE - ME para os itens 7, 12, 20, 21, 26 e 27, pelo valor total de R\$ 2.012,08; a empresa COMERCIAL VANGUARDUEIRA ELRELI - ME para os itens 22, 28 e 29, pelo valor total de R\$ 1.674,00; a FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME para os itens 23, 24, 25, 30 e 31, pelo valor total de R\$ 6.016,12; a empresa COMERCIAL SPONCHIADO LTDA - EPP, para os itens 1, 3, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17 e 18, pelo valor total de R\$ 1.404,35; a empresa FERRAGENS LIDER GAMA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP sagrou-se vencedora para os itens 6, 13, 19, e 32, pelo valor total de R\$ 6.529,12; os itens 2, 4 e 5 restaram fracassados.

ANGELICA LUISA PINTO NOGUEIRA
Pregoeira

(SIDEAC - 22/12/2014) 323028-00001-2014NE800222

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 17/2014

Processo: 48300. 0038/2014-16. Objeto: obter subsídios à autorização de uso, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCLE, da versão 21 do programa computacional DECOMP. Modalidade: Intercâmbio de documentos. Período para envio: 23/12/2014 a 19/1/2015. A íntegra deste Aviso está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br na área "Espaço do Consumidor" -> menu Audiências/Consultas -> Consultas Públicas -> item Nº 017/2014.

ALEX SANDRO FEIL
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 54/2014 - UASG 323031

Nº Processo: 4861001191201401. Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de suporte e manutenção de hardware e software em equipamento do tipo storage de dados, marca Hitachi, modelo AMS 500, em operação no BDEP/URCA - Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 23/12/2014 de 09h00 as 12h00 e de 14h00 as 17h00. Endereço: Av. Rio Branco Nº 65 - 12º ao 22 Andar - Bairro Centro Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 23/12/2014 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/01/2015 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br.

CEZAR CARAM ISSA
Superintendente de Gestão Financeira e Administrativa

(SIDEAC - 22/12/2014) 323031-32205-2014NE800435

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 30/2014

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, comunica a todos os interessados que os objetos do Pregão Eletrônico nº 30/2014-ANP, destinado a registro de preços de material de expediente, foi Adjudicado e Homologado as empresas licitantes vencedoras do certame, pelo valor total de R\$ 174.246,94 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos).

MATHEUS SILVEIRA CATAULI DOS SANTOS
Pregoeiro

(SIDEAC - 22/12/2014) 323031-32205-2014NE800435

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato/DP/096/2012, Celebrado entre a Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON e J. J. Comercio e Serviços - CNPJ Nº 03.841.631/0001-21. Objeto: Construção da linha de distribuição 69 KV, com fornecimento total de mão de obra e parcial de materiais e equipamentos, interligando a SE Ji-Paraná I a SE Ouro Preto, nos Municípios de Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste. Da Rescisão: resolve rescindir unilateralmente o Contrato/DP/096/2012, motivada pelo não cumprimento do Contrato, amparado na Clausula Decima Nona, § 1º e Vigésima do referido instrumento. A Contratante decide ainda: Aplicar Multa de 10% sobre o valor das obras não executadas, conforme § 1º da Clausula Decima Nona no valor total de R\$ 142.475,12 (cento e quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e doze centavos). Assinatura: 22/12/2014, Luiz Marcelo Reis de Carvalho - Diretor Presidente e Moises Nonato de Souza - Assistente do Diretor Gestão, pela Contratante.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

EXTRATOS DE CONTRATOS

01) Contratada: Consórcio Themag / Leme, formado pelas empresas: Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda. CNPJ: 00.366.080/0001-01 e Leme Engenharia Ltda. CNPJ: 33.633.561/0001-87. Processo licitatório nº CC-012-4-0067, contrato nº 4300083642 de 13/12/2014 no valor de R\$ 15.197.175,00. Objeto: Serviços de consultoria para assistir e subsidiar de informações representantes da administração na gestão de empreendimentos e transmissão. Prazo de execução: 36 meses. Assinam P/Eletronorte: Tito Cardoso de Oliveira Neto / Diretor-Presidente. P/Consorcio: Themag/Leme: João Humberto e Marcelo Scarpa.

Instrumento Contratual: OMT 4400000554. Contratado: ALSTOM GRID ENERGIA LTDA. Contratante: Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA. Objeto: Aquisição de buchas de 245 e 143 KV, que serão utilizadas na recuperação dos autotransformadores Toshiba da Subestação de Kondonópolis e Coxipó da Eletrobras Eletronorte - Regional de Transmissão do Mato Grosso. Modalidade: Pregão Eletrônico. Valor Total: R\$ 142.200,00 (Cento e quarenta e dois mil e duzentos reais).Data da Assinatura: 19/12/2014. Signatários: pela Eletronorte: Jose Martins do Prado - Gerente da Regional de Transmissão de Mato Grosso - OMT, Pela empresa: Rodrigo Silva e Lucas Avila.

01) Contratada: Works Corporation Serviços de Segurança Elétrica - EPP. CNPJ: 12.817.803/0001-12, processo licitatório nº PE-011-4-0219, contrato nº 4300083920 de 18/12/2014. Valor de R\$ 1.315.751,57. Prestação de serviços de vigilância patrimonial, desarmada - Subestação de Araraquara - SP. Prazo de Execução: 12 meses. Assinam P/Eletronorte: Ricardo Gonçalves Rios / Diretor de Gestão Corporativa. P/ Contratada: Valdecir M. Silva.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ofício nº 15/2015

Tauá (CE) 15 de Janeiro de 2015

Ilmo. Sra.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Ref: A) Edital nº 22/2014/SEI-MC;

B) Processo nº 53000.044168/2012-35 – Tipo II

Senhora Secretaria,

A **FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 11.753.160/0001-28, com sede na rua Coronel Lourenço Feitosa, 231, Centro, Tauá - CE, Cep 63.660-000, através de seu representante legal Marlos Costa de Andrade, vem perante este Ministério, encaminhar a documentação solicita no Edital nº 22/2014/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União, edição de 23/12/2014, Seção 3, página 106, onde concede um prazo de 30 (trinta) dias para os participantes do processo de seleção pública para obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos na localidade de Acopiara no Estado do Ceará referente ao Aviso de Habilitação nº 04 de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012 :

1. INSTRUMENTO JURÍDICO QUE COMPROVE A VINCULAÇÃO DA FUNDAÇÃO COM INSTITUIÇÃO DE ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR;

Em relação a este estamos juntando os convênios realizados entre esta Fundação e as seguintes Instituições;

- 1.1 – Escola Deputado Francisco Alves Sobrinho;
- 1.2 – Secretaria de Educação do Estado do Ceará;
- 1.3 – Universidade Estadual do Ceará – UECE.

A nossa Fundação conforme documentação juntada acima, realizou convênios com instituições de ensino médio e superior, cumprindo assim as exigências editalícia.

MC/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL

Em 16/01/15 As _____

Nome Legível Barbara

marlos
1 - 28

2. DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS INSTITUIÇÕES CONVÊNIADAS.

Relativo a esta exigência juntamos as declarações solicitadas das seguintes Instituições;

- 2.1 – Declaração emitida pela Diretora da Escola Francisco Alves Sobrinho ;
- 2.2 — Secretaria de Educação do Estado do Ceará;
- 2.3 – Universidade Estadual do Ceará – UECE.

3. PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA NACIONAL

Juntamos nesse momento a certidão de regularidade com a Fazenda Federal, atendendo a solicitação deste Ministério.

4. CERTIDÃO DOS DIRIGENTES DA FUNDAÇÃO;

Informamos que os dirigentes têm certidões negativas, portanto, para atender as exigências juntamos as certidões abaixo;

4.1 – Certidão negativa de Distribuição (Natureza: Cível, Criminal, Execuções Fiscais e Criminal) do Dirigente Marlos Costa de Andrade, Emitida pela Justiça Federal – 5ª Região, Secção Judiciária do Ceará;

4.2 – Certidão negativa de Distribuição (Natureza: Cível, Criminal, Execuções Fiscais e Criminal) da Dirigente Maria Regina Marcelino Gonçalves, Emitida pela Justiça Federal – 5ª Região, Secção Judiciária do Ceará;

4.3 – Certidão negativa de Distribuição (Natureza: Cível, Criminal, Execuções Fiscais e Criminal) do Dirigente Ítalo César Moreira de Aguiar, Emitida pela Justiça Federal – 5ª Região, Secção Judiciária do Ceará;

4.4 – Certidão negativa de Distribuição (Natureza: Cível, Criminal, Execuções Fiscais e Criminal) do Dirigente Marlos Costa de Andrade, Emitida pela Justiça Estadual do Ceará, Comarca de Fortaleza;

4.5 – Certidão negativa de Distribuição (Natureza: Cível, Criminal, Execuções Fiscais e Criminal) da Dirigente Maria Regina Marcelino Gonçalves, Emitida pela Justiça Estadual do Ceará, Comarca de Fortaleza;

4.6 – Certidão negativa de Distribuição (Natureza: Cível, Criminal, Execuções Fiscais e Criminal) da Dirigente Maria Regina Marcelino Gonçalves, Emitida pela Justiça Estadual do Ceará, Comarca de Tauá;

marlos


2

4.7 – Certidão negativa de Distribuição (Natureza: Cível, Criminal, Execuções Fiscais e Criminal) do Dirigente Ítalo César Moreira de Aguiar, Emitida pela Justiça Estadual do Ceará, Comarca de Fortaleza.

Demonstramos o atendimento a todas as exigência solicitadas pelo Ministério das Comunicações, através da farta documentação apresentada.

Diante do Exposto,

Espera Deferimento.



MARLOS COSTA DE ANDRADE
DIRETOR – PRESIDENTE

**1. INSTRUMENTO JURÍDICO QUE COMPROVE A
VINCULAÇÃO DA FUNDAÇÃO COM INSTITUIÇÃO DE ENSINO
MÉDIO OU SUPERIOR;**

maio
4

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ E A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS DA CIDADE DE TAUÁ – CEARÁ . VISANDO A COLABORAÇÃO NO CAMPO COMUM DE SUAS ATIVIDADES PARA A DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES E PRODUTOS DE CONTEUDOS EDUCATIVO, CULTURAL, TÉCNICO E CIENTÍFICO.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE , instituição de ENSINO SUPERIOR , constituída na forma do inciso IV do artigo 8.º do Decreto n.º 2.306 de 19.08.1997 , com sede na cidade de Fortaleza , Estado do Ceará , Av. Paranjana, 1700 – Campus do Itaperi –Bairro Serrinha , doravante denominada **UNIVERSIDADE** , e a **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS** , com sede na cidade de Tauá, Estado do Ceará , doravante denominada **FUNDAÇÃO** , resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO EDUCATIVA, CULTURAL ,TÉCNICA E CIENTÍFICA** , nos termos dos artigos 24 , Inciso VIII c/c o art. 116 , da Lei Federal N.º 8.666/94 e demais dispositivos legais aplicáveis ,mediante as condições estabelecidas nas Cláusulas seguintes :

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONVÊNIO a cooperação técnica para a produção , co – produção , cessão , permuta de produtos culturais, educativos, jornalísticos e de outros conteúdos de interesse público, principalmente em formato de radiodifusão em FM mediante as cláusulas e condições que se seguem :

Parágrafo 1.º - Os produtos a que se referem este convênio , tratam-se de um apoio educativo e cultural da UNIVERSIDADE à FUNDAÇÃO , na formação da grade de programação da emissora de radiodifusão sonora em frequência modulada , com fins exclusivamente educativos , na cidade de Tauá – Ce, que atenderá com absoluto e irrestrito respeito aos objetivos e compromissos sociais das partes , incentivando o desenvolvimento social, fundado em princípios de cooperativismo e gestão compartilhada, onde a FUNDAÇÃO encontra na UNIVERSIDADE , principalmente a partir deste convênio , sua principal aliada no estreitamento das relações com a comunidade a qual está inserida.



Parágrafo 2.º - A efetiva concretização deste Convênio, no campo da radiodifusão, ocorrerá a partir da outorga e liberação da licença de funcionamento pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá um prazo de 120 (cento e vinte) meses , contado a partir da data de sua assinatura ,podendo ser prorrogado por igual período , a juízo das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Este Convênio não submete as partes conveniadas a qualquer obrigação orçamentária ou financeira para a execução do objeto pactuado.

Parágrafo Único - Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DO APOIO E PATROCÍNIO

As partes conveniadas, mediante concordância, poderão utilizar-se do apoio ou patrocínio de terceiros para a realização da produção ou co-produção dos produtos objeto do presente convênio, que será consignado em instrumento específico entre as partes, observada a legislação competente.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONTROLE

A administração e o controle do presente Convênio caberá às partes pactuadas , os quais ficam incumbidos de dar cumprimento aos termos conveniados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E RESCISÕES

O Contrato ora pactuado poderá ser modificado por acordo mútuo das partes a qualquer tempo, e rescindido de forma unilateral, por decisão extrajudicial, com o mínimo de 30 (trinta) dias

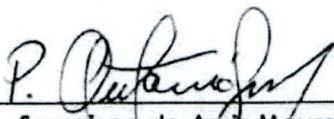


CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

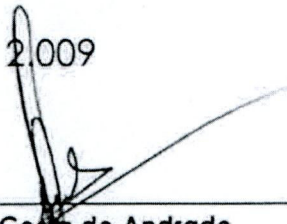
Os casos omissos deste Convênio serão mediados pelas partes e formalizados em Termos Aditivos.

Assim, justos e conveniados, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para os fins de direito.

FORTALEZA - CE, 20 de outubro 2009



Francisco de Assis Moura Araripe
REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ-UECE



Marlos Costa de Andrade
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL
TERRA DOS INHAMUNS

Testemunhas:

1. Antônia de Sousa Batista

2. [Signature]

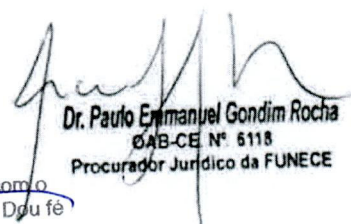


AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

Mombaça - CE

15 JAN. 2015

Fidencio Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
João André Batista Veras Substituto



Dr. Paulo Emmanuel Gondim Rocha
OAB-CE Nº 6118
Procurador Jurídico da FUNECE

marlos
7



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Educação

TERMO DE COOP. TÉCNICA Nº 14/2013
PROCESSO Nº 13535928-7



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E A
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS,
PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARA.**

O ESTADO DO CEARÁ, através da **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**, sediada na Av. General Afonso Albuquerque, S/N, Cambéba, Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ, sob o nº 07.954.514/0001-25, neste ato representada pela Exma. Sra. Secretária de Educação, **MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 1244632- SSP/CE e do CPF nº 208.730.773 - 34, e a **A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS**, entidade de direito privado sem fins lucrativos, sediada na RUA CORONEL LOURENÇO FEITOSA, no Município de Tauá/Ce, inscrita no CNPJ sob nº 11.753.160/0001 - 28, neste ato representada pelo seu Presidente, **MARLOS COSTA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado no município de Fortaleza, portador do RG nº 99010421849 SSP - CE, e do CPF nº 655.648.983 - 20, resolvem firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com fundamentos na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICADA

O presente Termo reger-se-á pelas disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666/93, alterada em parte pela Lei Federal nº 8.863/94, na Constituição Federal e no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto disponibilizar espaço na programação nos veículos de radiodifusão da fundação cultural terra dos inhamuns, no serviço em frequência modular (FM), precisamente às Escolas Estaduais do Ensino Médio no município de Acopiara, Caucaia e Mombaça, de forma gratuita e voluntária, com vistas a proporcionar aos alunos informações e produtos de conteúdo educativo, cultural, técnico e científico.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

II - Compete à SEDUC:

- a) Divulgar junto às Escolas Estaduais do Ensino Médio no município de Acopiara, Caucaia e Mombaça a cooperação técnica com a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS para que os alunos se integrem ao conteúdo da emissora;



15 JAN 2015

Mombaça - CE

Francisco Alves Veras Titular
José Francisco Veras Substituto
Gerônimo Raphael Veras Substituto
Glaucia Veras Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação



TERMO DE COOP. TÉCNICA Nº 14/2013
PROCESSO Nº 13535928-7

- b) Elaborar uma grade de programação para ser vinculada à emissora de radiofusão sonora em frequência modulada.

III – Compete à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS:

- a) Planejar e elaborar as ações pertinentes a execução e divulgação da cooperação técnica;
b) Colaborar com a elaboração da grade de programação sempre que solicitado;
c) Disponibilizar gratuitamente espaço na programação para a veiculação de programas que buscam exteriorizar o pensamento dos jovens com o objetivo de transformar a realidade social contemporânea.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS

O presente **TERMO** não envolve a transferência de recursos entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

O presente **TERMO** vigorará por 360 (trezentos e sessenta) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado através de Termo Aditivo a ser realizado entre os Partícipes.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

Cada partícipe será responsável pelos atos e fatos praticados pelos funcionários ou prepostos que houver indicado para a realização do presente instrumento, não se responsabilizando os demais por prejuízos ou indenizações de qualquer natureza, seja cível, trabalhista, previdenciária ou securitária, resultantes destas indicações.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DENÚNCIA, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO

O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado, por escrito, observando aviso prévio de 60 (sessenta) dias, e rescindido de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente; por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

Parágrafo Único: Ocorrendo denúncia de qualquer das partes, serão acertadas as providências constantes dos projetos e atividades concluídas, e aquelas em andamento serão avaliadas objetivando determinar a validade de suas conclusões.

CLÁUSULA OITAVA : DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da execução deste Termo de Cooperação Técnica, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

CLÁUSULA NONA : DA PUBLICAÇÃO

A SEDUC providenciará a publicação deste Termo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Ceará, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, não excedendo o prazo de 20 (vinte) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO



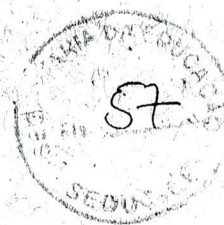
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado. Dou fe

Mombaca TCE





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Educação



TERMO DE COOP. TÉCNICA Nº 14/2013
PROCESSO Nº 13535928-7

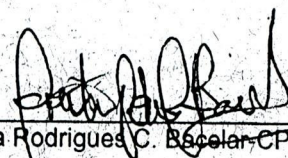
Os Partícipes elegem o Foro da Comarca da Capital do Ceará para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução deste Termo de Cooperação Técnica, caso não sejam solucionadas na forma estabelecida na Cláusula Nona deste Instrumento.

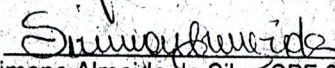
E, assim, por estarem justos e acordados, os partícipes firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Fortaleza, 18 de julho de 2013.


MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO


MARLOS COSTA DE ANDRADE
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS

TESTEMUNHAS: 1. 
Cristiana Rodrigues C. Baccalar - CPF 46823832304

2. 
Simone Almeida da Silva - CPF 23483466304




OFÍCIO
MOMBAÇA - Mombaça - CE
1583-1264

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fe

15 JAN. 2015

Mombaça - CE

Francisco Alves Veras, Titular
José Ivan Alves Veras, Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras, Substituto
Jorge André Batista Veras, Substituto


10



TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO LICEU DE ACOPIARA DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO E A FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS DA CIDADE DE TAUÁ - CEARÁ VISANDO A COLABORAÇÃO NO CAMPO COMUM DE SUAS ATIVIDADES PARA DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES E PRODUTOS DE CONTEÚDOS EDUCATIVOS, CULTURAL, TÉCNICO E CIENTÍFICO.

A ESCOLA DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO com sede na cidade de Acopiara, Estado do Ceará, situada na rua Vicente Carlos Pinheiro, 101, centro, instituição de ensino com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 08.663.764/0001-79 e a **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, com sede na cidade de Tauá, Estado do Ceará, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO EDUCATIVA, CULTURAL, TÉCNICA E CIENTÍFICA**, nos termos do artigo 24, inciso VII c/c o artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/94 e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as condições estabelecidas nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONVÊNIO a cooperação técnica para a produção, coprodução, cessão, permuta de produtos culturais, educativos, jornalísticos e de outros conteúdos de interesse público, principalmente em formato de radio difusão em FM mediante as cláusulas e condições que se seguem:

Parágrafo 1º - Os produtos a que se refere este convênio, tratam-se de um apoio educativo e cultural da **ESCOLA DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO** e a **FUNDAÇÃO**, na formação da grade de programação da emissora de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, culturais, jornalísticos e de outros conteúdos de interesse público, principalmente em formato de radio difusão em FM mediante as cláusulas e condições que se seguem, em nome da cidade de Acopiara, que atenderá com absoluto e irrestrito compromisso social das partes, incen



original que me foi apresentado Dou fe
aos objetos e compromissos sociais das
olvolvimento social fundado em princípios de

15 JAN. 2015
Francisco Alves Vêto Titular
José Iran Alves Vêto Substituto
Gerônimo Raphael Batista Vêto Substituto
Jorge André Batista Vêto Substituto

nação
12

cooperativismo e gestão compartilhada onde a FUNDAÇÃO encontra na ESCOLA DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO, principalmente a partir deste convênio, sua principal aliada no estreitamento das relações com a comunidade na qual está inserida.

Parágrafo 2º - A efetiva concretização deste Convênio, no campo da radiodifusão, ocorrerá a partir da outorga e liberação da licença de funcionamento pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá prazo de 120 (cento e vinte) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Este Convênio não submete as partes conveniadas a qualquer obrigação orçamentária ou financeira para a execução do objeto pactuado.,

Parágrafo Único – Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DO APOIO E PATROCÍNIO

As partes conveniadas, mediante concordância, poderão utilizar-se do apoio ou patrocínio de terceiros para a realização da produção ou coprodução dos produtos objeto do presente convênio que será consignado em instrumento específico entre as partes, observada a legislação competente.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE

A administração e o controle do presente Convênio caberão às partes pactuadas, os quais ficam incumbidos de dar cumprimento aos termos conveniados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES E RESCISÕES



A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé.

15 JAN. 2015

Mombaça - CE

Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras Substituto

VALIDO SOMENTE PARA FIM DE IDENTIFICAÇÃO

nao
12

O contato ora pactuado poderá ser modificado por acordo mútuo das partes, a qualquer tempo, e rescindindo de forma unilateral, por notificação extrajudicial, com no mínimo 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os termos omissos deste Convênio serão mediados pelas partes e formalizados em Termos Aditivos.

Assim juntos e conveniados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para os fins de direito.

Acopiara, 06 de janeiro de 2015.


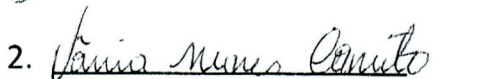

Marlos Costa de Andrade

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DA TERRA DOS INHAMUNS


Andreia Martins de Souza

DIRETORA
Diretora da escola **DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO**

Testemunhas:

1. 
2. 



marlos
13

**2. DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DO NÚMERO
DE ALUNOS MATRICULADOS NAS INSTITUIÇÕES CONVÊNIADAS.**

males
14

DECLARAÇÃO

A **ESCOLA DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO** com sede na cidade de Acopiara, Estado do Ceará, situada na rua Vicente Carlos Pinheiro, 101, centro, instituição de ensino com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ Nº 08.663.764/0001-79, declara para os devidos fins que, a escola **DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO**, assiste a 1400 alunos.

Acopiara, 06 de janeiro de 2015.

Andréia Martins de Sousa
Andréia Martins de Souza
Andréia Martins de Sousa

Diretora da escola **DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO**
MAT. 159248-13 DOE 04/09/13





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Educação
Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os dados constantes na tabela em anexo são referentes ao nº de matrículas por escola de acordo com o Censo Escolar de 2014.

Fortaleza, 12 de janeiro de 2015

Maria Angela Leão Hitzschky Madeira
Maria Angela Leão Hitzschky Madeira
Orientadora da Célula de Estudos, Gestão de Dados e Disseminação
de Informações Educacionais - CEGED



Estado do Ceará

Secretaria da Educação

Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação

Célula de Estudos, Gestão de Dados e Disseminação de Informações Educacionais - CEGED

Número de alunos segundo as escolas - Ceará 2014

Ano	CREDE	Município	Escola	Código da escola	Matrícula
2014	1	CAUCAIA	ALICE MOREIRA DE OLIVEIRA EEM	23462345	618
2014	1	CAUCAIA	BRANCA CARNEIRO DE MENDONCA EEM	23062126	1570
2014	1	CAUCAIA	DOM ALOISIO LORSCHIEDER EEFM	23190337	631
2014	1	CAUCAIA	EDSON CORREA EEFM	23062312	1264
2014	1	CAUCAIA	ELIEZER DE FREITAS GUIMARAES EEFM	23062347	795
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA ANAMA TAPEBA	23244755	176
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA DA PONTE	23564067	105
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA DIREITO DE APRENDER DO POVO ANACE	23283610	257
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA INDIOS TAPEBAS	23215674	231
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA MARCELINO ALVES DE MATOS	23462353	87
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA NARCISIO FERREIRA MATOS	23062770	70
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA TAPEBA AMELIA DOMINGOS	23241462	56
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA TAPEBA CAPOEIRA	23235411	137
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA TAPEBA CAPUAN	23241454	69
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA TAPEBA DO TRILHO	23215682	253
2014	1	CAUCAIA	ESCOLA INDIGENA VILA DOS CACOS	23263555	31
2014	1	CAUCAIA	JOSE ALEXANDRE EEM	23062703	1165
2014	1	CAUCAIA	JOSE MARIA PONTES DA ROCHA EEFM	23062720	715
2014	1	CAUCAIA	LICEU DE CAUCAIA	23236353	1393
2014	1	CAUCAIA	PRESIDENTE JOSE SARNEY EEFM	23062738	1177
2014	1	CAUCAIA	PROFESSOR ANTONIO VALMIR DA SILVA EEP	23235675	518

original que me foi apresentado Dou fé

Mombaça - CE

15 JAN. 2015



2014	1	CAUCAIA	PROFESSORA FRANCISCA ESTRELA TORQUATO FIRMEZA CAIC	23180226	1048
2014	1	CAUCAIA	PROFESSORA MARLY FERREIRA MARTINS EEEP	23063041	374
2014	1	CAUCAIA	ROMEU DE CASTRO MENEZES EEM	23063505	832
2014	1	CAUCAIA	ROTARY CLUB SAO MIGUEL EEFM	23063076	444
2014	1	CAUCAIA	VICENTE ARRUDA EEFM	23063599	748
2014	14	MOMBACA	PROFESSOR ANANIAS DO AMARAL VIEIRA EEM	23115807	709
2014	14	MOMBACA	PROFESSOR PEDRO JAIME EEM	23116951	527
2014	14	MOMBACA	PROFESSOR PLACIDO ADERALDO CASTELO EEEP	23116960	326
2014	16	ACOPIARA	ALFREDO NUNES DE MELO EEEP	23111291	329
2014	16	ACOPIARA	DEPUTADO FRANCISCO ALVES SOBRINHO LICEU DE ACOPIARA	23265400	1333
2014	16	ACOPIARA	FRANCISCO ASSIS VIEIRA EEM	23462361	281
2014	021R4	FORTALEZA	CENTRO EDUCACIONAL SAO JOSE	23069147	196

Fonte: INEP/SEDUC-Coave/Ceged-Educacenso.

18



AUTENTICACAO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Deputado
Mombaca - CE
15 JAN. 2015
R. ANTONIO EVANGELISTA SOBRINHO, 2º OFICIO
Centro - Mombaca - CE
(88) 3583.1264
Francisco Alves Veras - Titular
José Ivan Alves Veras - Substituto
Gerônimo Francisco Veras - Substituto
Germão Nilton Veras - Substituto
Germão Nilton Veras - Substituto

Universidade Estadual do Ceará-UECE
Centro de Educação, Ciências e tecnologia dos Inhamuns-CECITEC

DECLARAÇÃO

Declaro para devidos fins, que no Centro de Educação Ciência e Tecnologia dos Inhamuns-CECITEC tem atualmente 400 alunos Matriculados no referido centro.

Tauá - CE 05 de setembro de 2012

p/ Dr. Antônio Charles
Prof. Dr. Antonio Charles Silvério
Diretor do CECITEC



AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fe

15 JAN. 2015

Mombaça - CE

Francisco Alves Veras Titular
José Ivan Alves Veras Substituto
Geoffrey Raphael Batista Veras Substituto
Jorge Antônio Batista Veras Substituto
ALDO SOMENIE COM SELO DE AUTENTICIDADE

maio 19

3. PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA NACIONAL

nao
20



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
CNPJ: 11.753.160/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 12:06:51 do dia 15/01/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/07/2015.

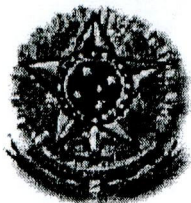
Código de controle da certidão: **7915.4500.EAC0.C3A3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

mon
25

4. CERTIDÃO DOS DIRIGENTES DA FUNDAÇÃO;

malos
22



Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária do Ceará

Página 1 of 1

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

Nº
201500010072

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

A PESSOA FÍSICA

MARIA REGINA MARCELINO GONCALVES

CPF: 318.076.313-20

RG: 81290284 SSP/CE

A certidão só é válida quando interpretada na íntegra de toda(s) a(s) sua(s) 1 página(s).

Constam os seguintes feitos:

NADA CONSTA em relação a decisões judiciais transitadas em julgado
Fortaleza, 9 de janeiro de 2015. (12:25h)

SANDRA MARIA FARIAS ARAÚJO
SUPERVISORA DO SETOR DE PROTOCOLO E CERTIDÃO

Justiça Gratuita

Referente ao pedido de certidão número 2015.00010072-0

Certidão Válida por 90 dias.

REFERENTE TAMBÉM A PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO.

NOME, RG E CPF/CNPJ DEVEM SER CONFERIDOS PELO DESTINATÁRIO.



AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

15 JAN 2015

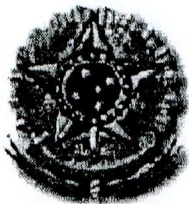
Mombaca - CE

malos
23

Em respeito ao Art. 7º, V, §1º da Res.

A certidão só é válida quando

pretada na íntegra de toda(s) a(s) sua(s) 1 página(s).



Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária do Ceará

Página 1 of 1

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES

Natureza: Cível, Exec. Fiscal e Criminal

Nº
201500011105

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

A PESSOA FÍSICA

MARLOS COSTA DE ANDRADE

CPF: 655.648.983-20

RG: 99010421849 SSP/CE

NADA CONSTA em relação a decisões judiciais condenatórias transitadas em julgado em ação penal, embora haja os seguintes feitos em tramitação.

Processos em tramitação de acordo com Art. 7º, V, § 1º da Resolução 121 do CNJ.
A certidão só é válida quando interpretada na íntegra de toda(s) a(s) sua(s) 1 página(s).
Constam os seguintes feitos:

0000059-50.2014.4.05.8106 24 06/05/2014 AÇÃO PENAL
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

Fortaleza, 9 de janeiro de 2015. (14:08h)

SANDRA MARIA FARIAS ARAÚJO
SUPERVISORA DO SETOR DE PROTOCOLO E CERTIDÃO

Justiça Gratuita

Referente ao pedido de certidão número 2015.00011105-C

Certidão Válida por 90 dias.

REFERENTE TAMBÉM A PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO.
NOME, RG E CPF/CNPJ DEVEM SER CONFERIDOS PELO DESTINATÁRIO.



Em respeito ao Art. 7º, V, § 1º da Resolução 121 esta certidão não apresenta partes em benefício de Sursis.
A certidão só é válida quando interpretada na íntegra de toda(s) a(s) sua(s) 1 página(s).



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS SERVICOS JUDICIAIS

Certidão N°0653798A

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao polo passivo dos processos em trâmite, verificou, **NADA CONSTAR**, nos últimos **DEZ** anos, em nome de, **ITALO CESAR MOREIRA DE AGUIAR**, inscrito(a) no **CPF** sob n° **261.062.213-91**, no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, DECLARATÓRIA DE INSOLVÊNCIA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL (inclusive Auditoria Militar)**.

CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é válida por **30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria n° 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Responsável pelo Setor de Certidões e com selo de autenticidade**.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 13 de janeiro de 2015.

Pesquisador: **Tiago Melo**



**NÃO VÁLIDA PARA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

15 JAN. 2015

Mombaça - CE

Francisco Alves Veras	Titular
José Ivan Alves Veras	Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras	Substituto
Leandro Antônio Batista Veras	Substituto

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

malos
26



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS SERVICOS JUDICIAIS**

Certidão N°0653798B

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao polo passivo dos processos em trâmite, verificou, **NADA CONSTAR**, nos últimos **DEZ** anos, em nome de, **MARIA REGINA MARCELINO GONCALVES**, inscrito(a) no **CPF** sob n° **318.076.313-20**, no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, DECLARATÓRIA DE INSOLVÊNCIA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL (inclusive Auditoria Militar)**.

CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é **válida por 30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria n° 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Responsável pelo Setor de Certidões e com selo de autenticidade**.

O referido é verdade e dou fé.

Fortaleza, 13 de janeiro de 2015.

Pesquisador: **Tiago Melo**



AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado Dou fé

15 JAN. 2015

Mombaça - CE

Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge Andre Batista Veras Substituto
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

**NÃO VÁLIDA PARA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL**

melo
27



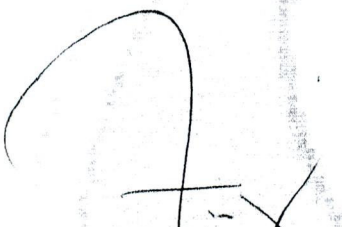
**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
DEPARTAMENTO DE APOIO AOS SERVICOS JUDICIAIS**

Certidão N°0653798C

CERTIFICA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento da parte interessada, que consultando no Sistema Informatizado do Serviço de Distribuição desta Comarca, em relação ao polo passivo dos processos em trâmite, verificou, **NADA CONSTAR**, nos últimos **DEZ** anos, em nome de, **MARLOS COSTA DE ANDRADE**, inscrito(a) no **CPF** sob nº **655.648.983-20**, no que se refere especificamente às ações de **EXECUÇÃO CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL, ORDINÁRIA CÍVEL OU ESTADUAL, COBRANÇA, DECLARATÓRIA DE INSOLVÊNCIA, INDENIZAÇÃO, REPARAÇÃO DE DANOS, INTERDIÇÃO, TUTELA, CURATELA, CRIMINAL (inclusive Auditoria Militar).**

CERTIFICA, finalmente, que esta certidão só é **válida por 30 (trinta) dias**, conforme art. 5º da Portaria nº 155/98, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **sem rasuras ou emendas, com assinatura do(a) Responsável pelo Setor de Certidões e com selo de autenticidade.**

O referido é verdade e dou fé.


Pesquisador: **Tiago Melo**

Fortaleza, 13 de janeiro de 2015.



NÃO VÁLIDA PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL
AUTENTICAÇÃO
A presente fotocópia confere com o original que me foi apresentado. Dou fé.

15 JAN. 2015

Mombaca - CE

Francisco Alves Veras Titular
José Iran Alves Veras Substituto
Gerônimo Raphael Batista Veras Substituto
Jorge André Batista Veras Substituto

marlos
28



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE TAUÁ
SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

C E R T I D ã O

C E R T I F I C O, em virtude da faculdade que me confere e a requerimento verbal da parte interessada, que efetuando buscas no SPROC (Sistema Processual) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, verifiquei **A INEXISTÊNCIA**, nesta Comarca, ***de quaisquer ações cíveis, execuções fiscais, reais, reipersecutórias, falência ou recuperação judicial e/ou criminal*** contra **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, brasileira, casada, advogada, nascida aos 12/02/1968, portadora da identidade RG nº 812902-84, SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 318.076.313-20, residente na Av. Cel. Lourenço Feitosa, 84, bairro Centro, Tauá/CE.

Nada mais quanto ao p edido feito.

O referido é verdade e dou fé.

Certidão válida por 30 (trinta) dias.

Tauá-Ceará, 09 de janeiro de 2015.

Antonio Moreira de Sousa Filho
Distribuidor Judicial



VÁLIDA SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



marcos
28



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
CONFORME A PORTARIA Nº 336 DE JULHO DE 2003
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ☐ Outorga, ☐ Pós-Outorga ou ☐ Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

☒ Vista do Processo.

☐ Cópia

Processo Nº **53000.044168/2012-35**

Relativo ao Serviço de: ☐ Radio Comercial

INTERESSADO: Fábio **Philipe** Costa Martins, OAB/TO nº 2631

ENTIDADE:FUND CULT TERRA DOS INHAMUNS

Endereço completo:

CEP

UF/Município:

Telefones:

E-mail:

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade do interessado: conhecer do inteiro teor da decisão para eventual defesa de direitos (recurso).

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

☐ I – Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação *;

☐ II – Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas *;

☐ III – As Organizações ou as associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos**;

☐ IV – As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos **;

* **Representantes Legais/Procuradores** – Anexar cópia da Identidade e Cópia da Procuração válida ou Cópia da OAB;

** **Organizações/Associações representativas** - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, 24 de FEVEREIRO de 2015

Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação do interessado, anexando a devida comprovação junto à este requerimento, providencie, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido

CHECKLIST

Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Privado Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº 53000.044168/2012-35

Interessado: Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

Localidade: Acopiara/CE

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Tecnologia Digital? () Sim (x) Não

Canal: 286E

Aviso de Habilitação nº: 04/2012

Data de publicação do Aviso de Habilitação: 13/07/2012

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas pós Edital
Complementação: 22/01/2015

Data do protocolo desta proposta: 16/01/2015

Requerimento tempestivo? (x) Sim () Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO DE FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO E INSTITUIÇÃO DE ENSINO INSTITUÍDA E MANTIDA PELA INICIATIVA PRIVADA	OBSERVAÇÕES
QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA	
a) Requerimento de encaminhamento da proposta, assinado pelo representante legal;	Ok Págs. 02-03 Processo 53000.044168/2012-35
b) Estatuto Social e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos finalidades educacionais ou educativas, a serem executados sem fins lucrativos;	Ok Págs. 04-18/ 22-36 Processo 53000.044168/2012-35
c) Comprovante de que a entidade foi instituída há mais de um ano, contado da data da publicação do aviso de habilitação, na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado;	Ok Pág. 17 09/12/2009 Processo 53000.044168/2012-35
d) Comprovante de que o estatuto social e suas alterações foram aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A, na hipótese de a interessada ser fundação de direito privado;	Ok Págs. 19-21 Processo 53000.044168/2012-35
e) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;	Ok Págs. 34-36 Processo

	53000.044168/2012-35
f) Instrumento jurídico que comprove a vinculação com instituição de ensino médio ou de educação superior ou com o município/estado onde será executado o serviço objeto da outorga, visando o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados para a educação, no caso de da fundação de direito privado;	Ok Pág. 05-07/ 08-10/ 11-13 Processo 53900.002583/2015-11 Complementado.
g) Declaração, firmada pelo representante legal da instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação, informando o seu número de alunos matriculados, quando for o caso;	Ok Pág. 15: 1400 alunos Pág. 16-18: 1943 alunos Pág. 19: 400 alunos Processo 53900.002583/2015-11 Complementado.
h) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999;	Ok Págs. 58-60 Processo 53000.044168/2012-35
i) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;	Ok Pág. 61 Processo 53000.044168/2012-35
j) Declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento;	Ok Págs. 62 Processo 53000.044168/2012-35
k) Prova de inscrição da interessada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;	Ok Pág. 69 Processo 53000.044168/2012-35 Sede: Tauá/CE
l) Prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;	Ok Págs. 70 Processo 53000.044168/2012-35
m) Prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da	Ok Págs. 73/ 74 Processo 53000.044168/2012-35

entidade;	Pág. 21 do Processo 53900.002583/2015-11 Federal Complementada.
n) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;	Ok Pág. 71-72 Processo 53000.044168/2012-35
o) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios);	Ok Pág. 63-64 Processo 53000.044168/2012-35
p) Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga;	Ok Págs. 65-68 24 Horas Processo 53000.044168/2012-35
q) Se executante de Serviço de Radiodifusão, está regular junto ao FISTEL?	Ok Pág. 114 Processo 53000.044168/2012-35 Não executante.
QUANTO AOS DIRIGENTES	
a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos ou, para o caso de português, prova da condição de titular do estatuto da igualdade atribuído pelo Ministério da Justiça há mais de 10 anos;	Ok Págs. 75/ 89/ 97 Processo 53000.044168/2012-35
b) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Ok Págs. 76-77/ 83 e 90-91/ 98-99/ 105 Processo 53000.044168/2012-35 Pág. 23-29 do Processo 53900.002583/2015-11
c) Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos criminais dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Ok Págs. 76-77/ 83 e 90-91/ 98-99/ 105 do Processo 53000.044168/2012-35

	Pág. 23-29 do Processo 53900.002583/2015-11
d) Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;	Ok Págs. 78-82/ 84-85/ 92-93/ 100-104 Processo 53000.044168/2012-35
e) Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;	Ok Págs. 86/ 94/ 108 Processo 53000.044168/2012-35
f) Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais;	Ok Págs. 87/ 95/ 109 Processo 53000.044168/2012-35
g) Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	Ok Págs. 88/ 96/ 110 Processo 53000.044168/2012-35



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 18/06/2015, às 15:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Analista - Chefe de Divisão**, em 18/06/2015, às 15:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Técnico de Nível Superior**, em 18/06/2015, às 18:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0490221** e o código CRC **1D2FECF3**.

NOTA TÉCNICA Nº 9178/2015/SEI-MC

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012-35 apenso/relacionado ao Processo nº 53000.046334/2012-38.**

Assunto: **Análise Inicial de proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta Habilitada e Pleito Deferido.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de proposta relativa à outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, conforme segue:

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº: 22/2014	Data de publicação: 23/12/2014	
Interessado: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS		
Município: Acopiara / CE	Serviço: FME	Canal: 286E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo do documento de complementação:	22/01/2015	
Data de postagem desta proposta:	16/01/2015	
Requerimento tempestivo?	(x) sim () não	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, a proposta constante do processo em referência, ofertada por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à conferência e análise da documentação apresentada, em consonância com o disposto na Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente.

3. Após realização da análise da documentação apresentada pela entidade, verificou-se a incorreta instrução da sua proposta, conforme Nota Técnica nº 7869/2014/SEI-MC (0092304), razão pela qual foi concedido por meio do Edital nº 22/2014/SEI-MC (0310594), publicado em 23/12/2014, prazo para complementação da documentação para que as incorreções constantes do quadro anexo do citado Edital fossem sanadas, de acordo com o art. 8º, §4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

4. Em atendimento ao Edital, a concorrente encaminhou a documentação complementar, protocolada sob nº 53900.002583/2015-11, recebida neste Ministério em 16/01/2015, conforme Protocolo aos autos. Assim, visando o prosseguimento do feito, procedeu-se a análise da documentação, conforme Checklist em anexo (0490221):

5. Concluída a análise dos autos, verificou-se a completa instrução do feito, estando a proponente em condições de habilitação e de auferir pontuação, conforme abaixo descrito:

CRITÉRIOS	PONTOS	PROPONENTE
I - Fundação de direito privado cuja criação tenha sido autorizada por lei e instituições de educação superior instituídas e mantidas pela iniciativa privada, nos termos dos incisos II e III do art. 2º da Portaria nº 355, de 12/07/2012.	51	-
II - Proponente com sede ou filial no município onde o serviço será executado.	20	-
III - Participação da instituição de ensino médio ou superior na administração da fundação de direito privado proponente, na proporção mínima de cinquenta por cento de seus dirigentes como representantes da correspondente instituição de ensino.	14	-
IV - Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com maior quantitativo de alunos matriculados.	10	10
V - Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o segundo maior quantitativo de alunos matriculados.	8	-
VI - Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o terceiro maior quantitativo de alunos matriculados.	5	-
VII - tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre vinte e vinte e quatro horas diárias.	5	5
VIII - tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre dezesseis e vinte horas diárias.	3	-

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos:

- a. pela habilitação e deferimento do total de 15 (quinze) pontos à proponente, nos termos do item 5 desta Nota Técnica;
- b. pela confirmação do registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado final obtido no processo de seleção em questão; e
- c. pela comunicação do resultado ora obtido à interessada, em conformidade com o disposto nos artigos 9º e 10, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 18/06/2015, às 15:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Analista - Chefe de Divisão**, em 18/06/2015, às 15:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Técnico de Nível Superior**, em 18/06/2015, às 18:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0490708** e o código CRC **F7395E0E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
CONFORME A PORTARIA Nº 336 DE JULHO DE 2003
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS.

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: () Outorga, () Pós-Outorga ou () Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

(x) Vista do Processo.

Processo Nº 53000.044168/2012-35

Relativo ao Serviço de: () Radio Comercial

INTERESSADO: Fábio Philipe Costa Martins, OAB/TO nº 2631

ENTIDADE: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

LOGRADOURO R CORONEL LOURENCO FEITOSA	NÚMERO 231	COMPLEMENTO	
CEP 63.660-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TAUA	UF CE

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade do interessado: conhecer do inteiro teor da decisão para eventual defesa de direitos (recurso).

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- () I – Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação *;
- () II – Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas *;
- () III – As Organizações ou as associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos**;
- () IV – As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos **;

* **Representantes Legais/Procuradores** – Anexar cópia da Identidade e Cópia da Procuração válida ou Cópia da OAB;

** **Organizações/Associações representativas** - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, 26 de AGOSTO de 2015


Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação do interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciarei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.966/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 05102262




ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO TOCANTINS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 2631

NOME
FABIO PHILIPPE COSTA MARTINS

FILIAÇÃO
EDMUNDO VIEIRA MARTINS
MARIA DOS REIS MARTINS COSTA

NATURALIDADE
GUARÁ-TO

RG
36293257-8 - SSP/SP

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

DATA DE NASCIMENTO
23/07/1978

CPF
768.108.011-20

VIA
15/01/2010

EXPEDIDO EM

ERCILIO BEZERRA DE CASTRO FILHO
PRESIDENTE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Ao

Subgrupo de Trabalho de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SDEDU.

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012-35.**

1. Em virtude de o presente processo estar aguardando a realização de procedimentos no processo de CAUCAIA/CE (53000.046321/2012-69), que trata de questões análogas ao caso, até o parecer conclusivo por parte da Consultoria Jurídica deste Ministério sobre o assunto em questão e posterior prosseguimento, consideram-se **sobrestados** os seguintes autos: **53000.044168/2012-35**

2. Após realizados os devidos procedimentos, favor retornar os autos ao SLEDU OUTORGA para o prosseguimento das análises.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 24/02/2016, às 09:05, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 25/02/2016, às 10:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 25/02/2016, às 19:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0985309** e o código CRC **D77A7DAF**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 10754/2016/SEI-MC

Referência: **Processo nº 53000.046334/2012-38 e apensos/relacionados**

Assunto: **Resultado Final de Processo de Seleção para Outorga - Objeto Adjudicado.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de resultado final de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, por meio do canal 286E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 355, de 12/07/2012 e o Aviso de Habilitação nº 4, de 12/07/2012, publicado no DOU em 13/07/2012.

ANÁLISE

2. Conforme o Edital 41/2015 de comunicação do resultado da verificação inicial relativa às sete propostas apresentadas, o prazo para interposição de pedido de reconsideração foi concedido às proponentes.

3. Esgotado referido prazo, conforme determina o §1º do art. 10 da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, foram analisados os respectivos pedidos de reconsideração, de acordo com as Notas Técnicas abaixo referenciadas, cujos resultados assim se apresentam:

- FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO - (Proc. nº 53000.044184/2012-28) – Nota Técnica n.º 10727/2016/SEI-MC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado;
- FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA) - (Proc. nº 53000.043075/2012-93) – Nota Técnica n.º 10735/2016/SEI-MC - Deferido o pedido de reconsideração apresentado (não conhecido, em virtude de intempestividade, porém houve mudança de resultado em virtude do princípio da autotutela administrativa);

4. Não apresentaram pedidos de reconsideração contra as decisões de indeferimento relativas às propostas apresentadas, após a devida comunicação às interessadas, mantendo-se, portanto, desconsideradas as proponentes:

- FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMÉLIA OLIVEIRA - (Proc. nº 53000.043989/2012-54)
- FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO RADIALISTA MARTIN LUTERO - (Proc. nº 53000.041810/2012-24)
- FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO - (Proc. nº 53000.043985/2012-76)
- FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA - (Proc. nº 53000.043720/2012-78)

5. Cumpre destacar que com duas entidades habilitadas (em virtude de deferimento recursal), o critério de desempate utilizado é o número de pontos, conforme estabelecido na norma que rege o certame:

- A pontuação referente à FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA possui o seguinte somatório: 8 pontos pelo segundo maior número de alunos (1400), 5 pontos pela programação com 24 horas e 20 pontos por possuir sede na localidade.
- A pontuação referente à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS possui o seguinte somatório: 5 pontos pela programação com 24 horas, 10 pontos pelo maior número de alunos (1800, sendo que não foi considerado o convênio com o Estado do ceará, pois a vigência nele estabelecida ultrapassa a duração permitida em Lei, de modo que se entende pela nulidade do

referido Termo - conforme Ofício da SEDUC exarado no processo de Caucaia/CE, análogo a este, com cópia nestes autos 1115201 e os dispositivos da Instrução Normativa nº 1, de 15.01.1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, a qual dispõe a vigência como cláusula obrigatória), 20 pontos por possuir filial na localidade (declaração de existência no requerimento pela proponente).

6. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	RECURSO	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	PONTUAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS	II	53000.044168/2012-35	Habilitada	Não apresentado.	Vencedora	35 pontos
FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA)	II	53000.043075/2012-93	Habilitada	Apresentado. Não conhecido. Deferido em virtude do princípio da autotutela Administrativa. Presença de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	2º lugar	33 pontos
FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMÉLIA OLIVEIRA	II	53000.043989/2012-54	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO	II	53000.044184/2012-28	Inabilitada	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO RADIALISTA MARTIN LUTERO	II	53000.041810/2012-24	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.043985/2012-76	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA	II	53000.043720/2012-78	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

7. Dessa forma, a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, 1ª colocada, deverá ser declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão.

8. Cabe ressaltar que, em consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD da Anatel 1115203, verificamos que a entidade não possui outorga, e não aparece na planilha de controle de avisos de habilitação como vencedora (dentre os processos já homologados) em outra localidade.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, nos termos do item 6, opinamos:
- a. seja declarada vencedora do presente processo de seleção a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, homologando-se este procedimento de seleção, e adjudicando à vencedora o seu objeto;
 - b. sejam remetidos os correspondentes processos à Consultoria Jurídica, a fim de que se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal: do procedimento de seleção em questão; do processo relativo à correspondente proposta; e da minuta do Despacho de homologação, elaborada com vistas à celeridade processual;
 - c. sejam os autos posteriormente devolvidos a esta Secretaria, com vistas à adoção das providências consecutórias.

À consideração superior.

MINUTA DE DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº / / / CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046334/2012-38, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à [NOME DA ENTIDADE VENCEDORA], bem como encaminhar os processos das entidades inabilitadas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	RECURSO	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	PONTUAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS	II	53000.044168/2012-35	Habilitada	Não apresentado.	Vencedora	35 pontos
FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA)	II	53000.043075/2012-93	Habilitada	Apresentado. Não conhecido. Deferido em virtude do princípio da autotutela Administrativa. Presença de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	2º lugar	33 pontos
FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMÉLIA OLIVEIRA	II	53000.043989/2012-54	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO	II	53000.044184/2012-28	Inabilitada	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO RADIALISTA MARTIN LUTERO	II	53000.041810/2012-24	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.043985/2012-76	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA	II	53000.043720/2012-78	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 06/05/2016, às 08:52, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 06/05/2016, às 08:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 06/05/2016, às 11:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 06/05/2016, às 13:30, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1260001



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pinto Martins, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 06/05/2016, às 18:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1113691** e o código CRC **5A31FC74**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER Nº 896/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.046334/2012-38

PROCESSOS APENSOS: 53000.043720/2012-78; 53000.044184/2012-28; 53000.043989/2012-54; 53000.043985/2012-76; 53000.043075/2012-93; 53000.041810/2012-24; 53000.044168/2012-35.

ASSUNTO: Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 4/2012.

I – Seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará.

II – Manifestações recursais apreciadas.

III - Pessoa jurídica julgada vencedora: **Fundação Cultural Terra dos Inhamus**. Documentação em conformidade com a Lei nº 4.117, de 1963, Decreto 52.795, de 1963, e a Portaria nº 355, de 2012. **Pela viabilidade jurídica da outorga.**

IV - Competência do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, § 1º do CBT (Lei nº 4.117, de 1963) e art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

V – Encaminhamento dos autos ao apreço do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - SCE, por intermédio da Nota Técnica nº 10754/2016/SEI-MC, submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo concernente à seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - FME, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará.

I - RELATÓRIO

2. O Aviso de Habilitação referente à seleção pública em questão restou publicado no DOU de 13.7.2012 (Aviso nº 04, de 12 de julho de 2012), enumerando o rol dos documentos e demais itens necessários à participação do certame pelas entidades interessadas (fls. 09/20, doc. 0030242, Proc. 53000.046334/2012-38).

3. Manifestaram interesse em executar o serviço as seguintes entidades:

- 1) FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS - Processo nº 53000.044168/2012-35
- 2) FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA) - Processo nº 53000.043075/2012-93
- 3) FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMÉLIA OLIVEIRA - Processo nº 53000.043989/2012-54

- 4) FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO - Processo nº 53000.044184/2012-28
- 5) FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO RADIALISTA MARTIN LUTERO - Processo nº 53000.041810/2012-24
- 6) FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO - Processo nº 53000.043985/2012-76
- 7) FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA - Processo nº 53000.043720/2012-78

4. Após análise inicial dos autos pela SCE, concluiu aquele órgão, segundo Nota Técnica nº 1990/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC (fl. 33, doc. 0030242, Proc. 53000.046334/2012-38), que “...nenhuma das participantes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas”.

5. Considerando o exposto na Portaria nº 355, de 2012, oportunizou-se às proponentes a complementação da documentação não apresentada ou apresentada de forma irregular no prazo improrrogável de 30 dias. Destaque-se que não se visualizou a participação de nenhuma entidade de direito público.

6. Dessa forma, sobreveio **Edital nº 95**, publicado no DOU em 18.9.2013 (fl. 48, doc. 0030242, Proc. 53000.046334/2012-38), possibilitando a complementação da documentação, no prazo de trinta dias, voltado para todas as entidades, em conformidade com o §4º do art. 8º da Portaria nº 355, de 2012, assim editado:

"Art. 8º (...)

(...)

§ 4º Se após o procedimento previsto neste artigo nenhuma proponente de que trata o caput houver logrado êxito na instrução das propostas apresentadas, incluindo os documentos relativos à habilitação, será permitida a apresentação de documentos complementares, em um prazo improrrogável de trinta dias contado a partir da publicação no Diário Oficial da União, a todas as proponentes participantes do processo seletivo”.

7. Transcorrido o prazo previsto no Edital nº 95, foi constatado que apenas a FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA) e a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS encaminharam documentos complementares tempestivamente, conforme noticiou a Nota Técnica nº 208/2013/GTED/DEAA/SCE-MC (fl. 48, doc. 0030242, Proc. 53000.046334/2012-38).

8. Finda a fase complementar, a SCE opinou pela inabilitação das propostas de todas as entidades, sendo o resultado da análise comunicado às participantes por meio do **Edital nº 114**, publicado no Diário Oficial da União em 30/12/2013 (fl. 66, doc. 0030242, Proc. 53000.046334/2012-38), dando-se por intimadas para todos os efeitos, concedendo-lhes oportunidade para interposição de eventual recurso, em estrita observância do princípio da ampla defesa, no prazo de trinta dias, contados da publicação referida.

9. A FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA) e a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS apresentaram recursos, conforme noticiou a Nota Técnica nº 449/2014/GTED/DEAA/SCE-MC, cuja análise redundou no indeferimento de ambos, tendo a SCE, em seguida, opinado pela frustração da seleção ante a inexistência de participante habilitada.

10. Ato contínuo, vieram os autos a esta CONJUR/MC, para exame e parecer acerca da regularidade jurídico-formal do processo.

11. Instada a se manifestar, esta CONJUR chamou a atenção para o fato de que a publicação do Aviso de Habilitação nº 4, que rege o presente certame, ocorreu no mesmo dia em que foi publicada a Portaria nº 355/2012. Diante de tal cenário, o Parecer nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU reproduziu a orientação já consolidada nesta CONJUR por meio do Parecer nº 635/2014/CONJUR-MC/CGU/AGU e esclareceu que o procedimento a ser adotado em todas as seleções regidas pelo Aviso de Habilitação nº 4, como é o caso dos autos, deve ser o previsto na Portaria nº 355/2012 e não o previsto na Portaria nº 420/2011, por se tratar de norma procedimental cuja aplicação se dá de forma imediata, razão pela qual se mostrou adequada a análise da SCE com base na Portaria nº 355, de 2012.

12. Em contrapartida, o mesmo Parecer nº 824/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU esclareceu que a documentação de habilitação exigida é aquela prevista no edital, de modo que a notificação proposta nos presentes autos para fins de complementação da documentação instrutória (**Edital nº 95**) induziu o administrado a erro na medida em que não especificou a que Portaria (420/2011 ou 355/2012) se referiam os documentos ausentes/irregulares, opinando, assim, pela anulação do procedimento a partir da fase de complementação das propostas, conforme se depreende do seguinte excerto do referido Parecer, *in verbis*:

“(...) 24. Ocorre, porém, que a notificação proposta nos autos, para fins de complementação da documentação (anexo do Edital 95), induz a erro o administrado, visto que não especifica exatamente a que anexo de portaria se refere a documentação irregular/ausente.

25. Além do mais, não restaram razoavelmente esclarecidas as irregularidades então identificadas pela SCE na documentação da entidade, de modo que não presente a motivação do ato (exposição dos motivos) e, conseqüentemente, afrontado o direito efetivo à ampla defesa das entidades.

26. Registre-se: a notificação por intermédio de edital é perfeitamente válida; porém, tanto por meio de ofício, quanto via publicação em DOU, há que se especificarem exatamente os motivos que ensejaram a decisão adotada no ato administrativo – o que não se sucedeu de forma razoável no caso, prejudicando interesse das entidades participantes da seleção.

27. Uma vez que o vício acima apontado encontra-se no primeiro edital publicado (mais precisamente, no edital 95, para fins de complementação), além de terem sido identificadas análises equivocadas, com exigência inapropriada de documentos não dispostos no Edital original de convocação (registre-se que a aplicação da Portaria nº 355 é tão-somente para o procedimento, seja de complementação, seja do meio de notificação – DOU – ou ainda do momento recursal, mas não quanto à documentação em si a ser apresentada, a qual deve seguir a disposta no Edital original, regra esta de cunho substancial), opina-se favoravelmente a que seja ANULADO todo o procedimento (a partir do edital de complementação, inclusive), devendo ser republicado Edital a convocar as entidades participantes, para fins de complementação de sua documentação, a partir da análise inicial, isto é, que sejam complementados os documentos então ausentes/irregulares de acordo com a aqueles apresentados na proposta original (...).”

13. Com base na referida orientação desta CONJUR/MC, a SCE procedeu a anulação do feito, oportunidade em que republicou o edital de complementação das propostas, desta vez indicando precisamente quais os motivos que ensejaram o indeferimento inicial, possibilitando o exercício da ampla defesa às entidades, tudo conforme consta do **Edital nº 22/2014/SEI-MC** (doc. 0092827, Proc. 53000.046334/2012-38).

14. Encerrada a nova fase de complementação, a SCE, por meio da Nota Técnica nº 9258/2015/SEI-MC (doc. 0492156, Proc. 53000.046334/2012-38), concluiu que apenas a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS lograra êxito na correta e completa instrução da proposta, considerando-a como a única entidade habilitada e declarando-a vencedora do certame.

15. O resultado da referida análise foi comunicado às participantes por intermédio do **Edital nº 41/2015/SEI-MC** (doc. 0492921, Proc. 53000.046334/2012-38), publicado no Diário Oficial da União em 22/09/2015 (doc. 0731440, Proc. 53000.046334/2012-38), concedendo-lhes oportunidade para interposição de eventual recurso, em consonância com o princípio da ampla defesa, no prazo de trinta dias, contados da publicação referida.

16. Ao final, sobreveio a Nota Técnica nº 10754/2016/SEI-MC (doc. 1113691, Proc. 53000.046334/2012-38), por meio da qual a SCE, já tendo indeferido os pedidos de reconsideração apresentados pela FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO e FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA), chamou o feito à ordem para admitir ter se equivocado na análise da documentação complementar apresentada por esta última entidade, passando a considerá-la habilitada. Destarte, com base nos critérios de desempate previstos na Portaria nº 355/2012, classificou-a em 2º lugar, mantendo, assim, a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS em 1º lugar e vencedora do certame.

17. Por derradeiro, vieram os autos a esta CONJUR/MC, para exame e parecer acerca da regularidade jurídico-formal do processo, com vistas à consequente homologação do certame.

18. É o relatório do essencial. Passo a opinar.

II - DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS

19. O serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, bem como no Decreto nº 52.795, de 1963, que dispõem:

DL 236/1967

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Decreto 52.795, de 1963

Art. 13 (omissis)

(...)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

20. Quanto à legitimidade para executar o serviço, o mesmo DL nº 236, de 1967, disciplina o seguinte:

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

(...)

21. No que concerne à competência para outorgar, por se tratar de permissão de serviço de radiodifusão, esta se encontra atribuída ao Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos dos articulados seguintes:

CBT

Art. 34 (omissis)

(...)

§ 1º A outorga da concessão ou autorização é prerrogativa do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 33 § 5º, depois de ouvido o Conselho Nacional de Telecomunicações sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital, e de publicado o respectivo parecer.

Art. 33 (omissis)

(...)

§ 5º Os serviços de radiodifusão de caráter local serão autorizados pelo Conselho Nacional de Telecomunicações.

Decreto nº 52.795, de 1963

Art 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.

(...)

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora

22. Parametrizando o ponto nodal da demanda, reafirme-se, por fim, que o hodierno Aviso de Habilitação (Aviso nº 4, de 2012) fora publicado exatamente no mesmo dia em que foi publicada a Portaria nº 355, de 2012, de modo que o presente procedimento é regido, em âmbito infralegal, pela referida Portaria Ministerial, em observância à orientação constante do Parecer nº 635/2014/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra do então Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, como narrado no relatório, itens 11 e 12.

22. Enumeradas as considerações julgadas pertinentes quanto às normas de regência, passo ao apreço do procedimento seletivo, *in casu*.

III – DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO (PROCESSO Nº 53000.044184/2012-28)

23. Compulsando-se os autos da entidade, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 9082/2015/SEI-MC, que a mesma não atendeu satisfatoriamente ao **Edital de Complementação nº 22/2014/SEI-MC**. Isso porque, ao encaminhar os documentos complementares por meio do Protocolo nº 53900.003558/2015-54, a entidade deixou de apresentar a Certidão de objeto e pé em nome do Diretor Presidente Sr. Osmanir Celestino de Mendonça, referente ao Processo de nº 7750-35.2011.8.06, que tramita na 2ª Vara da Comarca de Morada Nova, Estado do Ceará, conforme noticia o Checklist SLEDU 0488092.

24. O resultado da referida análise foi comunicado à entidade por meio do **Edital nº 41/2015/SEI-MC**, publicado no Diário Oficial da União em 22/09/2015, tendo a interessada apresentado recurso em 21/10/2015, sob o Protocolo nº 53900.055919/2015-48, portanto, tempestivo, o que ensejou o seu conhecimento.

25. No mérito, alegou ter encaminhado todos os documentos exigidos na fase de complementação, apresentando como prova o Aviso de Recebimento subscrito por funcionário deste Ministério.

26. No entanto, conforme irreparável entendimento da SCE consignado na Nota Técnica nº 10727/2016/SEI/MC (PROCESSO Nº 53000.044184/2012-28), tal argumento da entidade comprova apenas o recebimento de documentos pelo Ministério, mas não o conteúdo da documentação enviada, de modo que não restou comprovado o envio da referida certidão de objeto e pé exigida.

27. Sendo assim, opina-se pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO, devendo a mesma permanecer inabilitada.

IV – DA ANÁLISE DO RECURSO INTERPOSTO PELA FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA)

28. Compulsando-se os autos da entidade, verifica-se que a SCE, através da Nota Técnica nº 9229/2015/SEI-MC, considerou que a mesma não atendeu satisfatoriamente ao **Edital de Complementação nº 22/2014/SEI-MC**, uma vez que a apresentação dos documentos complementares (Protocolo nº 53900.003842/2015-21) teria ocorrido de forma intempestiva, conforme noticia o Checklist SLEDU 0490840.

29. O resultado da referida análise foi comunicado à entidade por meio do **Edital nº 41/2015/SEI-MC**, publicado no Diário Oficial da União em 22/09/2015, tendo a interessada apresentado recurso em 24/10/2015, sob o Protocolo nº 53900.056490/2015-14, portanto, de forma intempestiva, razão pela qual sequer foi conhecido.

30. No entanto, em que pese a intempestividade do referido recurso, a SCE, através da Nota Técnica nº 10735/2016/SEI-MC, reconheceu a existência de erro na análise da documentação complementar

apresentada pela entidade, uma vez que o Protocolo nº 53900.003640/2015-89, de 22/01/2015, comprova a tentativa de envio da documentação complementar dentro do prazo, atendendo à diligência.

31. Sendo assim, a SCE, com base no referido Checklist SLEDU 0490840, considerou a proposta da entidade habilitada, consoante Nota Técnica nº 10735/2016/SEI-MC. No entanto, conforme será demonstrado no tópico subsequente, a mesma fora classificada em 2º lugar devido à aplicação dos critérios de desempate previstos na Portaria nº 355/2012.

V- DA ANÁLISE DA PROPOSTA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS (PROCESSO Nº 53000.044168/2012-35 - ENTIDADE JULGADA VENCEDORA)

32. Compulsando-se os autos da entidade, verifica-se, segundo a Nota Técnica nº 9178/2015/SEI-MC, que a mesma atendeu satisfatoriamente ao **Edital de Complementação nº 22/2014/SEI-MC** através da documentação enviada por meio do Protocolo nº 53900.002583/2015-11, conforme notícia o Checklist SLEDU 0490221, tendo a SCE, na mesma oportunidade, considerado a entidade habilitada.

33. Considerando que a FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA) também foi considerada habilitada, conforme demonstrado no tópico anterior, a SCE procedeu à aplicação dos critérios de desempate previstos na Portaria nº 355/2012, consoante notícia a Nota Técnica nº 10754/2016/SEI-MC, anexa ao processo piloto (Processo nº 53000.046334/2012-38).

34. Na oportunidade, a SCE aplicou os critérios previstos no art. 8º, parágrafos 1º e 2º, da Portaria nº 355/2012, que determina:

Art. 8º Os documentos de habilitação das entidades referidas nos incisos II e III do art. 2º serão analisados somente se, no procedimento seletivo de que trata esta portaria, nenhuma pessoa jurídica houver apresentado interesse ou logrado êxito em sua habilitação, após o procedimento previsto no art. 7º.

§ 1º As propostas apresentadas pelas entidades habilitadas na forma prevista no caput serão examinadas e selecionadas em conformidade com os seguintes critérios:

I - fundações de direito privado cuja criação tenha sido autorizada por lei e instituições de educação superior instituídas e mantidas pela iniciativa privada, nos termos dos incisos II e III do art. 2º desta Portaria: cinquenta e um pontos;

II - proponente com sede ou filial no município onde o serviço será executado: vinte pontos;

III - participação da instituição de ensino médio ou superior na administração da fundação de direito privado proponente, na proporção mínima de cinquenta por cento de seus dirigentes como representantes da correspondente instituição de ensino: quatorze pontos;

IV - quantitativo de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou superior que fornece o apoio pedagógico à fundação de direito privado proponente, observados os seguintes critérios:

a) proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com maior quantitativo de alunos matriculados: dez pontos;

b) proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o segundo maior quantitativo de alunos matriculados: oito pontos; e

c) proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o terceiro maior quantitativo de alunos matriculados: cinco pontos;

V - tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, obedecida à seguinte ordem de pontuação:

a) entre vinte e vinte e quatro horas diárias: cinco pontos; e

b) entre dezesseis e vinte horas diárias: três pontos.

§ 2º A proponente que obtiver a maior pontuação será declarada vencedora.

35. À luz dos critérios acima elencados, a SCE atribuiu 33 pontos à FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA), distribuídos da seguinte maneira: 8 (oito) pontos pelo segundo maior número de alunos (1400), 5 (cinco) pontos pela programação com 24 horas e 20 (vinte) pontos por possuir sede na localidade.

36. Por seu turno, foram atribuídos 35 pontos à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS, assim distribuídos: 10 (dez) pontos pelo maior número de alunos (1800), 5 (cinco) pontos pela programação com 24 horas e 20 (vinte) pontos por possuir sede na localidade.

37. Verifica-se que a análise da SCE observou estritamente a legislação que rege o serviço, de modo que a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS deve ser considerada a vencedora do certame, encontrando-se o processo, portanto, regular e apto a ser submetido ao apreço do Exmo. Ministro das Comunicações.

38. Por fim, cumpre salientar que, no bojo do processo da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS (PROCESSO Nº 53000.044168/2012-35), encontra-se anexo, ao final, o Despacho Interno SLEDU_OUTORGA 0985309, no qual a SCE considera sobrestado o processo da entidade até a edição de parecer conclusivo desta CONJUR em processo análogo (seleção de CAUCAIA/CE - Processo nº 53000.046321/2012-69).

39. Em consulta ao referido Processo nº 53000.046321/2012-69, no qual a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS também figura como participante daquela seleção, verifica-se que exsurgiu discussão acerca da legalidade do Termo de Convênio firmado entre a entidade e o Governo do Estado do Ceará, o qual consta da proposta de habilitação da entidade seja naquela seleção (CAUCAIA/CE), seja na presente seleção (ACOIARA/CE).

40. No entanto, na presente seleção, a própria SCE, através da Nota Técnica nº 10754/2016/SEI-MC, ciente da discussão em curso na seleção de CAUCAIA/CE, desconsiderou o número de alunos das instituições que decorrem do convênio firmado entre a entidade e o Governo do Estado do Ceará, cuja legalidade está sendo questionada naquela seleção, de modo que levou em conta apenas os 1800 (mil e oitocentos) alunos matriculados na outra instituição de ensino vinculada à proponente.

41. Inobstante tal desconsideração efetuada pela SCE, a instituição vinculada à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS possui mais alunos do que a instituição de ensino vinculada à outra concorrente habilitada (FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOIARA), conforme esclareceu a Nota Técnica nº 10754/2016/SEI-MC, restando claro que a questão discutida nos autos da seleção de CAUCAIA/CE não constitui óbice ao prosseguimento do presente certame.

VI – CONCLUSÃO

42. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, tendo em vista a inexistência de óbice jurídico, e opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Acoiara, estado do Ceará (canal 286 E), sagrando-se vencedora a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS.

43. Ademais, por se tratar de Serviço de Radiodifusão Sonora, a competência para a devida outorga é do Exmo. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

44. Oportuno ressaltar que a outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da República.

45. Por fim, impende consignar a regularidade da minuta de Despacho a ser firmada pelo Exmo. Ministro de Estado, anexa à NOTA TÉCNICA Nº 10754/2016/SEI-MC, devendo apenas ser atualizada a *novel* denominação do Ministério e o seu titular.

À consideração superior.

de outubro de 2016.

Brasília, 05

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000046334201238 e da chave de acesso 3af4ccc0

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 11658917 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 05-10-2016 12:35. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA CGCE

DESPACHO n. 02608/2016/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.046334/2012-38

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

Aprovo o PARECER Nº 896/2016/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, da lavra do Dr. Júlio César Ferreira Pereira.

Brasília, 05 de abril de 2017.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO

Advogado da União

Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000046334201238 e da chave de acesso 3af4ccc0

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 13549194 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 05/04/2017 15:49. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



Parágrafo único. Desta decisão, caberá recurso a ser oferecido à SAF no prazo de até 10 (dez) dias, contados a partir da regular notificação do interessado.

Art. 58. A SAF encaminhará cópia dos autos do processo administrativo ao Ministério Público para a adoção das providências que entender cabíveis, se o caso configurar ou indicar o cometimento de crime ou dano ao Erário.

Art. 59. A entidade pública ou privada descredenciada somente poderá solicitar novo credenciamento após decorrido o prazo de 1 (um) ano do ato de descredenciamento.

Parágrafo único. A SAF rejeitará a solicitação de novo credenciamento da entidade pública ou privada que:

I. deixe de preencher as exigências de credenciamento para emissão da DAP, na forma da Seção I do Capítulo VI;

II. não demonstre o saneamento ou superação das causas que importaram no seu descredenciamento;

III. não tenha ressarcido integralmente o Erário dos danos causados, que importaram no seu descredenciamento; ou

IV. não tenha promovido a responsabilização daquelas pessoas que deram causa ao seu descredenciamento.

Art. 60. A entidade pública ou privada descredenciada pela segunda vez perderá definitivamente o direito ao credenciamento.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 62. Revoga-se a Portaria SAF/MDA nº 26, de 09 de maio de 2014, publicada na Seção I do Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2014.

EVERTON AUGUSTO PAIVA FERREIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 344, de 29 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2011, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de citros no Estado de Minas Gerais, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO, incluir os municípios conforme abaixo, especificados:

Campina Verde, Canápolis, Comendador Gomes, Frutal, Guanhães, Itagipe, Ituiutaba, Iturama, Monte Alegre de Minas, Monte Santo de Minas e Planura.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.030, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TROPICAL COMUNICAÇÃO LTDA, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de CURRAIS NOVOS, Estado do Rio Grande do Norte, por meio do canal 20 (vinte), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001862/2016-46 e da Nota Técnica nº 8217/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

DESPACHOS DO MINISTRO

Nº 2.289/2016/SEI-MCTIC - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 896/2016//CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046334/2012-38, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO, participante do Aviso de Habilitação nº 4/2012, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

Nº 418.2017/SEI-MCTIC - O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 00357/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046334/2012-38, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12/07/2012, e adjudicar o seu objeto à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, bem como encaminhar os processos das entidades inabilitadas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto nº 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	RECURSO	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO	PONTUAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS	II	53000.044168/2012-35	Habilitada	Não apresentado.	Vencedora	35 pontos
FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA)	II	53000.043075/2012-93	Habilitada	Apresentado. Não conhecido. Deferido em virtude do princípio da autotutela Administrativa.	2º lugar	33 pontos
FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMÉLIA OLIVEIRA	II	53000.043989/2012-54	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO	II	53000.044184/2012-28	Inabilitada	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO RADIALISTA MARTIN LUTERO	II	53000.041810/2012-24	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.043985/2012-76	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA	II	53000.043720/2012-78	Inabilitada	Não apresentado.	Indeferida	-

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 13 de abril de 2017

Nº 135 - Processo nº 53508.001577/2017-41 Classe II entre OI MÓVEL S.A., CNPJ nº 05.423.963/0001-11 e NIPTTELECOM TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 19.534.299/0001-92,

Nº 136 - Processo nº 53508.001650/2017-84 Classe I entre TELEMAR NORTE LESTE S.A. - OI, CNPJ nº 33.000.118/0001-79, e KLISA COMUNICAÇÃO & MULTIMÍDIA LTDA - CONECTV, CNPJ nº 09.607.157/0001-54;

Nº 138 - Processo nº 53508.001491/2017-18 Classe II entre NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 66.970.229/0001-67 e TELEMAR NORTE LESTE S.A., CNPJ nº 33.000.118/0001-79;

Nº 139 - Processo nº 53508.001484/2017-16 1º Termo aditivo ao contrato de Interconexão Classe II entre TIM Celular S.A. - TIM, CNPJ nº 04.206.050/0001-80 e PORTO SEGURO TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 11.281.004/0001-01.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017041800006

Nº 144 - Processo nº 53508.001492/2017-62 Classe II NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 66.970.229/0001-67 e OI S.A., CNPJ nº 76.535.764/0001-43;

FILIPPE SIMAS DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 8.040, DE 17 DE ABRIL DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) VOTORANTIM CIMENTOS S.A., CNPJ nº 01.637.895/0106-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 785, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

Processo nº 53500.045267/2017-16.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FELICIDADE FM LTDA, CNPJ 01.873.889/0001-84, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Petrolina/PE.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 7.348, DE 16 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53500.050414/2017-61.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PONTAL DO TRIANGULO MINEIRO LTDA, CNPJ 19.046.879/0001-30, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Iturama/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

À

Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - COTED.

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012-35**

Interessado: **Fundacao Cultural Terra dos Inhamuns**

Atendendo ao disposto no art. 29 do Decreto n.º 7.670, de 16 de janeiro de 2012, o qual estabelece que o interessado deve apresentar o projeto técnico de aprovação de locais e dos equipamentos antes do ato de outorga, encaminhamos o presente processo em razão da publicação do Despacho do Ministro de 12/04/2017, publicado no Diário Oficial da União em 18/04/2017, que homologa o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e adjudica o seu objeto à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns.

Sendo a Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - COTED, área competente pela análise técnica do referido projeto, encaminho o presente processo para conhecimento e adoção das devidas providências com vistas à instalação da emissora, requerendo que, ao final da análise, o mesmo seja devolvido a esta área para a conclusão do contrato.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 02/06/2017, às 10:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 11/07/2017, às 15:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1927176** e o código CRC **28400CE6**.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 1927176



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 31056/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Cultural Terra dos Inhamuns.

Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambeba.

CEP: 60822-325 / Fortaleza – CE.

Assunto: **Apresentação do projeto técnico de instalação da estação (locais e equipamentos)**
- Processo nº 53000.044168/2012-35.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para lembrá-lo do prazo de quatro meses, contados a partir do dia 18/04/2017, data em que foi publicado no Diário Oficial da União o Extrato de Contrato referente à execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, com utilização do canal 286E (Duzentos e Oitenta e Seis Educativo), para a submissão do projeto técnico de instalação da estação (pertinente a locais e equipamentos) à aprovação do Ministério das Comunicações.
2. Informo que a não apresentação do referido projeto poderá ensejar no decaimento ao direito de contratação, nos termos da legislação em vigor.
3. Informo ainda que os formulários padronizados, bem como os modelos de declarações, listados em anexo, encontram-se à disposição no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações na Internet: <http://www.mcti.gov.br>.
4. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www2.mcti.gov.br/index.php/sei/cadsei>.

ANEXO I

LISTA DE DOCUMENTOS E REQUISITOS TÉCNICOS PARA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO (REFERENTE A LOCAIS E EQUIPAMENTOS) PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS - FME:

PROJETO TÉCNICO - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.1, alínea “a” - Requerimento firmado pelo representante legal da entidade, solicitando a análise das características técnicas propostas, bem como a emissão da correspondente autorização para a instalação da estação.	
Subitem 5.1.1, alínea “b” - Formulário padronizado FMC01 (FM) - “Formulário de Informações Técnicas FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	
Subitem 5.1.1, alínea “c” - Formulário padronizado FMC02 (FM) - “Formulário para Estudo Técnico FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as	

características técnicas de instalação do sistema proposto.	
Subitem 5.1.1, alínea “d” - Declaração do responsável legal pela entidade de que interromperá suas transmissões, em casos de interferências em estações de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.	
Subitem 5.1.1, alínea “e” - Declaração do profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção ao voo, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na região.	
Subitem 5.1.1, alínea “f” - Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que o projeto da instalação proposta atende a todas as exigências da regulamentação técnica em vigor aplicável à mesma.	
<p>Subitem 5.1.1, alínea “g” - Diagrama de irradiação horizontal da antena, com indicação do norte verdadeiro, e diagrama de irradiação vertical.</p> <p>* No caso de utilização de inclinação de lóbulo principal superior a 5° e/ou de preenchimento de nulos superior a 10%, deverá ser apresentada declaração do fabricante de que tem condições de fornecer a antena com as características propostas.</p>	
Subitem 5.1.1, alínea “h” - Plantas ou cartas topográficas, em escala adequada, onde deverão estar traçadas as figuras geométricas que limitam as áreas abrangidas pelos contornos de serviço.	

<p>Subitem 5.1.1, alínea “i” - ART referente ao projeto apresentado, devidamente preenchida, assinada e com comprovante de pagamento.</p>	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “c” - Cópia de certificação do(s) equipamento(s) transmissor(es), caso a entidade já o(s) tenha definido.</p>	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “e” - Croquis das instalações de campo, em escala adequada, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> * casa do transmissor ou retransmissor; * antena e sua estrutura de sustentação; * altura do centro de irradiação da antena em relação à base da estrutura de sustentação (solo); e * altitude da base da estrutura de sustentação (solo) sobre o nível do mar. 	

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DAS TRANSMISSÕES EM CASO DE INTERFERÊNCIAS
CAUSADAS PELA ESTAÇÃO

Eu, _____
(nome do representante legal), na qualidade de representante legal da entidade _____ (razão social da entidade), declaro que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interrompereei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(assinatura do representante da entidade)

ANEXO III-A
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE AERÓDROMOS NA LOCALIDADE

Declaro, de acordo com a regulamentação vigente, que não existe aeródromo _____/____ (na localidade/UF), onde a instalação proposta no projeto de aprovação de local da instalação da estação da _____ (razão social da entidade) possa causar qualquer tipo de interferência prejudicial.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)

ANEXO III-B
DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO A AERÓDROMOS

Declaro, em atendimento às normas vigentes, que a instalação proposta para o projeto de aprovação de local da estação da _____
_____ (razão social da entidade) na (localidade/UF) não
excede os gabaritos da zona de proteção dos aeródromos.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que o projeto de aprovação de local da estação da _____
_____ (razão social da entidade) na _____/____ (localidade/UF)
atende à regulamentação aplicável ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 25/07/2017, às 16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2035955** e o código CRC **938DE4DB**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 31056/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.044168/2012-35 - N° SEI: 2035955



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste
70044-900 – Brasília – DF
2027-6890

Ofício nº 31056/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Cultural Terra dos Inhamuns.

Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambeba.

CEP: 60822-325 / Fortaleza – CE.

Assunto: **Apresentação do projeto técnico de instalação da estação (locais e equipamentos)**
- Processo nº 53000.044168/2012-35.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para lembrá-lo do prazo de quatro meses, contados a partir do dia 18/04/2017, data em que foi publicado no Diário Oficial da União o Extrato de Contrato referente à execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, com utilização do canal 286E (Duzentos e Oitenta e Seis Educativo), para a submissão do projeto técnico de instalação da estação (pertinente a locais e equipamentos) à aprovação do Ministério das Comunicações.

2. Informo que a não apresentação do referido projeto poderá ensejar no decaimento ao direito de contratação, nos termos da legislação em vigor.

3. Informo ainda que os formulários padronizados, bem como os modelos de declarações, listados em anexo, encontram-se à disposição no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações na Internet: <http://www.mcti.gov.br>.

4. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

26/07/2017 08:54

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www2.mcti.gov.br/index.php/sei/cadsei>.

ANEXO I

LISTA DE DOCUMENTOS E REQUISITOS TÉCNICOS PARA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO (REFERENTE A LOCAIS E EQUIPAMENTOS) PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS - FME:

PROJETO TÉCNICO - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.1, alínea “a” - Requerimento firmado pelo representante legal da entidade, solicitando a análise das características técnicas propostas, bem como a emissão da correspondente autorização para a instalação da estação.	
Subitem 5.1.1, alínea “b” - Formulário padronizado FMC01 (FM) - “Formulário de Informações Técnicas FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	
Subitem 5.1.1, alínea “c” - Formulário padronizado FMC02 (FM) - “Formulário	

para Estudo Técnico FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	
Subitem 5.1.1, alínea “d” - Declaração do responsável legal pela entidade de que interromperá suas transmissões, em casos de interferências em estações de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.	
Subitem 5.1.1, alínea “e” - Declaração do profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção ao voo, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na região.	
Subitem 5.1.1, alínea “f” - Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que o projeto da instalação proposta atende a todas as exigências da regulamentação técnica em vigor aplicável à mesma.	
<p>Subitem 5.1.1, alínea “g” - Diagrama de irradiação horizontal da antena, com indicação do norte verdadeiro, e diagrama de irradiação vertical.</p> <p>* No caso de utilização de inclinação de lóbulo principal superior a 5° e/ou de preenchimento de nulos superior a 10%, deverá ser apresentada declaração do fabricante de que tem condições de fornecer a antena com as características propostas.</p>	
Subitem 5.1.1, alínea “h” - Plantas ou cartas topográficas, em escala adequada, onde deverão estar traçadas as figuras geométricas	

que limitam as áreas abrangidas pelos contornos de serviço.	
Subitem 5.1.1, alínea “i” - ART referente ao projeto apresentado, devidamente preenchida, assinada e com comprovante de pagamento.	
Subitem 5.1.2, alínea “c” - Cópia de certificação do(s) equipamento(s) transmissor(es), caso a entidade já o(s) tenha definido.	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “e” - Croquis das instalações de campo, em escala adequada, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> * casa do transmissor ou retransmissor; * antena e sua estrutura de sustentação; * altura do centro de irradiação da antena em relação à base da estrutura de sustentação (solo); e * altitude da base da estrutura de sustentação (solo) sobre o nível do mar. 	

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE INTERRUÇÃO DAS TRANSMISSÕES EM CASO DE
INTERFERÊNCIAS CAUSADAS PELA ESTAÇÃO

Eu, _____
(nome do representante legal), na qualidade de representante legal da entidade

(razão social da entidade), declaro que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interrompereei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

(assinatura do representante da entidade)

ANEXO III-A
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE AERÓDROMOS NA LOCALIDADE

Declaro, de acordo com a regulamentação vigente, que não existe aeródromo
_____/_____(na localidade/UF), onde a instalação proposta no projeto de aprovação de
local da instalação da estação da _____
_____(razão social da entidade) possa causar
qualquer tipo de interferência prejudicial.

_____, ____ de _____ de _____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)

ANEXO III-B
DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO A AERÓDROMOS

Declaro, em atendimento às normas vigentes, que a instalação proposta para o projeto de aprovação de local da estação da _____ (razão social da entidade) na (localidade/UF) não excede os gabaritos da zona de proteção dos aeródromos.

_____, _____ de _____ de _____
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que o projeto de aprovação de
local da estação da _____
_____ (razão social da entidade) na _____ / _____ (localidade/UF)
atende à regulamentação aplicável ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 25/07/2017, às 16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2035955** e o código CRC **938DE4DB**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 31056/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.044168/2012-35 - Nº SEI: 2035955

Dados do Processo

Processo: 53000.044168/12
UF: CE **Localidade:** ACOPIARA
Distrito:
Lote: 0 **Port. Cons. Pública:**
CNPJ: 11.753.160/0001-28 **Fistel:**
Entidade: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
Anexos:
53000.056947/13

Endereço para Correspondência

UF: CE **Localidade:** TAUÁ
Endereço:
Bairro: CENTRO **CEP:** 63660-000
Representante Legal: MARLOS COSTA DE ANDRADE **FoneContato:**
End. Representante Legal:
Tipo de Serviço: FME **Canal:** 286-
Carater do Serviço: **Mod. do Serviço:**
Rede: **Cadastro:** 1
Assunto: AVISO DE HABILITAÇÃO
Local do Processo: SDEDU **Caixa:** SDEDU
Situação: 206 - PROCESSO AGUARDANDO ANÁLISE
Nº do Ato:
Data Ato: 01/01/1900 **Data DOU:** 01/01/1900
Observações
APENSO AO PROCESSO MÃE:53000.046334/2012-38

Ofícios Exigências e Indeferimento

Não há ofícios exigências e indeferimento cadastrados!

Parecer do Analista[Imprimir](#)[Fechar](#)



Dados de Contato

Setor	TV, RADIO E GRAVADORAS
CNPJ	11.753.160/0004-70
Atividade Primária (CNAE)	ATIVIDADES DE RÁDIO
Fundação	05/09/2012
Localização	ACOPIARA - CE
Endereço	AV PEDRO ALVES , 410,
CEP	63.560-000

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

SIGNATÁRIO: SEI-MC
ÁREA DE ANÁLISE: COLEC /CGEC/DECEF/SERED
Nº DO OFÍCIO: 31056/2017/SEI 25/07/2017
Nº DO PROCESSO : 53000.044168/2012-35
DESTINATÁRIO: Fundação Cultural Terra dos Inhamuns
ENDEREÇO : Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N - Cambeba
CEP : 60822-325 FORTALEZA-CE
INFO: APROVAÇÃO DE LOCAL

26/07/2017

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

**DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION**

**CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION**

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

**Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR**

**RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT**

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JR 32766461 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

01 AGO 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

BRASÍLIA-BS

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ /	/ /	/ /
:	h	:
h	:	h
:	h	:
h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 3º Andar, Ala Oeste, 70044-900
Brasília-DF

--	--	--	--	--	--	--	--



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Correios
R\$ 1
01.08.17-18
AGE VIA P001

SIGNATÁRIO: SEI-MC 26/07/2017
ÁREA DE ANÁLISE: COLEC /CGEC/DECEF/SERED
Nº DO OFÍCIO: 31056/2017/SEI 25/07/2017
Nº DO PROCESSO : 53000.044168/2012-35
DESTINATÁRIO: Fundação Cultural Terra dos Inhamuns
ENDEREÇO : Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N - Cambéa
CEP : 60822-325 FORTALEZA-CE
INFO: APROVAÇÃO DE LOCAL

AO REMETENTE

03 AGO 2017



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR ☐ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg) 0,040

JR 32766461 1 BR

X endereço nupiente
da 114
indica
a secretaria

Mat. 8.179.617-0
Naury

Naury
Mat. 8.179.617-0

REMETENTE: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO: Brasília-DF

**ILMA. SR^a SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO
DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.**

Assunto: Encaminha Projeto de Aprovação de Instalação da
Estação e Utilização de Equipamentos.

Processo nº 53900.044168/2012-35

**FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA
DOS INHAMUNS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.753.160/0001-
28, vimos, pela presente, através do seu Diretor – Presidente, infra-
assinado, encaminhar o Projeto de instalação da estação em
Frequência Modulada (F.M.), caráter exclusivamente educativo, no
município de Acopiara, Estado do Ceará, bem como utilização dos
equipamentos, conforme disposição ínsita no Despacho Ministerial
Adjudicatório nº 418, publicado no Diário Oficial da União, edição de
18/04/2017, Seção 1, página 6.

Acopiara (CE), 02 de Agosto de 2.017.

Termos em que
Esperamos Deferimento.

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS



MARLOS COSTA DE ANDRADE

Diretor - Presidente

MEMÓRIA DESCRITIVA

1. Introdução:

1.1 Identificação da Entidade:

Razão Social:	Fundação Cultural Terra dos Inhamuns
CNPJ:	11.753.160/0001-28
Endereço correspondência:	Rua Coronel Lourenço Feitoria, 231 – Centro, Tauá/CE, CEP 63.660-000

1.2 Características do Canal no PBFM:

Canal:	286E
Classe:	C
Frequência:	105,1
Local:	Acopiara/CE

1.3 Localização da estação Transmissora:

Logradouro:	Rodovia CE 371 – KM 01, S/N - Sítio Tigresinho, Acopiara/CE, CEP 63560-000
Coordenadas:	06° 05' 33,20" W 39° 27' 49,00" W
Cota:	326

1.4 Localização do Estúdio Principal:

Logradouro:	Rua Manoel Galdino de Oliveira, nº 434 – Centro, Acopiara/CE, CEP 63560-000
-------------	---

2. Características do Equipamento:

2.1 Transmissor Principal:

Fabricante:	Auad Correa Equipamentos Eletrônicos - Teletronix
Modelo:	SP1000 ágil
Potência do Transmissor:	1000 W
Potência de Operação:	300 W
Certificação:	00248-03-00528



2.2 Sistema Irradiante:

Fabricante:	IFTELECOM
Modelo:	IFFMC-2-105,1
Tipo:	Anel Circular
Ganho:	0,00 dBd
Polarização:	Circular
Azimute:	260°

2.3 Linha de Transmissão:

Fabricante:	Radio Frequency Systems
Tipo:	LCF78-50JA-A0
Atenuação:	1,18 dB/100m
Impedância:	50 ohms
Comprimento:	50 m
Atenuação no Cabo:	0,590 dB
Outras Atenuações:	0,5 dB
Atenuação Total:	1,090 dB
Eficiência Total:	77,8 %

3. Torre:

A torre é estaiada de 45 m de altura e o centro irradiante do sistema está a 40 m da base da torre.

4. Potência Efetiva Irradiada Máxima (ERP_{MÁX.}):

$$ERP_{MÁX.} = P_T \times G_{MÁX.} \times n = 0,3 \times 1,00 \times 0,778 = 0,233 \text{ kW}$$

P_T -> potência de operação

$G_{MÁX.}$ -> ganho máximo do sistema irradiante, em vezes

n -> eficiência da linha de transmissão

mp

5. Potência ERP nas Radiais

Azimute	NMT (m)	HSNMT (m)	E/E _{MAX.}	(E/E _{MAX.}) ²	Potência Proposta (kW)	Potência Proposta (dBk)	C1 (74dBμ)	C2 (66dBμ)	C3 (54dBμ)
0°	349	17	1,000	1,0000	0,233	-6,326	2,325	4,023	8,168
30°	346	20	0,990	0,9801	0,228	-6,421	2,433	4,242	8,664
60°	355	11	0,960	0,9216	0,215	-6,676	1,999	3,381	6,790
90°	315	51	0,960	0,9216	0,215	-6,676	3,428	6,207	12,971
120°	332	34	0,950	0,9025	0,210	-6,778	2,896	5,170	10,767
150°	303	63	0,930	0,8649	0,202	-6,946	3,667	6,700	14,060
180°	309	57	0,920	0,8464	0,197	-7,055	3,488	6,357	13,363
210°	313	53	0,950	0,9025	0,210	-6,778	3,459	6,274	13,131
240°	356	10	0,960	0,9216	0,215	-6,676	1,945	3,280	6,556
270°	372	-6	0,960	0,9216	0,215	-6,676	1,945	3,280	6,556
300°	432	-66	0,980	0,9604	0,224	-6,498	1,970	3,316	6,620
330°	392	-26	1,000	1,0000	0,233	-6,326	1,995	3,352	6,683
Valores Médios	-	18.17	-	-	0,216	-	-	4,63	-

Em anexo, as declarações, formulários, diagramas de irradiação, e ART etc.

6. Profissional Habilitado:

Nome: Yaskara Maria Grangeiro Vieira
 Profissão: Engenheira Eletricista
 CREA: CE 11.971-D
 Endereço: Rua Mariana Furtado Leite, 1045 – Apt 201 – Torre Sunrise, Eng. Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, CEP 60.811-030
 Fone: (85) 99983-0070

Fundação Cultural Terras dos Inhamuns

CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO I

Formulário de Informações Técnicas – FM – FMC 01

quels



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS - FM

FMC 01

1 - SERVIÇO PRINCIPAL

Código: 230 SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

a) Assinalar a solicitação de interesse:

- ☒ Solicitação inicial de análise de Projeto de Instalação da Estação e Utilização de Equipamentos
☐ Solicitação de alteração das características técnicas anteriormente pleiteadas ou aprovadas

1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE (Preenchimento obrigatório)

RAZÃO SOCIAL

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

11.753.160/0001-28

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

1.2 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA (Preenchimento obrigatório)

LOGRADOURO

RUA CORONEL LOURENÇO FEITOSA, 231

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

TAUÁ

UF

CE

CEP

63.660-000

FONE

-

FAX

-

E-MAIL

1.3 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOGRADOURO

RODOVIA CE 371 - KM 01, S/N - SÍTIO TIGRESINHO

BAIRRO

ZONA RURAL

CIDADE

ACOPIARA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

CE

CEP

63.560-000

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

06° 05' 33.20" S

39° 27' 49.00" W

1.4 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

LOGRADOURO

RUA MANOEL GALDINO DE OLIVEIRA, 434

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

ACOPIARA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

CE

CEP

63.560-000

1.5 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO AUXILIAR

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

CEP

-

1.6 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

CANAL

286

C/E

E

CLASSE

C

FREQUÊNCIA PORTADORA

105,1

MHz

POLARIZAÇÃO

☐ V

☒ C

☐ E

C_{BT}

326

metros

H_{Cl (P)}

40,0

metros

H_{Cl (A)}

,

metros

H_T

45,0

metros

FMC 01 (FM)

2 - SERVIÇO AUXILIAR DE RADIODIFUSÃO E CORRELATOS (*)

a) Assinalar a solicitação de interesse:

- ☐ Solicitação inicial de análise de Projeto de Instalação da Estação e Utilização de Equipamentos
- ☐ Solicitação de alteração das características técnicas anteriormente pleiteadas ou aprovadas

b) Assinalar a modalidade de serviço pretendida:

Código	MODALIDADE
<input type="checkbox"/> 251	Ligação para Transmissão de Programas
<input type="checkbox"/> 252	Reportagem Externa
<input type="checkbox"/> 253	Comunicação de Ordens Internas
<input type="checkbox"/> 254	Telecomando
<input type="checkbox"/> 255	Telemedicação

OUTROS MEIOS:

(*) Caso a entidade tenha interesse na execução do SERVIÇO AUXILIAR DE RADIODIFUSÃO E CORRELATOS (SARC), deverão também ser encaminhados os formulários pertinentes ao serviço: “FMC 09 (SARC)”, “FMC 10 (SARC – estação/Frequência)”, “FMC 11 (SARC – Diagrama de Ligação de Rede)” e “FMC 12 (SARC – Descrição do Sistema)”.

LEGENDA:

C/E	Comercial/Educativo.
GTMAX	Ganho máximo do sistema irradiante.
C _{BT}	Cota da base da torre em relação ao nível do mar.
H _{CI (P)}	Altura do centro de irradiação do sistema irradiante principal em relação à base da torre.
H _{CI (A)}	Altura do centro de irradiação do sistema irradiante auxiliar em relação à base da torre.
H _T	Altura física da estrutura de sustentação dos sistemas irradiantes com relação à sua base.



PRINCIPAL
FABRICANTE

MODELO	POT. DE OPERAÇÃO	CERTIFICAÇÃO (Anexar cópia)
SP1000 ÁGILE	0,300 kW	00248-03-00528

AUXILIAR
FABRICANTE

MODELO	POT. DE OPERAÇÃO	CERTIFICAÇÃO (Anexar cópia)
	kW	

FABRICANTE

MODELO	BEAM-TILT		G _{TMAX}	AZIMUTE DO 0° DA ANTENA	
IFFMC-2-105,1	0,0	°	0,00	dBd	260 °

FABRICANTE

MODELO	COMPRIMENTO (L)	IMPED. CARAC	ATENUAÇÃO (A _t)
LCF78-50JA-A0	50,0 metros	50,0 Ohms	1,180 dB/100m

NOME COMPLETO

REG.CREA	ENDEREÇO
CE 11.971-D	RUA MARIANA FURTADO LEITE, 1045 – APT 201 – TORRE SUNRISE

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)	BAIRRO
	ENG. LUCIANO CAVALCANTE

CIDADE	UF
FORTALEZA	CE

CEP	FONE	FAX
60.811-030	85 99983-0070	-

E-MAIL
YASKARAMARIA1@GMAIL.COM

LOCAL	DATA
ACOPIARA/CE	01/08/2017

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO OU DO REPRESENTANTE LEGAL

Yucca Glauca

[illegible]

(USO INTERNO)



República Federativa do Brasil
Agência Nacional de Telecomunicações

Certificado de Homologação (Intransferível)

Nº **00248-03-00528**

Validade: Indeterminada

Emissão: 07/01/2015

Fabricante:

AUAD-CORREA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.
PRACA DA PIRAMIDE, 175 NºS/N ARCO-IRIS
37540000 SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG
BRASIL

Este documento homologa, nos termos da regulamentação de telecomunicações vigente, o Certificado de Conformidade nº TEL II - 174, emitido pelo ACTA - SUPERVISÃO TÉCNICA INDEPENDENTE. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação de telecomunicações.

Tipo - Categoria:

Transmissor de Radiodifusão Sonora em FM - II

Modelo - Nome Comercial (s):

SP 50 ágil - (SP 50 ágil) / SP 100 ágil - (SP 100 ágil) / SP 200 ágil - (SP 200 ágil) / SP 300 ágil - (SP 300 ágil) / SP 500 ágil - (SP 500 ágil) / SP 1000 ágil - (SP 1000 ágil) / SP 2000 ágil - (SP 2000 ágil) / SP 3000 ágil - (SP 3000 ágil) / SP 4000 ágil - (SP 4000 ágil) / SP 5000 ágil - (SP 5000 ágil) / SP 6000 ágil - (SP 6000 ágil) / SP 7000 ágil - (SP 7000 ágil) / SP 8000 ágil - (SP 8000 ágil) / SP 9000 ágil - (SP 9000 ágil) / SP 10000 ágil - (SP 10000 ágil) / SP 11000 ágil - (SP 11000 ágil) / SP 12000 ágil - (SP 12000 ágil) / SP 20000 ágil - (SP 20000 ágil) / SP 24000 ágil - (SP 24000 ágil) / SP 30000 ágil - (SP 30000 ágil) / SP 36000 ágil - (SP 36000 ágil) / SP 40000 ágil - (SP 40000 ágil) / SP 48000 ágil - (SP 48000 ágil)

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,8 a 108,0	48.000,0	180KF3E 256KF8E 300K

Potência máxima redutível até: 10Watts.

SP 50 ágil - 50 Watts; SP 100 ágil - 100 Watts; SP 200 ágil - 200 Watts; SP 300 ágil - 300 Watts; SP 500 ágil - 500 Watts; SP 1000 ágil - 1000 Watts; SP 2000 ágil - 2000 Watts; SP 3000 ágil - 3000 Watts; SP 4000 ágil - 4000 Watts; SP 5000 ágil - 5000 Watts; SP 6000 ágil - 6000 Watts; SP 7000 ágil - 7000 Watts; SP 8000 ágil - 8000 Watts; SP 9000 ágil - 9000 Watts; SP 10000 ágil - 10000 Watts; SP 11000 ágil - 11000 Watts; SP 12000 ágil - 12000 Watts; SP 20000 ágil - 20000 Watts; SP 24000 ágil - 24000 Watts; SP 30000 ágil - 30000 Watts; SP 36000 ágil - 36000 Watts; SP 40000 ágil - 40000 Watts; SP 48000 ágil - 48000 Watts;

Observações

- Na sua utilização o produto deve estar ajustado na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente.
- Este certificado substitui o de mesmo número emitido em 11/07/2014.

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos da regulamentação de telecomunicações, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente de Certificação e Numeração

Fundação Cultural Terras dos Inhamuns

CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO II

Formulário para Estudo Técnico – FM – FMC 02





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO PARA ESTUDO TÉCNICO - FM

FMC 02

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE (Preenchimento obrigatório)

RAZÃO SOCIAL

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CNPJ

11.753.160/0001-28

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

2 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

LOCALIDADE

ACOPIARA

UF

CE

3 – PERDAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (P_D)

Comprimento da linha (L): 50 metros

Atenuação em 100 metros (A_L): 1.18 dB

Perdas na linha ($P_L = L \cdot A_L$): 0.590 dB

Perdas acessórias (conectores e divisores) (P_C): 0.5 dB

Perdas totais na linha ($P_D = P_L + P_C$): 1.090 dB

Perdas na linha ($P_V = 10^{(0,1 \times P_D)}$): 1.285 vezes

Eficiência da linha ($E_F = 1 / P_V$): 0.778

4 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA (ERP_{MAX})

$ERP_{MAX} = P_T \times G_{T(MAX)} \times E_F = 0.3 \times 1.000 \times 0.778 = 0.233$ kW

P_T : Potência de operação do transmissor, em kW.

$G_{T(MAX)}$: Ganho máximo do sistema irradiante, em vezes ($G_{T(MAX)}(\text{vezes}) = 10^{(0,1 \times G_{T(max)}(\text{dBd}))}$).

E_F : Eficiência da linha de transmissão.

5 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP_{AZ})

AZIMUTES (radiais (em graus) (1)	NMT (m) (2)	HSNMT (m) (3)	$(\frac{EH}{E_{max}})^2$ (4)	$(\frac{EV}{E_{max}})^2$ (5)	$(\frac{E}{E_{max}})^2$ (6)	ERP_{AZ} (kW) (7)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 74 dBμ (km) (8)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 66 dBμ (km) (9)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 54 dBμ (km) (10)
0	349	17	-	-	1,0000	0,233	2,325	4,023	8,168
30	346	20	-	-	0,9801	0,228	2,433	4,242	8,664
60	355	11	-	-	0,9216	0,215	1,999	3,381	6,790
90	315	51	-	-	0,9216	0,215	3,428	6,207	12,971
120	332	34	-	-	0,9025	0,210	2,896	5,170	10,767
150	303	63	-	-	0,8649	0,202	3,667	6,700	14,060
180	309	57	-	-	0,8464	0,197	3,488	6,357	13,363
210	313	53	-	-	0,9025	0,210	3,459	6,274	13,131
240	356	10	-	-	0,9216	0,215	1,945	3,280	6,556
270	372	-6	-	-	0,9216	0,215	1,945	3,280	6,556
300	432	-66	-	-	0,9604	0,224	1,970	3,316	6,620
330	392	-26	-	-	1,0000	0,233	1,995	3,352	6,683
Valores médios		18.17				.216		4.63	

OBS.: Identificar com asterisco (*) as radiais de interferência, que não deverão ser consideradas no cálculo dos valores médios.
As colunas (4) e (5) só deverão ser utilizadas no caso de existência de beam-tilt.

Handwritten signature

FMC 02 (FM)

6 – INCLINAÇÃO DO FEIXE PRINCIPAL (BEAM-TILT)

Beam-Tilt = 0,0 graus

7 - DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME COMPLETO

YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA

REG.CREA

CE 11.971-D

ENDEREÇO

RUA MARIANA FURTADO LEITE, 1045 – APT 201 – TORRE SUNRISE

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

ENG. LUCIANO CAVALCANTE

CIDADE

FORTALEZA

UF

CE

CEP

60.811-030

FONE

85 99983-0070

FAX

-

E-MAIL

YASKARAMARIA1@GMAIL.COM

LOCAL

ACOPIARA/CE

DATA

01/08/2017

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO OU DO REPRESENTANTE LEGAL

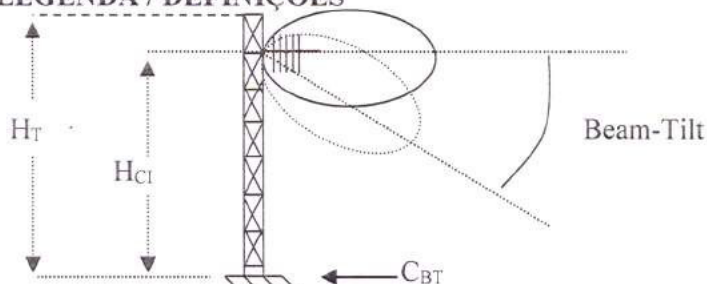
Yaskara Grangeiro

8 – DISTÂNCIAS AO CONTORNO PROTEGIDO

Classe	E1	E2	E3	A1	A2	A3	A4	B1	B2	C
Distância (km)	78,0	66,0	54,0	40,0	36,0	31,0	24,0	16,0	12,0	7,0
Altura de referência sobre o nível médio da radial (m)	600	450	300	150	150	150	150	90	90	60

OBS.: Os azimutes são contados a partir do Norte Verdadeiro, no sentido horário.

9 – LEGENDA / DEFINIÇÕES



$$- H_{SNMT} = C_{BT} + H_{CI} - N_{MT}$$

- H_{SNMT} : Altura do centro geométrico do sistema irradiante, em relação ao nível médio do terreno, no azimute considerado.

- C_{BT} : Cota da base da torre em relação ao nível do mar.

- H_{CI} : Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação à base da torre.

- N_{MT} : Nível médio do terreno no azimute considerado.

- $\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$: Ganho do sistema irradiante no azimute considerado.

OBS.:
$$\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2 = \left(\frac{EH}{E_{max}}\right)^2 \times \left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2$$
$$\left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2 = 1, \text{ para inclinação do feixe principal (beam-tilt) } = 0^\circ$$

$$- ERP_{AZ} \text{ (potência proposta por azimute)} = ERP_{MAX} \times \left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$$

Yaskara

Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

D E C L A R A Ç Ã O

A **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**,
permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada,
localizada na cidade de Acopiara/CE, declara que interromperá a transmissão
até que sejam sanadas quaisquer interferências que venham a ser causadas
em outros serviços de telecomunicações e radiodifusão regularmente instalados
e licenciados, conforme Regulamento Técnico.

Acopiara/CE, 01 de agosto de 2017.


MARLOS COSTA DE ANDRADE
DIRETOR PRESIDENTE

Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO III

Declarações do Profissional Habilitado
Responsável pelo Projeto



Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

D E C L A R A Ç ã O

1) Declaro que o presente projeto para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, pertencente à **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, localizada na cidade de **Acopiara/CE**, atende a todas as exigências das Normas Técnicas em vigor aplicáveis à mesma.

2) Declaro, para os devidos fins, que, de acordo com o projeto técnico por mim elaborado, as emissões provenientes da estação da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada em **Acopiara/CE**, na frequência 105,1 MHz (canal 286), atendem ao Regulamento sobre Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos na Faixa de Frequência entre 9 kHz a 300 GHz, aprovado pela resolução da ANATEL nº 303, de 02/07/2002, publicada no DOU do dia 10 subsequente, baseados na publicação "**Guidelines for Limiting Exposure to Time-Varying Electric, Magnetic, and Electromagnetic Fields (up to 300 GHz)**", não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos.

3) Declaro que, conforme as Normas vigentes de proteção ao voo, não existem aeródromos na cidade de **Acopiara/CE** e nas regiões consideradas, onde a instalação proposta no presente projeto, para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, pertencente à **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, possa causar qualquer tipo de interferência prejudicial.


4) Declaro que, de acordo com a regulamentação vigente, o sistema irradiante da estação da **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, fica totalmente fora do cone de proteção das antenas transmissoras ou receptoras de micro-ondas que se encontram nas

Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

proximidades, isentando esta entidade da obrigação de apresentar declaração dos responsáveis por tais estações concordando com a instalação do sistema irradiante proposto.

Acopiara/CE, 01 de agosto de 2017.


YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA
CREA Nº CE 11.971-D
Eng^a. Eletricista



Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

LAUDO CONCLUSIVO

Declaro, sob minha inteira responsabilidade, que o Projeto da estação constante dos formulários em anexo, atende às exigências da(s):

- Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, publicada no D.O.U. de 27 de dezembro de 1966, alterada pelos Decretos Legislativos Nº 241 de 28 de fevereiro de 1967, n.º 620 de 11 de junho de 1969, pelo Decreto Nº 79.137 de 19 de janeiro de 1978, bem como pelas Leis n.º 6.619 de 19 de dezembro de 1978, Lei n.º 8.195 de 27 de junho de 1991 e Lei n.º 8.666 de 22 de junho de 1993;
- Lei n.º 6.442, de 26 de setembro de 1977, publicada no D.O.U. de 279 de setembro de 1977;
- Lei n.º 6.496, de 07 de dezembro de 1977, publicada no D.O.U. de 09 de dezembro de 1977;
- Portaria n.º 957/GC3, de 9 de julho de 2015;
- Diretrizes para Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos Variáveis no Tempo (Até 300 GHz), adotada pela ANATEL, em Reunião do Conselho Diretor de 15 de julho de 1999;
- Demais Legislações correlatas e pertinentes.

Nome: YASKARA MARIA GRANGEIRA VIEIRA
Profissão: Engenheira Eletricista
CREA: CE 11.971-D
Endereço: Rua Mariana Furtado Leite, 1045 – Apt 201 – Torre Sunrise, Eng.
Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE, CEP 60.811-030
Fone: (85) 99983-0070

Acopiara/CE, 01 de agosto de 2017.


YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA
CREA Nº CE 11.971-D
Engª. Eletricista



Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO IV
Estudo Técnico da Estação no SIGAnatel



Analógico/Digital: Analógico

Serviço: FM

Curva: UIT-1546

Canal: 286

Latitude: 06S053320

Longitude: 39W274900

HCl(m): 40

Pot. TX (KW): 0,3

G Max SI(dBd): 0

Comp.Linha-L(m): 50

Demais Perdas(dB): 0,5

Atenuação(dB/100m): 1,18

Município: Acopiara - CE

Cbt(m): 326

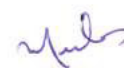
Eficiência: 0,778

Erp máx(KW): 0,233

Campo Protegido(dBµV/m): 66,000

Intervalo Radiais: 30

Azimuth	NMT	HNMT	E/E _{max}	(E/E _{max})²	ERP _{Az} (kW)	ERP _{60m} (kW)	C Prot(km)	C1(km)	C2(km)	C3(km)	Legenda
0	349	17	1,000	1,000	0,233	0,045	4,026	2,327	4,026	8,175	0%-100%
30	346	20	0,990	0,980	0,228	0,052	4,246	2,435	4,246	8,672	0%-100%
60	355	11	0,960	0,922	0,215	0,027	3,384	2,001	3,384	6,796	0%-100%
90	315	51	0,960	0,922	0,215	0,169	6,207	3,428	6,207	12,971	0%-100%
120	332	34	0,950	0,902	0,210	0,095	5,171	2,896	5,171	10,768	0%-100%
150	304	62	0,930	0,865	0,202	0,212	6,650	3,641	6,650	13,957	0%-100%
180	309	57	0,920	0,846	0,197	0,183	6,357	3,488	6,357	13,363	0%-100%
210	313	53	0,950	0,902	0,210	0,175	6,274	3,459	6,274	13,131	0%-100%
240	356	10	0,960	0,922	0,215	0,025	3,283	1,946	3,283	6,562	0%-100%
270	372	-6	0,960	0,922	0,215	0,025	3,283	1,946	3,283	6,562	0%-100%
300	431	-65	0,980	0,960	0,224	0,025	3,319	1,971	3,319	6,626	0%-100%
330	392	-26	1,000	1,000	0,233	0,026	3,355	1,996	3,355	6,688	0%-100%



Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO V
Características



Projeto de Instalação de Radiodifusão (FM e TV) - 15/03/2016

☐ Importa dados gravados ☐ Grava dados de entrada

Localidade (Área de Prestação do Serviço)

UF

Acopiara

CE

Serviço: ☒ FM ☐ TV ☐ RTV ☐ TVD ☐ RTVD ☐ Aux ☐ RTVD ☐ Refeçador

RTV Sec RTVD/ RTVD Refeçador

Curvas: ☐ FCC ☒ Rec 1546

Características do canal no Plano

Canal 286

Frequência (MHz) 105.1

Classe C

Características de Instalação

Latitude

06 05 33.20 S

Longitude

39 27 49.00 W

Pot Tx (kW) 0.3

Hc(m) 40

Cbl(m) 326

Sistema irradiante

Fabricante

HF Telecom

Modelo

Anel Circular

Genêr(GB) 0

Az orientação 260

☐ Insere novo diagrama horizontal

Beam: 0.0

Evefemáx 1.000

Letra de Transmissão

Comprimento (m) 50

Atenuação/100m (dB) 1.18

Perda do cabo (dB) 0.590

Perda adicionais (dB) 0.5

Perda total (dB) 1.090

Perda total (vezes) 1.285

Eficiência 0.778

ERPmax (kW) 0.233

Seleção de azimutes: ☒ 30 em 30 graus ☐ 15 em 15 graus

Recalcula

O SENHOR é o meu pastor nada me faltará. Ele me faz descansar em pastos verdes e me leva a águas tranquilas. O SENHOR renova as minhas forças e me guia por caminhos certos como ele mesmo prometeu. (Salmos 23:1-4)



Telecomunicações

Azm NMT HSNMT E/Emax ERP Rad ERP Eq C1(74) Cp(66) C3(54)

Projeto de Instalação de Radiodifusão (FM e TV)

Azm	NMT	HSNMT	E/Emax	ERP Rad	ERP Eq	C1(74)	Cp(66)	C3(54)
000	349	17	1.000	0.253	0.044	2.325	4.023	8.168
030	346	20	0.990	0.228	0.052	2.433	4.242	8.664
060	355	11	0.960	0.215	0.027	1.999	3.381	6.790
090	315	51	0.960	0.215	0.169	3.428	6.207	12.971
120	332	34	0.950	0.210	0.095	2.896	5.170	10.767
150	303	63	0.930	0.202	0.217	3.667	6.700	14.060
180	309	57	0.920	0.197	0.183	3.488	6.357	13.363
210	313	53	0.950	0.210	0.175	3.459	6.274	13.131
240	356	10	0.960	0.215	0.025	1.945	3.280	6.556
270	372	-6	0.960	0.215	0.025	1.945	3.280	6.556
300	432	-66	0.980	0.224	0.025	1.970	3.316	6.620
330	392	-26	1.000	0.233	0.026	1.995	3.352	6.683

18.17

216

463

☐ Calcula contornos adicionais

☒ Importa dados do Responsável Técnico

☐ Importa dados da Entidade

Méda

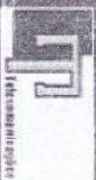
Preenche Formulário de Informações Técnicas

Preenche Formulário de Estudo Técnico

Cria Arquivo Google Earth

Se desejar, selecione outros azimutes

Confirma Seleção



Telecomunicações

Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO VI

Especificações Técnicas dos Demais Equipamentos a
serem Utilizados



ANTENA ANEL FM CIRCULAR

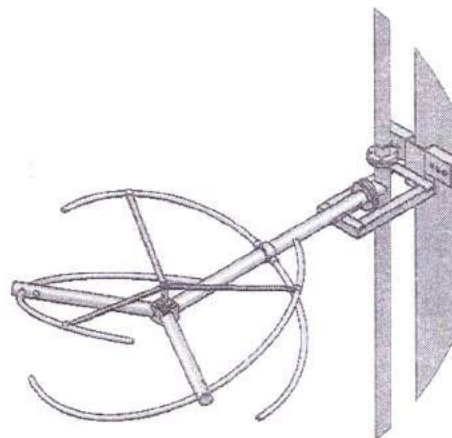


Características

Antena de FM polarização circular faixa 88 a 108 MHz
Diagrama omnidirecional em polarização circular
Montagem em topo ou lateral de torre
Variada gama de potência de entrada e ganhos

Especificações:

Potência Max elemento	2,5 Kw em EIA 7/8" ou 5 Kw em EIA 1-5/8"
Ganho	Vide tabela
Faixa de Frequência	FM 88 até 108
Polarização	Circular direita
Circularidade	< 1,8 dB
Diagrama vertical	Tilt e null fill opcional (consultar)
Impedância de entrada	50 ohms
VSWR Max no canal	1,1 : 1
Conector de entrada	Conector N - Fêmea / Macho, EIA 7/8", 1-5/8", 3-1/8", 4-1/16"
Dimensões e esforços	Vide tabela
Velocidade Max vento	180 Km/h
Pressurização	Plena para conectores de entrada EIA (Max 10 PSI)
Aterramento	Através da estrutura da antena



Características Construtivas

Material Empregado.

Estrutura da antena em Latão / cobre
Fixadores em aço inox e isoladores em PTFE
Conector de entrada em latão com contatos internos banhados em prata
Estrutura de sustentação em aço galvanizado a quente

Montagem:

Fornecida com suportes padronizados compatíveis com tubos de 3,5" a 10" pol. em aço galvanizado a quente, ou suportes fabricados sob medida. (consulte).

Acabamento:

Pintura com fundo anti-corrosivo e tinta na cor branca.

Acessórios:

Divisores de potência simétricos ou assimétricos em latão/cobre com contatos internos banhados em prata.

Embalagem:

Acomodados em engradados de madeira de reflorestamento, juntamente com os demais itens do sistema.

Modelo:

IFFMC - (Nº NÍVEIS.) - (FREQUÊNCIA) - (POTÊNCIA)

1,2,3,4,5,6

88 até 108

em Kilowatt

ANTENA ANEL FM CIRCULAR

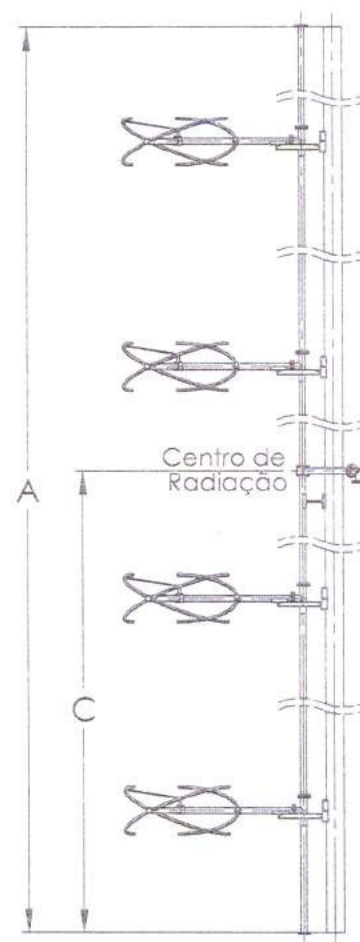


Características mecânicas							
Frequência	Medida	Modelo					
		IFFMC-1	IFFMC-2	IFFMC-3	IFFMC-4	IFFMC-5	IFFMC-6
88 a 90	A	1652	4955	8258	11562	14865	18169
	C	826	2478	4129	5781	7433	9084
	P*	19	47	70	95	120	150
91 a 93	A	1598	4793	7989	11185	14380	17576
	C	799	2397	3995	5592	7190	8788
	P*	19	46	69	93	116	147
94 a 96	A	1547	4642	7737	10832	13926	17021
	C	774	2321	3868	5416	6963	8511
	P*	18	45	67	90	114	143
97 a 99	A	1500	4500	7500	10500	13500	16500
	C	750	2250	3750	5250	6750	8250
	P*	18	43	65	87	112	140
100-102	A	1455	4366	7277	10188	13099	16010
	C	728	2183	3639	5094	6550	8005
	P*	17	40	63	85	110	138
103-105	A	1413	4240	7067	9894	12721	15548
	C	707	2120	3534	4947	6361	7774
	P*	17	39	60	83	107	135
106-108	A	1374	4121	6869	9617	12364	15112
	C	687	2061	3435	4808	6182	7556
	P*	16	37	58	80	105	130

*(P) Peso em Kg

Ganho* por modelo						
	Modelo					
	IFFMC-1	IFFMC-2	IFFMC-3	IFFMC-4	IFFMC-5	IFFMC-6
Ganho	0.47	1.00	1.58	2.2	2.69	3.28

* Ganho em vezes sob dipolo de meia onda



Variações de alimentação

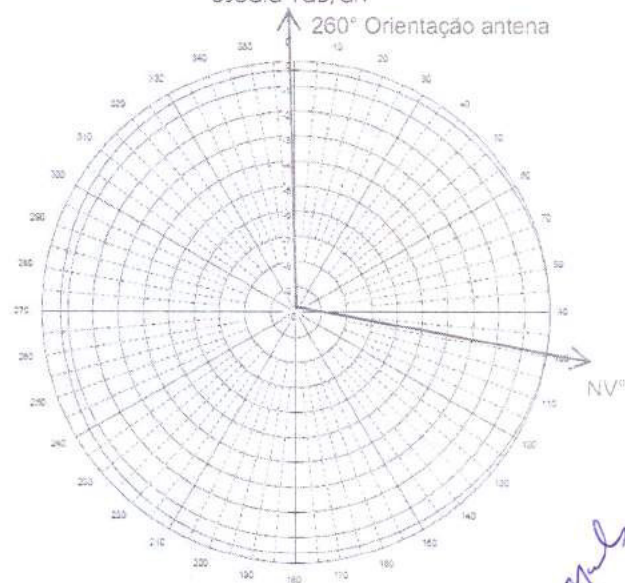
Os sistemas podem ser fornecidos alimentados com linhas rígidas ou divisor e cabos coaxiais, dependendo do projeto.

Antenas especificadas com "tilt" e ou "null-fill" alimentadas com linhas rígidas utiliza-se alimentação central (AC).

Antenas com diagrama vertical padrão alimentadas com linhas rígidas, utiliza-se alimentação inferior (AI).

Diagrama Horizontal

escala 1dB/div

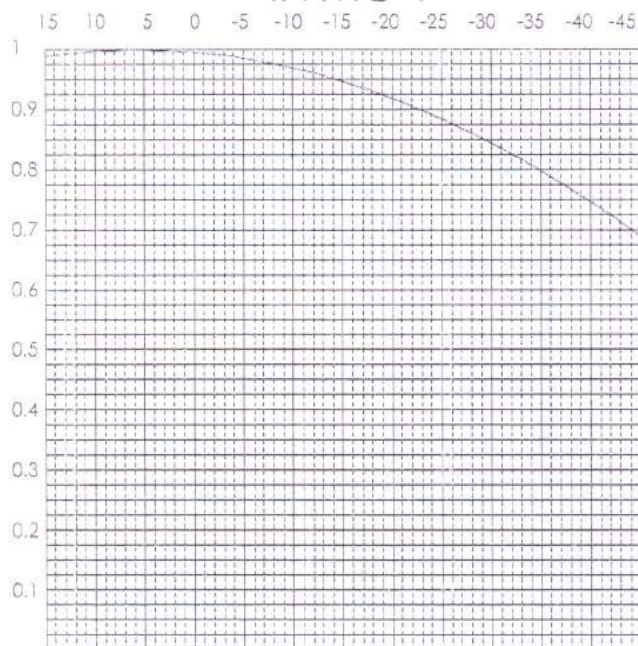


ANTENA ANEL FM CIRCULAR

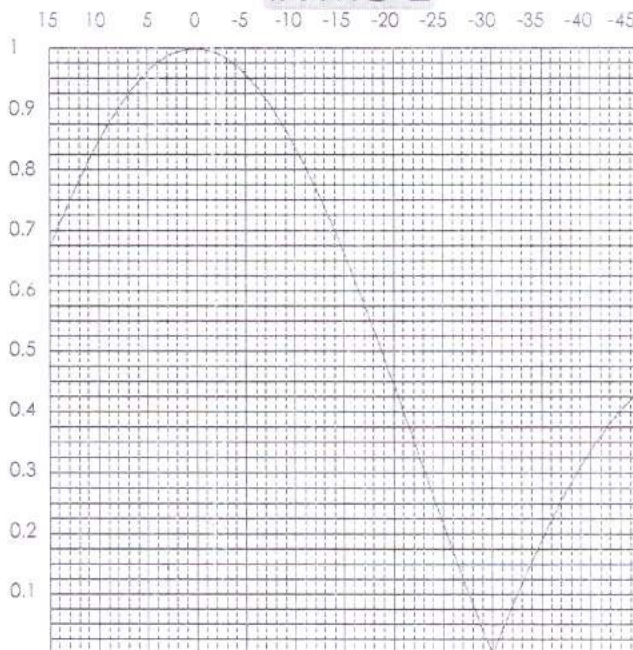
Diagramas de radiação vertical
escala E/Emáx



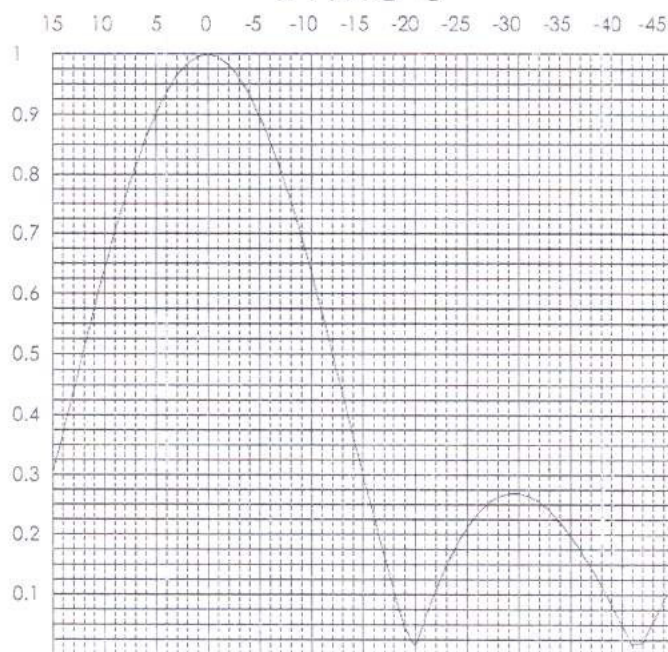
IFFMC-1



IFFMC-2



IFFMC-3



Handwritten signature or initials.

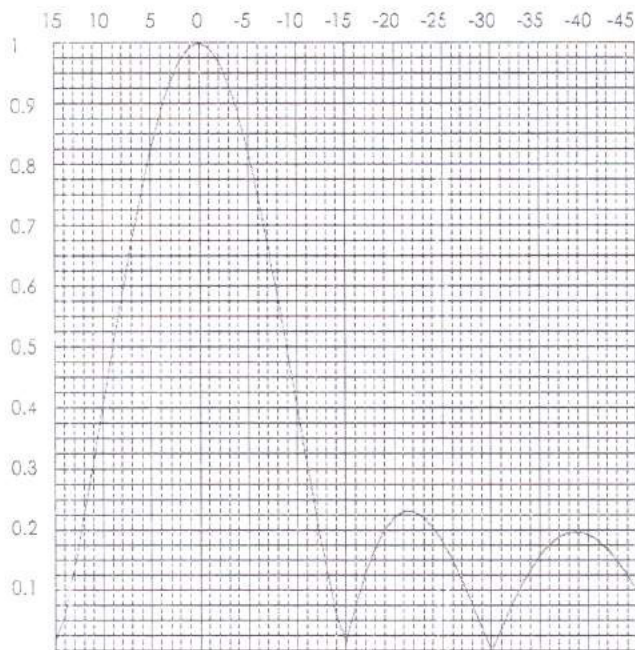
ANTENA ANEL FM CIRCULAR

Diagramas de radiação vertical

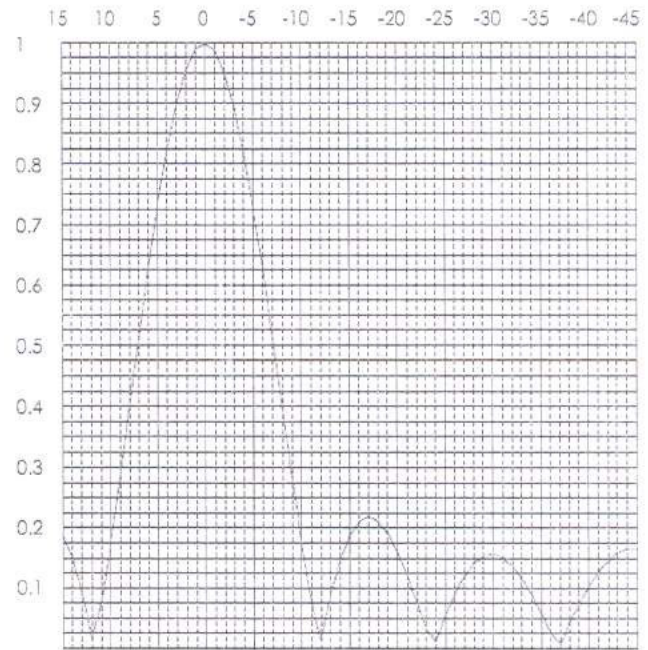
escala E/Emáx



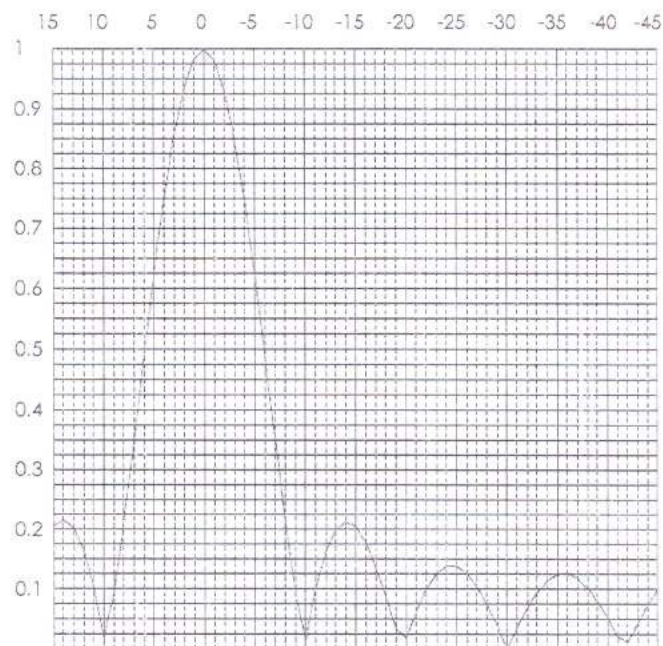
IFFMC-4



IFFMC-5



IFFMC-6



Handwritten signature or mark.



7/8" CELLFLEX® Premium Attenuation Low-Loss Foam-Dielectric Coaxial Cable

Product Description

CELLFLEX® 7/8" premium attenuation low loss flexible cable

Application: Main feed line



7/8" CELLFLEX® Low-Loss Foam Dielectric Coaxial Cable

Features/Benefits

• Ultra Low Attenuation

The further reduced attenuation of CELLFLEX® premium attenuation coaxial cable results in extremely efficient signal transfer in your RF system, especially at high frequencies.

• Complete Shielding

The solid outer conductor of CELLFLEX® coaxial cable creates a continuous RF/EMI shield that minimizes system interference.

• Low VSWR

Special low VSWR versions of CELLFLEX® coaxial cables contribute to low system noise.

• Outstanding Intermodulation Performance

CELLFLEX® coaxial cable's solid inner and outer conductors virtually eliminate intermod. Intermodulation performance is also confirmed with state-of-the-art equipment at the RFS factory.

• High Power Rating

Due to their low attenuation, outstanding heat transfer properties and temperature stabilized dielectric materials, CELLFLEX® cable provides safe long term operating life at high transmit power levels.

• Wide Range of Application

Typical areas of application are: feedlines for broadcast and terrestrial microwave antennas, wireless cellular, PCS and ESMR base stations, cabling of antenna arrays, and radio equipment interconnects.

Technical Features

Structure

Inner conductor:	Copper Tube	[mm (in.)]	9.32 (0.37)
Dielectric:	Foam Polyethylene	[mm (in.)]	22.4 (0.88)
Outer conductor:	Corrugated Copper	[mm (in.)]	25.2 (0.99)
Jacket:	Polyethylene, PE	[mm (in.)]	27.8 (1.09)

Mechanical Properties

Weight, approximately	[kg/m (lb/ft)]	0.41 (0.28)
Minimum bending radius, single bending	[mm (in.)]	120 (5)
Minimum bending radius, repeated bending	[mm (in.)]	250 (10)
Bending moment	[Nm (lb-ft)]	13 (9.6)
Max. tensile force	[N (lb)]	1440 (324)
Recommended / maximum clamp spacing	[m (ft)]	0.8 / 1 (2.75 / 3.25)

Electrical Properties

Characteristic impedance	[Ω]	50 +/- 1
Relative propagation velocity	[%]	50
Capacitance	[pF/m (pF/ft)]	74 (22.5)
Inductance	[μH/m (μH/ft)]	0.185 (0.056)
Max. operating frequency	[GHz]	5
Jacket spark test RMS	[V]	8000
Peak power rating	[kW]	85
RF Peak voltage rating	[V]	2920
DC-resistance inner conductor	[Ω/km (Ω/1000ft)]	1.54 (0.47)
DC-resistance outer conductor	[Ω/km (Ω/1000ft)]	1.55 (0.47)

Recommended Temperature Range

Storage temperature	[°C (°F)]	-70 to 85 (-94 to 185)
Installation temperature	[°C (°F)]	-40 to 60 (-40 to 140)
Operation temperature	[°C (°F)]	-50 to 85 (-58 to 185)

Other Characteristics

Fire Performance:	Halogen Free
VSWR Performance:	Standard
	24 (1.135)
Other Options:	Phase stabilized and phase matched cables and assemblies are available upon request.

Frequency [MHz]	Attenuation		Power
	[dB/100m]	[dB/100ft]	[kW]
0.5	0.0780	0.0238	85.0
1.0	0.110	0.0336	85.0
1.5	0.135	0.0412	73.6
2.0	0.156	0.0476	63.7
10	0.351	0.107	28.3
20	0.498	0.152	20.0
30	0.612	0.186	16.2
50	0.793	0.242	12.5
88	1.06	0.323	9.38
100	1.13	0.345	8.80
108	1.18	0.358	8.42
150	1.39	0.425	7.15
174	1.50	0.458	6.63
200	1.62	0.493	6.14
300	2.0	0.608	4.97
400	2.32	0.707	4.28
450	2.47	0.753	4.02
500	2.61	0.796	3.81
512	2.64	0.806	3.77
600	2.88	0.876	3.45
700	3.12	0.951	3.19
750	3.24	0.987	3.07
800	3.35	1.02	2.97
824	3.41	1.04	2.91
894	3.66	1.08	2.79
900	3.67	1.09	2.78
925	3.62	1.10	2.75
960	3.70	1.13	2.69
1000	3.78	1.15	2.63
1250	4.27	1.30	2.33
1400	4.54	1.38	2.19
1500	4.71	1.44	2.11
1700	5.05	1.54	1.97
1800	5.21	1.59	1.91
2000	5.52	1.68	1.80
2100	5.67	1.73	1.75
2200	5.82	1.77	1.71
2400	6.11	1.86	1.63
2500	6.25	1.91	1.59
2600	6.39	1.95	1.56
2700	6.53	1.99	1.52
3000	6.83	2.11	1.43
3500	7.56	2.30	1.31
4000	8.16	2.49	1.22
4900	9.17	2.80	1.08
5000	9.28	2.83	1.07

Attenuation at 20°C (68°F) cable temperature
Mean power rating at 40°C (104°F) ambient temperature

Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO VII
Nível Médio do Terreno –NMT



Nível Médio do Terreno – NMT – Acopiara/CE – 105,1 MHz
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

Azm.	Cota (m)
0°	349,0
1°	349,0
2°	348,0
3°	347,0
4°	343,0
5°	344,0
6°	346,0
7°	347,0
8°	349,0
9°	348,0
10°	346,0
11°	344,0
12°	342,0
13°	342,0
14°	342,0
15°	342,0
16°	342,0
17°	340,0
18°	339,0
19°	340,0
20°	341,0
21°	344,0
22°	346,0
23°	350,0
24°	353,0
25°	352,0
26°	348,0
27°	346,0
28°	346,0
29°	347,0
30°	346,0
31°	344,0
32°	346,0
33°	351,0
34°	354,0
35°	355,0
36°	355,0
37°	357,0
38°	357,0
39°	356,0
40°	356,0
41°	357,0
42°	357,0
43°	359,0
44°	361,0
45°	360,0
46°	359,0
47°	359,0
48°	359,0

49°	360,0
50°	358,0
51°	355,0
52°	355,0
53°	355,0
54°	357,0
55°	357,0
56°	358,0
57°	358,0
58°	356,0
59°	356,0
60°	355,0
61°	353,0
62°	351,0
63°	351,0
64°	352,0
65°	352,0
66°	353,0
67°	353,0
68°	353,0
69°	353,0
70°	351,0
71°	349,0
72°	345,0
73°	343,0
74°	342,0
75°	341,0
76°	339,0
77°	336,0
78°	333,0
79°	331,0
80°	329,0
81°	326,0
82°	327,0
83°	328,0
84°	324,0
85°	322,0
86°	321,0
87°	320,0
88°	318,0
89°	316,0
90°	315,0
91°	315,0
92°	314,0
93°	316,0
94°	317,0
95°	316,0
96°	317,0
97°	320,0
98°	321,0

99°	324,0
100°	324,0
101°	325,0
102°	326,0
103°	326,0
104°	325,0
105°	325,0
106°	323,0
107°	323,0
108°	322,0
109°	323,0
110°	324,0
111°	326,0
112°	328,0
113°	329,0
114°	328,0
115°	330,0
116°	330,0
117°	330,0
118°	332,0
119°	333,0
120°	332,0
121°	331,0
122°	329,0
123°	328,0
124°	328,0
125°	330,0
126°	331,0
127°	333,0
128°	334,0
129°	334,0
130°	333,0
131°	332,0
132°	332,0
133°	332,0
134°	332,0
135°	330,0
136°	326,0
137°	322,0
138°	319,0
139°	318,0
140°	318,0
141°	317,0
142°	317,0
143°	315,0
144°	315,0
145°	313,0
146°	312,0
147°	309,0
148°	308,0

149°	306,0
150°	303,0
151°	301,0
152°	300,0
153°	298,0
154°	295,0
155°	295,0
156°	295,0
157°	294,0
158°	293,0
159°	291,0
160°	291,0
161°	289,0
162°	288,0
163°	289,0
164°	289,0
165°	289,0
166°	289,0
167°	290,0
168°	290,0
169°	291,0
170°	291,0
171°	293,0
172°	295,0
173°	298,0
174°	299,0
175°	302,0
176°	304,0
177°	306,0
178°	309,0
179°	309,0
180°	309,0
181°	309,0
182°	305,0
183°	306,0
184°	306,0
185°	304,0
186°	304,0
187°	305,0
188°	304,0
189°	304,0
190°	303,0
191°	305,0
192°	306,0
193°	308,0
194°	308,0
195°	309,0
196°	308,0
197°	307,0
198°	306,0

Nível Médio do Terreno – NMT – Acopiara/CE – 105,1 MHz
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

199°	306,0
200°	310,0
201°	315,0
202°	317,0
203°	317,0
204°	318,0
205°	316,0
206°	313,0
207°	312,0
208°	313,0
209°	313,0
210°	313,0
211°	313,0
212°	315,0
213°	314,0
214°	314,0
215°	314,0
216°	315,0
217°	313,0
218°	316,0
219°	320,0
220°	320,0
221°	322,0
222°	323,0
223°	322,0
224°	323,0
225°	326,0
226°	329,0
227°	333,0
228°	337,0
229°	338,0
230°	336,0
231°	332,0
232°	336,0
233°	345,0
234°	351,0
235°	350,0
236°	349,0
237°	350,0
238°	352,0
239°	354,0

240°	356,0
241°	358,0
242°	354,0
243°	357,0
244°	355,0
245°	354,0
246°	353,0
247°	351,0
248°	348,0
249°	347,0
250°	350,0
251°	357,0
252°	361,0
253°	361,0
254°	364,0
255°	360,0
256°	360,0
257°	362,0
258°	369,0
259°	373,0
260°	373,0
261°	376,0
262°	376,0
263°	377,0
264°	377,0
265°	376,0
266°	375,0
267°	372,0
268°	369,0
269°	369,0
270°	372,0
271°	375,0
272°	377,0
273°	379,0
274°	381,0
275°	382,0
276°	381,0
277°	383,0
278°	384,0
279°	384,0
280°	382,0

281°	386,0
282°	391,0
283°	395,0
284°	396,0
285°	401,0
286°	404,0
287°	402,0
288°	402,0
289°	412,0
290°	418,0
291°	417,0
292°	419,0
293°	416,0
294°	417,0
295°	425,0
296°	427,0
297°	429,0
298°	433,0
299°	436,0
300°	432,0
301°	431,0
302°	432,0
303°	431,0
304°	426,0
305°	424,0
306°	424,0
307°	421,0
308°	422,0
309°	421,0
310°	416,0
311°	411,0
312°	407,0
313°	402,0
314°	400,0
315°	397,0
316°	400,0
317°	400,0
318°	399,0
319°	400,0
320°	397,0
321°	390,0

322°	389,0
323°	389,0
324°	391,0
325°	393,0
326°	395,0
327°	387,0
328°	387,0
329°	393,0
330°	392,0
331°	386,0
332°	380,0
333°	369,0
334°	364,0
335°	360,0
336°	359,0
337°	356,0
338°	353,0
339°	350,0
340°	349,0
341°	350,0
342°	352,0
343°	352,0
344°	351,0
345°	351,0
346°	355,0
347°	358,0
348°	362,0
349°	367,0
350°	368,0
351°	368,0
352°	362,0
353°	355,0
354°	351,0
355°	349,0
356°	348,0
357°	350,0
358°	349,0
359°	349,0

Handwritten signature

Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Corolne Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO VIII
Croqui de Instalação



CROQUIS DE INSTALAÇÃO DE CAMPO

Entidade: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

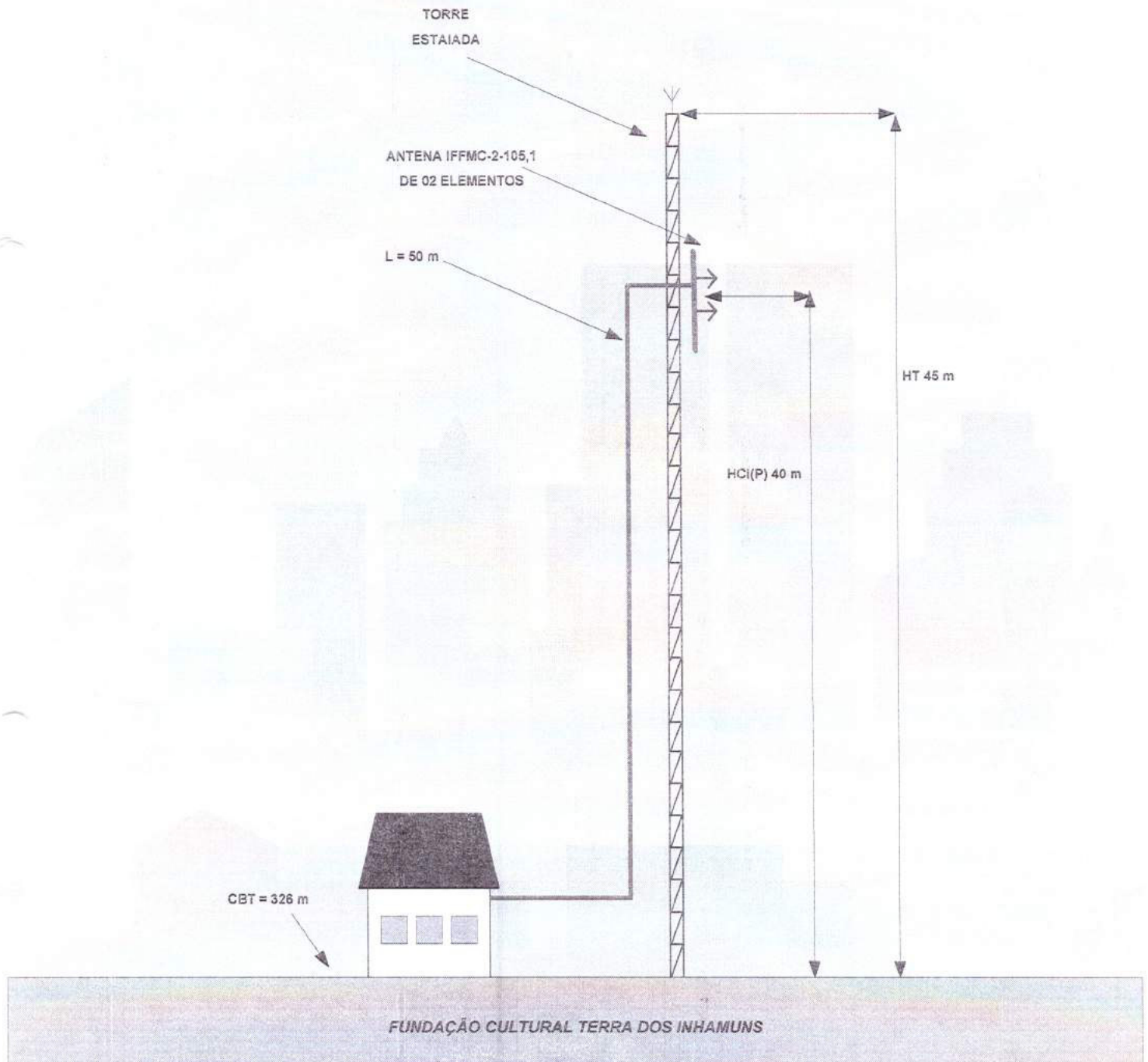
Localidade: ACOPIARA/CE

Frequência: 105,1 MHz

Canal: 286E

Coordenadas: 06° 05' 33,20" S

39° 27' 49.00" W



CTB: COTA DA BASE DA TORRE EM RELAÇÃO AO NÍVEL DO MAR

HT: ALTURA DA TORRE

HCl(P): ALTURA DO CENTRO GEOMÉTRICO DO SISTEMA IRRADIANTE EM RELAÇÃO À BASE DA TORRE

L: COMPRIMENTO DA LINHA DE TRANSMISSÃO

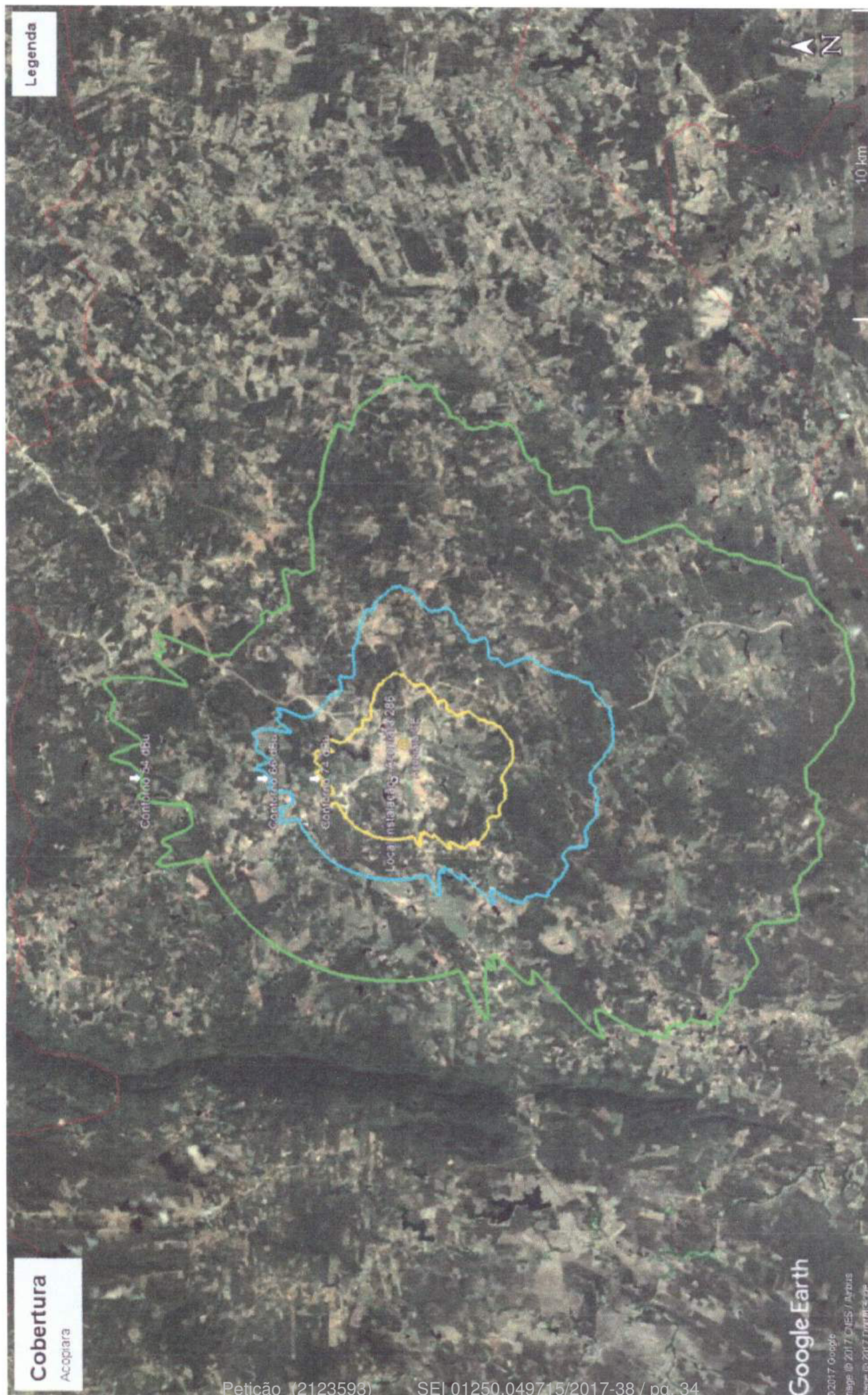
Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO IX

Mapa Digitalizado Contendo
Área de Abrangência do Contorno de Serviço





map

Fundação Cultural Terras dos Inhamuns
CNPJ nº 11.753.160/0001-28

Endereço de correspondência: Rua Corolne Lourenço Feitosa, nº 231, bairro Centro, Tauá/CE,
CEP 63.660-000

ANEXO X

Anotação de Responsabilidade Técnica – ART





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

**ART OBRA / SERVIÇO -
REGISTRO ANTES DO
TÉRMINO DA
OBRA/SERVIÇO
Nº CE20170222871**

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico		
YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA		
Título profissional:	ENGENHEIRO ELETRICISTA	RNP: 060196805-0
2. Contratante		
Contratante: Fundação Cultural Terra dos Inhamuns		CPF/CNPJ: 11.753.160/0001-28
RUA Coronel Lourenço Feitosa		Nº: 231
Complemento:	Bairro: Centro	
Cidade: Tauá	UF: CE	CEP: 63660000
País: Brasil		
Telefone:	Email:	
Contrato: Não especificado	Celebrado em:	
Valor: R\$ 3.000,00	Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO	
Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE		
3. Dados da Obra/Serviço		
Proprietário: Fundação Cultural Terra dos Inhamuns		CPF/CNPJ: 11.753.160/0001-28
RODOVIA CE 371 KM 01		Nº: S/N
Complemento: SÍTIO TIGRESINHO	Bairro: ZONA RURAL	
Cidade: Acoiara	UF: CE	CEP: 63560000
Telefone:	Email:	
Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0		
Data de Início: 31/07/2017	Previsão de término: 07/08/2017	
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO		
4. Atividade Técnica		
A4 - ASSESSORIA, CONSULTORIA OU ASSISTENCIA	Quantidade	Unidade
5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA -> SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES -> PROCESSAMENTO DE RADIODIFUSÃO -> #1977 - DE SOM	1,00	un
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART		
5. Observações		
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INSTALAÇÃO INICIAL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, EMISSORA EM ACOPIARA/CE.		
6. Declarações		
Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.		
7. Entidade de Classe		
SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO CEARÁ (SENGE-CE)		
8. Assinaturas		
Declaro serem verdadeiras as informações acima		
Local	de	de
		Yaskara Maria Grangeiro Vieira
		YASKARA MARIA GRANGEIRO VIEIRA - CPF: 349.085.523-04
		Fundação Cultural Terra dos Inhamuns - CNPJ: 11.753.160/0001-28
9. Informações		
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.		
* Somente é considerada válida a ART quando estiver cadastrada no CREA, quitada, possuir as assinaturas originais do profissional e contratante.		
10. Valor		
Valor da ART: R\$ 81,53	Pago em: 02/08/2017	Nosso Número: 8212087743



CREA-CE

Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia do Ceará

CNPJ: 07.135.601/0001-50

RUA CASTRO E SILVA, 81 - CENTRO -
FORTALEZA - CEARÁ

CEP: 60030-010

Tel: + 55 (85) 3453-5800

COBRANÇA DE A.R.T.

Pagador

Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

CPF/CNPJ

11.753.160/0001-28

Registro CREA

Endereço

RUA Coronel Lourenço Feitosa, 231

Centro - Tauá - CE - 63660000

Representação numérica: 10490.54743 33000.200841 21208.774378 7 72450000008153

Agência / Código Beneficiário
1047 / 054743-3

Número do Documento

24000008212087743-9

Data Emissão

29/07/2017

Data Vencimento

08/08/2017

Parcela
1/1

Valor do Documento
R\$ 81,53

Detalhes da Cobrança

ANOTACAO DE RESPONSABILIDADE TECNICA - ART

CE20170222871

R\$ 81,53

RECIBO DO SACADO

Autenticação Mecânica

Loterias CAIXA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

214-858460017-3

02/AGO/2017

HORA DE 16:12:13

LOT. 05.05700-6

TERM 017756

LOCALIDADE: FORTALEZA

AG. VINCULADA: 0619

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO CAIXA

CODIGO DO CEDENTE: 54743

NOSSO NUMERO: 0

DATA DE VENCIMENTO: 08AGO2017

VALOR DO PAGAMENTO: 81,53

1049054743 33000200841

21208774378 7 72450000008153

214-858460017-3

VIA DO CLIENTE

CHECKLIST
Análise do Projeto de Instalações de Estação Radiodifusora com vistas à Aprovação de Locais e Utilização de Equipamentos - APL

Processo nº 53000.044168/2012-35

Interessada: Fundacao Cultural Terra dos Inhamuns

Localidade da Estação: Acopiara/CE

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 286 E (duzentos e oitenta e seis Educativo)

Classe: C

CNPJ: 11.753.160/0001-28

DISPOSITIVOS	ANÁLISE
ITENS A SEREM VERIFICADOS JUNTO AO SRD - SISTEMA DE CONTROLE DE RADIODIFUSÃO (ANATEL)	
Publicação do Extrato do Contrato, do Convênio ou do Decreto Legislativo.	Não se aplica
Situação dos débitos da entidade.	OK
PROJETO TÉCNICO - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.1, alínea “a” - Requerimento firmado pelo representante legal da entidade, solicitando a análise das características técnicas propostas, bem como a emissão da correspondente autorização para a instalação da estação.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “b” - Formulário padronizado FMC01 (FM) - “Formulário de Informações Técnicas FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	OK

Subitem 5.1.1, alínea “c” - Formulário padronizado FMC02 (FM) - “Formulário para Estudo Técnico FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “d” - Declaração do responsável legal pela entidade de que interromperá suas transmissões, em casos de interferências em estações de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “e” - Declaração do profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção ao voo, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na região.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “f” - Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que o projeto da instalação proposta atende a todas as exigências da regulamentação técnica em vigor aplicável à mesma.	OK
<p>Subitem 5.1.1, alínea “g” - Diagrama de irradiação horizontal da antena, com indicação do norte verdadeiro, e diagrama de irradiação vertical.</p> <p>* No caso de utilização de inclinação de lóbulo principal superior a 5° e/ou de preenchimento de nulos superior a 10%, deverá ser apresentada declaração do fabricante de que tem condições de fornecer a antena com as características propostas.</p>	OK
Subitem 5.1.1, alínea “h” - Plantas ou	

cartas topográficas, em escala adequada, onde deverão estar traçadas as figuras geométricas que limitam as áreas abrangidas pelos contornos de serviço.	OK
Subitem 5.1.1, alínea “i” - ART referente ao projeto apresentado, devidamente preenchida, assinada e com comprovante de pagamento.	OK
Subitem 5.1.2, alínea “c” - Cópia de certificação do(s) equipamento(s) transmissor(es), caso a entidade já o(s) tenha definido.	OK
<p>Subitem 5.1.2, alínea “e” - Croquis das instalações de campo, em escala adequada, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> * casa do transmissor ou retransmissor; * antena e sua estrutura de sustentação; * altura do centro de irradiação da antena em relação à base da estrutura de sustentação (solo); e * altitude da base da estrutura de sustentação (solo) sobre o nível do mar. 	OK
<p>PROJETO TÉCNICO - ITENS PARA ANÁLISE DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005</p>	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “a” - O sistema irradiante deve ser instalado nos limites da localidade constante do ato de outorga.</p> <p>* Para o caso de as coordenadas geográficas terem sido fixadas pelo PBFM, o local da estação transmissora proposta deve coincidir com as coordenadas geográficas pré-fixadas.</p>	OK, fica à 3Km, porem não há limite no PBFM desde que esteja dentro do município de outorga.
<p>Subitem 5.1.2, alínea “b” - O local da estação transmissora deve ser escolhido de forma que:</p> <p>* o contorno 1 (74dBu) inclua a maior</p>	OK

<p>parte da zona central da localidade; e</p> <p>* o contorno 2 inclua a maior parte possível da sua zona urbana.</p>	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “c” - O campo referente à potência do equipamento transmissor deverá, obrigatoriamente, ser preenchido.</p> <p>* A entidade deve indicar o(s) equipamento(s) transmissor(es) no formulário FMC 01 (FM), caso já o(s) tenha definido.</p> <p>* A entidade deverá apresentar transmissores e retransmissores que possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel, caso não opte por apresentar tais características no momento da solicitação do licenciamento da estação.</p>	OK
<p>Subitem 5.1.2, alínea “d” - Verificação das distâncias ao contorno protegido (66 dBu).</p> <p>* A distância máxima, em km, ao contorno protegido (66 dBu) não poderá ser excedida em nenhuma das radiais.</p> <p>* A média aritmética das distâncias a este contorno não poderá ser menor do que a distância ao contorno máximo da classe imediatamente inferior.</p>	OK
<p>PROJETO TÉCNICO - ITENS PARA ANÁLISE DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA, CONFORME RESOLUÇÃO ANATEL Nº 67 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1998</p>	
<p>Subitem 3.5.1.3.1 - As radiais devem estar espaçadas em 30° para diagramas de irradiação omnidirecional.</p>	OK
<p>Subitem 3.5.1.3.2 - As radiais devem estar espaçadas em 15° para diagramas de irradiação diretiva.</p>	Não se aplica
<p>Subitem 3.5.1.3.6 - Deverão ser apresentadas radiais extras para o caso</p>	

das radiais propostas não alcançarem a localidade a ser servida ou quando houver restrições de ERP em uma ou mais direções.	Não se aplica
PROJETO TÉCNICO - ITENS PARA ANÁLISE DO ESTÚDIO, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.2, alínea “f” - O estúdio principal deve ser instalado na localidade para a qual foi autorizada a execução do serviço, conforme o correspondente ato de outorga.	OK
Subitem 5.1.2, alínea “g” - O estúdio auxiliar deve ser instalado dentro da área de serviço primário da estação transmissora.	Não se aplica



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 28/08/2017, às 21:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2133407** e o código CRC **852E1E18**.



BOM DIA
KASLEY EDUARDO REIS OLIVEIRA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Consultas »» Geral | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: CE
Município: Acopiara
Frequência: 105,1 MHz
Classe: C
Canal: 286 E

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 0 - Canal Vago

Dados da Entidade

Entidade:
Nome Fantasia:
Nº Estação:
Primeiro
Licenciamento:

Fistel:
CNPJ ou CPF :
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade:
Fase: 0 - Canal Vago

Nº Fistel:

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Acopiara/CE

Latitude:

Longitude:

Raio:

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " Sul

Longitude: ° ' "

Local Específico:

Coordenada pré-
fixada?:

Características

Canal: 286

Frequência: 105,1

Classe:

Canal Educativo?:

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

RESOLUCAO ANATEL 125/99

Máximo: 250 Digitados: 23


Observação:

Máximo: 250 Digitados: 0

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text" value="- Selecione -"/>	<input type="text" value="Jur."/>

 Tela Inicial Imprimir



República Federativa do Brasil
Agência Nacional de Telecomunicações

Certificado de Homologação

(Intransferível)

Nº **00248-03-00528**

Validade: Indeterminada

Emissão: 26/06/2017

Fabricante:

**AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.
PRACA DA PIRAMIDE, 175 N°S/N ARCO-IRIS
37540000 SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG
BRASIL**

Este documento homologa, nos termos da regulamentação de telecomunicações vigente, o Certificado de Conformidade nº TEL II - 174, emitido pelo **ACTA-SUPERV.TEC. INDEPENDENTE**. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação de telecomunicações.

Tipo - Categoria:

Transmissor de Radiodifusão Sonora em FM - II

Modelo - Nome Comercial (s):

SP 50 ágil - (SP 50 ágil) / SP 100 ágil - (SP 100 ágil) / SP 200 ágil - (SP 200 ágil) / SP 300 ágil - (SP 300 ágil) / SP 500 ágil - (SP 500 ágil) / SP 1000 ágil - (SP 1000 ágil) / SP 2000 ágil - (SP 2000 ágil) / SP 3000 ágil - (SP 3000 ágil) / SP 4000 ágil - (SP 4000 ágil) / SP 5000 ágil - (SP 5000 ágil) / SP 6000 ágil - (SP 6000 ágil) / SP 7000 ágil - (SP 7000 ágil) / SP 8000 ágil - (SP 8000 ágil) / SP 9000 ágil - (SP 9000 ágil) / SP 10000 ágil - (SP 10000 ágil) / SP 11000 ágil - (SP 11000 ágil) / SP 12000 ágil - (SP 12000 ágil) / SP 20000 ágil - (SP 20000 ágil) / SP 24000 ágil - (SP 24000 ágil) / SP 30000 ágil - (SP 30000 ágil) / SP 36000 ágil - (SP 36000 ágil) / SP 40000 ágil - (SP 40000 ágil) / SP 48000 ágil - (SP 48000 ágil)

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,8 a 108,0	48.000,0	180KF3E 256KF8E 300K

Potência máxima redutível até: 10Watts.

SP 50 ágil - 50 Watts; SP 50 ágil - 100 Watts; SP 50 ágil - 300 Watts; SP 500 ágil - 500 Watts; SP 1000 ágil - 1000 Watts; SP 1000 ágil - 2000 Watts; SP 2000 ágil - 3000 Watts; SP 3000 ágil - 4000 Watts; SP 4000 ágil - 5000 Watts; SP 5000 ágil - 6000 Watts; SP 6000 ágil - 7000 Watts; SP 7000 ágil - 7000 Watts; SP 8000 ágil - 8000 Watts; SP 9000 ágil - 9000 Watts; SP 10000 ágil - 10000 Watts; SP 11000 ágil - 11000 Watts; SP 12000 ágil - 12000 Watts; SP 20000 ágil - 20000 Watts; SP 24000 ágil - 24000 Watts; SP 30000 ágil - 30000 Watts; SP 36000 ágil - 36000 Watts; SP 40000 ágil - 40000 Watts; SP 48000 ágil - 48000 Watts.

Observações

Na sua utilização o produto deve estar ajustado na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente.

Este certificado substitui o de mesmo número emitido em 26/06/2017

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos da regulamentação de telecomunicações, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira

Gerente de Certificação e Numeração



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾ Apoio_SITARWEB »» Módulo Administrativo »» Divisão Territorial.:IBGE:. »» Município »» ***Cálculo da Distância entre dois pontos*** [menu](#) [ajuda](#)

Tela Inicial Resultado da Consulta

Cálculo da Distância entre dois pontos

Primeiro ponto

Latitude: 06S070000

Longitude: 39W270000

Segundo ponto

Latitude: 06S053320

Longitude: 39W274900

Valores calculados

Distância em Km: 3,077963585425444415

Primeiro ponto - Azimute: 330,7

Segundo ponto - Azimute: 150,7

Tela Inicial Imprimir

A solicitação não pode ser enviada pois contém erro(s) e ou pendência(s).

✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 000	ERP PB 0.3 kW ERP 0.038 Razão 12.7 Dist 3.9 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 015	ERP PB 0.3 kW ERP 0.052 Razão 17.4 Dist 4.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 030	ERP PB 0.3 kW ERP 0.052 Razão 17.4 Dist 4.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 045	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 060	ERP PB 0.3 kW ERP 0.027 Razão 8.9 Dist 3.4 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 075	ERP PB 0.3 kW ERP 0.064 Razão 21.3 Dist 4.6 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 090	ERP PB 0.3 kW ERP 0.164 Razão 54.7 Dist 6.2 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 105	ERP PB 0.3 kW ERP 0.12 Razão 39.9 Dist 5.6 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 120	ERP PB 0.3 kW ERP 0.085 Razão 28.2 Dist 5.1 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 135	ERP PB 0.3 kW ERP 0.092 Razão 30.8 Dist 5.2 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 150	ERP PB 0.3 kW ERP 0.206 Razão 68.5 Dist 6.7 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 165	ERP PB 0.3 kW ERP 0.273 Razão 91 Dist 7.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 180	ERP PB 0.3 kW ERP 0.177 Razão 59.1 Dist 6.4 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 195	ERP PB 0.3 kW ERP 0.177 Razão 59.1 Dist 6.4 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 210	ERP PB 0.3 kW ERP 0.164 Razão 54.7 Dist 6.2 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 225	ERP PB 0.3 kW ERP 0.11 Razão 36.6 Dist 5.5 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 240	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 255	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 270	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 285	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 300	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 315	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 330	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 345	ERP PB 0.3 kW ERP 0.03 Razão 10 Dist 3.6 km

0 °	0.0	15 °	0.17	30 °	0.17
45 °	0.26	60 °	0.26	75 °	0.35
90 °	0.26	105 °	0.26	120 °	0.44
135 °	0.53	150 °	0.63	165 °	0.63
180 °	0.63	195 °	0.53	210 °	0.35
225 °	0.35	240 °	0.26	255 °	0.26
270 °	0.35	285 °	0.26	300 °	0.17
315 °	0.17	330 °	0.08	345 °	0.0

Informar atenuação da antena em dB: $-10 \log (E/E_{\max})^2$, sendo que:

$(E/E_{\max})^2$: Ganho do sistema irradiante no azimute considerado.

$(E/E_{\max})^2 = (E_H/E_{\max})^2 \times (E_V/E_{\max})^2$

$(E_V/E_{\max})^2 = 1$, para inclinação do feixe principal (beam-tilt) = 0°

NOTATÉCNICANº 18994/2017/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012-35.**

Assunto: **Deferimento de Solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do processo em referência, a Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, solicita a aprovação de local de instalação da estação e de utilização dos equipamentos para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, com utilização do canal 286 E (duzentos e oitenta e seis Educativo) .

ANÁLISE

2. A análise do processo foi baseada na Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2005, bem como na Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes ao referido Serviço.

3. O processo indicou sua completa instrução, de acordo com a legislação em vigor, conforme as seguintes características técnicas:

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: Rodovia CE 371 - KM 01, S/N - SÍTIO TIGRESINHO		Bairro: ZONA RURAL	
CEP: 63.560-000	Localidade: Acopiara	UF: CE	Coordenadas Geográficas: 06º 05' 33.20"S; 39º 27' 49.00"W

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL		
Logradouro: Rua Manoel Galdino de Oliveira		CEP: 63.560-000
Bairro: Centro	Localidade: Acopiara	UF: CE

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: AUAD CORREA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS - TELETRONIX		
Modelo: SP1000 ÁGILE	Potência de Operação: 0,300 kW	Certificação: 00248-03-00528

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL				
Fabricante: IF TELECOM		Modelo: IFFMC-2-150,1		
Cota Base da Torre: 326 m	Altura Centro Geométrico: 40 m	Azimute de Orientação: 260 ° NV	Beam-tilt: 0 °	Ganho max.: 0 dBd
Tipo: Omnidirecional	Polarização: CIRCULAR		ERP max: 0,233 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS		LCF78-50JA-A0	
Comprimento: 50 m	Eficiência: 77 %	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 1,180 dB/100m

A solicitação não pode ser enviada pois contém erro(s) e ou pendência(s).

✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 000	ERP PB 0.3 kW ERP 0.038 Razão 12.7 Dist 3.9 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 015	ERP PB 0.3 kW ERP 0.052 Razão 17.4 Dist 4.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 030	ERP PB 0.3 kW ERP 0.052 Razão 17.4 Dist 4.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 045	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 060	ERP PB 0.3 kW ERP 0.027 Razão 8.9 Dist 3.4 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 075	ERP PB 0.3 kW ERP 0.064 Razão 21.3 Dist 4.6 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 090	ERP PB 0.3 kW ERP 0.164 Razão 54.7 Dist 6.2 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 105	ERP PB 0.3 kW ERP 0.12 Razão 39.9 Dist 5.6 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 120	ERP PB 0.3 kW ERP 0.085 Razão 28.2 Dist 5.1 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 135	ERP PB 0.3 kW ERP 0.092 Razão 30.8 Dist 5.2 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 150	ERP PB 0.3 kW ERP 0.206 Razão 68.5 Dist 6.7 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 165	ERP PB 0.3 kW ERP 0.273 Razão 91 Dist 7.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 180	ERP PB 0.3 kW ERP 0.177 Razão 59.1 Dist 6.4 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 195	ERP PB 0.3 kW ERP 0.177 Razão 59.1 Dist 6.4 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 210	ERP PB 0.3 kW ERP 0.164 Razão 54.7 Dist 6.2 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 225	ERP PB 0.3 kW ERP 0.11 Razão 36.6 Dist 5.5 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 240	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 255	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 270	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 285	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 300	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 315	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 330	ERP PB 0.3 kW ERP 0.023 Razão 7.8 Dist 3.3 km
✓ Válido	Técnico	Estação Principal	Enquad. não obrigatório azimuth 345	ERP PB 0.3 kW ERP 0.03 Razão 10 Dist 3.6 km

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos pelo **deferimento** do pedido e encaminhamos Despacho para assinatura da autoridade competente para decisão.

5. Solicitamos que, após assinatura da autoridade competente, este processo retorne a este Subgrupo Técnico de Radiodifusão Educativa e Consignações da União para cadastramento dos dados da entidade no Mosaico.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Chefe de Serviço**, em 21/08/2017, às 15:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 28/08/2017, às 21:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2142459** e o código CRC **C773A764**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 2142459

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044168/2012-35

Interessado: Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, que lhe foram atribuídas pelo Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no D.O.U. de 16 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo nº 53000.044168/2012-35, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, utilizando o canal 286 E (duzentos e oitenta e seis Educativo)

A autorização para funcionamento em caráter provisório fica condicionada à apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional e à autorização para uso da radiofrequência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 28/08/2017, às 21:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2142462** e o código CRC **1B728BC6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 2142462

Data de Envio:

27/03/2018 15:02:42

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

fundacaoterradosinhamuns@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.044168/2012-35

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2641731.html

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.753.160/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/12/2009
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta 60.22-5-01 - Programadoras 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 69.11-7-01 - Serviços advocatícios 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO R CORONEL LOURENCO FEITOSA		NÚMERO 231	COMPLEMENTO
CEP 63.660-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO TAUA	UF CE
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (88) 3437-1774	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/12/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **11/04/2018** às **14:22:25** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11753160/0001-28
Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
Endereço: RUA CORONEL LOURENÇO FEITOSA 231 / CENTRO / TAUA / CE / 63660-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/04/2018 a 02/05/2018

Certificação Número: 2018040317010037970978

Informação obtida em 11/04/2018, às 14:34:49.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**
CNPJ: **11.753.160/0001-28**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.
Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:33:39 do dia 11/04/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/05/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

--



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Emissão de 2ª via de Certidão

CNPJ : 11.753.160/0001-28

"Não existe certidão (Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa) válida emitida para o contribuinte."

Caso tenha em mãos uma certidão, observe as datas de emissão e validade.
Se a certidão estiver dentro do período de validade, verifique eventual cancelamento da certidão no item ["Confirmação da Autenticidade das Certidões"](#)

[Nova consulta](#)



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201802134357**

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 11.753.160/0001-28
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 11/04/18 ÀS 14:56:54
VÁLIDA ATÉ 10/06/2018**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço
www.sefaz.ce.gov.br**

- Serviços (<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/portal>)
- Legislação (<http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br>)

(<https://fortaleza.ce.gov.br/>)



ACOMPANHE A PREFEITURA
NAS REDES SOCIAIS

BUSCAR

BUSCAR

Secretaria Municipal das Finanças (/)

Fale com a SEFIN (</atendimento/contato>)

✉ Correio Sefin (<https://correio.sefin.fortaleza.ce.gov.br>)

Acessibilidade: (<https://fortaleza.ce.gov.br/acessibilidade>)  A+ A A-

SERVIÇOS

[Certidões \(/certidoes\)](/certidoes)

[Consultas \(/consultas\)](/consultas)

[DAM \(/boletos-dam\)](/boletos-dam)

[DDS](#) ▶

[Dívida Ativa \(/divida-ativa\)](/divida-ativa)

[Emissão de documentos \(/emissao-de-documentos\)](/emissao-de-documentos)

[Formulários \(/formularios\)](/formularios)

[Dúvidas frequentes \(/duvidas-frequentes\)](/duvidas-frequentes)

[E-SEFIN \(/e-sefin\)](/e-sefin)

O QUE VOCÊ DESEJA?

-- Escolha Aqui -- ▼

PLANTÃO FISCAL

[ISS \(/iss\)](/iss)

[IPTU \(/iptu\)](/iptu)

ITBI (/itbi)

CONTENCIOSO

(http://cat.sefin.fortaleza.ce.gov.br/)

PNAFM (/pnafm)

PORTAL DA
TRANSPARÊNCIA

(http://transparencia.fortaleza.ce.gov.br/)

GRPFOR-FC

(http://grpforfc.sefin.fortaleza.ce.gov.br)

PORTAL DA
INTEGRAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS (/portal-da-
integracao-dos-
municipios)



(/component/banne

🏠 / INÍCIO (/) / Certidões

CERTIDÕES

Solicite a Certidão Negativa de Débitos, de Baixa do ISS e outras certidões que podem ser disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Finanças



🔍 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

🚫 CPF/CNPJ não possui Cadastro Único. - DFLX

Tipo

Pessoa Física ☐ Pessoa Jurídica ☒

CNPJ

11.753.160/0001-28

Preencha de acordo com a imagem abaixo

50E75



EMITIR

VOLTAR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.753.160/0001-28

Certidão nº: 147813637/2018

Expedição: 11/04/2018, às 15:19:10

Validade: 07/10/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.753.160/0001-28**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



BOA TARDE
BÔNIA OLIVEIRA MOTA
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 11.753.160/0001-28

·
[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: [bonia.mc](#) - **BÔNIA OLIVEIRA MOTA**

Data: **11/04/2018**

Hora: **15:37:37**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e

Consignações da União

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044168/2012-35

Interessado: Fundacao Cultural Terra dos Inhamuns

Assunto: Limites de Outorga

Em razão da necessidade de atualização das certidões fiscais em nome da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, informa-se, que segue anexo (Sei 2874551, 2874680, 2874722, 2874818, 2874929, 2875085 e 2875177), espelhos das certidões, bem como espelho SIACCO (2875377), onde é possível aferir que os limites de outorga informados no Decreto-Lei nº 236/1967, estão sendo respeitados pela entidade, uma vez que a mesma ainda não é executante de serviço de radiodifusão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 11/04/2018, às 15:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2875386** e o código CRC **4EFBE6D7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 2875386

NOTA TÉCNICA Nº 3051/2018/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012-35**

Assunto: **Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, por meio do canal 286E, de acordo com o Despacho de Homologação nº 418, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017, não tendo sido localizado qualquer recurso relativo à outorga até a presente data, em trâmite neste Ministério.

ANÁLISE

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 28 de agosto de 2017, foi aprovado o correspondente Despacho de Aprovação de Local, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Acontece, porém, que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

“Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.

(...)

“Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, ato do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;

II - o serviço a ser prestado;

III - a área da prestação do serviço; e

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.” (NR)

“Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, sugerimos oficiar a entidade comunicando sobre os novos procedimentos e o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos que seguem ao final desta Nota Técnica, para que:

- a. se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
- b. após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para despacho com o Senhor Ministro.

MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044168/2012-35, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de 201_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.044168/2012-35, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, por intermédio do Despacho de Homologação nº 418, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº ____/MC, DE ____ DE ____ DE 2018.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão] a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Portaria de outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Acopiara, estado do Ceará: viabilidade jurídica.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior**, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto, em 09/02/2018, às 15:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo**, Agente Administrativo, em 09/02/2018, às 15:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França**, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto, em 15/02/2018, às 10:07, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1257670



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Queiroz Moreira**, Secretário de Radiodifusão, em 27/02/2018, às 16:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2641169** e o código CRC **4D08EF52**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 2641169



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 4926/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundação Cultural Terra dos Inhamuns (11.753.160/0001-28)

Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambeba.

CEP: 60822-325 / Fortaleza – CE.

Assunto: Esclarecimentos sobre o novo procedimento da outorga de serviço.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para esclarecimentos do novo procedimento de outorga de serviços de radiodifusão educativa.

2. Informamos que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

“Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.

(...)

*“Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, **ato** do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:*

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;

II - o serviço a ser prestado;

III - a área da prestação do serviço; e

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.” (NR)

“Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.

3. Diante do exposto, o processo em questão será encaminhado ao Congresso Nacional para a elaboração do Decreto Legislativo e, após a sua publicação, os autos retornarão a esta Secretaria para que seja realizado a referida assinatura do Contrato de Permissão para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, por meio do canal 286E.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://sistema.mctic.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior**, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto, em 09/02/2018, às 15:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2641731** e o código CRC **D505B532**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 4926/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53000.044168/2012-35 - Nº SEI: 2641731



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 00359/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044168/2012-35

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

I – Portaria de outorga para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Acopiara/CE: viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações.

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963.

III - Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento.

I – DO RELATÓRIO:

1. A Secretaria de Radiodifusão (SERAD), por intermédio da [Nota Técnica 3051 \(2641169\)](#), encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, por meio do canal 286E, de acordo com o Despacho de Homologação nº 418, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017,

2. Assevera, ainda, que, após a adjudicação da outorga, a entidade ora interessada apresentou seu projeto de instalação e de utilização de equipamentos, conforme exige o art. 29 do Decreto nº 52.795/19663, o qual foi aprovado pela Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações [Despacho Interno COTED 2142462](#), sendo considerada apta à obtenção do serviço.

3. Afirma, também, que, com a publicação do Decreto nº 9.138/2017, que alterou o referido Decreto nº 52.795/1963, as fases do processo de outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, foram invertidas, devendo a assinatura do contrato ser precedida da publicação da Portaria de outorga e do Decreto Legislativo respectivamente.

4. Assim, a SERAD **concluiu que a entidade está apta à obtenção da outorga em questão** e solicitou desta unidade consultiva posicionamento jurídico acerca da regularidade do procedimento e da minuta de Portaria acostada à [Nota Técnica 3051 \(2641169\)](#).

5. **Registre-se que a regularidade jurídica do procedimento referente ao resultado da seleção, que culminou com a outorga para o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, já foi devidamente apreciada por esta CONJUR, por meio do PARECER Nº 896/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI [1927163](#)), exarado no processo principal nº 53000.046334/2012-38.**

6. Ato contínuo, deu-se a publicação de Despacho de Homologação da seleção (SEI 1927172), publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017.

7. É o breve relatório.

II - DA BASE LEGAL QUE REGE O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

8. Inicialmente, registre-se que as Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios são órgãos setoriais da Advocacia-Geral da União que têm por finalidade prestar assessoramento jurídico aos titulares das pastas ministeriais, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 73/93.

9. Portanto, apenas a análise das questões atinentes à juridicidade de atos administrativos, exame de contratos e editais, interpretação de normas e demais questões jurídicas correlatas são atribuições das Consultorias Jurídicas, de maneira que os assuntos que envolvam aspectos fáticos, como a autenticidade dos documentos recebidos, e meritórios dos atos administrativos são de atribuição dos órgãos técnicos dos Ministérios, nos termos dos respectivos Regimentos. Cabe, assim, efetuar a verificação de regularidade do caso em apreço para garantir o respeito aos princípios e regras constitucionais, legais e regulamentares que regem o pedido.

10. Dito isso, vê-se que o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, bem como no Decreto nº 52.795, de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017), a saber:

DL 236/1967

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

(...)

Decreto 52.795, de 1963

Art. 13 caput

(...)

§ 1º É **dispensável** a licitação para outorga para execução **de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos**.

11. Segundo o art. 14 do referido Decreto-lei nº 236/1967, os legitimados para executar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos são União, Estados, Territórios, Municípios, Universidades Brasileiras e Fundações constituídas no Brasil. Veja-se a literalidade do dispositivo legal:

Art 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

a) a União;

b) os Estados, Territórios e Municípios;

c) as Universidades Brasileiras;

d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º - As Universidades e Fundações deverão comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º - A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

(...)

12. Por sua vez, a competência para outorgar o serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos é do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, quando se tratar da exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens; e do Excelentíssimo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, em se tratando de permissão de serviços de radiodifusão sonora. Confira-se:

CBT – Lei nº 4.117, de 1962

Art. 34 (...)

§ 1º A outorga da concessão ou permissão é prerrogativa do Presidente da República, depois de ouvido o órgão competente do Poder Executivo sobre as propostas e requisitos exigidos pelo edital e de publicado o respectivo parecer. ([Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017](#))

Decreto nº 52.795, de 1963

Art 6º À União compete, privativamente, autorizar, em todo território nacional, inclusive águas territoriais e espaço aéreo, a execução de serviços de radiodifusão.

§ 1º Compete ao Presidente da República outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens. ([Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012](#)).

§ 2º Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. ([Redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012](#)).

Na hipótese dos autos, vê-se que o pleito ora sob análise trata de outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Nova Venécia, no Estado do Espírito Santo, evidenciando que a prática do corresponde ato administrativo é da competência do Excelentíssimo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, nos termos do referido art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795/1963.

13. Em plano infralegal, foi publicada portaria ministerial a dispor sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos: à época da publicação do referido Aviso encontrava-se em vigor, ainda, a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

14. Por sua vez, a vigente Portaria nº 4335, de 2015[1], é expressa ao prever que os procedimentos e critérios de seleção aplicados deverão ser aqueles previstos na Portaria vigente à época da publicação do respectivo Aviso; no caso em apreço, é a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, sendo este o diploma normativo que deve ser observado por ocasião da seleção *in casu*.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

15. Delimitados os parâmetros formais do objeto de análise, bem como a base legal que rege o serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, passa-se a analisar a regularidade do procedimento em questão.

16. Como já relatado, a regularidade jurídica do procedimento referente ao resultado da seleção já foi devidamente apreciada por esta CONJUR, **por meio do Parecer nº 896/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI [1927163](#)), exarado no processo principal nº 53000.046334/2012-38**, fazendo-se oportuno registrar sua conclusão:

Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, tendo em vista a inexistência de óbice jurídico, e opina **favoravelmente à homologação** da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Acopiara, estado do Ceará (canal 286 E), sagrando-se vencedora a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS.

17. Passa-se aqui, a destacar os seguintes pontos da referida manifestação da CONJUR acerca da regularidade procedimental do resultado da seleção.

18. Registre-se que manifestaram interesse em executar o serviço as seguintes entidades:

- 1) FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS - Processo nº 53000.044168/2012-35
- 2) FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA) - Processo nº 53000.043075/2012-93
- 3) FUNDAÇÃO EDUCATIVA AMÉLIA OLIVEIRA - Processo nº 53000.043989/2012-54
- 4) FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO - Processo nº 53000.044184/2012-28
- 5) FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO RADIALISTA MARTIN LUTERO - Processo nº 53000.041810/2012-24
- 6) FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO - Processo nº 53000.043985/2012-76
- 7) FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL NOSSA SENHORA SANT'ANA - Processo nº 53000.043720/2012-78

19. Inicialmente, por meio da Nota Técnica nº 9258/2015/SEI-MC (SEI 0492156 do Proc. 53000.046334/2012-38), o Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignaões - GTED, com base na análise das propostas apresentadas pelas entidades interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão (Notas Técnicas nº 9145/2015/SEI-MC, nº 9178/2015/SEI-MC, nº 9033/2015/SEI-MC, nº 9229/2015/SEI-MC, nº 9022/2015/SEI-MC, nº 9082/2015/SEI-MC e nº 9013/2015/SEI-MC, nos respectivos processos relacionados), constatou que apenas uma participante logrou êxito na correta e completa instrução de sua proposta, a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS.

20. Assim, foi lançado o EDITAL Nº 41/2015/SEI-MC, de 07 de maio de 2015, por meio do qual se publicou (DOU constante no SEI 0731440 do Proc. 53000.046334/2012-38) o resultado final do processo de seleção como sendo vencedora a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS e concedeu-se aos interessados o prazo de trinta dias para a apresentação de recurso.

21. Esgotado o prazo, apresentaram "pedidos de reconsideração" a FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO e a FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA) - sendo que as demais não apresentaram pedido de reconsideração/recurso.

22. O pedido de reconsideração da FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO JOSÉ ALENCAR DE MACEDO, no processo nº 53000.044184/2012-28, foi indeferido por meio da Nota Técnica n.º 10727/2016/SEI-MC; o da FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA), no processo nº 53000.043075/2012-93, pela Nota Técnica n.º 10735/2016/SEI-MC foi deferido, apesar de intempestivo, em virtude do princípio da autotutela administrativa.

23. Concluída a análise dos autos, ante a habilitação de FUNDAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DE ACOPIARA (FADA) e FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, a SERAD identificou a maior pontuação da última, nos termos desenvolvidos na NOTA TÉCNICA Nº 10754/2016/SEI-MC (SEI 1113691 Proc. 53000.046334/2012-38) - classificando a FADA em 2º lugar e a FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUS em 1º lugar, vencedora do certame. A regularidade jurídica das análise recursal e do resultado da seleção foi, ao fim, confirmada pelo já referido Parecer nº 896/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI [1927163](#)).

24. Verifica-se, portanto, que o postulado do devido processo legal fora devidamente observada no curso deste processo, sendo respeitados, de igual sorte, o contraditório da ampla defesa.

25. Após a análise do resultado final, deu-se a publicação de Despacho de Homologação da seleção (SEI 1927172) e a convocação da entidade para apresentar projeto relativo à instalação da estação e utilização de equipamentos, conforme exige o art. 29 do Decreto nº 52.795/19663 - o que foi feito e aprovado por Despacho do Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignaões (SEI 2142462), sendo considerada a entidade apta à obtenção do serviço.

26. Verifica-se nos autos o extrato a constatar a disponibilidade do canal no Plano Básico (SEI 2133574).
27. Além de constar dos autos extrato do SRD (SEI 213374), verifica-se o [Despacho Interno COLEC_OUT 2875386](#), que assegura a observância aos limites do art. 12 e do seu § 3º, do Decreto-Lei nº 236/67 - circunstância esta que deve sempre ser objeto de análise por parte da SERAD, **competindo à SERAD sempre averiguar tal circunstância, antes da assinatura do contrato, a fim de velar pelo cumprimento dos limites.**
28. Ainda, não consta nas conclusões da SERAD que teria restado alguma pendência de índole técnica, após diligências adotadas nesse sentido.
29. Já no tocante aos demais aspectos jurídicos, passa a analisar a manutenção das condições de habilitação por parte da entidade, bem como de seus dirigentes, conforme a seguir
30. Quanto à regularidade jurídica, verifica-se à **expiração do mandato dos dirigentes** (conforme fls. 34/36 e 51 do [Volume de Processo Digitalizado 5300004416821235 SEI 0030096](#)), fazendo-se necessária a cientificação da entidade para sua atualização com a respectiva ata de eleição registrada e - não havendo recondução integral dos membros - com as declarações atualizadas dos dirigentes a que se refere o art. 15, §2º, do Decreto nº 52.795/63, certidão simplificada, prova da condição de brasileiro dos dirigentes, dentre outros.
31. Quanto à regularidade fiscal e trabalhista, verifica-se que foram juntados comprovante de inscrição nacional de pessoa jurídica e situação cadastral e certidões demonstrando a então regularidade com Fistel/Anatel, com o FGTS, com as Fazendas e Seguridade Social, bem como a certidão negativa de débitos trabalhistas - todos atualizados (Sei [2874551](#), [2874680](#), [2874722](#), [2874818](#), [2874929](#), [2875085](#) e [2875177](#)). Ressalve-se, no entanto, a insuficiência do documento acosta ao SEI [\(2874818\)](#), uma vez que ele não se constitui propriamente em certidão, mas apenas em declaração de que não existe emissão de certidão válida. Assim, recomenda-se a **cientificação da entidade para juntada do comprovante da regularidade perante a Fazenda Federal e Seguridade Social, nos termos do art. 15, §7º, inc. II do Decreto nº 52.795/63. Da mesma forma, não é possível se extrair do documento acostado ao SEI [2875085](#) a comprovação da regularidade da entidade com a Fazenda Municipal - motivo pelo qual também se recomenda a cientificação da entidade para juntada do comprovante da regularidade perante a Fazenda Municipal atualizado.**
32. Ademais, como o resultado da seleção já foi devidamente analisado por esta CONJUR no bojo do processo principal, cabe nesta oportunidade a apreciação da minuta de Portaria acostada, tendo em vista que o Decreto nº 9.138/2017, que alterou o referido Decreto nº 52.795/1963, inverteu as fases do processo de concessão da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos. Desde então, a assinatura do contrato é precedida da publicação dos correspondentes Portaria de outorga e Decreto Legislativo.
33. Examinando a minuta de Portaria acostada à [Nota Técnica 3051 \(2641169\)](#), não se vislumbra qualquer atecnia ou ilegalidade, ficando atestada a sua juridicidade.
34. Por fim, considerando-se a necessidade de manutenção das condições de habilitação, nos termos do art. 15, §6º, c/c, art. 13, §§2º e 3º, ambos do Decreto nº 52.795/67^[7], orienta-se que a área técnica, **por ocasião da assinatura do contrato**, diligencie para que sejam apresentadas todas as certidões e documentos que eventualmente se encontrarem **vencidos**, hipótese em que o prosseguimento desse processo depende da **regularidade e atualização** dos documentos em referência. Vale dizer, ainda, que o cumprimento dos requisitos acima deve ser observado pela entidade interessada e seus dirigentes, não só por ocasião da assinatura do contrato, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga.

III – DA CONCLUSÃO:

35. Diante do exposto, **atendidas as recomendações vazadas nos itens 30, 31 e 34 supra**, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, posiciona-se pelo regular prosseguimento do feito, momento em que se pugna pelo encaminhamento dos autos à Secretaria de Radiodifusão para prosseguimento.
36. No que concerne às minutas de Portarias e de exposição de Motivos, acostadas à Nota Técnica nº [Nota Técnica 3051 \(2641169\)](#), estas atendem as formalidades legais, devendo apenas serem **objeto de conferência quanto a eventuais erros materiais e/ou atualizações necessárias** por parte da área técnica, antes da remessa ao Exmo. Ministro.

37. É o parecer, que encaminho ao Coordenador da COREC.

Brasília, 11 de abril de 2018.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044168201235 e da chave de acesso 15630519

Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 123072892 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO. Data e Hora: 12-04-2018 14:27. Número de Série: 13289708. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 00506/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044168/2012-35

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 00359/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Advogada da União, Dra. Alessandra Rodrigues de Castro, acrescentando apenas **correção de erro material** constante do item 5, a saber: onde se lê "Instituto Federal de Educação e Tecnologia Catarinense", leia-se "**Fundação Cultural Terra dos Inhamuns**".
2. Submeto à análise do Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.

Brasília, 12 de abril de 2018.

Alex Bahia Ribeiro

Advogado da União

Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044168201235 e da chave de acesso 15630519

Documento assinado eletronicamente por ALEX BAHIA RIBEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 124476978 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALEX BAHIA RIBEIRO. Data e Hora: 13-04-2018 14:45. Número de Série: 5325149085894185224. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 00514/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.044168/2012-35

INTERESSADO: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTO: Radiodifusão. Outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora, em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Acopiara, Estado de Ceará.

1. Aprovo o DESPACHO Nº 00506/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da lavra do Advogado da União e Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária, Dr. Alex Bahia Ribeiro, que aprovou o PARECER Nº 00359/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Alessandra Rodrigues de Castro, que também aprovo, com a retificação apontada no citado Despacho.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 13 de abril de 2018.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Portaria MCTIC nº 6.058, de 22/12/2016

Delegação de Competência atribuída pela Portaria CONJUR-MCTIC nº 5.279, de 17/11/2016

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000044168201235 e da chave de acesso 15630519

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 124801224 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 13-04-2018 16:25. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044168/2012-35

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão, Substituto**, em 16/04/2018, às 09:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2885990** e o código CRC **B748AC0A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 2885990

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044168/2012-35

Referência: Nota Técnica 3051 (2641169)

Interessado: Fundacao Cultural Terra dos Inhamuns

Assunto: Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos

De ordem da Sra. Diretora, encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União (CGEC) para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edjane Silva de Lima Moraes, Agente Administrativo**, em 16/04/2018, às 11:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2886591** e o código CRC **98FC07EA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 2886591

NOTA TÉCNICA Nº 8860/2018/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012-35**

Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga deferida à FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, por meio do canal 286E, de acordo com o Despacho de Homologação nº 418, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017.

ANÁLISE

2. Após o Ofício nº 4926/2018/SEI-MCTIC (Sei 2641731) no qual esclarece sobre o novo procedimento da outorga de serviço, com a publicação do Decreto nº 9.138/2017, e o encaminhamentos dos autos à Consultoria Jurídica para que esta se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo, a Conjur, por meio do Parecer nº 00359/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Sei 2884960), solicitou a seguinte juntada de documento:

"Quanto à regularidade jurídica, verifica-se à **expiração do mandato dos dirigentes** (conforme fls. 34/36 e 51 do Volume Digitalizado 5300004416821235 SEI 0030096), fazendo-se necessária a cientificação da entidade para sua atualização com a respectiva ata de eleição registrada e - não havendo recondução integral dos membros - com as declarações atualizadas dos dirigentes a que se refere o art. 15, §2º, do Decreto nº 52.795/63, certidão simplificada, prova da condição de brasileiro dos dirigentes, dentre outros.

Quanto à regularidade fiscal e trabalhista, verifica-se que foram juntados comprovante de inscrição nacional de pessoa jurídica e situação cadastral e certidões demonstrando a então regularidade com Fistel/Anatel, com o FGTS, com as Fazendas e Seguridade Social, bem como a certidão negativa de débitos trabalhistas - todos atualizados (Sei 2874551, 2874680, 2874722, 2874818, 2874929, 2875085 e 2875177). Ressalve-se, no entanto, a insuficiência do documento acosta ao SEI (2874818), uma vez que ele não constitui propriamente em certidão, mas apenas em declaração de que não existe emissão de certidão válida. Assim, recomenda-se a **cientificação da entidade para juntada do comprovante da regularidade perante a Fazenda Federal e Seguridade Social, nos termos do art. 15, §7º, inc. II do Decreto nº 52.795/63**. Da mesma forma, não é possível se extrair do documento acostado ao SEI 2875085 a comprovação da regularidade da entidade com a Fazenda Municipal - motivo pelo qual também se recomenda a cientificação da entidade **para juntada do comprovante da regularidade perante a Fazenda Municipal atualizado**."

3. Assim, faz-se necessário a interessada apresentar os seguintes documentos abaixo relacionados:

a. Ato de nomeação ou eleição da **diretoria em exercício**, devidamente

registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

- b. Prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos de **todos diretores**, mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou passaporte;
- c. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade;
- d. Certidão conjunta negativa de Débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal - PGFN;
- e. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;
- f. Declaração assinada pelos **diretores** que:

(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

(b) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(c) a entidade e as pessoas que integram o seu quadro diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

(d) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

*(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;*

(h) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(i) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#); e

(j) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

4. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de destituição da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **onia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 23/04/2018, às 16:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 24/04/2018, às 07:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2905799** e o código CRC **A0E89BEE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 2905799



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 15863/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Fundacao Cultural Terra dos Inhamuns - (11.753.160/0001-28)

Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Cambeba

60822-325 / Fortaleza – CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.044168/2012-35.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 8860/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 23/04/2018, às 16:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2906394** e o código CRC **D920CE9D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 15863/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.044168/2012-35 - Nº SEI: 2906394

Data de Envio:

24/04/2018 11:20:11

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

fundacaoterradosinhamuns@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.044168/2012-35

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2906394.html
Nota_Tecnica_2905799.html

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
CNPJ/MF: 11.753.160/0001-28

Acopiara (CE), 22 de Maio de 2018.

Ilma. Sr^a.

BONIA OLIVEIRA MOTA

Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e
Consignações da União

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Brasília – DF

Assunto: Cumprimento de Exigências

Ref.: a) Ofício nº 15.863/2018/SEI-MCTIC;

– b) Processo nº 53000.044168/2012-35

Senhora Coordenadora,

Em atenção ao ofício acima epigrafado e, em especial ao item “3”, alíneas “b”, “d”, “e” e “f” da Nota Técnica nº 8.860/2018/SEI-MCTIC, segue acostado a este os documentos requestados, com vistas à sanear o processo, com o escopo de firmar o contrato relativo a outorga deferida a esta Fundação, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), caráter educativo, no Município de ACOPIARA (CE).

Pertinente as alíneas “a” e “c” do ofício em comento, informamos que esta entidade vem envidando todos os esforços, com o escopo de averbar a ata de reeleição da Diretoria – Executiva e do Conselho Fiscal perante o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas – 2º Ofício desta comarca.

Esta Fundação autuou em 17 do corrente requerimento solicitando averbação da ata da assembleia geral extraordinária, bem como solicitando certidão cartorária informando todos os atos praticados. (anexo).

O Oficial de registro solicitou um prazo de 30 (trinta) dias para efetuar a averbação e mais 15 (quinze) dias para emitir a certidão. Ocorre, que, no dia 21 de maio emitiu parecer devolutivo enumerando diversas exigências, tais como: a) Fazer

Endereço para correspondência:

Rua Coronel Lourenço Feitosa nº 231 - Centro

Tauá – CE – CEP: 63.360-000

Handwritten signature in blue ink.

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
CNPJ/MF: 11.753.160/0001-28

constar na ata a devida aprovação do Promotoria de Tutelas de Fundações e Entidades de Interesse Social, em conformidade com o Artigo 67 e alíneas do CC/2002 e b) Certidão emitida pelo cartório de Registro de Pessoas Jurídicas – 1º Ofício, fins averiguar se os atos constitutivos desta Fundação, somente se encontram registrados na comarca de Tauá-CE.

Por todo o exposto, solicitamos, vimos, tempestivamente, solicitar a prorrogação por 30 (trinta) dias do prazo estipulado pelo item "2" do ofício em comento, visando atender as alíneas "a" e "c" da Nota Técnica.

Certo da habitual atenção.

Cordialmente,

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente

Endereço para correspondência:
Rua Coronel Lourenço Feitosa nº 231 - Centro
Tauá – CE – CEP: 63.360-000

DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Tauá, Estado do Ceará, e filial na cidade de **Acopiara (CE)**, na Avenida Pedro Alves nº 410 – Centro, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº 04\2012, que tem como objeto a outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), com fins exclusivamente educativo, na cidade de **Acopiara**, Estado do **Ceará**, **DECLARA, QUE:**

a) Esta Fundação detêm os recursos financeiros necessários para a consecução do empreendimento pleiteado;

b) A entidade, caso seja contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no Artigo 12 do Decreto – Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1.967;

c) A entidade e os membros da Diretoria – Executiva, não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço no município de Acopiara (CE);

d) A Fundação não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) A Fundação cumpre o disposto no Artigo 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

f) A Fundação não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

g) Nenhum dos instituidores ou membros do quadro diretivo, participam do quadro societário e diretivo de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no Município de **ACOPIARA**, Estado do **CEARÁ**, nem de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, em Municípios diversos, em excesso aos limites fixados no Artigo 12 do Decreto – Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967;

h) Nenhum membro da Diretoria – Executiva da Fundação está no exercício de mandato eletivo que lhes assegurem imunidade parlamentar ou exercem cargos ou funções do qual decorra foro especial;

i) Os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”,



"n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº. 64/1990 – Lei da Ficha Limpa, com base no art. 38, alínea "j" da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com redação alterada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017;

j) A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação a ser veiculado pela emissora, serão privativas de Brasileiros Natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, conforme disposto no Artigo 222, § 2º da Constituição Federal.

Acopiara (CE), 08 de Maio de 2.018.

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS



MARLOS COSTA DE ANDADRE

Diretor - Presidente



MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES

Diretora - Administrativa



ITALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR

Diretor - Financeiro

Ilmo. Sr. Oficial de Registro do Cartório do 2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Tauá – Ceará.

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Tauá, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.753.160/0001-28, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no Livro A-5, fls. 278\285, sob o nº 063, em 14\12\2009, vem, pela presente, através do seu Diretor - Presidente, que a esta subscreve, requerer de V.Sa., se digne mandar averbar a ata da assembléia geral extraordinária desta Fundação, realizada em 04\05\2018, que segue acostada, nos termos da Lei nº 6.015.

Termos em que
Esperamos Deferimento

Tauá (CE), 04 de Maio de 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente





RECIBO DE ENVIO

Documento: OFÍCIO Nº 086-2018 - CORREGEDORIA PERMANENTE - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TAUÁ - FUNDAÇÃO JUVENÍLIA LOIOLA.pdf
Código de rastreabilidade: 80620183263512
Remetente: Cartório 2º Ofício Reg. Imóveis
Jane Keityla De Oliveira Souza
Data de Envio: 11/05/2018 14:43:42
Assunto: OFÍCIO Nº 086/2018 - CART. 2º OFÍCIO MANIFESTAÇÃO ACERCA DE PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS-RCPJ DO 2º OFÍCIO DE TAUÁ/CE, REFERENTE A FUNDAÇÃO JUVENÍLIA LOIOLA E DEMAIS FUNDAÇÕES.

Destinatários	Data Leitura	Lido Por
Comarca de Tauá - Juizado Especial (TJCE)		





CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, a pedido da parte interessada, que procedi busca nos livros próprios integrantes do acervo deste Cartório no SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, no período dos últimos 10 (dez) anos e não encontrei inscrição em nome de FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, inscrita no CNPJ sob nº 11.753.160/0001-28, sediada nesta cidade (Rua Coronel Lourenço Feitosa, nº 231, Centro).

O conteúdo desta certidão é verdadeiro. Dou fé.

Tauá/CE., 21 de maio de 2018


Ana Cláudia Fernandes Evangelista
Escrevente Compromissada



VALORES DESTE ATO.

EMOLUMENTOS R\$ 19,58 – FERMOJU R\$ 3,69 – SELO R\$ 6,85 – ISS -R\$ 0,98 – FAADep R\$ 0,98 – FRMP/CE R\$ 0,98.

Válido somente com selo de autenticidade AJ 724.048

PROTOCOLO 1038/2018 – Busca: Divina / Digitado por Gabriela.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

Aos 04 (Quatro) dias do mês de Maio de 2018 (Dois Mil e Dezoito), às 18:00 (Dezoito) horas, no Município de Tauá, Estado do Ceará, na Rua Coronel Lourenço Feitosa nº 231 – Bairro Centro, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária os membros da Assembleia Geral desta FUNDAÇÃO, órgão soberano da vontade social (Artigo 9º do Estatuto Social), convocada pelo Diretor - Presidente, conforme previsão insculpida no Artigo 11, "in fine" do Estatuto Social e por meio de notificação pessoal escrita (Artigo 12). O Presidente desta Assembléia, **SR. MARLOS COSTA DE ANDRADE**, convidou a mim, **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, para secretariar os trabalhos (Artigo 22, alínea "f"). Em seguida, o Presidente comunicou aos presentes que esta assembleia tem como finalidade eleger e empossar os membros da Diretoria – Executiva e do Conselho Fiscal (Artigo 13, alínea "a" e Artigo 24, "caput"), para o quinquênio compreendido de 10 de Março de 2.014 a 10 de Março de 2.019, conforme Artigo 14 e Artigo 24, parágrafo primeiro). O Presidente lembrou aos presentes que os membros da Diretoria – Executiva e do Conselho Fiscal foram eleitos pela Assembleia Geral de Constituição, realizada em 10 de Março de 2.009, devidamente averbada Cartório do 2º Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta comarca, à margem do registro 063, A/V 02, fls. 278/285, do Livro A-5, em 14/12/2.009 e; tendo sua composição alterada pela assembleia geral extraordinária, realizada em 08 de Novembro de 2.011, devidamente averbada no dia 16 subsequente, para cumprir mandato quinquenal, expirando-se em 10 de Março de 2.014. Portanto, faz-se necessário a eleição e posse dos membros da Diretoria – Executiva e do Conselho Fiscal, para o quinquênio compreendido de 10 de Março de 2.014 a 10 de Março de 2.019. O **SR. LEODENES ALVES FERREIRA**, sugeriu a recondução dos atuais membros, nos termos do Artigo 14 "caput" do Estatuto Social. O Presidente colocou em votação a sugestão de recondução dos atuais membros, sendo aprovado pelos presentes. Foram eleitos por aclamação e empossados os membros da Diretoria – Executiva e do Conselho Fiscal para cumprir mandato até 10 de Março de 2.019. Ficou assim constituída a Diretoria – Executiva e

marcelina Costa de Andrade
AB-GE 17097

[Assinatura]

marlos Costa
1
[Assinatura]

Conselho Fiscal. **DIRETORIA - EXECUTIVA:** a) **DIRETOR - PRESIDENTE: MARLOS COSTA DE ANDRADE;** b) **DIRETORA - ADMINISTRATIVA: MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES** e c) **DIRETOR - FINANCEIRO: ITALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR.** **CONSELHO FISCAL:** a) **LEODENES ALVES FERREIRA** e b) **DOMINGAS FREITAS DE LACERDA.** O Presidente agradeceu a presença de todos e lembrou que a presente ata deverá ser averbada no Cartório do 2º Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta comarca. E, sem mais para o momento, eu, **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, lavrei a presentes ata, que vai assinada por todos os membros presentes nesta Assembléia.

Tauá (CE), 04 de Maio de 2.018.

Marlos Costa de Andrade

MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor-Presidente

[Assinatura]
MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES
Diretora - Administrativa

Italo Cesar Moreira de Aguiar
ITALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR
Diretor - Financeiro

Leodenes Alves Ferreira
LEODENES ALVES FERREIRA
Conselho Fiscal

Declaramos, sob pena de responsabilidade civil e criminal, que a digitação desta Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de Maio de 2018, contendo 03 folhas, é cópia fiel e integral da Ata manuscrita constante no original das folhas 05/06, do Livro de Atas da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS. Declaramos, outrossim, sob as mesmas responsabilidades, que o referida Ata foi lavrada em Assembleia realizada na data indicada, cumprindo todas as exigências formais e legais inerentes à prática desta ata de deliberação da Fundação(s) Por Autenticidade de

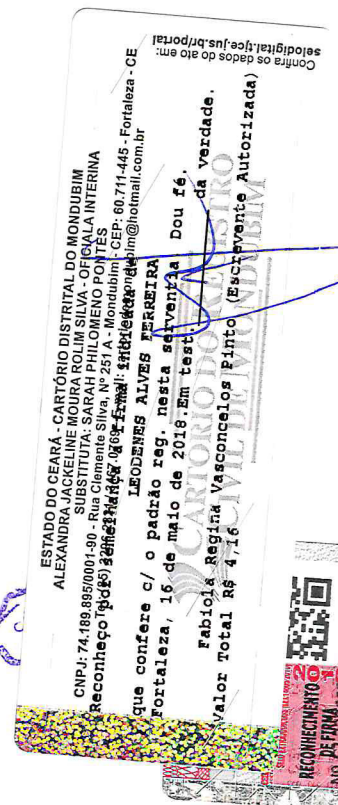
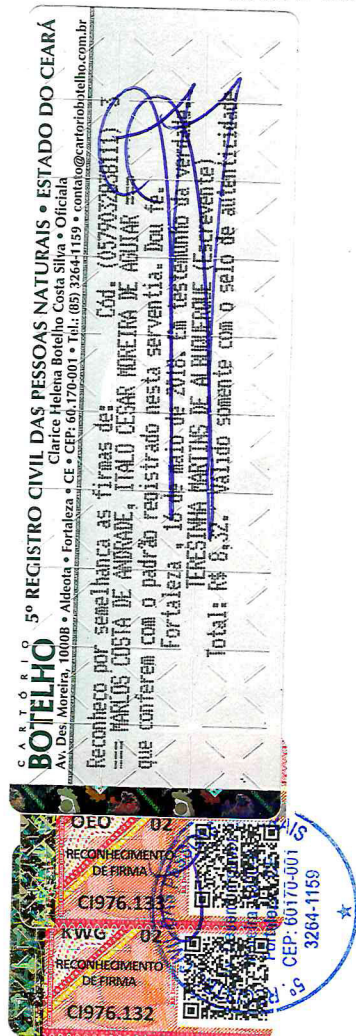
Marcelle Costa de Andrade
OAB-CE 17.047

CARTÓRIO VERAS 2º OFÍCIO
R. ANTONIO BARCELISTA SOBRINHO, 92
Centro - Fortaleza - Ce
(88) 3583.1164

Reconhecimento de Firma
Momboca (CE) 16 MAIO 2018
Em Testemunha

☐ Francisco Alves Veras - Titular
☐ Maria Odete Batista F. Veras - Substituto
☐ Gerônimo Rappinã Batista Veras - Substituto
☐ Jorge André Batista Veras - Substituto

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Marlos Costa de Andrade

SELO DE AUTENTICIDADE

Em testemunho

21/08/2005

LXRB 03

AUTENTICAÇÃO

Nº EO 246.613

CLARICE HELENA BOTELHO COSTA SILVA - Oficial Titular

LIVIA FERREIRA DA SILVA - Escrevente Autorizada

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 99010421849 - 2aV DATA DE EXPEDIÇÃO 5/8/2005

NOME MARLOS COSTA DE ANDRADE

FILIAÇÃO MARCOS ANTONIO SOUZA DE ANDRADE
E LILIAN COSTA DE ANDRADE

NATURALIDADE IMPERATRIZ-MA DATA DE NASCIMENTO 24/2/1984

DOC ORIGIN CERT. NASC. 5905 L A 07 F

90 IMPERATRIZ/MA

CPF

FORTALEZA-CE

SINATURA DO DIRETOR

LEINº 7.116 DE 29/08/83

SELO DE AUTENTICIDADE

Em testemunho

21/08/2005

LXRB 03

AUTENTICAÇÃO

Nº EO 246.612

CLARICE HELENA BOTELHO COSTA SILVA - Oficial Titular

LIVIA FERREIRA DA SILVA - Escrevente Autorizada

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Marlos Costa de Andrade
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 99010421849 -2aV DATA DE EXPEDIÇÃO 5/8/2005

NOME MARLOS COSTA DE ANDRADE

FILIAÇÃO MARCOS ANTONIO SOUZA DE ANDRADE
E LILIAN COSTA DE ANDRADE

NATURALIDADE IMPERATRIZ-MA DATA DE NASCIMENTO 24/2/1984

DOC ORIGEM CERT. NASC. 5905 L A 07 F

90 IMPERATRIZ/MA

CPF

FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTÓRIO 5º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS • ESTADO DO CEARÁ

BOTELHO Clarice Helena Botelho Costa Silva • Oficiala
Av. Des. Moreira, 1000B • Aldeota • Fortaleza • CE • CEP: 60.170-001 • Tel.: (85) 3264-1159 • contato@cartoriobotelho.com.br

AUTENTICAÇÃO - Certifico que esta cópia reprográfica é reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.
Fortaleza, 16 de maio de 2018. Em testemunho da verdade.
TERESINHA MARTINS DE ALBUQUERQUE (Escrevente)

Valor Total R\$ 2,35. Válido somente com o selo de autenticidade

CARTÓRIO 5º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS • ESTADO DO CEARÁ

BOTELHO Clarice Helena Botelho Costa Silva • Oficiala
Av. Des. Moreira, 1000B • Aldeota • Fortaleza • CE • CEP: 60.170-001 • Tel.: (85) 3264-1159 • contato@cartoriobotelho.com.br

AUTENTICAÇÃO - Certifico que esta cópia reprográfica é reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.
Fortaleza, 16 de maio de 2018. Em testemunho da verdade.
TERESINHA MARTINS DE ALBUQUERQUE (Escrevente)

Valor Total R\$ 2,35. Válido somente com o selo de autenticidade



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Maria Regina Marcelino Gonçalves
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDIÇÃO: 20/10/86

12902-84 2ª via

MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES

Francisco Gonçalves Mariano
Francisca Batista Gonçalves

Tauá-CE

12/02/68

DATA DE NASCIMENTO

Cart. Inasc. 9.095 Liv. A. 18 fls. 229

Cartório Tauá-CE

318.076.312-20

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SELO DE AUTENTICAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ

DONZ-03

AUTENTICAÇÃO

Nº FB 501.641

05 SET. 2012

DA VERDADE

Jane Kaityla de Oliveira Souza - Tabeliã
Fone: (85) 3437-1587

SELO DE AUTENTICAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ

W8GX-03

AUTENTICAÇÃO

Nº FB 501.642

05 SET. 2012

DA VERDADE

Jane Kaityla de Oliveira Souza - Tabeliã
Fone: (85) 3437-1587

DRF - FORT. CE. 15/10/86

rosa otto

Rosale Maria Motta

T.T.N. - MAT. - 2.148.898-3

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA DA REGISTRAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES

12/02/68

Maria Regina Marcelino Gonçalves

ESCREVENTE AUTORIZADA

SELO DE AUTENTICAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ

58V3-03

AUTENTICAÇÃO

Nº FB 501.643

SELO DE AUTENTICAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ

TAUÁ-CE

AUTENTICAÇÃO

Nº FB 501.643

05 SET. 2012

DA VERDADE

Jane Kaityla de Oliveira Souza - Tabeliã
Fone: (85) 3437-1587

SELO DE AUTENTICAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ

W8GX-03

AUTENTICAÇÃO

Nº FB 501.644

05 SET. 2012

DA VERDADE

Jane Kaityla de Oliveira Souza - Tabeliã
Fone: (85) 3437-1587

Larissa Tayná Carvalho Benevides
ESCREVENTE AUTORIZADA

Larissa Tayná Carvalho Benevides
ESCREVENTE AUTORIZADA

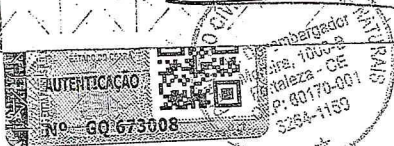


CARTÓRIO BOTELHO 5º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS • ESTADO DO CEARÁ
Clarice Helena Botelho Costa Silva • Oficial
Av. Des. Moreira, 1000B • Aldeota • Fortaleza • CE • CEP: 60.170-001 • Tel.: (85) 3264-1159 • contato@cartoriobotelho.com.br

AUTENTICAÇÃO nº 032023 - Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé. Fortaleza, 02 de fevereiro de 2016, TERESINHA MARTINS DE ALBUQUERQUE - Escrevente. Emolumentos: R\$ 2,05. [002002] SELO 3- AACB38720-A1B2. Válida somente com selo de autenticidade

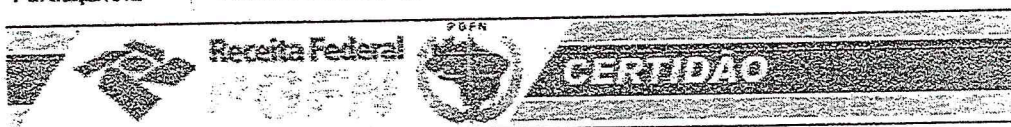
CARTÓRIO BOTELHO 5º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS • ESTADO DO CEARÁ
Clarice Helena Botelho Costa Silva • Oficial
Av. Des. Moreira, 1000B • Aldeota • Fortaleza • CE • CEP: 60.170-001 • Tel.: (85) 3264-1159 • contato@cartoriobotelho.com.br

AUTENTICAÇÃO nº 032023 - Certifico que esta fotocópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé. Fortaleza, 02 de fevereiro de 2016, TERESINHA MARTINS DE ALBUQUERQUE - Escrevente. Emolumentos: R\$ 2,05. [002002] SELO 3- AACB38720-A1B2. Válida somente com selo de autenticidade



Participar

Acesso à informação



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
CNPJ: 11.753.160/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:38:22 do dia 14/05/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/11/2018.

Código de controle da certidão: C799.B418.CBFB.481A

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11753160/0001-28
Razão Social: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
Endereço: RUA CORONEL LOURENÇO FEITOSA 231 / CENTRO / TAUA / CE / 63660-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/05/2018 a 09/06/2018

Certificação Número: 2018051117354009940871

Informação obtida em 15/05/2018, às 08:31:34.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 11.753.160/0001-28
Certidão nº: 150152190/2018
Expedição: 15/05/2018, às 08:35:22
Validade: 10/11/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.753.160/0001-28, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: certidao@tst.jus.br



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado

Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 201802890003

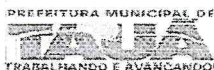
Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 11.753.160/0001-28
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certificado, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 15/05/18 ÀS 08:33:25
VÁLIDA ATÉ 14/07/2018

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ
DEPARTAMENTO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA

Nº 0000000437

Razão Social

FUNDAÇÃO CULTURA TERRA DOS INHAMUNS

INSCRIÇÃO

Documento

Bairro

CEP

00004505809

C.N.P.J.: 11753160000128

CENTRO

Localizado RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 231 - - TAUÁ-CE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Código / Nome

20950 - FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

Endereço

RUA CEL. LOURENÇO FEITOSA, 231

Documento

C.N.P.J.: 11.753.160/0001-28

CENTRO TAUÁ-CE CEP: 63660000

No. Requerimento

0000000437/2018

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

Ressalvado do direito da Fazenda Pública Municipal apurar e inscrever as dívidas que venha a ser apuradas.

Certifico, na forma da Lei, que mandando rever os registros do Município, não verificou-se a existência de débitos relativos a inscrição acima identificada. E para constar, determinei que fosse extraída esta CERTIDÃO NEGATIVA, que vai assinada por mim.

TAUÁ-CE, 10 DE MAIO DE 2018

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 08/07/2018

COD. VALIDAÇÃO 0000000437



ANTONEZIA ALVES MOTA
MATRÍCULA Nº 14157
AUDITORA FISCAL

Impresso por
ANTONEZIA

Em
10/05/18 às 12:41:18

Para validar essa certidão acesse o site www.taua.ce.gov.br

CHECKLIST

Análise Documental para Assinatura de Contrato

Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53000.044168/2012-35

Interessado: Fundacao Cultural Terra dos Inhamuns

CNPJ: 11.753.160/0001-28

Localidade: Acopiara/CE

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 286E

Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012

Localidade em faixa de fronteira? () Sim (x) Não

LISTA DE DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO PARECER JURÍDICO 358/2018	OBSERVAÇÕES
a) Ato de nomeação ou eleição da diretoria em exercício , devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;	Falta
b) Prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos de todos diretores , mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou passaporte;	01250.029367/2018-63
c) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade;	Falta
d) Certidão conjunta negativa de Débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal - PGFN;	01250.029367/2018-63
e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	01250.029367/2018-63
f) Declaração assinada pelos diretores que: <i>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i> <i>(b) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i> <i>(c) a entidade e as pessoas que integram o seu quadro diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;</i> <i>(d) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i> <i>(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</i> <i>(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</i> <i>(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</i> <i>(h) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</i> <i>(i) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por</i>	01250.029367/2018-63

órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#); e

(j) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente? () Sim (x) Não



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 12/07/2018, às 11:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3147758** e o código CRC **D8F51BCB**.

NOTA TÉCNICA Nº 15821/2018/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012-35**

Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Exigência II.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga deferida à FUNDACAO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara/CE, por meio do canal 286E, de acordo com o Despacho de Homologação nº 418, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017.

ANÁLISE

2. Após o Ofício nº 4926/2018/SEI-MCTIC (Sei 2641731) no qual esclarece sobre o novo procedimento da outorga de serviço, com a publicação do Decreto nº 9.138/2017, e o encaminhamentos dos autos à Consultoria Jurídica para que esta se manifestasse quanto à regularidade jurídico-formal do processo, a Conjur, por meio do Parecer nº 00359/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (Sei 2884960), solicitou a juntada de documento, no qual a entidade, através do protocolo nº 01250.029367/2018-63, encaminhou de forma incompleta, solicitando prorrogação por 30 (trinta) dias a documentação faltante, tendo em vista que *"pertinente as alíneas "a" e "c" do ofício em comento, informamos que esta entidade vem envidando todos os esforços, com o escopo de averbar a ata de reeleição da Diretoria-Executiva e do Conselho Fiscal perante o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas - 2º Ofício desta comarca"*.

3. Assim, aprovando a prorrogação de prazo, faz-se necessário a interessada apresentar os seguintes documentos abaixo relacionados:

- a) Ato de nomeação ou eleição da **diretoria em exercício**, devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de destituição da outorga em apreço.

À consideração superior.

Aprovo a Nota Técnica nº 15821/2018/SEI-MCTIC.

(assinado eletronicamente)

BÔNIA OLIVEIRA MOTA

Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 17/07/2018, às 07:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bônia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 17/07/2018, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3147809** e o código CRC **570CB8DB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 3147809



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 27729/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor

MARLOS COSTA DE ANDRADE

Representante Legal da Fundacao Cultural Terra dos Inhamuns - (11.753.160/0001-28)

Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N - Cambeba

60822-325 / Fortaleza – CE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.044168/2012-35.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 15821/2018/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 17/07/2018, às 09:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3147863** e o código CRC **E8416F12**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 27729/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.044168/2012-35 - Nº SEI: 3147863

Data de Envio:

17/07/2018 10:41:34

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

fundacaoterradosinhamuns@gmail.com
lmcradiodifusao@gmail.com

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.044168/2012-35

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3147863.html
Nota_Tecnica_3147809.html

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS
CNPJ/MF: 11.753.160/0001-28

Acopiara (CE), 17 de Maio de 2.018.

Ilma. Sr^a.

BONIA OLIVEIRA MOTA

Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e
Consignações da União

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Brasília – DF

Assunto: Cumprimento de Exigências

Ref.: a) Ofício nº 27.675/2018/SEI-MCTIC;
_ b) Processo nº 53000.044168/2012-35

Senhora Coordenadora,

Em atenção ao ofício acima epigrafado e, em especial ao item "3", alíneas "a" e "b" da Nota Técnica nº 15.821/2018/SEI-MCTIC, segue acostado a este os documentos requestados, com vistas à sanear o processo, com o escopo de firmar o contrato relativo a outorga deferida a esta Fundação, para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (F.M.), caráter educativo, no Município de ACOPIARA (CE).

Certo da habitual atenção.

Cordialmente,

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente

Endereço para correspondência:
Rua Coronel Lourenço Feitosa nº 231 - Centro
Tauá – CE – CEP: 63.360-000

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS.**

Aos 10 (dez) dias do mês de Março de 2014 (Dois Mil e Quatorze), às 18:00 (Dezoito) horas, no Município de Tauá, Estado do Ceará, na Rua Coronel Lourenço Feitosa nº 231 – Bairro Centro, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os membros da Assembleia Geral desta FUNDAÇÃO, órgão soberano da vontade social (Artigo 9º do Estatuto Social), convocada pelo Diretor - Presidente, conforme previsão insculpida no Artigo 11, "in fine" do Estatuto Social e por meio de notificação pessoal escrita (Artigo 12). O Presidente desta Assembleia, **SR. MARLOS COSTA DE ANDRADE**, convidou a mim, **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, para secretariar os trabalhos (Artigo 22, alínea "f"). Em seguida, o Diretor – Presidente, verificando a existência de quórum, comunicou aos presentes que esta assembleia tem como finalidade eleger e empossar os membros da Diretoria – Executiva do Conselho Fiscal e nomear o Conselho de Programação (Arts. 12; 13; 24 e 27), para o quinquênio compreendido de 10 de Março de 2.014 a 10 de Março de 2.019, conforme Art. 14; Art. 24, § 1º e art. 27 "caput" do Estatuto Social da Fundação). Portanto, faz-se necessário a eleição e posse dos membros e nomeação suscitada. Posta em deliberação e votação, ficou assim constituída a Diretoria – Executiva e Conselho Fiscal. **DIRETORIA – EXECUTIVA:** a) **DIRETOR – PRESIDENTE: MARLOS COSTA DE ANDRADE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, natural de imperatriz, Estado do Maranhão, residente e domiciliado em Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Anjo Branco, 1131, aptº.302, Torre I Paz, Cambéba – CEP 60.822-165, portador da cédula de identidade RG Nº 99010421849-SSP/CE e do CPF Nº 655.648.983-20 ; b) **DIRETORA – ADMINISTRATIVA: MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, brasileira, casada, advogada, natural de Tauá, Estado do Ceará, residente e domiciliado em Tauá, Estado do Ceará, à Av. Coronel Lourenço Feitosa, 84, Centro – CEP 63.660-000, portador da cédula de identidade RG Nº 81290284-SSP/CE e do CPF Nº 318.076.313-20 e c) **DIRETOR – FINANCEIRO: ITALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR**, brasileiro, , advogado, natural de Tauá, Estado do Ceará, residente e domiciliado em Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Barão de Aracati, 2715, apt.1502, Joaquim Távora – CEP 60.115-082, portador da cédula de identidade RG Nº 90955185-SSP/CE e do CPF Nº 261.062.213-91. **CONSELHO FISCAL: LEODENES ALVES FERREIRA**, brasileiro, casado, funcionário público, natural de Tauá, Estado do Ceará, residente e domiciliado em Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua Barão de Aracati, 2715, apt. 1502, Joaquim Távora – CEP 60.115-082, portador da cédula de identidade RG Nº 95019000789-SSP/CE e do CPF Nº 614.800.883-15 e b) **DOMINGAS FREITAS DE LACERDA**, brasileira, casada, funcionária pública, natural de Quiterianópolis, Estado do Ceará, residente e domiciliado em Fortaleza, Estado do Ceará, à Rua tenente Tito Barros, 341, Quadra 14, Bloco 05, Aptº.203, Cajazeiras, – CEP 60.864-300, portador da cédula de identidade RG Nº 2001010445942-SSP/CE e do CPF Nº 154.488.943-72. **O CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO** ficou assim constituído: a) **ARI REIS LOIOLA**, brasileiro, casado, CPF Nº 828.538.390-68 e RG Nº 19440981 – SSP/CE, residente e domiciliado na Rua Professor Costa Mendes, 873, bairro Damas, Fortaleza –

[Assinaturas manuscritas]

DIGI


REGISTRADO
Distribuição

Nº AD 439208




2014

Ce.; b) **CÁSSIO FELIPE GOES PACHECO**, brasileiro, casado, CPF Nº 865.540.423-34 e RG Nº 98010213852 SSP/CE, residente e domiciliado na Rua Pereira de Miranda, 955, aptº. 102, bairro Papicu, Fortaleza - Ce. Todos aclamados por unanimidade dos presentes. Dando seguimento, o Diretor-Presidente facultou a palavra aos presentes, que não houve manifestação. Em seguida o Diretor-Presidente agradeceu a presença de todos e, sem mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral, e eu, **MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES**, lavrei a presentes ata, que será assinada por todos os membros presentes.



MARLOS COSTA DE ANDRADE - Diretor - Presidente


ITALO MOREIRA DE AGUIAR - Diretor Financeiro


MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES - Diretora Administrativa


LEODENES ALVES FERREIRA - Conselheiro Fiscal


DOMINGAS FREITAS DE LACERDA - Conselheira Fiscal


ARI REIS LOIOLA - Conselheiro de Programação


CASSIO FELIPE GOES PACHECO - Conselheiro de Programação



RAIMONDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO - Associado presente.


MARIA CÉLIA SOARES MOTA DIAS - Associada presente.

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob pena de responsabilidade civil e criminal, que a digitação desta Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de Março de 2014, contendo 02 folhas, é cópia fiel e integral da Ata digitada da FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS. Declaramos, outrossim, sob as mesmas responsabilidades, que o referida Ata foi lavrada em Assembleia realizada na data indicada, cumprindo todas as exigências formais e legais inerentes à prática desta ata de deliberação da Fundação.

Tauá (CE), 10 de Março de 2.014.


MARLOS COSTA DE ANDRADE
Diretor - Presidente

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de.
[B2atQb71] - ITALO CESAR MOREIRA DE AGUIAR.

Dou fé. Us: 690
Fortaleza-CE, 27 de Junho de 2018.
Em testemunho R da verdade.
Fabricio Goulart de Aquino / Maria Maria Mota Ribeiro
Antonio Alexandre Paiva de Oliveira / Claudia Carneiro da Silva
Selo: - Valor: R\$ 4,15
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[B2auIRT1]-DOMINGAS FREITAS DE LACERDA

Dou fé. Us: 095
Fortaleza-CE, 27 de Junho de 2018.
Em testemunho da Verdade.
Fabricio Goulart de Aquino / Maria Marly Mota Ribeiro
Antonio Alexandre Paiva de Oliveira/Claudia Carneiro da Silva
Selco: - Valor: R\$ 4,15
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE.

Reconheço por semelhança a firma de: Lot. 6204512/200

== RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR OLIVEIRA ==
confere com o padrão registrado nesta serventia. Sou fe
Fortaleza, 27 de junho de 2016. fe testificado da verdade.
TERESINHA MARTINS DE ALENCAR OLIVEIRA (I servente)
Total: R\$ 4,16. Válido somente com o selo de autenticidade

IRacunheco por SEMELHANCA a firma de:
[B2auFC01]-MAR OS COSTA DE ANDRADE.....
[B2attB00]-ARI REIS LOIOLA.....
[R2au09b0]-CAESIO FELIPE GOMES PACHECO..
Fortaleza, 27 de Junho de 2018-10:42:03

Em testemunho de verdade.

RAFAELLY GOMES FERREIRA
ESCREVENTE AUTORIZADA

LEODENES ALVES FERREIRA
que confere c/ o padrão Reg. neste cartório, Dou ra.
Fortaleza, 05 de junho de 2018. Em test. da verdade.

Valdelia Maria Cavalcante de Sousa (Escrevente Autorizada)
Valor Total R\$ 4 16



LISTA DE PRESENÇA REFERENTE A ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS DE 10 DE MARÇO DE 2014.

MARLOS COSTA DE ANDRADE	<i>marlos cost</i>
MARIA REGINA MARCELINO GONÇALVES	<i>[Signature]</i>
ITALO CÉSAR MOREIRA DE AGUIAR	<i>Italo Aguiar</i>
LEODENES ALVES FERREIRA	<i>[Signature]</i>
ARI REIS LOIOLA	<i>Ari Reis Loiola</i>
CASSIO FELIPE GOES PACHECO	<i>[Signature]</i>
DOMINGAS FREITAS DE LACERDA	<i>Domingas Freitas de Lacerda</i>
RAIMUNDO WALNEY DE ALENCAR CASTRO	<i>Raimundo Walney de Alencar Castro</i>
MARIA CÉLIA SOARES MOTA DIAS	<i>Maria Célia Soares Mota Dias</i>

DIGITALIZADO

REGISTRAR
Distribuição
Nº AD 439211



AROE

Registro de Títulos e Documentos
e Pessoas Jurídicas

Jan *Leityla de Oliveira Souza* 11

Tauá *Tabelião*

REGISTRAR
Registro de Títulos, Documentos
Civil e de Pessoas Jurídicas
Nº AH 773465



ARRM

AVERBAÇÃO - (código 5013)
DIGITALIZAÇÃO - (código 5023)
PRENOTAÇÃO - (código 5028)

EMOLUMENTOS: R\$101,88

FERMOJU: R\$ 7,30

SELO: R\$ 7,63

ISS: R\$ 5,10

FAADEP: R\$ 5,10

FRMMP: R\$ 5,10

TOTAL: R\$ 131,89

Nº SELO: AH 773.465

Nº SELO: AD 439.208 à AD 439.211

VALIDO SOMENTE COM SELO DE
AUTENTICIDADE.

CARTÓRIO TAUÁ

Registro de Imóveis, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e Protesto.

Rua Dondon Feitosa, nº 131, Centro - Tauá/ Ceará. CEP: 63.660-000

FONE: (88) 3437-3633 / (88) 99747-1144

CNPJ/RFB: 05.468.392/0001-31

Jane Katyla de Oliveira Souza - Tabeliã e Registradora

Marta Aguiar de Oliveira - Substituta

AVERBAÇÃO

Certifico que à presente ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, realizada em 10/03/2014, encontra-se averbada nesta serventia conforme abaixo:

AVERBAÇÃO: Livro A-12, Folhas 058/060, à margem do Registro nº 63, sob **AV-05**.

ARQUIVAMENTO DOS DOCUMENTOS (RCPJ) Nº: 2018080732

Tauá/CE, 07 de Agosto de 2018.

[Signature]
Luma Catherine Mota Oliveira
ESCREVENTE



CARTÓRIO TAUÁ

Registro de Imóveis, Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos, Tabelionato de Notas e Protesto.

Rua Dondon Feitosa, nº 131 - Centro - Tauá/Ceará - CEP 63.600-000

FONE: (88) 3437-3633 / (88) 99747-1144

CNPJ-RFB/Nº: 05.468.392/0001-31

Jane Kelyta de Oliveira Souza - Oficiala

Marcelo Aguiar de Oliveira - Substituta

CERTIDÃO RESUMIDA

CERTIFICAMOS, a requerimento de parte interessada e para os fins que se fizerem necessários, como me faculta a lei, que procedendo às buscas nos livros deste Registro Civil de Pessoas Jurídicas - RCPJ, verificamos nesta data, a **EXISTÊNCIA** dos atos alusivos a **Fundação Cultural Terra dos Inhamuns** inscrita no CNPJ/RFB: 11.753.160/0001-28, conforme se tem:

- **ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, registrado em 09 de Dezembro de 2009, no livro A-5, folhas 278/285, sob nº de ordem 063;
- **AV-01/063 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, averbada em 09 de Dezembro de 2009, no livro A-5, folhas 278/285, sob nº de ordem 063;
- **AV-02/063 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, averbada em 14 de Dezembro de 2009, no livro A-5, folhas 278/285, sob nº de ordem 063;
- **AV-03/063 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, averbada em 16 de Novembro de 2011, no livro A-5, folhas 278/285, sob nº de ordem 063;
- **AV-04/063 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, averbada em 05 de Setembro de 2012, no livro A-5, folhas 278/285, sob nº de ordem 063;
- **AV-05/063 - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS**, averbada em 07 de Agosto de 2018, no livro A-12, folhas 058/060, sob nº de ordem 063.

Do que para constar, forneço-lhes a presente certidão. Eu, Jane Kelyta de Oliveira Souza, Larissa Lima Lacerda e Silva, efetuei as buscas e conferi às 14:36:05, Eu, Luma Catherine Mota Oliveira, Luma Catherine Mota Oliveira, subscrevo e assino, o referido é verdade. Dou fé.

Tauá-Ceará, 08 de Agosto de 2018.

Luma Catherine Mota Oliveira
Escrevente



CERTIDÃO (código 5011)
BUSCA (código 1006)
EMOLUMENTOS: R\$ 24,24
FERMOJU: R\$ 4,62
SELO: R\$ 6,85
ISS: R\$ 1,21
FAADEP: R\$ 1,21
FRMMP: R\$ 1,21
TOTAL: R\$ 39,35
SELO Nº: AJ 925.078

CHECKLIST

Análise Documental de formalização da outorga Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53000.044168/2012-35

Interessado: Fundacao Cultural Terra dos Inhamuns

CNPJ: 11.753.160/0001-28

Localidade: Acopiara/CE

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 286E

Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012

Localidade em faixa de fronteira? () Sim (x) Não

LISTA DE DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO PARECER JURÍDICO 358/2018	OBSERVAÇÕES
a) Ato de nomeação ou eleição da diretoria em exercício , devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas;	01250.046678/2018-97
b) Prova de condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos de todos diretores , mediante a apresentação de certidão de nascimento ou casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou passaporte;	01250.029367/2018-63
c) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade;	01250.046678/2018-97
d) Certidão conjunta negativa de Débitos relativa aos tributos federais, à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal - PGFN;	01250.029367/2018-63
e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	01250.029367/2018-63
f) Declaração assinada pelos diretores que: <i>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i> <i>(b) a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i> <i>(c) a entidade e as pessoas que integram o seu quadro diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;</i> <i>(d) nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</i> <i>(e) nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</i> <i>(f) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</i> <i>(g) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</i>	01250.029367/2018-63

(h) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(i) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#); e

(j) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada pela entidade requerente atende ao disposto na legislação regulamentar vigente? (x) Sim () Não



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 05/10/2018, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3422358** e o código CRC **B8AACB09**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e

Consignações da União

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044168/2012-35

Interessado: Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

Assunto: Encaminhamento de Portaria e Exposição de Motivos

À

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do PARECER nº 359/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU 2884960, o cumprimento das diligências erigidas neste (Checklist 3422358), e a presença também nestes autos dos documentos referentes à instrução feita no processo principal (Nota Técnica Final 1927161; Parecer 1927163 e Despacho 1927172) referentes à seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara/CE, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12/07/2012, encaminhem-se as minutas atualizadas de Portaria Ministerial, Exposição de Motivos e Parecer de Mérito 3424989 para as providências consecutórias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 05/10/2018, às 10:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituta**, em 05/10/2018, às 11:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3424984** e o código CRC **87825A48**.

Minutas e Anexos

3424989

**MINUTA DE
PORTARIA, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E DO PARECER DE MÉRITO**

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044168/2012-35, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de 201_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.044168/2012-35, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, por intermédio do Despacho de Homologação nº 418, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DO PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Edição de Decreto Legislativo que ratifica a outorga da permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, para executar o serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, que produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

I – Portaria de outorga para permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Acopiara/CE: viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações.

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963.

III – Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituta**, em 04/10/2018, às 17:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3424989** e o código CRC **C1BF5865**.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 3424989



PORTARIA Nº 5265/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044168/2012-35, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 31/10/2018, às 21:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3441413** e o código CRC **4888CF9B**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.044168/2012-35, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, por intermédio do Despacho de Homologação nº 418, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DO PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Edição de Decreto Legislativo que ratifica a outorga da permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, para executar o serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, que produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

I – Portaria de outorga para permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Acopiara/CE: viabilidade jurídica, desde que atendidas as recomendações.

II – Competência para outorga do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 34, §1º da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e do art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963.

III – Devolução dos autos à SERAD, em prosseguimento



da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 31/10/2018, às 21:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3441617** e o código CRC **62823094**.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 3441617

Imprimir Recibo	Página Principal
-----------------	------------------

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 01/11/2018 16:13:45
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: Cristiane Babilônia de Melo
Ofício: 5037448
Data prevista de publicação: 05/11/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11203687	PORT Nº 5265_2018 - RTF.rtf	4429bf76bc2f8a84 966f2d4d00e6ba8f	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 5.158-SEI, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.043990/2012-89, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, CNPJ nº 10.817.343/0001-05, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Porto Velho, estado de Rondônia, por meio do canal 215E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.199-SEI, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º, §2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012 e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.064018/2011-67 e do Processo Administrativo nº 53000.056595/2011-85, resolve:

DESPACHO Nº 1.756-SEI, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na Nota Técnica nº 20621/2018/SEI-MCTIC, constante do processo nº 53000.012763/2012-10, de modo a tornar sem efeito o Despacho do Ministro nº 1839/2015/SEI-MC, de 04 de novembro de 2015, publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2016, pelo motivo de indeferimento da solicitação de aprovação do local de instalação da estação e de utilização dos equipamentos, com consequente decaimento do direito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso à contratação, resolve:

Ainda declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Primavera do Leste/MT, por meio do canal 226E, constante do Aviso de Habilitação nº 01, de 05 de março de 2012, em virtude da ausência de proponente habilitada, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, arquivando-se todos os autos referentes ao certame.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	I	53000.018618/2012-34	INDEFERIDA	INDEFERIMENTO da Solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos (Recurso não apresentado)
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.022942/2012-57	INABILITADA por análise documental	INABILITAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA DE PRIMAVERA DO LESTE	II	53000.022084/2012-41	INABILITADA por análise documental	INABILITAÇÃO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

DESPACHO Nº 1.832-SEI, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º, §2º, e no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012 e, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.022012/2012-01 e do Processo Administrativo nº 53000.012767/2012-90, resolve tornar sem efeito o Despacho de Homologação de 19 de abril de 2013, publicado no no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2013, que adjudicou o objeto de outorga de permissão à Universidade do Estado de Minas Gerais, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Frutal, estado de Minas Gerais, por meio do canal 266E, em virtude de indeferimento de Solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos, por ter a entidade descumprido os requisitos necessários para instrução processua, resolve:

Ainda declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Frutal/MG, por meio do canal 266E, constante do Aviso de Habilitação nº 1, de 05 de março de 2012, em virtude da ausência de proponente habilitada, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, arquivando-se todos os autos referentes ao certame.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 702, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018

Aprova o Regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite e estabelece o Preço Público para a autorização, a adaptação, a consolidação e a transferência de autorização, permissão e concessão de serviços de telecomunicações

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o § 4º do art. 172 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que estabelece que o direito de exploração de satélite será conferido a título oneroso, podendo o pagamento, conforme dispuser a Agência, fazer-se na forma de quantia certa, em uma ou várias parcelas, bem como de parcelas anuais ou, complementarmente, de cessão de capacidade, conforme dispuser a regulamentação;

CONSIDERANDO que a Agenda Regulatória para o biênio 2017-2018, aprovada pela Portaria nº 491, de 10 de abril de 2017, prevê, em seu item 30, projeto de reavaliação da regulamentação sobre preço público a ser cobrado pelo Direito de Exploração de Satélite;

Art. 1º Tornar sem efeito o Despacho de Homologação de 10 de julho de 2014, publicado em 28 de julho de 2014, e a Portaria nº 485, de 10 de julho de 2014, publicada em 28 de julho de 2014, que aprovaram outorga de permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS BARBACENA, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Barbacena/MG, por meio do canal 277E, em virtude de indeferimento de formalização contratual, por ter a entidade descumprido exigência instrutória, o preceito do art. 5º do Decreto-Lei nº 236 de 28 de fevereiro de 1967, o preceito do inciso II do art. 15 e o do inciso I do §2º do mesmo artigo 15, ambos do Decreto nº 52.795/1963.

Art. 2º declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Barbacena/MG, por meio do canal 277E, constante do Aviso de Habilitação nº 13, de 28 de outubro de 2011, em virtude da ausência de proponente habilitada, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011, arquivando-se todos os autos referentes ao certame.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 5.265-SEI, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.044168/2012-35, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

CONSIDERANDO a análise das contribuições recebidas em decorrência da Consulta Pública nº 22, de 27 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de julho de 2018, Seção 1, Página 11;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 861, de 1º de novembro de 2018;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 53500.054416/2017-20, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Revogar a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 9 de novembro de 2004.

Art. 3º A autorização, a adaptação, a consolidação e a transferência de autorização, permissão e concessão de serviços de telecomunicações de interesse coletivo dará ensejo à cobrança de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a ser pago, uma única vez, como condição para a expedição do instrumento de outorga.

Parágrafo único. Aos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a cobrança de que trata o caput será de R\$ 40,00 (quarenta reais).

Art. 4º A autorização, a adaptação, a consolidação e a transferência de autorização, permissão e concessão de serviços de telecomunicações de interesse restrito dará ensejo à cobrança de R\$ 20,00 (vinte reais), a ser pago, uma única vez, como condição para a expedição do instrumento de outorga.

§ 1º Aos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a cobrança de que trata o caput será de R\$ 10,00 (dez reais).

§ 2º Aplica-se o valor estabelecido no caput para a autorização de serviço de telecomunicações quando do uso temporário de radiofrequências, objeto de regulamentação específica.

Art. 5º O preço público de que trata os arts. 3º e 4º deverá ser pago em parcela única.

§ 1º O prazo para quitação da parcela única será de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de notificação expedida pela Anatel.

§ 2º O inadimplemento após 30 (trinta) dias do vencimento do prazo a que se refere o § 1º implica a desistência do pedido.

§ 3º A publicação do extrato do Ato de Autorização do Serviço está condicionada à efetivação do recolhimento do valor do preço público devido.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e

Consignações da União

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044168/2012-35

Referência: PORTARIA Nº 5265/2018/SEI-MCTIC

Interessado: Fundação Cultural Terra dos Inhamuns

Assunto: Registro de Portaria Publicada e Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Ao

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR.

Referência: **Processo nº 53000.044168/2012-35**

Tendo em vista a publicação da PORTARIA Nº 5265/2018/SEI-MCTIC, de 31/10/18, em 05/11/18 3525529, que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E,, encaminhem-se os autos para conhecimento e consequente registro da referida Portaria no Sistema de Outorga de Radiodifusão do Mosaico. **Após adotadas as devidas providências, favor encaminhar os autos ao SERED, para envio da Exposição de Motivos 3441617 à Casa Civil**, ressaltando-se que:

a) já constam dos autos os documentos referentes à instrução feita no processo principal (conforme listagem abaixo),

- Nota Técnica Final 10754/2016 1927161

- Parecer Conjur 896/2016 1927163

- Despacho 418/2017, D.O.U de 18/04/2017 1927172

e

b) depois do encaminhamento à Casa Civil, este processo deverá ficar sobrestado até a publicação do Decreto Legislativo em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora-**



Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituta, em 19/11/2018, às 16:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3549832** e o código CRC **ADF8CE43**.

Minutas e Anexos

3525529 e **3441617**

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 3549832

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS	
Nome Fantasia:	
Telefone: (88) 34371774	E-mail:
CNPJ: 11.753.160/0001-28	Número do Fistel: 50415267374
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Coronel Lourenço Feitosa	Complemento:	
Bairro: Centro	Numero: 231	
Município: Tauá	UF: CE	CEP: 63660000

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Acopiara	UF: CE
Latitude: -6.11667	Longitude: -39.45

Parâmetros Técnicos			
Canal: 286	Frequência: 105.1 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação:						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 0				Longitude: 0				Cota da base: 0 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: ohms		
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCI: m		ERP Máximo: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCI: m		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
									Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
						Aprovação de Local			Técnico		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000441682012	5265	Portaria	MCTIC	31/10/2018	05/11/2018	Autoriza Executar Serviço	Jurídico

Horário de funcionamento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Divisão de Gestão da Informação

Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.044168/2012-35

Certifico que, fiz o cadastramento prévio no Sistema de Outorga de Radiodifusão do Mosaico (evento SEI nº 3572966), de acordo com a Portaria nº 5.265, de 31 de outubro de 2018. Publicada no D.O.U. em 05/ 11/ 2018, que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL TERRA DOS INHAMUNS, CNPJ nº 11.753.160/0001-28, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E,

É oportuno lembrar que este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

De ordem, encaminho o presente processo ao Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – SERED.



Documento assinado eletronicamente por **Noel Sérgio de Almeida, Chefe de Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão**, em 19/11/2018, às 17:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3572970** e o código CRC **0EEF9397**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.044168/2012-35

SEI nº 3572970



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 20/11/2018, às 10:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3574164** e o código CRC **B59DAA82**.

Brasília, 27 de novembro de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.044168/2012-35, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Acopiara, estado do Ceará, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns, por intermédio do Despacho de Homologação nº 418, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2017, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sra. Daliane Mello de Souza
Impresso em 27/11/2018 17:26

Termo(s): 535 2018
NUP:
Origem:
Co-Autores:
Destinatário:
Tipo de Documento:
Data Inicial:
Fluxo/Etapa:
Conteúdo:
Total de documentos: 1

Data Final:

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
	MCTIC 00535 2018 Acopiara/CE - Radiodifusão/FME - Fundação Cultural Terra dos Inhamuns	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 47189/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**,
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência
Portaria Nº 1.317/2017, em 27/11/2018, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das
Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3620501** e o
código CRC **D30F2C1A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 47189/2018/SEI-MCTIC -
Processo nº 53000.044168/2012-35 - Nº SEI: 3620501